**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA**

NELSON MORATO PINTO DE ALMEIDA

**O Ensino Profissional Técnico de nível médio no Brasil e no Chile.
Convergências e Divergências na Formação Profissional e no
Trabalho**

São Paulo, SP

2010

NELSON MORATO PINTO DE ALMEIDA

**O Ensino Profissional Técnico de nível médio no Brasil e no Chile.
Convergências e Divergências na Formação Profissional e no
Trabalho**

Tese apresentada ao Programa de
Integração da América Latina – PROLAM
da Universidade de São Paulo para a
obtenção do Título de Doutor em
Integração da América Latina

Orientadora:

Profª. Drª. Maria Cristina Cacciamali

São Paulo, SP

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho,
por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de
estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Almeida, Nelson Morato Pinto de

O ensino profissional técnico de nível médio no Brasil
e no Chile / Nelson Morato Pinto de Almeida ; orientadora
Maria Cristina Cacciamali. – São Paulo, 2010.
257 f. ; Il.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Programa de Integração da América Latina – PROLAM.

1. Ensino profissional e técnico. 2. Formação
Profissional. 3. Ensino Médio. 4. Mercado de Trabalho.
Título. II. Cacciamali, Maria Cristina.

CDD 373.5

VERSO DA FOLHA DE ROSTO

---

*Na busca por mim, encontrei a verdade
Na busca pela verdade, encontrei o amor
Na busca pelo amor, encontrei Deus
E Nele, tenho encontrado tudo
(autor desconhecido)*

DEDICATÓRIA

Dedico todo esforço e trabalho empenhados nesta tese de doutorado:

À minha esposa Beth, com muito amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e, principalmente pelo incansável, irrestrito e decisivo apoio tão importantes durante o período de elaboração desta pesquisa.

Aos meus filhos Luis Gustavo e Mário Augusto, que juntos como duas fontes de pura energia, iluminaram o meu caminhar transmitindo amor e carinho, foram presenças importantes e decisivas durante o período de elaboração deste trabalho. .

À minha neta Maria Vitória, pela sua alegria de vida e inocência dos seus dois anos e poucos meses, que fez brotar o sorriso e a descontração deste escriba, nos momentos angustiantes do desenvolvimento da tese.

Ao meu filho Paulo Eduardo, que hoje não mais pertence a este mundo, mas continua vivo em meu coração e nas minhas felizes lembranças de pai e amigo.

---

*As pessoas esquecerão o que você disse.
As pessoas esquecerão o que você fez.
Mas elas nunca esquecerão
Como você as fez sentir.
(autor desconhecido)*

AGRADECIMENTOS

Muitos são aqueles que gostaria de agradecer publicamente pela atenção, interesse e envolvimento durante o transcorrer dos trabalhos desta pesquisa. Sei que alguns não serão lembrados neste espaço por uma única questão: o momento final e encerramento deste trabalho. Mas antes de nomear pessoas, gostaria publicamente de externar meus sinceros agradecimentos àqueles que me auxiliaram nas ações, orientações, fornecimento de materiais e informações contribuindo para o desenvolvimento da tese.

Agradeço à Professora Doutora **Maria Cristina Cacciamali** pelo empenho, dedicação e instigação ao caminhar para estágios mais elevados na elaboração deste trabalho e pelo apoio e crédito concedido à este pesquisador;

Às Professoras Doutoras **Maria de Fátima José Silva** e **Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno**, pela participação na banca de qualificação, contribuições e orientações formuladas naquele momento, assim como pelas informações transmitidas, que muito auxiliaram na retomada do desenvolvimento do presente estudo;

À **Adriana Miranda de Oliveira Maria**, secretária da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, pela atenção, cuidado e mediação para o encaminhamento das ações em diferentes fases deste trabalho;

À **Raquel Martins Carvalho** e **Wiliam Almeida dos Santos** funcionários da secretaria do Programa de Integração da América Latina, pela atenção, nas indicações sobre os procedimentos acadêmicos pertinentes à conclusão deste trabalho;

Ao Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes pelo apoio financeiro na concessão de bolsa de estudos para a realização do doutorado;

À Universidade de São Paulo e ao **Programa de Integração da América Latina** pelo auxílio financeiro à viagem de estudos realizada no Chile no período de 28 de abril à 08 de maio do corrente ano;

Ao Professor Doutor **Guillermo Arancibia Canales** da Facultad de Ciencias Básicas – Departamento de Matemática da Universidad Metropolitana de Ciencia de la Educación, do Chile pela dedicação, atenção, disponibilidade e acompanhamento às visitas realizadas nas escolas da região metropolitana de Santiago (CL);

À Professora **Isabel Vargas Calvert** da Facultad de Ciencias Básicas – Departamento de Matemática da Universidad Metropolitana de Ciencia de la Educación, do Chile pela

---

---

atenção e acompanhamento às visitas realizadas nas escolas da região metropolitana de Santiago (CL);

Aos **Diretores, Coordenadores de curso, Assistentes pedagógicos**, que durante minhas visitas às unidades escolares no Brasil e no Chile, forneceram informações, documentos, orientações, indicações de egressos e proporcionaram a obtenção dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa;

À minha querida prima **Niva Gomes Naggy**, pelo interesse e dedicação na leitura e correção deste trabalho, deixando de dar atenção aos seus familiares e principalmente aos netos, para dar conta desta tarefa;

À sr^a **Vanessa Arévalo Sciaraffia**, Coordenadora Técnico Profissional e Educação Tecnológica da Unidade Currículo e Avaliação do Ministério de Educação do Chile, MINEDUC, pela presteza, atenção às solicitações e ao atendimento prestados a este pesquisador durante a visita ao Ministério da Educação do Chile realizada em abril do corrente ano;

Ao Professor Doutor **Fernando Leme do Prado**, pela interlocução acerca do Ensino Técnico Profissional, fornecendo importantes informações sobre este nível escolar no Brasil.

Aos colegas das disciplinas cursadas durante a fase teórica do doutorado, nos debates e discussões acerca das atividades em estudo, cujas sugestões auxiliaram e possibilitaram o aprendizado coletivo do grupo e deste pesquisador.

Aos que, direta ou indiretamente contribuíram para o andamento deste trabalho, fomentando discussões acerca do tema proposto ou estabelecendo ligações que proporcionaram um aprender sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Meus agradecimentos e muito abrigado a todos.

Nelson Morato Pinto de Almeida

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é investigar a formação específica para atuar em manutenção industrial dos alunos das escolas técnicas profissionais de nível médio do Brasil e do Chile, identificar suas articulações com as políticas públicas de educação e se essa formação propicia o desenvolvimento de competências e habilidades para atuação profissional no mercado de trabalho de manutenção industrial. Para tal, apoiado nas ideias de Druker, Senge, Enguita, Ferretti, Rifkin, Dowbor, Godim, Bridges, Saviani, Hargreaves, Valente, Castells, SINGER, Harvey, entre outros, estabeleceu-se a base teórica da pesquisa, para subsidiar as análises das legislações educacionais de cada país, as pesquisas de campo junto aos recrutadores e selecionadores de mão de obra e aos egressos de cursos profissionais técnicos de nível médio dos dois países. O desenvolvimento da metodologia foi baseado na pesquisa qualitativa, com ênfase na análise documental e fonte de dados os documentos oficiais dos ministérios da educação para a construção da etapa de pesquisa – formação, bem como na pesquisa quantitativa que analisou os dados da coleta de campo junto aos recrutadores de mão de obra constituindo a etapa de pesquisa – mercado de trabalho. Articulado às duas etapas, a investigação de campo também englobou os egressos de cursos técnicos de nível médio. As respostas alcançadas pelo estudo indicam que os governos buscam propiciar a formação dos alunos nos preceitos de competências e habilidades para atuar no mercado de trabalho de manutenção industrial, assim como os egressos informam que no curso realizado tais competências e habilidades foram alcançadas, porém os recrutadores de mão de obra questionam a formação educacional dos candidatos em relação às demandas do mercado. Esta incompatibilidade de respostas mostra haver um hiato entre a formação educacional e o mercado de trabalho talvez provocado pela demora da implementação de ações educacionais face à rápida mobilidade desse mercado. Aspectos importantes ressaltaram das conclusões: Brasil e Chile mostram características diferentes em relação ao desenvolvimento da educação profissional voltada ao segmento de mecânica industrial, pois no Chile observa-se rigidez estrutural da matriz curricular, enquanto o Brasil há aspectos indicativos de uma flexibilização e abertura para o acesso em diferentes momentos para quem não cursou as séries escolares nas idades previstas e integrou os programas de formação profissional inicial com a educação de jovens e adultos. Tal fato é visto como correção de uma distorção histórica da educação profissional, mas é uma maneira de recuperar o tempo perdido e alcançar índices que o referencie junto a outros países. A educação profissional estudada tanto no Brasil como no Chile permanecem engessadas pelas políticas governamentais.

PALAVRAS CHAVES: escola técnica profissional, ensino técnico, formação profissional, curso técnico de nível médio; mercado de trabalho.

ABSTRACT

The aim of this work is to investigate the specific development required for technical school students applying for work in industrial maintenance in Brazil and Chile, identify its relationship with public educational policies and verify whether it provides the development of competencies and skills for professional performance in the industrial maintenance market. Based on the ideas of Druker, Senge, Enguita, Ferretti, Rifkin, Dowbor, Godim, Bridges, Saviani, Hargreaves, Valente, Castells, Singer, Harvey, among others, the theoretical basis of this research was established to support the analysis between the educational laws of each country, the field work with recruiters, job interviewers, and those who finish technical courses at high school level in both countries. Methodology development was based on qualitative research with emphasis on documental analysis using the official documents from Educational departments as data sources to build the steps of legislation-development goals, and on quantitative research that analyzed the field data collected with the labor recruiter to build the labor market goals. Coupled with these two goals, the field research also encompassed the students finishing technical courses at high school level. The answers gathered in this study indicate that governments are seeking to provide students' development under the principles of competencies and skills in order to perform in the market of industrial maintenance labor. In the same way, students themselves claim such competencies and skills were achieved in the attended course, but the workforce recruiters doubt the applicants' educational development meets the market's requirements. This incongruence in the answers shows there is a gap between educational development and the labor market, perhaps due to the delay in implementing educational actions to face this rapidly evolving market. Some important aspects raised from the conclusions: Brazil and Chile reveal different characteristics regarding the improvement of professional development oriented to industrial mechanics because, in Chile, a rigid, structured curricular frame was observed, whereas in Brazil there are indications of some flexibility and openness to allow access to those who did not go to Primary schools at the expected ages and went to adult education programs for their initial technical education. Such a fact is seen as a correction for a historic misconception of technical education, and a means to recover wasted time and try to achieve indicators that would bring the country to the same level as others.

KEY WORDS: Technical schools, technical courses, professional development, technical courses at high school level, labor market.

RESUMEN

El objetivo del presente trabajo consiste en estudiar la formación específica para actuar en el mantenimiento industrial de los alumnos de las escuelas técnicas profesionales de nivel medio de Brasil y de Chile, identificar sus articulaciones con las políticas públicas de educación y si esa formación propicia el desarrollo de competencias y habilidades para la actuación profesional en el mercado de trabajo de mantenimiento industrial. Para ello, apoyado en las ideas de Druker, Senge, Enguita, Ferretti, Rifkin, Dowbor, Godim, Bridges, Saviani, Hargreaves, Valente, Castells, Singer, Harvey, entre otros, se estableció la base teórica del estudio, para subsidiar los análisis entre las legislaciones educativas de cada país, los estudios en campo con los reclutadores y seleccionadores de mano de obra y con los egresados de cursos profesionales técnicos de nivel medio de ambos países. El desarrollo de la metodología se basó en el estudio cualitativo, con énfasis en el análisis documental y fuente de datos de los documentos oficiales de los ministerios de educación para la construcción de las etapas de las metas de la legislación –formación, así como en el estudio cuantitativo que analizó los datos de la colecta en campo con los reclutadores de mano de obra constituyendo las metas del mercado de trabajo. Articulado a las dos metas, el estudio en campo también englobó a los egresados de cursos técnicos de nivel medio. Las respuestas alcanzadas por el estudio indican que los gobiernos buscan propiciar la formación de los alumnos en los preceptos de competencias y habilidades para actuar en el mercado de trabajo de mantenimiento industrial, así como los egresados informan que en el curso realizado se alcanzaron tales competencias y habilidades, sin embargo, los reclutadores de mano de obra cuestionan la formación educativa de los candidatos con relación a las demandas del mercado. Esa incompatibilidad de respuestas muestra que existe un hiato entre la formación educativa y el mercado de trabajo, provocado tal vez por la demora en la implementación de acciones educativas debido a la rápida evolución de ese mercado. Algunos aspectos importantes se destacaron en las conclusiones: Brasil y Chile muestran características diferentes en lo que se refiere al desarrollo de la educación profesional dirigida al segmento de mecánica industrial, pues en Chile se observa rigidez estructural de la matriz curricular, mientras que en Brasil hay aspectos indicativos de una flexibilización y apertura para permitir el acceso, en diferentes momentos, a quien no logró cursar las series escolares en las edades previstas e integró los programas de formación profesional inicial en la educación de jóvenes y adultos. Tal hecho se considera una corrección de una distorsión histórica de la educación profesional, pero es una manera de recuperar el tiempo perdido y alcanzar índices que lo equiparen con otros países.

PALABRAS CLAVES: escuela técnica profesional, enseñanza técnica, formación profesional, curso técnico de nivel medio; mercado de trabajo.

RELAÇÃO DE TABELAS

TABELA 1 – ATIVIDADES APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO TÉCNICO.....	77
TABELA 2 – ÁREA EM QUE DESEMPENHA SUAS ATIVIDADES APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO TÉCNICO.....	78
TABELA 3 – GRAU DE SATISFAÇÃO COM O CURSO, ATUAÇÃO NO MERCADO E REMUNERAÇÃO RECEBIDA.	79
TABELA 4 – ATIVIDADES QUE EXERCE ATUALMENTE.	80
TABELA 5 – EXIGÊNCIA DA SUA CAPACITAÇÃO EM RELAÇÃO AO CURSO TÉCNICO DE SUA FORMAÇÃO.	80
TABELA 6 – GRAU DE SATISFAÇÃO COM A ÁREA PROFISSIONAL DO CURSO TÉCNICO EM QUE SE FORMOU.....	80
TABELA 7 – CONTINUIDADE DOS ESTUDOS PARA NÍVEL SUPERIOR.	81
TABELA 8 – RELAÇÃO ENTRE A ÁREA DO CURSO SUPERIOR E A ÁREA DO CURSO TÉCNICO.	82
TABELA 9 – TIPO DE GRADUAÇÃO QUE O SEU CURSO SUPERIOR OFERECE OU OFERECEU.	82
TABELA 10 – AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO À INSTITUIÇÃO, À INFRAESTRUTURA, E AO CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO.....	83
TABELA 11 – AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS E A QUALIFICAÇÃO DOCENTES.....	83
TABELA 12 – AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AO CURSO TÉCNICO QUE VOCÊ CONCLUÍDO.	84
TABELA 13 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATUAL.	84
TABELA 14 – FAIXAS SALARIAIS EM QUE A REMUNERAÇÃO ATUAL SE SITUA.....	85
TABELA 15 – ESCOLARIDADE DOS PAIS POR PAÍS.....	86

RELAÇÃO DE QUADROS

QUADRO 1 – PORCENTAGEM DAS PROFISSÕES MAIS ESCASSAS POR SETOR PRODUTIVO.....	25
QUADRO2 – EGRESSOS POR REGIÃO DO PAÍS	32
QUADRO3 – RELAÇÕES ENTRE CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA QUALITATIVA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..	34
QUADRO4 – COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL E DO CHILE DE 1920 ATÉ 1990	45
QUADRO5 – ÁREAS PROFISSIONAIS E CARGAS HORÁRIAS MÍNIMAS	49
QUADRO6 – RESUMO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS POR EIXOS TECNOLÓGICOS.....	51
QUADRO7 – NOVA ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO.	54
QUADRO8 – CARGA HORÁRIA MÍNIMA POR SETOR ECONÔMICO CONFORME ACORDO Nº 001/2009.	55
QUADRO9 – COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL E DO CHILE DE 1990 ATÉ 2010.	57
QUADRO10 – COMPETÊNCIAS PREVISTAS A SEREM DESENVOLVIDAS	64
QUADRO11 – TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DOS ALUNOS.	65
QUADRO12 – INFRAESTRUTURA RECOMENDADA PARA O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO.	66
QUADRO13 – COMPARATIVO ENTRE CARGA HORÁRIA TOTAL DO ENSINO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	68

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO 1 – TABELAS COMPLETAS

ANEXO 1 – TABELAS COMPLETAS 1 - RESUMO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS.....	105
ANEXO 1 – TABELAS COMPLETAS 2 - ESPECIALIDADES POR SETOR ECONÔMICO - CONFORME DS nº 220 - 1998	109
ANEXO 1 – TABELAS COMPLETAS 3 - ESPECIALIDADE POR SETOR ECONÔMICO CONFORME DS nº 254-2009.....	111

ANEXO 2 – LEGISLAÇÃO DO BRASIL

ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 1 - LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	113
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 2 - DECRETO Nº 2.208 DE 17 DE ABRIL DE 1997	131
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 3 - PARECER CNE 17/97 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1997	133
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 4 - RESOLUÇÃO Nº 4/99 DA CNE/CEB DE 8 DE DEZEMBRO DE 1999	138
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 5 - DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004.....	154
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 6 - DECRETO Nº 5.622 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.....	156
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 7 - DECRETO Nº 5.840 DE 13 DE JULHO DE 2006.....	164
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 8 - DECRETO Nº 6.301 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.....	166
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 9 - LEI Nº 11.114 DE 16 DE MAIO DE 2005	168
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 10 - LEI Nº 11.330 DE 25 DE JULHO DE 2006	169
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 11 - LEI Nº 11.274 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006.....	170
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 12 - LEI Nº 11.700 DE 13 DE JUNHO DE 2008	171
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 13 - PARECER CNE/CEB Nº 11/2008	172
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 14 – PORTARIA Nº 870, DE 16 DE JULHO DE 2008.....	180
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 15 - LEI Nº 11.741 DE 16 DE JULHO DE 2008	181
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 16 - LEI Nº 12.061 DE 27 DE OUTUBRO DE 2009	183
ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 17 – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009.....	184

ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO DO CHILE

ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA 1 - LEY ORGANICA CONSTITUCIONAL DE ENSEÑANZA Nº 18.962 DE 7/3/1990.....	187
ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA 2 - TEXTO DA LEY Nº 19.876 DE 07 DE MAYO DE 2003	203
ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA 3 - DECRETO SUPREMO DE EDUCACIÓN Nº 220	204
ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA 4 - DECRETO SUPREMO DE EDUCACIÓN Nº 254 ¹ (Imagem scaneada).....	208
ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA 5 - ACUERDO Nº 001/2009 DEL CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN	212
ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA 6 - ACUERDO Nº 028/2009 DEL CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN	214
ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA 7 - LEY GENERAL DE EDUCACIÓN nº 20.370 DE 17/08/2009	216

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DA PESQUISA: TRABALHO E FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	21
O desenvolvimento técnico, tecnológico, as novas tecnologias e a educação.	22
Trabalho e formação profissional.	24
As mudanças no trabalho e na formação profissional.	27
CAPÍTULO 2 – CONCEPÇÃO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
Fundamentos e características da pesquisa qualitativa.....	33
Dados analisados.....	35
Temas da Formação	35
Temas do Mercado de Trabalho.....	36
Instrumentos de coleta das informações dos egressos.	36
Instrumentos de coleta das percepções dos selecionares de mão de obra.	37
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL E NO CHILE	39
A Educação Profissional Técnica de nível médio no Brasil a partir do ano de 1990.....	46
A Educação Técnica Profissional de Nível Médio no Chile a partir do ano de 1990.....	51
Comparações entre as políticas educacionais para o nível médio – geral e técnico - do Brasil e do Chile a partir de 1990	55
CAPÍTULO 4 – O ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – FORMAÇÃO	58
Legislação da Formação.....	58
CAPÍTULO 5 – A PERCEPÇÃO DOS SELECIONADORES DE MÃO DE OBRA PARA O MERCADO DE TRABALHO	70
Aderência da Formação ao Mercado.....	71
CAPÍTULO 6 – A PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SOBRE A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR.	77
Empregabilidade.....	77
Formação e continuidade dos estudos.....	81
Percepção da formação recebida	82
Perfil do entrevistado	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
Legislação da Formação técnica de nível médio.....	87
Temas do Mercado de Trabalho.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES.....	97
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	100
ANEXOS	103
ANEXO 1 – TABELAS COMPLETAS	104
ANEXO 2 – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	112
ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA	186
APÊNDICES.....	241
Apêndice 1 – Questionário dos selecionadores de mão de obra - Brasil	242
Apêndice 2 – Questionário dos selecionadores de mão de obra - Chile	245
Apêndice 3 – Questionário dos egressos brasileiros.....	248
Apêndice 4 – Questionário aplicados aos egressos chilenos	253

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem dois objetivos: Investigar a formação profissional dos alunos das escolas técnicas profissionais de nível médio do Brasil e do Chile do curso de Mecânica Industrial para atuar no segmento da manutenção industrial e, identificar se o conteúdo e a operacionalização do curso atendem às necessidades do mercado.

O estudo parte dos anos 1990 que aprofundaram, especialmente no Brasil, mudanças econômicas e sociais, alteraram a estrutura produtiva, as tecnologias empregadas e, em muitas situações, as relações de trabalho. Os governos buscam fomentar políticas públicas de geração de novos postos de trabalho, de inclusão digital da população e do uso das tecnologias para propiciar o enfrentamento dos requisitos do mercado de trabalho ao desenvolver ações que criem condições de empregabilidade, desenvolvimento pessoal e profissional.

Segundo Lima (2007), os sistemas de ensino e formação profissional consistem em ofertas de educação socialmente organizadas para o mercado de trabalho, porém nem sempre são capazes de garantir a efetiva aprendizagem, a inclusão e permanência nesse mercado. Isto porque as constantes mudanças na ordem produtiva e no uso de equipamentos tecnológicos requerem uma formação diferenciada, contínua e ao longo da vida de forma a manter as pessoas preparadas para o trabalho, exigindo flexibilidade, abertura e qualificação. Não há mais como se afastar dessas mudanças e da presença da tecnologia nas atividades profissionais. A necessidade de compreender tais mudanças para a ocupação dos cargos e vagas disponíveis no mercado de trabalho demanda diferentes e complexas competências e qualificações técnicas dos profissionais que atuam ou pretendem atuar nesse mercado.

O conhecimento na sociedade globalizada, segundo Druker (2001), deve estar focado na qualificação do sujeito, e não no equipamento ou na empresa. Assim, entende-se que há necessidade de investir na formação das pessoas para que elas possam desenvolver-se e consigam atingir a autonomia em um nível que lhes permita adaptar-se às contínuas transformações provocadas pela evolução das tecnologias, da ciência e da produção. Senge (1997, apud Aires de Geus) destaca que as empresas na era da globalização incorporam conhecimentos da equipe de trabalho (empresa como ser vivo,

---

---

aprendente) e a qualidade da sua produção está na capacitação e competência de seus colaboradores que se desenvolve, adotando uma postura distinta daquelas empresas dos anos de 1950, em que a força de trabalho impulsionava suas atividades (empresa como máquina, operada por alguém). Na mesma direção de Druker e Senge, Enguita (2007) explana que a produção do conhecimento e o desenvolvimento de competências profissionais provocam mudanças de atitudes e o aprimoramento do trabalhador ao mesmo tempo em que determinam seu compromisso com o objeto fim do seu trabalho.

Por mais que pesquisadores e estudiosos mostrem caminhos, sentidos e direções para a obtenção do emprego, no contraponto está o desemprego, fato inerente ao sistema capitalista que oscila conforme ciclos econômicos dependendo mais do crescimento econômico de um país do que de decretos e leis específicas. Mesmo assim, o aprimoramento de qualificações profissionais e o desenvolvimento de competências, são instrumentos que aumentam a probabilidade de encontrar ou criar o seu próprio emprego. (MASCARO Apud SINGAL, 2009, p.1).

Em seu artigo “Formação profissional e reforma do Ensino Técnico no Brasil”, Ferretti (1997), destaca dois pontos que surgem a partir das transformações recentes na produção e na economia: o primeiro advindo das transformações dos setores produtivos e de serviços, e, devido à leitura apressada dessas mudanças, elas impactam a formação técnica, mas não são tratadas como um processo em contínua evolução, e sim como algo pronto, acabado e definitivo; o segundo ponto está relacionado com as ligações entre tecnologia e qualificação, estabelecidas como relações causais entre progresso técnico, mudança nos conteúdos, processos de trabalho e qualificação profissional, que são enfatizados nos treinamentos dos setores operacionais e nas definições de atributos desejáveis aos novos trabalhadores, desconsiderando a complexidade intrínseca que se evidencia nas inter-relações e na retroalimentação entre todos esses aspectos.

Saviani (2007), ao analisar o ensino médio e a relação com o trabalho, discorre que ele deve ser tratado diferentemente do ensino fundamental, pois no ensino profissional há uma relação explícita e direta entre a formação educacional e a preparação para o trabalho. As mudanças nos processos industriais, a inserção das novas tecnologias de informação e comunicação e a implantação de equipamentos com eletrônica embarcada não só criaram uma nova relação entre emprego e trabalho mas também uma nova

---

---

sistemática para a manutenção desses equipamentos, exigindo que os responsáveis por esse trabalho possuam formação profissional atualizada que lhes permita conhecer o equipamento e prover ações destinadas à correção de falhas.

A velocidade das mudanças dos componentes eletrônicos utilizados nos equipamentos empregados nos processos industriais não permite que a formação profissional seja desenvolvida a partir dos trâmites legais das ações educacionais e nem definida como um modelo para ser aplicado nos currículos das instituições de ensino. Essas instituições formadoras não podem continuar centradas em um modelo definido e aplicado por regras e ações educacionais estanques, baseadas em um formato engessado de currículo e à margem do mercado. É preciso buscar a participação das empresas, tanto as que produzem equipamentos como aquelas que os utilizam, para que, junto com as instituições de formação profissional, possam se dedicar ao estudo das novas concepções de ensino e trabalho no dinamismo das demandas industriais.

Fundamentalmente este trabalho é de natureza documental e qualitativa centrado em dois temas de pesquisa que orientam o desenvolvimento do estudo:

Formação: que tem foco na legislação da formação profissional caracterizando como ela se estrutura e se desenvolve no Brasil e no Chile, especificamente a educação profissional técnica de nível médio na área de manutenção industrial;

Mercado de Trabalho: que estuda as demandas do mercado de trabalho para o preenchimento de vagas disponíveis articuladas com o que as escolas profissionais técnicas de nível médio oferecem como formação específica para a área de manutenção industrial nos dois países.

As informações sobre o primeiro tema foram selecionadas de documentos oficiais dos Ministérios de Educação de cada país. Além disso, foram feitas visitas às escolas localizadas nas regiões metropolitanas de São Paulo e Santiago, definidos como campo de estudo, com a finalidade de compreender o contexto pesquisado e o modo de operação dessas escolas tanto no Brasil como no Chile.

Os dados para o segundo tema foram extraídos de duas fontes de pesquisa; a primeira fonte foi buscada junto aos recrutadores de mão de obra a partir de questionário enviado à empresas privadas de intermediação de mão de obra, reconhecidas localmente pela eficiência de sua prestação de serviços, das regiões metropolitana de cada país com o objetivo de identificar critérios e referências para a

---

---

inserção de técnicos de nível médio no mercado de trabalho do segmento de manutenção industrial. A segunda fonte tem foco nos egressos brasileiros e chilenos para identificar sua percepção sobre a adequação da formação profissional recebida em relação às necessidades do mercado.

Os dados sobre os egressos brasileiros originam-se da Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PATRÃO; FERES; 2009) referente à área industrial da região Sudeste do Brasil; e para os egressos chilenos, eles procedem de estudo de caso realizado na Região Metropolitana de Santiago, onde foi aplicado instrumento de campo idêntico à pesquisa brasileira, tendo em vista que não existia pesquisa similar naquele país.

O trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos. No **capítulo 1**, além da abordagem teórica, foi contextualizada a pesquisa, citando as principais alterações que o mundo experimenta, as mudanças na formação e no trabalho advindas da inserção das novas tecnologias em distintos segmentos de atividades. Este capítulo aborda ainda sinteticamente as novas formas de organizações e trabalho, o redesenho do trabalho e do emprego, as discussões acerca do modelo de qualificação profissional, as novas formas de preparação profissional sob a ótica da organização do trabalho, bem como o impacto dessas mudanças nas escolas de ensino profissional e nos cursos profissionais técnicos de nível médio.

O **capítulo 2**, objetivou especificar o percurso metodológico desenvolvido, definir sua fundamentação teórica e as características das pesquisas qualitativa e quantitativa utilizadas, objetivos e questões de investigação, os principais temas de pesquisa e seus subtemas e estabelecer os procedimentos metodológicos realizados no presente estudo.

O **capítulo 3**, discorreu sobre a historicidade da educação profissional do Brasil e do Chile, abrangendo dois períodos temporais: o primeiro, como relato histórico da educação profissional no período de 1920 a 1990, e o segundo abrange a fase atual a partir de 1990 até o ano de 2010. Deste segundo período, selecionou-se os principais documentos do nível educacional estudado nos dois países, e elaborar relatórios sistematizados das respectivas legislações.

No **capítulo 4**, foram apresentado os principais aspectos do desenvolvimento da Educação Profissional de nível médio no Brasil e no Chile a partir do final de 1990 com a

---

---

análise das legislações educacionais do nível médio profissional de acordo com os pontos do Tema da Formação explicitado no capítulo 2 deste trabalho.

No **capítulo 5** buscou-se analisar as respostas dos questionários aplicados aos recrutadores dos dois países e identificar na visão desses profissionais de recursos humanos se a qualificação dos egressos dos cursos profissionais técnicos de nível médio atende às demandas do mercado de trabalho no momento da seleção e da contratação, e quais seriam as sugestões de melhoria na estrutura das escolas como forma desses egressos serem (re)inseridos nesse mercado.

O **capítulo 6**, a partir dos dados dos questionário aplicado aos egressos do Chile e dos dados da Pesquisa Nacional de Egressos, aborda na visão de ex-alunos aspectos sobre empregabilidade, formação e continuidade dos estudos, a avaliação que fazem dos cursos concluídos e seu perfil pessoal no sentido de criar referências destinadas às análises com os dois temas de pesquisas tratados no capítulo 2.

Nas **Considerações Finais**, buscou-se saber se os dados sistematizados responderam às questões de investigação. Para isso, foram resgatadas as observações teóricas, as sínteses dos capítulos e, a partir desses elementos, elaborou-se as articulações e a discussão final do presente trabalho.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DA PESQUISA: TRABALHO E FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo são apresentados os fatores que orientam o desenvolvimento do tema da formação profissional oferecida pelas escolas técnicas profissionais de nível médio do Brasil e do Chile em um trabalho que articula a educação profissional com as exigências do mercado de trabalho neste final da primeira década do século XXI.

Embora esse tema possibilite diversos olhares e infinitas variáveis, o foco do presente estudo visa à formação profissional de nível médio para atuar no segmento de manutenção industrial, e como essa formação técnica vem sendo tratada para preparar o aluno para a convivência com o desenvolvimento técnico e tecnológico, e da presença das novas tecnologias como elementos presentes no cotidiano de sua atuação profissional.

Neste foco de trabalho, procurou-se tratar do desenvolvimento tecnológico, do pensamento de estudiosos e pesquisadores a respeito do aprendizado e da formação neste final de primeira década do século XXI, e desenvolver o objetivo da pesquisa nos dois países estudados sob dois aspectos: legislação educacional vigente e realidade do mercado de trabalho. Essa última dimensão, por sua vez, foi analisada em relação às exigências de formação profissional e das competências necessárias para a (re)colocação nesse mercado.

Portanto, na abordagem deste capítulo, buscou-se fazer uma contextualização do desenvolvimento técnico, tecnológico e das novas tecnologias do referido período. Buscou-se explicitar as políticas públicas da educação promulgadas e implementadas nos anos 2000 a 2009 nos dois países. Quando necessário, faz-se menção a aspectos que emergem das legislações educacionais em vigor, para o nível educacional estudado, ainda que digam respeito a anos anteriores ao período estudado bem como as características do ensino profissional de nível médio de maneira mais ampla.

O desenvolvimento técnico, tecnológico, as novas tecnologias e a educação.

Os equipamentos dotados de novas tecnologias de informação estão presentes no cotidiano das pessoas nos diversos segmentos profissionais e no uso pessoal. Assim, computadores pessoais (*desktop e notebooks*), equipamentos de telefonia móvel, GPS, veículos automotores, aparelhos médicos de diagnósticos não invasivos, máquinas de lavar roupas, equipamentos de gerenciamento e controle de máquinas operatrizes, de envasamento ou de produção contínua, e ainda outros equipamentos, todos estão incorporados na cultura contemporânea, e as pessoas que os utilizam já não se espantam com o desenvolvimento tecnológico que os mesmos apresentam e que evoluem continuamente. Tais tecnologias incorporam-se à vida e ao trabalho e estruturam de forma tão intensa as atividades que as pessoas só se dão conta de sua presença quando enfrentam problemas com o seu funcionamento.

A manutenção desses artefatos exige pessoal habilitado, equipamentos especiais para diagnóstico dos defeitos, aplicação de conhecimentos em diversas áreas para a solução dos problemas apresentados, demandando das pessoas envolvidas nesse trabalho uma constante atualização profissional.

A habilitação desses profissionais é realizada por meio de processos formativos que podem e devem estar voltados tanto para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao seu desempenho no trabalho como devem propiciar a formação de cidadãos críticos, ativos e que saibam tomar decisões.

Hargreaves (2004), Lima (2007), Drucker (2001) e Valente (1999) apontam para a importância da aprendizagem ao longo da vida e para a necessidade de formação que supere o exercício do fazer e esteja voltada à aprendizagem, uma vez que as mudanças exigem profissionais capazes de aprender continuamente.

Desta forma, o conhecimento sobre o equipamento em manutenção e a utilização de equipamentos tecnológicos auxiliares para diagnóstico dos defeitos evidenciam, ao responsável pela manutenção, um aprender diferente daquele dos conceitos da Administração Científica de Taylor, onde o conhecimento era alcançado pela constante repetição do fazer. Esse aprender deverá ser contínuo e ao longo da vida, e sempre em

---

---

busca de obter novas fontes, novos saberes e atualização em relação às mudanças tecnológicas e procedimentos envolvidos no trabalho.

Entretanto, segundo Hargreaves (2004), essa tecnologia pode trazer benefícios e malefícios dependendo da sua utilização: pode servir para auxiliar uma formação emancipadora como facilitadora e desenvolvedora de aspectos formativos, ou estar a serviço de rígidos controles e maciça padronização que coloca fim à criatividade e à inventividade.

O pesquisador português Lima (2007) alerta com propriedade sobre a responsabilidade do Estado em desenvolver políticas públicas que proporcionem condições de formação profissional condizente com as características do mercado de trabalho.

Esse posicionamento profissional e pessoal é fruto da mudança curricular, flexibilização da formação e humanização que o uso da tecnologia pode auxiliar e potencializar, pois ela está presente no mundo moderno e incorporada ao fazer profissional.

Enguita, (2007) defende que equipamentos dotados de novas tecnologias exigem profissionais com formação educacional diferenciada e atualizada. A capacitação para tal fim, segundo esse autor, deve estar alicerçada no contínuo aprendizado, desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes, proatividade das ações e capacidade própria de buscar novos conhecimentos com autonomia e criatividade. Esses múltiplos desenvolvimentos devem ter o objetivo de ressignificar os conhecimentos apreendidos e construir um saber diferenciado e um fazer consciente próprio. Esse processo, para Enguita, caracteriza o tempo presente da terceira revolução industrial.

Com relação a esses pontos Duarte (2008), Valente (1999) e Mizukami (2001) (apud VALENTE, 1999, p. 29) propõem que se busque compreender como essas transformações das ciências e do trabalho e as mudanças de paradigma deveriam ser incorporadas na educação e em suas práticas pedagógicas. Pois neste campo as organizações educacionais atuam na prática diferentemente da retórica: apregoam uma abordagem construtivista e emancipadora enquanto praticam, cotidianamente, uma abordagem pedagógica tradicional desfocada da realidade do mercado de trabalho.

A mudança pedagógica referenciada por esses autores exige que a formação de pessoas críticas, criativas e com autonomia para produzir novos conhecimentos esteja relacionada com a mudança de uma educação baseada na transmissão da informação e na instrução, para a criação de ambientes de aprendizagem construtivistas nos quais o aluno realiza atividades e constrói o seu conhecimento (VALENTE, 1999).

Outros autores, como Santos (2001), indicam a necessidade de repensar os sistemas educacionais em seu todo, pois permanece uma questão não resolvida: a articulação entre educação e trabalho ao afirmar que as reformas educacionais não estão vinculando essas duas realidades. O foco educacional raramente ultrapassa o âmbito pedagógico enquanto a formação para o trabalho não apresenta enriquecimento dos currículos com componentes propriamente educacionais.

A dicotomia entre educação e trabalho mostrada por Santos reflete o que ocorre com o desenvolvimento dos currículos do ensino médio no início da presente década, e indicam que as posições durante a elaboração do currículo formal do ensino profissional de nível médio são antagônicas e transformam em ponto de estrangulamento a consolidação das leis que regulamentam esse nível de ensino. De um lado, os currículos tratam do sistema de competências para o desenvolvimento humano, e de outro, da inserção do educando no sistema produtivo sem estabelecer um diálogo entre os dois lados que atenda aos princípios gerais da proposta do Conselho Nacional de Educação que é a preparação do aluno para o trabalho.

Trabalho e formação profissional.

Ao se falar de trabalho, empregabilidade, emprego e (re)colocação profissional sempre surge, na sociedade globalizada, o contraponto ao assunto – a formação profissional.

É comum encontrar reportagens veiculadas nos principais meios de comunicação abordando que a formação profissional de qualquer nível é a solução para o emprego ou para a (re)colocação profissional dos aspirantes a uma vaga ou a determinado cargo. Entretanto, o que se denota, e os estudiosos apontam, é que esses dois parâmetros – formação e trabalho – não funcionam integrados como se apresentam, mas

---

dicotomizados e distintos, e desse modo a formação profissional não é garantia intrínseca para o trabalho.

Segundo Saviani (1994) a relação educação e trabalho pode ser entendida sob duas perspectivas: a primeira é que não existe relação entre educação e trabalho e a segunda, que a educação está diretamente ligada à qualificação profissional e esta qualificação contribui para o trabalho e o desenvolvimento econômico.

No entanto, os meios de comunicação vêm mostrando que a falta de qualificação profissional no país é um fato real e que vários segmentos econômicos se mostram preocupados com a carência de profissionais para preencher as vagas disponíveis no mercado de trabalho.

Mas não só as reportagens da mídia jornalística e televisa trazem o alerta ou mostram essa problemática do Brasil. Em 2009, a Fundação Dom Cabral publicou um estudo denominado "Retomada dos Investimentos Pós-Crise", no qual apresenta facetas interessantes dessa relação dicotomizada entre a formação e o trabalho. O estudo mostra que as maiores empresas brasileiras e as melhores empresas de logística, classificadas de acordo com o *ranking* da Revista Exame – 2009 buscam mão de obra qualificada e não a estão encontrando no mercado de trabalho brasileiro.

As empresas citadas no estudo foram responsáveis por 12,45% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do ano de 2008 e, em conjunto, o faturamento delas foi superior a US\$ 207 bilhões, no mesmo período.

O Quadro 1 adiante, reproduzido a partir das informações do estudo da Fundação Dom Cabral mostra, resumidamente, a distribuição da escassez de profissionais por setor produtivo no Brasil.

Quadro 1 - Porcentagem das profissões mais escassas por setor produtivo

PROFISSÃO	AUTOMOBILÍSTICO	BENS DE CONSUMO	ELETRO-ELETRÔNICOS	INDÚSTRIA CONSTRUÇÃO	SIDERURGIA METALURGIA	TRANSPORTES	MÉDIA
Engenheiro	20		40	29	50	18	34,75
Analista						3	0,5
Supervisor	6	25	20	6		16	12,7
Técnico	7	22	20	29	25	22	20,1
Pessoal operacional	40	25	20	29		22	22,5
Motorista		9				3	2,0
TOTAL	73	81	100	93	75	84	

QUADRO 1 - PORCENTAGEM DAS PROFISSÕES MAIS ESCASSAS POR SETOR PRODUTIVO – ADAPTADO – FONTE: FUNDAÇÃO DOM CABRAL – Disponível em <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/Retomada%20dos%20Investimentos%20Pós- crise.pdf> (Acesso em 29/05/2010).

Pelo Quadro 1 apresentado, pode-se notar que para as funções de Técnico e Pessoal Operacional, nas quais o egresso dos cursos profissionais técnico de nível médio pode profissionalmente se encaixar, há uma deficiência média por volta de 21,00% para ambas as funções.

Outro fato destacado é a realidade desconsiderada no país até há pouco tempo atrás: a importação da mão de obra de outros países com qualificação para suprir a escassez no Brasil, ou a busca por serviços em outros países. Em reportagem jornalística do jornal O Estado de São Paulo, (Pereira, 2010), sobre a falta de mão de obra qualificada no Brasil, mostra relatos de empresários e associações de empresas que confirmam a busca de mão de obra em outros países ou fora da região de atividades das empresas.

Esse fato, de acordo com Aurélio Sant’Ana, presidente do Sindicato da Indústria do Mobiliário e Marcenaria do Estado do Paraná, já é sentido pelas empresas do ramo: a sofisticação e a inserção de tecnologias nos equipamentos industriais e a falta de operários e técnicos que possam compreender os manuais desses equipamentos têm obrigado as empresas a lançar buscas de mão de obra especializada, ou melhor preparada, na Argentina e no Uruguai.

Gerson Schmitt, presidente da Associação Brasileira de Empresas de *Software* (ABES), fala que, pela falta de profissionais na área de desenvolvimento de *software*, já há empresas indianas captando trabalhos no Brasil para serem desenvolvidos no exterior, o que cria dependência profissional e baixo desenvolvimento dessa área no país.

Neri (2010), baseado em estudo recente sobre formação profissional desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas e Instituto Votorantim, e por ele coordenado, concluiu que a probabilidade de um egresso de curso profissional técnico de nível médio estar empregado é de até 48,2%; e com carteira assinada, de 38,0% e cujo salário pode ser até 13,0% maior do que o do egresso do ensino médio propedêutico.

Neri (2010), ainda em outra entrevista ao jornal O Estado de São Paulo (2010), aborda a questão salarial dos egressos dos cursos profissionais à distância e verificou que os egressos desses cursos têm seus salários impactados da mesma forma que os egressos dos cursos técnicos presenciais (STANISCI; ALVAREZ, 2010, p. A-20).

As mudanças no trabalho e na formação profissional

Ao tratar do desenvolvimento da humanidade, os termos trabalho e técnica permeiam toda a história, sob diversas formas, mostrando seu papel fundamental na evolução das sociedades.

A evolução humana provém de conquistas alcançadas a partir do trabalho e do desenvolvimento das técnicas, das ciências e da tecnologia. A evolução do trabalho relaciona-se à estrutura socioeconômica e cultural e desempenha papel importante na construção das etapas do desenvolvimento das sociedades, na concepção das organizações produtivas que determinam o seu modo de vida e no estabelecimento de parâmetros de diferenciação entre elas.

O trabalho nas fábricas e nas organizações burocráticas dos países industrializados introduziu o conceito de emprego. Em importantes períodos ao longo da história, o desenvolvimento econômico modificou a evolução das sociedades e, em épocas de crises tanto sociais como econômicas, ameaçou o emprego. Tal fato provocou, e ainda provoca, questionamentos sobre a importância e significado do emprego nas relações sociais e econômicas.

Os parâmetros tradicionais do mercado de trabalho capitalista, entretanto, estão ruindo, segundo Dowbor (1998), e com ele certas epistemologias, mas, segundo o autor, muitas modificações referem-se à transformação do conteúdo das atividades produtivas e à inclusão de novas tecnologias, conhecimentos e ao trabalho indireto, proporcionando a oferta de uma gama de serviços que, anteriormente, não existiam.

As mudanças em andamento que acompanharam a inserção das novas tecnologias alteraram profundamente as relações entre trabalhadores e trabalho. De acordo com Rifkin (1995), as novas tecnologias e a racionalização do trabalho introduziram novas idéias e geraram dois resultados: de um lado o aumento de produtividade, dos lucros, da competitividade na sociedade globalizada; de outro, o desemprego.

Castells (1999), referindo-se ao surgimento da nova estrutura social associada à reestruturação produtiva, afirma que a economia está caracterizada por cultura e por instituições específicas, mas não está mais relacionada a uma única e determinada sociedade. Ao contrário, surge em contextos culturais nacionais muito distintos, da

---

América do Norte à China, passando pelos mais variados pontos do planeta, exercendo influência em todos os países e produzindo uma estrutura de referências multiculturais:

[...] o processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social. A transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e processo de globalização afetam a sociedade em geral. (CASTELLS, 1999, p. 224)

Assim, as novas tendências tecnológicas e organizacionais indicam que as antigas formas rígidas começam a ser flexibilizadas dando passagem a um novo regime de acumulação, que alguns autores denominam especialização flexível ou acumulação flexível. O novo “modelo produtivo”:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1996, p. 140)

Esse autor ainda afirma na mesma página que a “acumulação flexível” envolve:

[...] rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Sob a égide da “acumulação flexível”, o velho modelo taylorista/fordista estaria sendo substituído por um “novo” modelo de organização do trabalho cujas características principais seriam a produção em pequenos lotes, a reintegração das atividades de execução e planejamento, e ainda o emprego de trabalhadores mais qualificados para o desenvolvimento de um trabalho mais variado (LEITE, 1996).

Neste contexto, a concepção de qualificação profissional também deve ser alterada adequando-se ao novo momento econômico. O conceito de qualificação profissional foi utilizado principalmente a partir do período entre 1950 e 1960 no intuito de adequar a formação escolar às demandas dos contratantes de mão de obra. Esse conceito está baseado na teoria do capital humano e foi utilizado pelas agências multilaterais para

---

---

medir o retorno dos investimentos em educação e para atender às necessidades de mão de obra dos modelos industriais existentes. Como aconteceu no mundo, o Brasil também se enquadrou nesse conceito de qualificação para a formação profissional sob a ótica da preparação de mão de obra especializada para enfrentar as demandas do mercado de trabalho.

Para Paiva (1995), não se pode mais pensar no modelo de qualificação desse período onde a economia e a educação estavam ligadas por meio das demandas da indústria de transformação. O planejamento para a obtenção de qualificação profissional era fixado pelas metas produtivas de determinado setor da atividade econômica. Atualmente o mercado exige que profissionais sejam qualificados de tal forma que possam adaptar-se às diferentes e rápidas mudanças da tecnologia e mudanças dos ramos econômicos.

Por muitas décadas, a economia e o planejamento da educação trabalharam com a qualificação formal. Planejava-se a maneira de obter um número x de diplomas em determinadas áreas ou setores profissionais, de acordo com projeções de demanda. Calculava-se a taxa de retorno através de diferenciais de rendimentos (salários) em função de anos de escolaridade ou da posse de um diploma, media-se a relação custo-benefício social dos investimentos em educação, fosse por meio de considerações globais sobre o atendimento de metas econômicas nos países socialistas, fosse por meio de indicadores indiretos nos países capitalistas. Nestes, o mercado requeria força de trabalho diplomada, atestados de conclusão de curso. (PAIVA, 1995, p. 76)

No mercado de trabalho do modelo de acumulação flexível, o conceito que norteia a qualificação profissional é o de competências. Segundo Hirata (1994), a noção de competência é ainda imprecisa e decorre da necessidade de se avaliar e classificar conhecimentos e habilidades a partir das novas exigências de trabalho, associando-as aos novos modelos de produção e gerenciamento que substituíram a noção de qualificação anteriormente utilizada.

Nesse sentido, segundo Ropé e Tanguy (1997), o modelo de “competências” centrado em saberes e habilidades possuídos pelos trabalhadores tiveram inicialmente a sua aplicação em grandes empresas multinacionais ou transnacionais e vieram acompanhadas por um conjunto de ações sociais que lhe deram forma e objetividade conforme afirmam as autoras:

[...] são justificados pela ideia de racionalização reivindicada pelos diferentes protagonistas que estão na sua origem e que vão desde os empresários, as autoridades governamentais, os construtores de referenciais, passando pelos cientistas convocados para dar legitimidade às práticas e representações que estão sendo construídas. (ROPÉ; TANGUY, 1997, p. 31).

As empresas buscam definir essas competências como saber agir, intervir, decidir nas situações críticas, e não mais como a capacidade, o conhecimento e as habilidades em executar ou tomar decisões.

O conceito mais utilizado no mundo empresarial e acadêmico deriva de estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2003), no qual, o termo “competência” “define a aquisição de conhecimentos e habilidades em um nível de conhecimento suficiente para ser capaz de executar atividades adequadamente em um ambiente trabalho”. (OCDE, 2003, p. 34).

Segundo Dubar (1998), as instituições ao se apropriarem desse conceito mudaram as características de seus profissionais, pois a negociação e o contrato de trabalho passaram a ser individuais, ao contrário do modelo de qualificação tradicional que, muitas vezes, envolvia processos de negociação coletiva. Além disso, o modelo de competências tende a apagar o fato de que o reconhecimento salarial é o resultado de uma relação social dinâmica, e não de um encontro face a face entre indivíduo *a priori* provido de atributos produtivos e de uma empresa que reconhece nele suas competências, transformando-as em desempenho mais ou menos suscetível de ser medido (DUBAR, 1998, p. 100).

Desse modo, o modelo OCDE além de ser mais aderente às mudanças tecnológicas em andamento, é notadamente mais adequado a um sistema econômico construído sob a égide do mercado.

No próximo capítulo, abordam-se a metodologia e os procedimentos de pesquisa utilizados no desenvolvimento do presente estudo.

CAPÍTULO 2 – CONCEPÇÃO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto do presente estudo tem como foco a Educação Profissional Técnica de nível médio no Brasil e no Chile, voltada ao setor de Mecânica Industrial e na área de manutenção industrial, conforme definida nos documentos oficiais dos respectivos ministérios de Educação em um recorte temporal entre final dos anos 1990 e 2009 e a percepção dos selecionadores de mão de obra desse nível educacional e dos egressos desses cursos nos dois países.

O objetivo principal desta investigação é identificar como a Educação Profissional Técnica de nível médio dos dois países articula-se com as políticas públicas de Educação, e como se desenvolve a formação de seus egressos para enfrentarem as demandas, competências e habilidades para a atuação no mercado de trabalho e da empregabilidade.

Buscou-se, no desenvolvimento desse trabalho responder a três questões:

- A educação técnica profissional de nível médio encontrada no Brasil e no Chile prepara seus egressos para enfrentarem o atual mercado de trabalho suprindo as competências e exigências deste mercado?
- Quais são as divergências e convergências significativas encontradas no âmbito das Políticas Públicas de Educação para a educação profissional técnica de nível médio em relação ao Brasil e ao Chile?
- Quais são as diferenças significativas evidenciadas nos dois países que apontam para a preparação do jovem egresso deste nível educacional em relação às competências e habilidades necessárias para atuar no mercado de trabalho?

Para atender a esses objetivos a estratégia de pesquisa foi estruturada da seguinte forma, aplicada aos dois países:

- a) Levantamento documental da legislação;
- b) Análise por parte dos egressos da percepção de sua formação profissional e desempenho no mercado de trabalho;
- c) Análise pelos selecionadores de mão de obra da percepção da adequação da formação profissional ao mercado na área de manutenção industrial.

Os procedimentos adotados para desenvolver o tópico “b” foram distintos para o Brasil e Chile. Os dados referentes aos egressos brasileiros procedem da “Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)” (PATRÃO; FERES, 2009), efetuada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte para o período de 2003 a 2007.

O estudo abrangeu as regiões geográficas do país, focalizando os cursos técnicos e tecnológicos da rede federal de educação, sendo que para o presente estudo abordou-se somente os egressos dos cursos do setor Industrial. Ao total foram analisados 1.895 egressos distribuídos pelas regiões conforme Quadro 2. Para fins deste estudo, foram consideradas as respostas de 739 egressos da Região Sudeste.

Quadro 2 – Conjunto de Dados da Pesquisa por Região do País

Regiões do Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Base de pesquisa	130	565	128	739	333	1.895

QUADRO2- EGRESSOS POR REGIÃO DO PAÍS – FONTE: Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)

No caso chileno, não foi encontrada fonte similar de dados, assim, foi realizado levantamento direto de campo com questionários respondidos por trinta e nove egressos, originários de listas de sessenta ex-alunos fornecidas por gestores de cinco escolas públicas e privadas do curso profissional técnico na modalidade de Mecânica Industrial, localizadas na Região Metropolitana de Santiago. Os entrevistados eram concluintes dos últimos três anos anteriores (de 2006 a 2009) a 2010. O levantamento de campo realizado no Chile aplicou instrumento idêntico àquele aplicado na pesquisa realizada no Brasil pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (Apêndices 3 e 4).

O tamanho e composição das amostras de egressos e os procedimentos adotados para a obtenção das informações impedem a efetivação de comparações. Diante dessas restrições, os dados da pesquisa brasileira se constituirão na base da descrição empírica, enquanto que as informações produzidas pelos egressos chilenos serão utilizadas como contraponto e indícios de comportamento. As informações chilenas poderão então sugerir divergências ou convergências nas percepções e constatações, assim como mostrar ou trazer novas questões à própria pesquisa.

Os selecionadores de mão obra entrevistados para a presente pesquisa, tanto no Brasil como no Chile, item 'c', procedem de empresas privadas de intermediação de mão de obra reconhecidas localmente pela eficiência de sua prestação de serviços. Ao todo foram enviados por correspondência vinte questionários, dos quais se obtiveram onze devoluções: seis de empresas brasileiras e cinco de empresas chilenas. (Apêndices 1 e 2) O período de aplicação do questionário e recebimento das respostas foi entre junho e agosto 2010.

Em síntese, a presente pesquisa está apoiada na análise de dois eixos: a síntese das informações resgatadas dos documentos oficiais selecionados sobre o ensino de nível médio e técnico e a análise dos dados originários dos egressos e dos selecionadores de mão de obra.

A partir dessa estrutura, são elaboradas as triangulações e interpretações das informações produzidas para os dois países, buscando as respostas às perguntas formuladas.

Fundamentos e características da pesquisa qualitativa

A natureza da pesquisa levou a se considerar os fundamentos da pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas para alcançar os resultados: basta estar focada no processo e no seu significado. Pope e Mays (2008) sugerem que os métodos qualitativos trazem como contribuição à pesquisa uma mescla de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos.

Com base em Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13), no que concerne ao estudo documental, apresentam-se no Quadro 3 os princípios e características que nortearam o desenvolvimento deste estudo e as suas relações com os demais procedimentos metodológicos que foram empregados.

Quadro 3 – Relações entre Características da Pesquisa Qualitativa e Procedimentos Metodológicos

CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA QUALITATIVA	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
“A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”.	A busca e obtenção dos dados e informações tiveram como foco principal os documentos oficiais dos Ministérios de Educação do Brasil e do Chile e a consulta junto às principais bases de dados sobre as condições dos egressos do nível educacional estudado.
“Os dados coletados são predominantemente descritivos”.	A apresentação dos dados é realizada de maneira descritiva, com base nas fontes originais que são documentos oficiais (Leis, Decretos e Pareceres) com sua utilização e organização características ao eixo de pesquisa estudado. Além disso, as fases de desenvolvimento da pesquisa são descritas com o intuito de caracterizar o cenário da investigação.
“A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto”.	No desenvolvimento e na organização dos dados da pesquisa, foram considerados pontos relevantes dos documentos oficiais e buscou-se caracterizar aqueles de destaque e coincidentes com os temas de estudo estabelecidos nesta pesquisa.
“O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador”.	Ao olhar sobre os dados coletados, o pesquisador buscou identificar as principais informações emergentes dos documentos oficiais, atribuindo a elas indicadores importantes de um país, relacionados com os aspectos relevantes de convergência ou divergência ao comparar com os mesmos indicadores do outro país.
“A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. O fato de não existirem hipóteses e questões específicas formuladas <i>a priori</i> não implica a inexistência de um quadro teórico que oriente a coleta e análise dos dados”.	Não se restringiu às hipóteses para orientar a coleta ou a análise dos dados obtidos nos documentos oficiais. Buscou-se desmembrar da legislação existente, e em vigor, os pontos chave ligados ao problema de pesquisa. No entanto, é necessário considerar que havia, inicialmente, um Quadro de pesquisa teórico orientando o olhar do pesquisador durante a fase de seleção, organização e análise dos dados e informações.

QUADRO3 - RELAÇÕES ENTRE CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA QUALITATIVA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As informações produzidas a partir dos dados dos egressos serão analisadas sem a pretensão de auferir a significância estatística conforme apresentado anteriormente, mas como ocorrências sugestivas.

Adicionalmente, com o intuito de apreender o ambiente e a prática da educação profissional, foram realizadas visitas de estudo em cinco escolas de cada país, localizadas nas Regiões Metropolitanas de Santiago e São Paulo. Nessas visitas foram contatados gestores, coordenadores e supervisores no sentido de entender o andamento e a efetivação das ações educacionais dessas escolas. Os gestores de cada escola chilena forneceram listas com nome, endereço e telefone de contato de doze egressos do curso de mecânica industrial, totalizando para as cinco escolas sessenta egressos dos quais, e conforme enunciado anteriormente, apenas trinta e nove devolveram respondido o questionário que lhes foi apresentado.

Dados analisados

Os dados comuns conseguidos para cada tema foram agrupados em relatórios de análises para a realização da análise de cada um dos países. A ação de relacionar, separadamente, os pontos em destaque dos temas de um mesmo eixo possibilitou fornecer um panorama geral dos assuntos que apresentavam convergência e divergência ou criavam temas novos, gerando relatórios pertinentes. Esta estrutura de análise permitiu determinar os pontos relevantes de análise para os dois países.

Cabe esclarecer que as Leis, Decretos, Pareceres, do período até 1990 estão somente citados e as demais, analisadas, estão listadas em Leis, Decretos e Pareceres e disponibilizadas para consulta do leitor, nos Anexos do presente trabalho

Os relatórios de análise foram elaborados a partir dos aspectos selecionados para a pesquisa e analisados de forma agrupada, abrangendo temas ou subtemas, conforme a seguir:

Temas da Formação

Os temas da formação foram definidos da seguinte forma:

TF 01 – Legislação educacional abordando os seguintes aspectos:

- Níveis educacionais: estrutura dos níveis educacionais previstos nas Leis de cada país.
- Abrangência: população envolvida na estruturação da educação de cada país.
- Gratuidade do ensino: níveis educacionais públicos/privados, responsabilidades governamentais (federal, estadual e municipal) em relação à gratuidade.
- Idades limites: mínima e máxima previstas.
- Desenvolvimento da Educação de Nível Médio: forma de desenvolvimento da Educação de Nível Médio e relação com Formação Profissional Técnico de Nível Médio.
- Áreas de atuação profissional: áreas profissionais de atuação do técnico.

TF 02 – Matriz Curricular.

TF 03 – Competências previstas a serem desenvolvidas perpassando os seguintes aspectos:

-
-
- Competências previstas nos documentos oficiais; temas que possibilitam os alunos alcançarem as competências previstas.
  - Infraestrutura recomendada: itens da infraestrutura necessária.

TF 04 – Jornada escolar e carga horária mínima.

TF 05 – Tempo de duração dos cursos

TF 06 – Certificação

Temas do Mercado de Trabalho

Os temas do mercado de trabalho foram definidos da seguinte forma:

TM 01 – Exigências da contratação.

TM 02 – Competências avaliadas na contratação.

TM 03 – Experiências exigidas na contratação:

- Formação complementar.
- Tipos de treinamento.
- Periodicidade de treinamento.

TM 04 – Qualificações extras relevantes.

TM 05 – Recomendações de mudanças aos responsáveis pela educação.

Os instrumentos da pesquisa de campo foram estruturados de formas diferentes visando à obtenção das informações conforme o assunto abordado e seguindo as orientações descritas avante.

Instrumentos de coleta das informações dos egressos.

Conforme explicitado no início do presente capítulo, as informações dos egressos brasileiros foram tomadas da pesquisa realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte para o período de 2003 a 2007.

O Chile não possui uma pesquisa similar acerca de seus egressos e, portanto, houve a necessidade de buscar resgatar tais informações. Para analisar a percepção desses egressos, adotou-se a mesma estrutura e distribuição das questões do formulário da pesquisa brasileira ([Apêndice 3](#)), traduzido para o idioma espanhol ([Apêndice 4](#)).

O questionário em foco possuía vinte e seis questões objetivas com múltiplas opções de respostas e duas questões (a terceira e a quinta) subjetivas para livre resposta

---

---

dos entrevistados. Não foram consideradas nas análises dos questionários a primeira, terceira e quinta questões devido à ausência de respostas em muitos questionários.

O questionário aplicado buscou compreender os aspectos adiante descritos agrupando-se as respostas nos seguintes temas e subtemas:

TQ1 - Empregabilidade

- Situação profissional
- Atividades exercidas
- Capacitação

TQ2 - Formação e continuidade dos estudos

- Cursando nível superior
- Área do curso superior
- Tipo de graduação

TQ3 - Avaliação da formação recebida

- Instituição
- Curso

TQ4 - Perfil do entrevistado

- Nível de escolaridade atual
- Remuneração atual
- Nível de escolaridade dos pais

Instrumentos de coleta das percepções dos selecionares de mão de obra.

Para a análise da percepção dos selecionadores de mão de obra de técnicos de nível médio nos dois países - pertencentes a empresas privadas de intermediação dessa mão de obra, reconhecidas localmente pela eficiência de sua prestação de serviços, como já foi dito anteriormente - foram elaborados questionários específicos para cada país (questionários iguais, porém em idiomas diferentes - [Apêndice 1 – Brasil](#) e [Apêndice 2 - Chile](#)).

As empresas escolhidas totalizaram dez para a região metropolitana de São Paulo e dez para a região metropolitana de Santiago. Esses questionários foram enviados pelo correio ou por correio eletrônico, tendo sido obtidas as respostas de apenas onze questionários. (seis do Brasil e cinco do Chile) que possuíam onze questões subjetivas

---

---

para livre resposta dos entrevistados e uma questão objetiva com múltiplas opções de respostas (primeira questão) que não foi considerada nas análises de ambos os países.

Buscou-se compreender os aspectos adiante descritos, agrupando-se as respostas nos seguintes pontos:

TS1 - Perfil profissional buscado no momento da contratação

TS2 - Competências exigidas

TS3 - Experiências exigidas na contratação

TS4 - Qualificações extras relevantes

TS5 - Recomendações

As respostas de ambos os questionários foram lançadas em quadros e tabelas agrupando-as de acordo com os pontos citados de cada grupo.

Os aplicativos e *softwares* utilizados no desenvolvimento dessa pesquisa são os usuais, disponíveis na rede mundial de computadores, livres ou de uso restrito (como aplicativos para o desenvolvimento de Textos, Planilhas de Cálculo, Geradores de Apresentações). Embora houvesse a possibilidade do uso do aplicativo específico CHIC (Classificação Hierárquica Implicativa e Coersitiva) que prioriza a análise qualitativa das inter-relações dos dados para a geração de informes estatísticos, tal não ocorreu face às discrepâncias entre os dados, tornando sua aplicação difícil de ser realizada.

No capítulo seguinte, levando-se em conta o desenvolvimento metodológico aqui explanado, inicia-se a exposição da legislação educacional envolvida e, na sequência, apresenta-se a análise sobre a percepção dos egressos dos cursos envolvidos e dos selecionadores deste tipo de mão de obra.

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL E NO CHILE

Ao estudar a educação profissional de nível médio no Brasil e no Chile, com um recorte a partir do final dos anos de 1990, é importante resgatar a historicidade do desenvolvimento deste nível educacional nos dois países até o momento (final da primeira década do século XXI). Neste período ambos experimentaram mudanças para adequar-se às novas condições internas e alinharam-se de forma semelhante por força de acordos internacionais e orientações definidas pelos organismos de fomento, desenvolvimento e financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (CUNHA, 2000).

Antes de desenvolver os principais pontos dessa historicidade, pretende-se fazer um breve relato dos principais movimentos ocorridos nos dois países até o final de 1990, para posteriormente, apresentar um detalhamento ampliado dos atos legislativos na primeira década de 2000.

Ao analisar os históricos das políticas educacionais do Brasil e do Chile, pode-se dizer que os dois países tiveram evoluções educacionais bastante próximas quando se faz um recorte anterior aos anos de 1940. O que se nota é a existência em ambos os países de uma educação elitizada e diferenciada por classe social, havendo pouca ou quase nenhuma preocupação com a população de baixa renda.

No Brasil, até o início do século XX, o ensino profissional era um ensino de traço assistencialista, herdado do período imperial e voltado para os menos favorecidos socialmente. Em 1909, foram criadas dezenove escolas de aprendizes e artífices em várias regiões do país, pelo então Presidente da República Nilo Peçanha (Decreto Lei nº 7.566 de 23/09/1909) e instaladas a partir de 1910, (UTFPR¹, 2011), visando à formação de mão obra melhor qualificada.

A partir de 1940, os dois países buscaram expandir a educação técnica para atender às necessidades de qualificação gerada pelo processo substitutivo de importações que acarretou a expansão da manufatura e, na sequência, dos níveis de consumo e do

---

¹ UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

---

comércio. Entre 1942 e 1946, o governo central estabeleceu normas para a educação profissional visando qualificar a mão de obra para a indústria e o comércio. Surgem assim iniciativas voltadas para oferecer formação profissional e educação voltada aos aspectos sociais para os participantes dos setores econômicos existentes na época, citadas a seguir.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – (jan/1942): atender à necessidade premente do país na formação de mão de obra para a indústria de base que começava a se desenvolver. Na ocasião, estava claro que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o País. A criação do SENAI foi inspirada na experiência do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional².

SESI – Serviço Social da Indústria – (jul/1946): melhorar a qualidade de vida do industrial e de seus dependentes. Em suas atividades incluía a prestação de serviços em saúde, educação, lazer, cultura, nutrição e promoção da cidadania.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – (jan/1946): manter cursos práticos ou de continuação e de especialização em escolas de aprendizagem comercial para os empregados adultos do comércio, não incluídos na aprendizagem formal. Deveria também ter a finalidade de contribuir com a difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que com ele se relaciona diretamente, promovendo para tal os acordos necessários, especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Governo Federal.

SESC – Serviço Social do Comércio – (set/1946): planejar e executar medidas que contribuíssem para o bem-estar e a melhoria do padrão de vida dos comerciantes e suas famílias. O SESC resultou de uma perspectiva de construção do bem-estar social, para além da necessidade de estabelecer uma legislação trabalhista, e propunha uma sociedade mais igualitária e pacífica.

Embora a qualificação oferecida por essas instituições não previsse e nem possibilitasse a progressão escolar a níveis superiores, elas focavam a formação profissional no nível educacional básico, com vista a proporcionar a ascensão social.

O Brasil promoveu e antecipou-se em relação ao Chile nas mudanças educacionais para atender às alterações econômicas que o país necessitava. O Chile por sua vez, neste período, não apresentou mudanças consideráveis em sua política educacional e,

---

² Os **Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional** foram escolas técnicas criadas por diversas companhias férreas do Estado de São Paulo, voltadas para a formação de jovens ferroviários. A Sorocabana foi pioneira nesse processo, enviando anualmente alguns alunos para a Escola Mecânica anexa ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. As primeiras iniciativas ocorreram em 1924 e os resultados levaram ao projeto mais amplo de criação dos Centros. Em 1931, começava a funcionar o Curso de Ferroviários na Escola Profissional de Sorocaba. Em pouco tempo, a iniciativa privada das companhias de trens contou com o apoio e subsídio do governo do Estado de São Paulo: em 1934, por meio das Secretarias de Educação e Saúde Pública e de Viação e Obras Públicas, eram criados os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional que rapidamente se expandiram pelo território paulista, servindo também de modelo para iniciativas do gênero em outras partes do Brasil. Em 1937, já existiam nove centros localizados nos municípios de Jundiá, Rio Claro, Campinas, Araraquara, Bebedouro, Bauru, Pindamonhangaba, São Paulo e Sorocaba. Tais escolas mantinham cursos diretamente voltados para a formação do pessoal das oficinas (Diretoria de Recursos Humanos da Ferrovia Paulista S. A., s/d).

---

especificamente sua orientação para a educação profissional permaneceu com normas e orientações previamente existentes de alguns cursos ministrados pelos liceus de ofício³.

Na década seguinte, o Brasil manteve a dianteira nas mudanças da legislação educacional. Nos anos 1950, o Chile continuava com a mesma política para a educação com características de pouca atividade em relação à formação profissional técnica, enquanto o Brasil introduziu mudanças significativas com a promulgação da Lei Federal nº 1.076/50 de 31 de março de 1950, pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, oficializando a equivalência entre o ensino acadêmico e o profissionalizante, corroborada pelo presidente Getúlio Vargas, em seu segundo mandato, que, por meio da Lei Federal 1.821/53 de 12 de março de 1953, promulgou e formalizou legalmente a equivalência entre o ensino acadêmico e o profissional.

Com a promulgação de diversos Decretos e Leis, entre eles o que reconhecia os cursos técnicos básicos para fins de progressão escolar, criou-se a possibilidade de o aluno cursar o ensino básico profissional e, quando o desejasse, poderia: progredir para o nível médio nos cursos científico ou clássico (cursos que correspondiam ao atual ensino médio) por meio de prova avaliativa específica e, sendo aprovado, migrar para esse nível escolar e, quando concluído o ensino médio, candidatar-se ao ensino superior.

A década de 1960 foi marcada pelas maiores alterações nas políticas educacionais de ambos os países. O Chile, em 1964, alterou a legislação vigente (Lei nº 3.654 de 1920) e implantou a jornada de seis anos para o ensino básico e o governo de Eduardo Frei (Decreto nº 25.952 de 07/12/1965) modificou, a partir de 1966, a estrutura educacional existente de modo a atender todos os níveis de educação, com diretrizes para cada modalidade de ensino, desde a pré-escola até o ensino superior. No bojo desta estruturação, definiu a educação de nível médio em duas áreas de ensino: ensino propedêutico e ensino profissional.

Nesse período, o Brasil também formulou novas políticas de educação (Lei Federal nº 4.024 de 20/12/1961) que estabeleceu as diretrizes e bases para a educação do país, definindo a abrangência dos diversos níveis educacionais e a equivalência entre o ensino médio (secundário) e o ensino profissional (técnico).

---

³ **Liceus de Ofícios** – Escolas destinadas a ministrar uma formação básica de algumas profissões sem a estruturação de educação formal e sem possibilidade de ascensão escolar.

Na década de 1970, novas e interessantes modificações nas políticas educacionais dos dois países mostraram percursos e objetivos diferentes. Ávilla (1999) comenta as mudanças propostas pelo governo de Salvador Allende e registra que ocorreu no Chile o Congresso Nacional de Educação em dezembro de 1971 que buscou, a partir deste evento, criar estratégias para efetivar as decisões do congresso com metas e política educacional a ser implantada no país. De acordo com a Revista do Ministério da Educação do Chile, o governo de Salvador Allende tentou implantar uma política educacional de orientação socialista, com as seguintes características:

- a) Reconhece a realidade do subdesenvolvimento e visualiza como tarefa nacional a construção de uma nova economia, uma nova sociedade e uma cultura nova, de caráter socialista. Rechaçam-se o capitalismo e as formas políticas antidemocráticas.
- b) Reconhece a necessidade de que a educação se ligue à construção socialista.
- c) Planeja a reestruturação do sistema nacional de educação com dupla finalidade: que atenda a toda população do país ao longo de todas as etapas da vida e satisfaça as múltiplas necessidades da nação.
- d) O sistema nacional de educação deve envolver a participação das forças sociais na sua gestão e ter uma estrutura integrada e, por sua vez, descentralizada.
- e) Projeta a formação de um homem novo como ser harmônico, íntegro, autônomo, crítico e pluralista.
- f) Define a Escola Nacional Unificada como a forma específica que deve assumir a educação regular neste novo contexto.
- g) A Escola Nacional Unificada tem um caráter democrático, dando a real igualdade e variedade de oportunidades não só para o ingresso, mas para a continuidade no processo educativo.
- h) Explicita-se claramente o sentido nacional, a orientação produtiva, o caráter científico que assume a Escola Nacional Unificada (REVISTA DE EDUCACIÓN, n° 39. 1972. p. 27, tradução desse autor).

Após o golpe militar, a Junta de Governo do Chile revogou essas mudanças. O Brasil nessa época, também sob regime militar, desenvolveu e normatizou leis voltadas ao ensino de 1º e 2º graus (fundamental e médio) e, em especial, a educação profissional (Lei nº 5.692 de 11/08/1971 e Lei nº 7.044 de 18/10/1982).

Na década seguinte, Brasil e Chile focaram seus objetivos na educação técnica de nível médio, embora implantando modelos distintos.

De acordo com Cunha (2000), o Chile implantou a educação profissional galgada nos modelos neoliberais dos principais agentes mundiais de fomento, enfatizando a ligação entre o ensino formal e a educação profissional de nível médio.

A década de 1980 começou, para o Chile, com profundas reformas educacionais, que fizeram do país o laboratório internacional de reforma do

---

---

campo educacional nos termos da ideologia neoliberal. Mas, em 1981, independentemente desse quadro, foi tentado o estabelecimento de uma ponte entre a educação geral e a técnico-profissional no nível médio: depois de dois anos de curso comum, haveria dois anos de cursos diversificados, nos quais a modalidade geral e propedêutica separar-se-ia das modalidades técnico-profissionais.

A orientação privatista e descentralizadora do governo militar, no sentido de transferir ao setor privado e às municipalidades as escolas até então geridas e financiadas pelo governo nacional, atingiu também as instituições de educação técnico-profissional. Aos empresários que se dispusessem a investir no ensino técnico-profissional foram conferidas as mesmas facilidades para a criação de escolas de educação básica e média, de caráter geral. (CUNHA, 2000, p. 64).

Entretanto, os objetivos neoliberais, mas mantidos os aspectos da privatização e da descentralização, foram abandonados após seis anos, retornando à situação educacional chilena de antes, ainda baseada na política educacional de Eduardo Frei sancionada em 1965.

Para ilustrar as diferenças entre a legislação educacional dos dois países, o Quadro 4 adiante mostra as principais características dos sistemas educacionais (fundamental e médio) entre 1920 e o final de 1990, mostrando ainda os principais pontos de transformação da Educação Profissional Técnica de nível médio desse período.

O próximo tópico deste capítulo versa sobre a Educação Profissional Técnica de nível médio a partir do recorte estabelecido para a presente pesquisa, ou seja, a partir dos anos de 1990 até 2009.

Quadro 4 – Desenvolvimento da Educação Formal do Brasil e do Chile no período de 1920 até 1990.

AÇÃO EDUCACIONAL IMPLEMENTADA OU MODIFICADA	BRASIL				CHILE			
	Situação Legal	Implantada	LEI/DECRETO	DATA	Situação Legal	Implantada	LEI/DECRETO	DATA
Obrigatoriedade do ensino primário de 4 anos para crianças até 13 anos Criava a Escola Normal (nível médio).					Lei Chilena	Sim	LEI Nº 3.654	20/08/1920
Criação do Ensino Comercial.	Não integrava o sistema educacional Regular.	Sim	Reforma Francisco Campos	1932				
Muda a denominação das Escolas de Aprendizes e Artífices para Liceu Industrial– Transformação em Escola Técnica.	Não integrava o sistema educacional Regular.	Sim	Não disponível	1941				
Cria o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - organiza e administra as escolas de aprendizagem para os industriários.	Não integrava o sistema educacional Regular.	Sim	DECRETO LEI Nº 4.048	22/01/1942				
Estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial – Ensino de nível básico. – Não dava direito à progressão ao nível médio.	Integrava o sistema educacional Regular.	Sim	DECRETO LEI Nº 4.073	30/01/1942				
Cria o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - organiza e administra as escolas de aprendizagem para os industriários.	Integrava o sistema educacional Regular.	Sim	DECRETO LEI Nº 8.621	10/01/1946				
Cria o SESI - Serviço Social da Indústria - voltado para a melhoria da qualidade de vida do industrial e seus dependentes.	Não integrava o sistema educacional Regular.	Sim	DECRETO- LEI Nº 9.403	25/06/1946				
Cria o SESC - Serviço Social do Comercio - voltado para o bem-estar e a melhoria do padrão de vida dos comerciantes e suas famílias.	Não integrava o sistema educacional Regular.	Sim	DECRETO- LEI Nº 9.853	13/09/1946				
Flexibiliza a progressão ao nível médio mediante prova avaliativa para os alunos dos cursos de primeiro ciclo do ensino comercial; ensino industrial ou agrícola. Possibilitava progressão após prova avaliativa.	Integrava o sistema educacional Regular	Sim	LEI Nº 1.076	31/03/1950				
Regulamenta a Lei 1.821 e dá Nova flexibilização ao ensino – Permitida a matrícula na primeira série do curso clássico ou científico dos alunos dos cursos técnicos comerciais, industriais e agrícolas mediante adaptação ao currículo dos cursos.	Integrava o sistema educacional Regular	Sim	DECRETO Nº 34.330	21/10/1953				
Introduzem diversas alterações e correções na Lei nº 3.654 – A alteração mais importante é a mudança para seis anos o período do ensino básico.					Integrava o sistema educacional chileno	Sim	Não disponível	Entre 1920 e 1964

Define abrangência e diretrizes para a Educação no Brasil, fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Possibilitava progressão após adaptação.	Integrava o sistema educacional Regular	Sim	LEI Nº 4.025	20/12/1961				
Define abrangência, estabelece nova estrutura à Educação definindo níveis educacionais para: Educação Infantil; Educação Básica para os dois ciclos (1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série); Educação Média e Educação Superior.	Integrava o sistema educacional Regular	Sim	LEI Nº 5.692	11/08/1971	Integrava o sistema educacional chileno	Sim	27.952	07/12/1965
Avaliação da reforma de Eduardo Frei; expansão das matrículas; por meio de diversos decretos reestabelece as reformas de Eduardo Frei após o expurgo das orientações socialistas de Salvador Allende.					Integrava o sistema educacional chileno	Sim	Diversos decretos da J. M. G.	De 1973 Até 1975
Alteração dos dispositivos da Lei nº 5.692 de 11/08/1971 referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Ênfase na ligação entre a educação formal e a educação profissional.	Integrava o sistema educacional Regular	Sim	LEI Nº 7.044	18/10/1982	Integrava o sistema educacional chileno	Sim	Diversos decretos da J. M. G.	De 1981 Até 1987

QUADRO4- COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FORMAL DO BRASIL E DO CHILE NO PERÍODO DE 1920 ATÉ 1990

A Educação Profissional Técnica de nível médio no Brasil a partir do ano de 1990.

Até meados dos anos de 1990, a Educação no Brasil seguiu a mesma estrutura e modo de funcionamento do período anterior. Assim, a promulgação da Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 resultou de uma variação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 sobre a profissionalização do ensino de 2º grau, e vigorou até o final de 1996, quando ocorreu a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB ([Lei nº 9.394](#) de 20/12/1996, BRASIL, 1996), trazendo mudanças substanciais nas políticas educacionais, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional e, em especial, do ensino médio e ensino profissional técnico que passavam a ter uma concepção profissionalizante.

A nova lei, entre outros aspectos, encaminha a prioridade de expansão da educação para atender a maior número de pessoas até atingir a universalização; torna o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não puderam frequentar a escola em idade própria, e estabelece a progressiva extensão da gratuidade e obrigatoriedade do ensino médio. Entretanto, até o ano de 2010 verifica-se que a extensão da obrigatoriedade do ensino médio não ocorre em nenhum dos estados brasileiros, enquanto que a gratuidade do ensino médio é oferecida nos estados e municípios do país e está restrita praticamente às escolas públicas federais, estaduais e municipais, que correspondem a 71,39% (MEC/INEP, 2009) do total de 25.923 escolas desse nível de ensino.

Cunha (2000) ressalta que o ensino médio definido pela LDB trazia uma concepção marcadamente profissionalizante ao afirmar que as finalidades incluíam:

[...] a preparação para o trabalho de cada aluno, para que ele seja “capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que, ao final do ensino médio, o educando demonstre “domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna. (CUNHA, 2000, p. 56)

Passados pouco menos de seis meses, o [Decreto nº 2.208](#) de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997A) regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da [Lei nº 9.394/96](#), trazendo uma nova visão à educação profissional ao estabelecer objetivos de:

-
-
- I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
  - II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
  - III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
  - IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

O mesmo decreto cria ainda diferentes formas operativas e uma nova organização curricular para o ensino profissional técnico de nível médio e para a educação profissional de nível superior de onde se destacam as principais mudanças conforme exposto adiante:

A educação profissional será desenvolvida em articulação como o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

A educação profissional compreende os seguintes níveis:

- I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia;
- II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
- III - tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Ainda no bojo do [Decreto nº 2.208](#) de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997A), apresentam-se as definições dos níveis da educação profissional e o modo de oferta para esse tipo de ensino do qual se extraíram os pontos de relevância conforme adiante:

- A educação profissional de nível básico é uma modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.
- As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.
- Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional.
- A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.
- Os cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, e conferirão diploma de Tecnólogo.

- As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exame específico.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu [Parecer 17/97](#) aprovado em 8 de dezembro de 1997 (BRASIL, 1997B), e homologado em 14 de janeiro de 1998, contraria o que estabelece o [Decreto nº 2.208/97](#) e formula a resolução de que somente seria oferecida certificação de técnico aos egressos desses cursos que também tivessem concluído o ensino médio, tanto anteriormente ou simultaneamente ao curso técnico. Desta maneira, não seria oferecida certificação aos alunos que só concluíssem os módulos de uma especialidade técnica, eliminando a possibilidade de certificação independente do ensino médio.

Em 8 de dezembro 1999, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional da Educação, por meio da [Resolução nº CEB/CNE 4/99](#) (BRASIL, 1999), instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e definiu as vinte áreas profissionais do ensino profissional técnico, que poderiam ser modificadas com a inclusão ou exclusão de áreas. Tal processo de permanente atualização conta com a participação de representantes da área de educação, empregadores e trabalhadores. As áreas profissionais definidas em 1999 estão mostradas no Quadro 5 adiante.

Quadro 5 – Áreas Profissionais e Cargas Horárias Mínimas

Área Profissional	Carga Horária Mínima De Cada Habilitação
Agropecuária	1.200
Artes	800
Comércio	800
Comunicação	800
Construção civil	1.200
Design	800
Geomática	1.000
Gestão	800
Imagem pessoal	800
Indústria	1.200
Informática	1.000
Lazer e desenvolvimento social	800

Meio ambiente	800
Mineração	1.200
Química	1.200
Recursos pesqueiros	1.000
Saúde	1.200
Telecomunicações	1.200
Transportes	800
Turismo e hospitalidade	800

QUADROS - ÁREAS PROFISSIONAIS E CARGAS HORÁRIAS MÍNIMAS FONTE: Conselho Nacional de Educação – [Resolução CNE/CEB 4/99](#).

Importante mudança na educação profissional técnica de nível médio ocorreu no ano de 2004, adaptando suas finalidades às necessidades do sistema produtivo e da sociedade, ao ser promulgado o [Decreto nº 5.154](#) de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), que estabelece e regulamenta o ensino profissional com alterações da [Lei nº 9.394/96](#) e do [Decreto nº 2.208/87](#) regulamentando o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da [Lei nº 9.394/96](#), e cria uma nova relação para a Educação Profissional no Brasil a ser desenvolvida conforme exposto adiante:

A Educação Profissional passa a ser desenvolvida e ministrada nos seguintes níveis:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

A educação profissional observará as seguintes premissas:

- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
- II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Para fins do disposto no caput considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Os cursos mencionados no caput articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.

Novas formas operativas para esse nível de ensino encontram-se detalhadas no decreto e de onde se destacam as principais mudanças conforme adiante:

A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no [§ 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996](#), será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
  - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
  - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
  - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deveria, observados o [inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 1996](#) e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento.

Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.

Revoga-se o [Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997](#).

Com o advento da educação a distância e a necessidade de se ofertar formação profissional em regiões onde não há oferta de cursos na modalidade presencial, foi criado, através do [Decreto nº 6.301](#) de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, o qual estabelece a possibilidade do desenvolvimento da educação profissional na modalidade de educação a distância, gratuita, democratizando o acesso aos cursos técnicos de nível médio para regiões onde não há ofertas desses cursos na modalidade presencial.

Em junho de 2008, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2008) reestrutura por meio do [Parecer nº CNE/CEB nº 11/2008](#) as áreas profissionais, transformando-as em doze eixos tecnológicos conforme Quadro 6 adiante e que são definidos como eixos temáticos do Catálogo Nacional de Cursos Técnico de Nível

Médio (BRASIL, 2009). Tal modificação ainda sem ser transformado em Lei ou Decreto foi referendada pelo Ministério da Educação através da [Portaria nº 870](#), de 16 de julho de 2008.

Quadro 6 - Resumo do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos por Eixos Tecnológicos com as cargas horárias

EIXOS TECNOLÓGICOS	Mínima	Máxima
01. Ambiente, Saúde e Segurança.	800	1.200
02. Apoio Educacional.	800	1.200
03. Controle e Processos Industriais.		1.200
04. Gestão e Negócios.		800
05. Hospitalidade e Lazer.		800
06. Informação e Comunicação.	1.000	1.200
07. Infraestrutura.	800	1.200
08. Militar ⁴ *.		1.200
09. Produção Alimentícia.	800	1.200
10. Produção Cultural e Design.		800
11. Produção Industrial.		1.200
12. Recursos Naturais.	1.000	1.200

QUADRO6 - RESUMO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS POR EIXOS TECNOLÓGICOS CONFORME [CNE/CEB nº 11/2008](#) - FONTE: Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e [Portaria nº 870](#), de 16 de julho de 2008.

(*) A formação no Eixo Tecnológico – Militar será ministrada única e exclusivamente pelas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), vedada a possibilidade de os cursos deste eixo tecnológico serem ministrados por outras instituições de ensino.

O Quadro 6 mostra os eixos tecnológicos definidos e adotados pela [Portaria nº 870](#) de 16 de julho de 2008, do Ministério da Educação como guia para os cursos de formação profissional de nível médio no país. O próximo item abordará os principais tópicos sobre a educação chilena.

A Educação Técnica Profissional de Nível Médio no Chile a partir do ano de 1990

O Chile, antes de 1990, teve um caminhar legislativo distinto em relação ao Brasil. Desde a promulgação do Decreto nº 27.952 de 07/12/1965 pelo Presidente Eduardo Frei

⁴ A formação no Eixo Tecnológico – Militar será ministrada única e exclusivamente pelas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), vedada a possibilidade de os cursos deste eixo tecnológico serem ministrados por outras instituições de ensino.

Montalva, poucas foram as mudanças na legislação educacional chilena, mesmo no período de governo da Junta Militar de Governo.

Segundo Ávilla (1999, p. 120), entre 1973 e 1975, o governo militar do Chile - sem formular mudanças profundas ou elaborar uma nova política educacional diferente das anteriores - buscou apagar os rastros da política educacional de Salvador Allende e “avaliar o processo da reforma educacional de 1965”, ao promulgar o Decreto nº 1.892 de 21 de novembro de 1973, porém com ajustes e modificações curriculares conforme mostradas adiante.

Destacam-se os seguintes documentos:

1. Decreto de Educação nº 1.892 de 21/11/1973;
2. Diretiva Educacional nº 87;
3. Linhas Gerais de Ação do Governo de março de 1974;
4. Políticas Educacionais do Governo do Chile de dezembro de 1974;
5. Plano Operativo de 1975; (não analisado por não referenciar importância significativa ao presente estudo);
6. Programa Ministerial de 1975. (não analisado por não referenciar importância significativa ao presente estudo).

Dentre os documentos destacados, os dois primeiros são de caráter emergencial e destacam a fundamentação teórica da educação e sua identificação com os valores nacionais defendidos pelo governo militar do Chile.

O terceiro documento, também de caráter emergencial, explicita o formato ideológico da junta militar para os interesses do país e para seus cidadãos concebendo, de forma inicial, as linhas gerais da educação chilena.

O quarto documento editado definiu as políticas educacionais do governo do Chile e caracterizou as mudanças educacionais através de um conjunto de orientações gerais do sistema educativo visando à redução das distorções e desigualdades. Propunha um programa de dois anos para criar as bases para uma mudança mais abrangente.

Os demais documentos citados não foram analisados por não trazerem referências importantes ao presente estudo.

Dentre as experiências ocorridas no Chile a partir de 1981 estava aquela que tentava estabelecer uma ligação entre a educação geral e a educação profissional de nível médio. Tal experiência, baseada nas formatações dos órgãos de fomento internacionais (BID, BIRD, entre outros), foi abandonada seis anos depois e retornou-se à antiga

---

separação entre formação e trabalho criada pelo Decreto nº 27.952 de 7 de dezembro de 1965.

Embora tais experiências tivessem caráter inovador, elas possuíam orientações privatistas e descentralizadoras, transferindo para o setor privado e às municipalidades a gestão e a condução das escolas, inclusive as de ensino técnico profissional. Em 1990, todos os liceus técnicos profissionais públicos foram transferidos à administração de corporações formadas por empresários privados⁵.

Em resumo, a visita histórica sobre as políticas educacionais do Chile até 1990 apontam para os seguintes destaques:

- A política educacional do governo de Eduardo Frei (Decreto nº 27.952 de 07/12/1965);
- As mudanças propostas por Salvador Allende e que foram rechaçadas pelos políticos da época;
- As políticas educacionais privatistas do governo da Junta Militar entre 1973 e 1990.

Ao final do governo militar, foi promulgada a [Lei nº 18.962](#) de 7 de março de 1990, dando as características à política educacional chilena que permaneceu em vigor até o final de 2009.

[Lei nº 18.962 de 7 de março de 1990](#) - Lei Orgânica Constitucional de Educação (LOCE⁶ - Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza) reestruturou a educação chilena, definiu níveis educacionais e outras atribuições, direcionando os passos a serem seguidos para a educação do país.

O primeiro governo civil, do presidente Patricio Aylwin Azócar (1990 a 1994) não promoveu alterações estruturais, embora tenha traçado diretrizes voltadas à qualidade da educação e à equidade da distribuição social dos resultados.

Segundo Cunha (2000), o segundo governo civil do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle⁷ (1994 a 2000) buscou priorizar a educação, elevando-a a condição de objetivo principal do governo. A constituição da Comissão Nacional para a Modernização da

---

⁵ Estes liceus recebiam, mediante convênio, recursos públicos como dotação por escola e não pelo número de alunos matriculados ou participantes como as demais.

⁶ **LOCE** – Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza. Lei promulgada pela Junta Militar de Governo do Chile em 07 de março de 1990 que define os principais aspectos educacionais do país. Pode-se dizer que é uma lei de diretrizes da educação chilena. Em 17 de agosto de 2009, a LOCE foi substituída pela Lei nº 20.370, LGE – Ley General de Educación. Alguns aspectos da LOCE ainda estão em vigor em função da temporalidade de implantação da nova lei.

⁷ **Eduardo Frei Ruiz-Tagle** – Presidente do Chile entre 1994 e 2000, é filho do ex-presidente Eduardo Frei Montalva.

Educação apresentou em 1994 um relatório denominado de Relatório Brunner com os seguintes destaques sobre a educação de nível médio e profissional:

- A reforma da educação de nível médio é “inadiável”, prevendo a retomada da reforma educacional de 1981/1987, porém com um aprofundamento de suas ações.
- Terminar com o dualismo entre o ensino “acadêmico” e o ensino “técnico”.
- Fim da uma educação profissional de caráter “terminal”.
- Implantação de uma estrutura educacional diversificada e que não seja segmentada. (CUNHA 2000, p. 65).

A reforma curricular da educação profissional técnica de nível médio, que se seguiu após o Relatório Burnner (1994), estabeleceu nova estrutura eliminando a dualidade entre o ensino acadêmico e o ensino profissional introduzindo dois anos de ensino geral comum e dois anos de formação específica para o trabalho, permitindo a progressão para o ingresso em nível superior, conforme Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Nova Estrutura da Educação Profissional Técnica de Nível Médio conforme Relatório Burnner 1994

Quatro anos de duração distribuídas em duas etapas	Educação Média	Dois anos de ensino médio ministrados na Etapa da Educação Média de formação geral.
	Formação Diferenciada	Dois anos complementar de educação específica, ministrados na Etapa da Formação Diferenciada.

QUADRO7 - NOVA ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO. FONTE: Relatório Burnner - 1994.

O governo de Ricardo Lagos (2000, 2006), implementou a chamada Jornada Escolar Completa, de 8 horas diárias e estabeleceu o ensino obrigatório de 12 anos.

Na época da promulgação da [Ley General de Educación nº 20.370](#) de 17/08/2009, alteração mais atual da legislação educacional do Chile, a educação profissional técnica estava distribuída - conforme estabelecido no [Acuerdo nº 001/2009](#) do Consejo Superior de Educación de 08 de janeiro de 2009 - em oito setores econômicos, que apresentavam vinte e uma habilitações específicas para a Formação Diferenciada.

O Quadro 8 adiante mostra os setores econômicos definidos pelo [Acordo nº 001/2009](#) e respectivas cargas horárias previstas para cada setor.

**Quadro 8 – Carga horária por setor econômico
Formação Diferenciada Ano 2010**

SETOR ECONÔMICO	CARGA HORÁRIA MÍNIMA
Alimentação	3.192
Metalmecânico	3.192
Eletricidade	3.192
Gráfico	3.192
Confecção	3.192
Administração e comercio	3.192
Programas e projetos sociais	3.192
Química	3.192

QUADRO8 – CARGA HORÁRIA MÍNIMA POR SETOR ECONÔMICO CONFORME ACORDO Nº 001/2009. FONTE: [Decreto Supremo de Educación nº 254](#) de 17/08/2009, disponível na publicação dos Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Educación Média - Actualización de 2009.

Assim, Mecânica Industrial, Construções Metálicas, Mecânica Automotriz, Estampo e Mecânica de Manutenção de Aeronaves são habilitações do setor econômico Metalmecânico em que se enquadra o curso profissional técnico de nível médio na área de Mecânica Industrial, e as atividades de Manutenção Industrial estão aí inseridas. O recorte realizado no desenvolvimento deste trabalho está delimitado a esta habilitação.

Comparações entre as políticas educacionais para o nível médio – geral e técnico - do Brasil e do Chile a partir de 1990

Com a finalidade de sintetizar os principais aspectos da legislação educacional dos dois países foi construído o quadro 9 apresentado na página seguinte, no qual se pode observar que as legislações dos países estudados estão distribuídas de acordo com os temas estabelecidos nesta tese, tratando aqui dos temas e subtemas da Formação definidos no capítulo 2 do presente trabalho.

O Quadro 9, na página seguinte, mostra as Leis, Decretos, Pareceres e Portarias que, ao longo do período entre 1990 e 2009, formataram e estruturaram a educação profissional técnica de nível médio no Brasil e no Chile.

No próximo capítulo estão centrados os estudos sobre o Ensino Profissional Técnico de Nível Médio no Brasil objeto de investigação desta tese.

Quadro 9 – COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FORMAL DO BRASIL E DO CHILE NO PERÍODO APÓS 1990

BRASIL			CHILE		
AÇÃO EDUCACIONAL	LEI/DECRETO	DATA	AÇÃO EDUCACIONAL	LEI/DECRETO	DATA
LEGISLAÇÃO					
Níveis Educacionais:					
Infantil; Fundamental; Médio e Educação Superior.	LDB nº 9.394	20/12/1996	Pré-escola; Educação Básica; Ensino Médio com 2 anos formação geral e 2 anos de Formação Diferenciada; Superior .	Ley General de Educación nº 20.370	17/08/2009
Abrangência:					
Educação Infantil e Fundamental obrigatórias, Ensino Médio e Superior	LDB nº 9.394	20/12/1996	Educação formal obrigatória para todos os alunos nos níveis educacionais estabelecidos, exceto Ensino Superior.	Ley General de Educación nº 20.370	17/08/2009
A educação deve vincular-se ao mercado de trabalho					
Na estruturação para Educação Profissional, estabelece formação aos alunos mesmo que não tenham concluído formação anterior formal. Experiência profissional anterior na área que atua pode ser objeto de avaliação.					
Amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, até 2010.	Lei nº 11.274	06/02/2006			
GRATUIDADE DO ENSINO					
Educação Infantil; Fundamental e Média.	LDB nº 9.394	20/12/1996	Educação formal obrigatória e gratuita para todos os alunos nos níveis educacionais estabelecidos, somente nas unidades Municipais ou Particulares – Subvencionadas. (Demais unidades escolares o sistema de gratuidade é relativo e compartilhado entre o Estado chileno e a família dos alunos.) Ensino Superior não é gratuito.	Ley General de Educación nº 20.370	17/08/2009
Universalização do Ensino Médio Gratuito.	Lei nº 12.061	27/10/2009			
Acrescenta parágrafos e incisos, dá nova redação à incisos, parágrafos da Constituição Brasileira no que tange a Desvinculação de Receitas para a educação e prevê a obrigatoriedade de ensino básico dos quatro aos dezessete anos e amplia a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. Não explicita se a educação profissional estará incluída na obrigatoriedade.	EMENDA CONSTITUC. Nº 59	11/11/2009			
IDADES LIMITES					
Não há idade limite para acesso a qualquer um dos níveis educacionais previstos na legislação.	LDB nº 9.394	20/12/1996	Há limites de idade para iniciar o nível escolar: Pré-escola: Até 6 anos de idade; Educação Básica e Média: Mínima de 6 anos de idade; Educação Média: idade mínima 14 anos de idade e idade máxima de saída 19 anos.	Ley General de Educación nº 20.370	17/08/2009
Na formação profissional é dada a oportunidade para quem tenha uma base (leitura e escrita), independentemente de ter concluído ou ser aprovado em níveis básicos.	LDB nº 9.394	20/12/1996			
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO					
Tipos: • Formação inicial e continuada ou de qualificação profissional;	LDB nº 9.394	20/12/1996	Educação de Nível Médio e Formação Diferenciada. Período de 4 anos de ensino denominado de Ensino Médio, composto	Ley General de Educación nº 20.370	17/08/2009

- Educação profissional técnica de Nível Médio; - Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; Educação Profissional de Nível Médio será desenvolvida da seguinte forma: Articulada com o ensino médio nas formas: Integrada - para concluintes do ensino fundamental e conduzida para a habilitação profissional na mesma instituição. Concomitante – para quem ingressa ou já esteja cursando o ensino médio na mesma instituição ou instituição distinta.			de 2 anos de formação de caráter geral. Após os 2 anos de formação geral há mais 2 anos de Formação Diferenciada nas seguintes etapas: - Humanista Científica: de caráter geral. - Técnico Profissional: para formação técnica nas famílias ocupacionais - Educação Artística: para formação em especialidades da área de artes e cinema. Após a conclusão da Formação Diferenciada de Técnico de Nível médio, o egresso é obrigado a fazer um período de “prática” na especialização escolhida. Após esse período, o egresso recebe uma certificação de técnico na especialidade.		
ÁREAS DE ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
Alteração de denominações e estruturação das áreas profissionais para 12 “eixos tecnológicos”. Reduz de 2.800 denominações de cursos técnicos para 185. Implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos baseado na estruturação do Parecer CEB/CNE nº 11/2008.	Parecer CEB/CNE nº 11/2008	12/06/2008	Altera o número de Setores Econômicos que 14 para 8 e reduz para 21 o número de especialidades dos cursos técnicos de Formação Diferenciada.	Acuerdo nº 001/2009 do Consejo Superior de Educación	08/01/2009
			Aprova a modificação e a introdução dos Objetivos e Conteúdos Mínimos Obrigatórios para a Educação de Nível Médio conforme Acordo 001/2009.	Acuerdo nº 028/2009 do Consejo Superior de Educación	20/05/2009
MEC referendou através de portaria a estruturação prevista. Ainda não há Lei ou Decreto promulgado sobre o Catálogo Nacional de Cursos Técnico. Recomenda utilização para padronizar denominações das especialidades e para os novos cursos.	Portaria nº 870	16/06/2008	Modifica o Decreto Supremo nº 220 e estabelece diretrizes e normas de aplicação considerando as alterações propostas pelos Acordos 001/2009 e 028/2009.	Decreto Supremo de Educación nº 254	17/08/2009
OUTRAS AÇÕES EDUCACIONAIS					
Define a Educação a Distância como modalidade educacional com a utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação.	Decreto nº 5.622	11/12/2005	Altera a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino básico e médio, e introduz a Jornada Escolar Completa para o mesmo nível escolar e para a Formação Diferenciada.	Lei nº 19.876	07/05/2003
Institui no âmbito Federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos.	Decreto nº 5.840	13/06/2006			
Institui o Sistema de Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec para desenvolver educação profissional técnica na modalidade a distância.	Decreto nº 6.301	12/12/2007			

QUADRO9 – COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FORMAL DO BRASIL E DO CHILE NO PERÍODO DE 1990 ATÉ 2010.

CAPÍTULO 4 – O ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – FORMAÇÃO

Neste capítulo é apresentado o desenvolvimento do Ensino Profissional Técnico de Nível Médio do Brasil e do Chile a partir do final de 1990 e, simultaneamente, foram analisadas as legislações educacionais para o nível escolar estudado de acordo com os pontos do Tema da Formação explicitado no capítulo 2 deste trabalho.

Deste capítulo extraíram-se os principais pontos do desenvolvimento desse nível educacional, identificaram-se os principais pontos de convergência e divergências, entre eles as características e especificidades de cada país em relação às legislações educacionais.

Legislação da Formação

A estrutura educacional brasileira é composta, segundo sua legislação, por Educação Infantil (um ano), Ensino Fundamental (nove anos), Ensino Médio (três anos) e Educação Superior. A educação superior poderá ser ainda de três anos (tecnológico) e quatro ou mais anos de estudo (graduação/bacharelado). O Chile possui estrutura educacional ligeiramente diferente formada por pré-escolar (dois anos), Educação Básica (oito anos), Ensino Médio (quatro anos, sendo dois anos de formação geral para todos os alunos do ensino médio e dois anos de educação média complementar de formação diferenciada) e ainda a Educação Superior (tecnólogo de três anos e graduação ou bacharelado em quatro ou mais anos de estudos).

No Chile o ensino é obrigatório até a conclusão do nível médio (inclusive para a educação profissional técnica), enquanto no Brasil a obrigatoriedade se estende até a conclusão do ensino fundamental, entretanto, por força da [Emenda Constitucional nº 59/2009](#) o ensino médio tornar-se-á obrigatório a partir 2016 (embora essa Emenda Constitucional não explicita se o ensino profissional técnico esteja incluso nesta obrigatoriedade).

No Brasil a estrutura do ensino de nível médio é de três anos sequenciais, ligeiramente distinta em relação ao mesmo nível educacional do Chile, sendo que o aluno brasileiro pode fazer o primeiro ano de formação geral e optar por fazer os dois anos

---

---

restantes em uma das especialidades do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. As escolas que se utilizam dessa opção em geral formam os alunos em quatro anos devido à necessidade de cumprir a carga horária estipulada para o ensino médio e também para a habilitação profissional.

No Chile, o ensino médio é definido pela legislação educacional para ser ministrado em quatro anos e todos os alunos desse nível escolar passam por uma formação geral de dois anos (1ª e 2ª séries do EM). Para os dois anos restantes (3ª e 4ª séries do EM) o aluno faz opção para seguir uma das áreas de complemento educacional. Esse complemento compreende formação Humanista-Científica para os alunos que pretendem seguir carreira de nível superior nessas áreas, formação Técnica Profissional para aqueles que pretendem seguir uma carreira técnica de nível médio e formação em Educação Artística para aqueles que pretendem atuar na área de artes.

A educação brasileira por força legal é gratuita até o ensino médio (propedêutico) em escolas públicas (municipais, estaduais e federais), sendo oferecida em 71,39% das escolas, e a oferta de ensino em escolas privadas pagas atinge 28,61%. Já o aluno desejoso de cursar o ensino profissional deve procurar uma escola técnica municipal, estadual ou federal (33,18%) para cursá-lo de forma gratuita, ou ainda uma escola particular (66,82%) para desenvolver o curso, sob suas expensas (MEC/INEP, 2009).

No Chile, a educação até o nível médio (Pré-escola, Básica e Educação Média), embora obrigatória, não é gratuita, salvo nas unidades municipais subvencionadas (escola de cooperação municipal) sem financiamento compartilhado que é a minoria do sistema educacional. Na oferta de ensino, predominam as escolas subvencionadas por recursos públicos. Essas escolas de ensino profissional técnico de nível médio, categorizadas como escolas subvencionadas, de corporação municipal e de administração delegada, ministram seus cursos técnicos, porém cobram uma contrapartida dos alunos ou responsáveis.

Desde a promulgação da [Lei nº 18.962](#) de 7 de março de 1990, existem no país quatro modalidades administrativas de unidades escolares para a formação profissional técnica de nível médio conforme a seguir:

Escola Subvencionada - Trata-se de escolas que funcionam em prédios do governo, são subvencionadas diretamente pelo governo através de aporte financeiro mensal definido pelo número de alunos que frequentam as aulas. A Administração da escola busca alunos em sua área de influência, desenvolve atividades objetivando fixar o aluno na escola e manter sua frequência. Com o objetivo de auxiliar

---

a manutenção a administração também pode estabelecer convênios com empresas privadas de determinados seguimentos econômicos.

Escola de Corporação Municipal - O repasse de recurso do governo é feito às prefeituras que os transfere às unidades escolares. Nos demais aspectos, objetivos e desenvolvimento de atividades o funcionamento é idêntico à modalidade anterior.

Escola de Administração Delegada – Funciona de forma distinta às outras citadas. Recebe subvenção diretamente do governo, definida pelo número de matrículas e o valor médio repassado é o valor do ano anterior. Nos demais aspectos, objetivos e desenvolvimento de atividades o funcionamento é idêntico às modalidades anteriores.

Escola de Cooperação Municipal – Encontra-se organizada sob a forma de cooperativa de professores, o ensino é totalmente gratuito e recebe subvenção diretamente do governo por matrícula. Essa modalidade se constitui em minoria no país.

O sistema educacional brasileiro, compreendendo desde o ensino fundamental até o ensino superior, dispõe aos alunos uma educação gratuita para todos os níveis nas escolas públicas. Há também escolas do setor privado, cujo custo de manutenção dos alunos é de responsabilidade dos pais ou responsáveis. Portanto, no aspecto gratuidade, pode-se dizer que Brasil e Chile apresentam divergências com relação a todo o sistema educacional, inclusive no ensino profissional técnico de nível médio, visto que no Chile este nível de ensino não é oferecido gratuitamente na maioria das escolas (é gratuito apenas nas unidades escolares cooperadas), enquanto que no Brasil ele é oferecido gratuitamente nas escolas públicas (federal, estadual e municipal) de formação profissional.

No Brasil existem 18.508 escolas públicas e 7.415 particulares que oferecem o ensino médio e desse total 3.535 (13,64%) oferecem o ensino médio profissional e dessas 1.173 (33,18%) são escolas públicas, que oferecem o ensino médio profissional gratuito. (MEC/INEP, 2009).

No Chile, há 1.963 escolas de ensino médio, das quais 347 (17,68%) oferecem o ensino médio profissional, e destas apenas pouco mais 1,00% são escolas que oferecem o ensino profissional totalmente gratuito (MINEDUC, 2009).

Ao comparar o tempo de permanência dos alunos nas escolas brasileiras e chilenas até completar o ensino médio, pode-se dizer que nos dois países há convergência com relação ao total de anos cursados. No Brasil, nos cursos de Ensino Fundamental com nove anos de duração, mais o tempo de Ensino Médio (propedêutico ou profissional) com mais três anos, totalizam doze anos entre o início da formação escolar até o fim do ensino médio. O aluno chileno cumpre o mesmo tempo de permanência na escola, ou seja, dez

---

anos para completar as etapas entre o Ensino Básico e Médio de formação geral e mais dois anos de duração do ensino médio de formação diferenciada, o que totalizam doze anos.

Brasil e Chile mostram diferenças nas idades de entrada e saída na formação de nível médio, inclusive da formação profissional, objeto principal deste estudo, devido à estruturação adotada pelos dois países. No Brasil o desenvolvimento educacional prevê diferentes entradas nos níveis fundamental e médio enquanto no Chile em função da obrigatoriedade da escolaridade até o nível médio esse fato não está presente.

No Brasil, o Ensino Médio Propedêutico e o Profissional caminham lado a lado. O ensino propedêutico formal é de três anos balizado pela idade mínima (quatorze anos) para entrada e a de saída (dezessete anos), possibilitando certificação do nível médio e a progressão para níveis escolares mais elevados.

No ensino profissional técnico de nível médio do Brasil há três caminhos distintos para ingresso e conclusão do ensino profissional técnico de acordo com a legislação, a saber:

Para a opção “integrada”, o aluno inicia a sua formação pelo primeiro ano do ensino médio propedêutico e faz sua complementação na área técnica dentre as especialidades previstas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Quadro 6), em dois ou três anos restantes.

Se optar pela forma “concomitante”, faz seu curso de nível médio propedêutico de três anos e concomitantemente o curso técnico dentre as especialidades do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, também em três anos.

Ao optar pela forma “subsequente”, o aluno que já fez seu curso de nível médio em algum tempo passado, teve sua certificação e o direito à progressão estabelecida por lei, faz o curso técnico de acordo com as especialidades do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, tendo a possibilidade de aproveitar sua experiência profissional anterior através de avaliação documental.

Nos caminhos anteriormente citados para a formação profissional, não há idade limite para entrada (mínima) nem para saída (máxima), pois pode se atualizar e concluir o nível médio profissional após etapas formativas específicas definidas pela legislação.

O Chile apresenta restrições em relação às idades de entrada e saída da Educação Média, limitados aos quatorze anos para entrada e dezoito anos para a saída, sendo os quatro anos de curso distribuídos em dois anos de educação média (junto com a educação básica) e outros dois voltados exclusivamente para a sua formação denominada de “formação diferenciada”.

Logo, em relação aos limites de idades para ingresso no ensino médio há significativas diferenças entre os dois países, evidenciando a flexibilidade da legislação brasileira para a inclusão do aluno no ensino de nível médio, seja qual for a sua idade.

Na legislação chilena, não há esta flexibilidade de inclusão no nível médio como a existente no Brasil, decorrente talvez pelo fato de haver a obrigatoriedade de cursar o ensino médio, minimizando a ocorrência do cidadão adulto que não tenha concluído o ensino médio ou que esteja com idade defasada neste nível de ensino.

No Brasil, por força da [Emenda Constitucional nº 59/2009](#) de 11 de novembro de 2009, ficou estabelecida a obrigatoriedade e gratuidade do ensino para os alunos entre quatro e dezessete anos. É preciso salientar que esta modificação encontra-se ainda na fase de estudos e avaliações para sua implantação. De acordo com o texto legal, tal fato deverá ocorrer até 2016. Entretanto, o texto legal, não faz referências ao ensino profissional de nível médio.

Vale destacar que a não obrigatoriedade em cursar o ensino médio no Brasil pode ser responsável pela alta taxa de abandono escolar neste nível de ensino colocando o país em posição desfavorável em relação aos outros países do bloco sul- americano. Conforme a publicação Síntese de Indicadores Sociais – 2009, do IBGE, em 17 de setembro de 2010, um em cada dez jovens brasileiros (10,0% dos alunos) abandona a escola nesta etapa educacional, conferindo ao Brasil a maior taxa de abandono⁸ do Ensino Médio entre todos os países que compõem o Mercosul.

Como resumo da análise sobre a idade de entrada e saída, pode-se dizer que, entre as formações profissionais de nível médio, há diversos pontos divergentes entre os dois países. O principal deles fica com relação à forma “subsequente” da formação profissional.

---

⁸ Conforme Síntese do IBGE, de 17/09/2010, o Brasil ocupa o primeiro lugar em porcentagem de abandono dos alunos no Ensino Médio dos países do MERCOSUL, à frente da Argentina (7,0%), Chile (2,6%), Paraguai (2,3%), Uruguai (6,8%) e Venezuela (1,0%). Outro índice apontado pelo IBGE, baseado na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios de 2009 (PNAD) e constante na Síntese de Indicadores Sociais, indica que apenas 50,9% dos adolescentes brasileiros entre 15 e 17 anos estão cursando o Ensino Médio que é o grau adequado para esta faixa etária.

As áreas de atuação da educação profissional dos dois países são bastante similares e contemplam eixos tecnológicos equivalentes conforme necessidades específicas de cada país. Os Quadros 6 e 7 mostram esses eixos tecnológicos e a divergência entre suas respectivas cargas horárias previstas.

Diferentemente do Brasil, o Chile instituiu a jornada escolar completa para a Educação Básica e Média e, ainda, a Formação Diferenciada, que oferece oito horas diárias, enquanto que no Brasil ainda não há previsão para a ampliação da jornada escolar. Porém a autonomia das escolas para definir seus projetos pedagógicos é maior no Brasil que no Chile.

Finalmente, há de se citar que Brasil e Chile divergem também na questão da autonomia dos projetos pedagógicos, pois enquanto no Brasil há determinações legais deixando o projeto pedagógico aberto para que seja elaborado e desenvolvido pelas unidades escolares - sobre a carga horária, o número de dias letivos e a matriz curricular, no Chile há uma vinculação maior da matriz curricular definida previamente pelo Ministério da Educação, atendendo às recomendações do *Consejo Nacional de Educación* (CNED) e pela legislação daquele país, o que infere ao projeto pedagógico das unidades escolares uma padronização mais intensa das ações educacionais.

Ambos os países mostram competências comuns que deveriam ser desenvolvidas pelos alunos dos cursos de formação conforme Quadro 10 adiante.

Quadro 10 – Competências previstas a serem desenvolvidas pelos alunos dos cursos técnicos

BRASIL	CHILE(***)	Status de Comparação
Atuar na elaboração de projetos de produtos.	Desenvolver projetos empresariais e pessoais; ações e ideias novas no ambiente de trabalho buscando ativamente melhorar produtos, processos ou serviços completados.	Convergente
Atuar na elaboração de projetos de ferramentas, máquinas e equipamentos mecânicos.	Desenvolver projetos empresariais e pessoais; ações e ideias novas no ambiente de trabalho buscando ativamente melhorar produtos, processos ou serviços completados.	Convergente
Planejar, aplicar e controlar procedimentos de instalação de máquinas e equipamentos mecânicos.	Manter, reparar e colocar em operação equipamentos e sistemas mecânicos, eletromecânicos hidráulicos e pneumáticos e de processos industriais, planejando e controlando a adequada utilização da energia, dos recursos e da distribuição do tempo.	Convergente
Planejar, aplicar e controlar procedimentos de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos.	Manter, reparar e colocar em operação equipamentos e sistemas mecânicos, eletromecânicos, hidráulicos e pneumáticos e de processos industriais empregando planos de manutenção preventiva, realizando trocas de componentes e fazendo testes de operação e funcionamento, segundo regulamentos e normas técnicas nacionais e internacionais vigentes que regulam a fabricação e reparação de peças e componentes de todos os sistemas do equipamento. Realizar manutenção preventiva empregando planos de manutenção fornecidos pelo fabricante do equipamento, promovendo trocas de componentes e testes de funcionamento de acordo com as leis, regulamentos e normas técnicas nacionais e internacionais vigentes que regulam a fabricação e reparação de peças e componentes de todos os sistemas do equipamento.	Convergente
Planejar, aplicar e controlar procedimentos de normas técnicas e normas relacionadas à segurança.	Prevenir situações de risco, acidentes e doenças ocupacionais avaliando o local de trabalho, utilizando equipamentos individuais de proteção de acidentes, segundo as normas de prevenção de riscos, higiene e segurança industrial, e aplicando os princípios básicos de primeiros socorros ante acidentes de trabalho.	Convergente
Controlar processos de fabricação.	Saber programar e operar máquinas de controle numérico utilizadas na fabricação de peças e partes dos conjuntos mecânicos.	Convergente
Aplicar técnicas de medição e ensaios.	Interpretar projetos técnicos, leitura de instrumentos analógicos e digitais, identificar simbologia extraindo informações e realizando medições, controle e verificações de distintas magnitudes para a execução de trabalhos de fabricação, manutenção e reparação de peças e conjuntos mecânicos. Realizar a manutenção básica de instrumentos, ferramentas, máquinas, e equipamentos próprios da especialidade industrial.	Convergente
Especificar materiais para construção mecânica.	Manejar e utilizar a tecnologia disponível para se manter atualizado, buscando ativamente aplicá-las às tarefas que as requeiram.	Convergente

QUADRO10 – COMPETÊNCIAS PREVISTAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO. - FONTES: CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICO(*) (BRASIL) E OBJETIVOS FUNDAMENTALES Y CONTENIDOS MINIMOS OBLIGATORIOS DE LA EDUCACIÓN BÁSICA E MEDIA(**) - 2009 (CHILE)

(*) – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – Eixo Tecnológico Processos Industriais – Especialidade: Técnico em Mecânica .

(**) – Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Educación Básica e Media – 2009 – Formação Diferenciada - Setor Metalmeccânico – Família:Mecânica Industrial.

(***) – Tradução das competências mencionadas nos documentos oficiais de educação do Chile, feitas por este autor.

Os temas abordados na formação dos alunos do ensino profissional técnico de nível médio, especificamente para a formação em mecânica industrial nos dois países, mostram-

se bastante similares, embora a legislação chilena os apresente com maior grau de detalhamento (Quadro 11).

Quadro 11 – Temas a serem abordados na Formação

BRASIL	CHILE(***)	Status de Comparação
Desenho técnico, Projetos mecânicos e Materiais.	Determinação de parâmetros dos processos de peças unitárias.	Convergente
Medição.	Manuseio de instrumental e equipamentos de metrologia, leitura e interpretação de tabelas de tolerância.	Convergente
Componentes de máquinas e Sistemas hidráulicos e pneumáticos.	Reparação de componentes e aplicação de técnicas de banco de provas, realizando comprovações, ajustes e substituições de componentes e <i>kit</i> de reparos.	Convergente
Comando numérico computadorizado (CNC).	Preparação e programação de máquinas e sistemas CNC para processamento mecanizado.	Convergente
Projeto e manufatura assistidos por computador (CAD/CAM).	Processos de execução que utilizam a manipulação de equipamentos de leitura e interpretação de catálogos. <i>Softwares</i> genéricos de planilhas de cálculo, processadores de texto, apresentações, bases de dados e outros específicos como simulação de processos de fabricação, sistemas automáticos e desenvolvimento de projetos com o uso de CAD/CAM.	Convergente
Máquinas térmicas.	Utilização de normas de segurança vigentes referentes à união, recuperação, reparação de equipamentos térmicos e de tratamento térmico.	Convergente
Manutenção e instalação de equipamentos.	Aplicação de normas técnicas, técnicas de montagem, e reparação de conjuntos mecânicos, de controle, verificação básica de manutenção para conjuntos mecânicos, hidráulicos e pneumáticos.	Convergente

QUADRO11 – TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DOS ALUNOS. - FONTES: FONTES: CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICO (BRASIL) E OBJETIVOS FUNDAMENTALES Y CONTENIDOS MINIMOS OBLIGATORIOS DE LA EDUCACIÓN BÁSICA E MEDIA - 2009 (CHILE)

(*) - Tradução dos temas abordados mencionados nos documentos oficiais de educação do Chile, feitas por este autor.

A infraestrutura disponível para o desenvolvimento das atividades práticas é fundamental para a compreensão da teoria e, como tal, deve ser apresentada e comparada, pois juntamente com “temas abordados” formam os principais recursos recomendados e necessários para o desenvolvimento e condução dos cursos analisados no Brasil e no Chile.

As duas legislações preveem os mesmos itens de infraestrutura, mas tal qual a situação anterior dos temas abordados, a legislação chilena mostra-se mais específica e detalhada do que a legislação brasileira. Tal situação é mostrada no Quadro 12 adiante.

Quadro 12 – Infraestrutura Recomendada para o desenvolvimento da Formação.

BRASIL	CHILE(***)	Status de Comparação
Biblioteca com acervo específico e atualizado.	Conjunto de material didático impresso e atualizado que promova o aprendizado autônomo. Acesso irrestrito a este material para docentes e alunos com a finalidade de consultar, aprofundar e atualizar conhecimentos, matérias e materiais referidos nos módulos da especialidade. Entre eles, manuais e catálogos técnicos de mecânica industrial, catálogos comerciais de rolamentos, materiais de construção mecânica, lubrificantes, elementos de fixação, catálogos de máquinas e ferramentas manuais e instruções de segurança e prevenção de acidentes, processos de fabricação, entre outros. O material bibliográfico deve cobrir os conteúdos fundamentais da especialidade, processos de mecanização de máquinas manuais e automáticas e acessórios para a indústria metal mecânica.	Convergente
Laboratório de hidráulica e pneumática.	Simuladores e bancada de testes para hidráulica e pneumática	Convergente
Laboratório de informática com programas específicos.	<i>Softwares</i> interativos adequados para cumprir a função de maquetes ou simuladores de processos de fabricação, motorização, circuitos hidráulicos e pneumáticos e circuitos elétricos. <i>Softwares</i> genéricos de planilhas de cálculo, processadores de texto, apresentações, bases de dados, e outros específicos, como simulação de processos de fabricação, sistemas automáticos e desenvolvimento de projetos com o uso de CAD/CAM.	Convergente
Laboratório de máquinas operatrizes.	Máquinas e equipamentos suficientes e em condições adequadas para o desenvolvimento das atividades tais como: máquinas de solda, fresadoras, retificadoras, tornos, máquinas CNC ou simuladores diversos.	Convergente
Laboratório de máquinas térmicas e motores.	Composto de diversos motores elétricos tais como: motores trifásicos, monofásicos para instalações elétricas e sistemas de comando elétricos.	Convergente
Laboratório de metrologia.	Instrumentos necessários, suficientes e em condições adequadas para que cada aluno possa realizar medições relacionadas com a especialidade que está cursando.	Convergente
Laboratório de processos de fabricação.	<i>Softwares</i> interativos e adequados para cumprir a função de maquetes ou simuladores de processos de fabricação, programadores de PLC, eletropneumática, hidráulica e mostruário de materiais,	Convergente
Laboratórios de ensaios mecânicos e metalográficos.	Instrumentos necessários, suficientes e em condições adequadas para que cada aluno possa realizar medições relacionadas com a especialidade que está cursando. Entre eles, metros, micrômetros, goniômetros, multiteste, graminho, relógio comparador de esfera com base magnética, pastilhas e bit para corte.	Convergente

QUADRO12 – INFRAESTRUTURA RECOMENDADA PARA O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO. - FONTES: Catálogo Nacional de Cursos Técnico (BRASIL) e Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de La Educación Básica e Media - 2009 (CHILE)
(*) - Tradução da infraestrutura mencionada nos documentos oficiais de educação do Chile, feitas por este autor.

No item em que se discutiu a jornada escolar para o nível educacional analisado, pode-se perceber que entre os dois países não há pontos a serem considerados convergentes devido ao fato de que Brasil e Chile adotam posturas diferentes. Basicamente a jornada escolar apresenta duas alternativas: a primeira, de a educação

---

oferecer a jornada escolar reduzida de quatro horas; e a segunda opção é a jornada escolar completa com oito horas de atividades.

Os documentos oficiais sobre a legislação educacional dos dois países mostram que o Brasil adota uma jornada escolar reduzida (quatro horas) para as atividades diárias dos alunos nas escolas, enquanto o Chile desde 07/05/2003, pela [Lei nº 19.876](#), adotou a jornada escolar completa, isto é, com oito horas de atividades diárias e permanência na escola, período em que - além das atividades teóricas, desportivas e práticas - o aluno faz um desjejum pela manhã e almoça na própria escola.

Esta defasagem entre as jornadas impactam diretamente o número de horas mínimas dos cursos técnicos profissionais de nível médio. O Quadro 13, adiante, mostra o desenvolvimento dos cursos com as respectivas cargas horárias.

Cabe explicitar que há formas variadas do desenvolvimento do ensino técnico de nível médio no Brasil e diferentes cargas horárias para as especialidades, ainda que pertencentes ao mesmo eixo tecnológico. Desta forma, para a coluna representativa do Brasil há um formato diferente da coluna representativa do Chile que também traz suas peculiaridades em relação ao nível escolar estudado e mostra-se diferente da coluna do Brasil. O Quadro 13 disponibilizado na página seguinte apresenta as comparações entre as cargas horárias mínimas dos cursos profissionais técnicos de nível médio nos dois países.

Quadro 13 – Comparativo entre Carga Horária total do Ensino Profissional Técnico de Nível Médio

BRASIL				CHILE			Status de Comparação
DESENVOLVIMENTO	CARGA HORÁRIA MÍNIMAS DAS HABILITAÇÕES (*)			DESENVOLVIMENTO	JORNADA NORMAL	JORNADA COMPLETA (****)	Divergente
	800 H	1.000 H	1.200 H				
Articulada				2 anos (1º e 2º ano) na etapa de formação geral – Ensino Médio	2.508	3.192	
Integrada: (**)	3.000	3.100	3.200	3º ano de ensino médio na Formação Diferenciada – Técnico Profissional	1.520	1.596	
Concomitante: (***)	3.200	3.400	3.600	4º ano de ensino médio na Educação Diferenciada – Técnico Profissional	1.520	1.596	
Subsequente (***)	3.200	3.400	3.600				
Totais entre:	3.000/ 3.200	3.100/ 3.400	3.200/ 3.600	Totais	5.548	6.384	

QUADRO13 – COMPARATIVO ENTRE CARGA HORÁRIA TOTAL DO ENSINO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO - FONTES: LDB nº 9.394/96; PARECER CNE/CEB nº 11/2008 E RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1/2005 - OBJETIVOS FUNDAMENTALES Y CONTENIDOS MÍNIMOS OBLIGATORIOS DE LA EDUCACIÓN MEDIA – 2009.

(*) – Carga horária anual definida no Parecer CNE/CEB nº 11/2008, de 12 de junho de 2008.

(**) – Carga horária anual definida pela RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005.

(***) – Além do número de horas mínimas das habilitações, definidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos como sendo de 800h; 1.000h e 1.200h, a formação Concomitante ou Subsequente deve ter somada em sua carga horária total a hora mínima do Ensino Médio estabelecida em 2.400 horas dividida em 800 h/ano e com 200 dias letivos pela Lei nº 9.394/96.

(****) – Carga horária anual levando-se em conta a quantidade de horas de livre disposição a critério da escola.

Em virtude da jornada escolar de oito horas e maior controle no conteúdo e na parte prática, a carga horária do ensino profissional chileno é quase o dobro da brasileira. Como mostrado no Quadro 13, as cargas horárias dos cursos técnicos profissionais de nível médio dos dois países apresentam valores significativamente diferentes impactados diretamente pelas jornadas escolares definidas em cada país.

Pode-se afirmar então que o ensino técnico profissional do Chile tem um ano letivo a mais do que o mesmo nível escolar no Brasil. Outro fato importante a destacar é que no Brasil o ensino médio obrigatório ainda não está implantado enquanto que no Chile existe a obrigatoriedade de os alunos cursarem até o nível médio. Deste modo, há uma regra com relação aos passos a serem seguidos pelos alunos chilenos, ou seja, eles iniciam no ensino pré-escolar e devem seguir obrigatoriamente até a conclusão do ensino médio, enquanto que no Brasil esse caminho é trilhado da educação infantil até o final do ensino fundamental.

Outro aspecto a ser abordado sobre o assunto está no fato de que no Brasil o aluno pode, por sua livre escolha, continuar seus estudos e obter certificação de técnico nas opções

---

de estudos previstas na legislação (integrada com o ensino médio; concomitante ao ensino médio ou subsequente, após a conclusão do ensino médio) dando oportunidade de que, a qualquer tempo, possa concluir o ensino médio, sem exigência de um período máximo de duração ou prazo para término, permitindo progressão escolar ao concluinte.

No Chile tal situação não é realidade, pois o aluno tem até a idade de dezenove anos para concluir a educação básica e o ensino médio profissional. Após este período, ele só atinge uma formação técnica através da educação para adultos e sua certificação não lhe garante continuidade para níveis superiores de escolaridade.

No Brasil a certificação para o nível escolar é dada a quem cumpre as formalidades do itinerário educacional estabelecido, não especificando alguma forma de comprovar a qualificação da prática profissional em relação ao curso concluído. Algumas escolas brasileiras possuem em seus currículos a exigência de os alunos fazerem um estágio probatório ao final do curso, embora o estágio não seja definido por lei como obrigatório e nem caracteriza punição às escolas e aos alunos que não o cumprem; no Chile, para os cursos técnicos da formação diferenciada, a lei educacional torna obrigatório o estágio denominado de “prática” fornecendo ao aluno que o realiza uma certificação de especialista na opção cursada. Os alunos têm dois anos após a conclusão dos estudos no curso técnico escolhido para realizar a “prática” e, findo esse prazo, eles perdem o direito à certificação de especialista, mas continuam certificados no ensino médio na formação humanista científica que lhe dá o direito de prosseguir seus estudos.

O próximo capítulo tratará da percepção dos selecionadores de mão obra em relação às exigências, critérios e referências predominantes para a inserção da mão de obra dos profissionais técnicos de nível médio no mercado de trabalho.

CAPÍTULO 5 – A PERCEPÇÃO DOS SELECIONADORES DE MÃO DE OBRA PARA O MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo tem o objetivo de analisar os resultados derivados das entrevistas realizadas junto aos selecionadores de contratação de mão de obra de nível médio do segmento de manutenção industrial. Conforme apresentado anteriormente, esse levantamento teve o propósito de identificar a relação entre os egressos e o mercado de trabalho e quais as referências deste mercado para selecionar e contratar esses profissionais.

Por meio de entrevistas com os selecionadores de mão de obra, buscou-se identificar os critérios e as referências determinantes para a inserção de técnicos de nível médio que o mercado de trabalho procura na contratação, sobretudo no segmento de manutenção industrial.

Para tal foram aplicados aos selecionadores dessa mão de obra, tanto no Brasil ([Apêndice 1](#)) como no Chile ([Apêndice 2](#)), questionários iguais, abertos, que pesquisavam esses critérios e recomendações, objetivando o registro e as considerações desses selecionadores acerca dos diversos focos propostos.

O tamanho da amostra pretendida buscava alcançar vinte respondentes, sendo dez para a região metropolitana da Cidade de São Paulo e dez para a região metropolitana de Santiago, compreendendo profissionais que trabalhavam em empresas reconhecidas do ramo de seleção que realizam essa função para empresas transnacionais ou empresas domésticas. Os questionários foram endereçados via correio e e-mail, as respostas recebidas atingiram pouco mais de 50,0%, seis do Brasil e cinco no Chile.

Os temas incluídos pelo questionário enviado aos selecionadores referem-se aos seguintes aspectos:

Perfil profissional buscado no momento da contratação

Competências exigidas

Experiências exigidas na contratação

Qualificações extras relevantes

Recomendações

Aderência da Formação ao Mercado

Segundo os selecionadores, durante as entrevistas com os candidatos às vagas, eles buscam investigar aspectos referentes à experiência profissional, estabilidade nos empregos anteriores, educação formal, conhecimento do conteúdo do cargo e uso de equipamentos de segurança, sendo que a ordem de importância dada aos aspectos investigados depende da empresa contratadora.

O preenchimento de uma vaga de técnico de nível médio, na área de manutenção, exige um perfil profissional que preencha a maioria das exigências citadas, em ambos os países, salvo na formação escolar. No caso brasileiro, o quesito formação escolar formal é menos valorizado, visto que as empresas contratam profissionais desde que preencham as condições buscadas, independentemente de possuir certificação de formação. Os selecionadores chilenos valorizam essa questão talvez pelo fato de o ensino médio lá ser obrigatório pela legislação. Outra diferença reside no fato de que no Brasil, diferentemente do Chile, os selecionadores atribuem menor importância na avaliação do candidato para a idade mínima e o sexo masculino.

As distinções relativas aos cargos e salários no momento da seleção ficam por conta das empresas contratantes que determinam aos selecionadores de ambos os países qual é o padrão profissional do cargo e o nível salarial ofertado. É intrínseco ao processo que os candidatos com melhores condições de formação, experiências anteriores, conhecimento do cargo e trabalho com segurança têm possibilidades maiores de contratação em cargos melhores e salários maiores.

As competências avaliadas na contratação referem-se ao conhecimento do conteúdo do cargo, manipulação de ferramentas e equipamentos, inclusive os de diagnósticos e reparação, formação escolar técnica pertinente, conhecimento de gestão, facilidade de relacionamento, conhecimento de idioma e interesse pelas inovações tecnológicas. O desenvolvimento das competências faz-se ao longo do tempo e através das experiências vividas e assimiladas no desenrolar das atividades cotidianas nas empresas. No que se refere à necessidade de conhecimento de idioma estrangeiro, os selecionadores chilenos atribuem menor importância a esse fato do que os selecionadores brasileiros.

Para os selecionadores, o quesito experiência prévia é considerado em relação ao aspecto de empregos anteriores, levando-se em conta as atividades desenvolvidas e experiências acumuladas em trabalhos anteriores no mesmo segmento, destreza, habilidade e conhecimento na utilização de equipamentos próprios da atividade, e ainda o conhecimento e o respeito às normas de segurança e higiene do trabalho, tanto no desenvolvimento das atividades pertinentes ao cargo como na manipulação e aplicação de equipamentos e instrumentos necessários à atividade.

A formação escolar e seus desdobramentos são considerados em relação ao domínio de conhecimentos e à qualificação a partir de treinamentos e cursos formais de especialização buscando selecionar o candidato melhor preparado e qualificado para o cargo, sempre baseado no aprimoramento técnico do candidato. O desenvolvimento de atualizações profissionais através de cursos e treinamentos realizados por conta própria ou herdados das atividades desempenhadas em outras empresas e a disponibilidade de fazer atualizações profissionais na própria empresa são vistos como ações de aprendizado contínuo.

Com relação à periodicidade do treinamento, os selecionadores foram unânimes em afirmar que não há periodicidade definida a respeito do período ou da duração dos treinamentos que os candidatos devem cumprir, mas consideram sua importância tanto nos aspectos qualitativo como quantitativo de sua realização, além das experiências desenvolvidas a partir de treinamentos realizados em outros campos profissionais.

Os selecionadores de ambos os países constataram que a formação escolar recebida atribui pouca ênfase ao desenvolvimento de atitudes pró-ativas dos alunos, na medida em que eles mostram dificuldades para encontrar soluções em situações desconhecidas, lenta adaptação às mudanças, aversão à introdução de novos métodos para superar problemas, baixo conhecimento da cultura organizacional da empresa, baixa participação em tarefas cooperativas, baixo desempenho quando atuam sob pressão, baixa autonomia para tomada de decisão e baixo interesse em pesquisar e atender às demandas específicas de clientes.

Ao final do questionário, os selecionadores apontavam um conjunto de recomendações voltadas à implementação e operacionalização dos cursos profissionais

---

---

técnicos de nível médio desta área. Em síntese, as sugestões reportaram-se aos seguintes aspectos:

- **Desenvolver as habilidades dos formandos:** Nesse quesito, tanto selecionadores brasileiros como chilenos expressam que a formação educacional dos alunos deve prever o desenvolvimento de habilidades técnicas e pessoais dos formandos. Os cursos devem propiciar aos alunos o desenvolvimento de capacidades e habilidades técnicas para o desempenho de suas atividades após o período escolar. Capacidade e habilidades técnicas são desenvolvidas a partir de atividades teóricas e práticas estimuladas durante o período da formação do aluno. Esse fato está ligado diretamente ao desenvolvimento do curso uma vez que na comparação entre os dois países há diferenças significativas entre as formações dos alunos. No Chile a jornada integral de oito horas na escola possibilita maior tempo disponível para a estimulação teórica e prática; no Brasil a jornada é parcial de quatro horas o que reduz pela metade o tempo disponível para teoria e prática. Outro fato de destaque da legislação chilena é a modalidade dual de ensino para a formação profissional técnica de nível médio, desenvolvida em parceria com empresas e abordado no item seguinte.
- **Propor a formação dual para os alunos:** No Chile a legislação educacional prevê a formação profissional técnica de nível médio na modalidade dual, na qual os alunos desenvolvem a formação teórica nas escolas (três dias da semana) e complementam a formação prática diretamente nas empresas associadas às escolas (dois dias da semana). Os selecionadores chilenos observaram que “propor a formação dual” para os alunos, é a forma de eles obterem experiência profissional na prática, nivelamento de seus conhecimentos e expectativas, desenvolvimento de competências profissionais, pessoais e interpessoais. Para esses selecionadores, tal formação apresenta-se como solução para que os alunos possam sanar a falta de habilidades e competências detectadas no momento da seleção para o cargo pretendido. No Brasil não há na legislação educacional, orientação ou decisão formal para esta modalidade de ensino, embora existem, principalmente na região sul do país, algumas escolas que a oferecem, porém não foram localizados estudos sobre seus resultados.
- **Preparar os formandos para a demanda do mercado:** Somente com a aproximação da empresa à escola é que esse aspecto pode ser alcançado e contribuir para uma melhor preparação dos formandos. Não se podem preparar egressos dos cursos profissionais técnicos somente com a formatação de currículos definida por dirigentes da educação baseados em decisões de gabinete. A indústria que absorve essa mão de obra se altera de forma rápida (produção e tecnologia), enquanto as

---

---

decisões acerca do currículo desse nível escolar podem levar até anos para serem implantadas, quando já estarão defasadas das necessidades emergentes. É necessária uma constante articulação das decisões nos currículos com as práticas adotadas pelas empresas, com os docentes e dirigentes de escolas profissionais técnicas, buscando construir uma formação educacional que atenda aos aspectos formativos, empresariais e sociais, além da demanda do mercado de trabalho.

- **Integrar escola e indústria em busca de melhor relação profissional teoria-prática e valorização da profissão:** A aproximação da indústria (empresa) à escola na busca de uma integração ampla pode proporcionar ganhos para a sociedade, escolas e indústrias. Tais ganhos estão relacionados: à melhor preparação dos egressos para atuarem no campo profissional (sociedade); às escolas por participarem e acompanharem a evolução industrial tanto nos aspectos tecnológicos como de produção; e às indústrias por poderem contar com mão de obra melhor preparada e próxima aos novos modelos produtivos.
- **Atualização constante dos conhecimentos, inovações tecnológicas e processos industriais:** Os aspectos da constante atualização dos conhecimentos, inovações tecnológicas e processos industriais estão ligados à forma de a escola sugerir e incentivar por meio de palestras, comunicações de práticas, grupos de interesses entre outros, o desenvolvimento do hábito dessas atualizações. A ocorrência deles depende do egresso e da forma como ele vai conduzir sua carreira profissional. Portanto, esse ponto destacado pelos selecionadores está mais ligado ao comportamento profissional do egresso do que da própria escola, pois esta só pode sugerir essa atualização e insistir nela.
- **Desenvolvimento de competências pessoais:** As competências pessoais do egresso estão diretamente ligadas à forma de como ele irá conduzir sua vida profissional. Ao entrar na escola, o aluno traz algumas dessas competências e a escola busca, com suas ferramentas pedagógicas, sugerir e incentivar o desenvolvimento das competências que ele já possui e outras mais, de forma que possa utilizá-las em sua vida profissional. Assim, saber relacionar-se com seus pares e superiores, expressar-se, resolver conflitos, ter iniciativa nas ações e liderança no trabalho são algumas das competências que o aluno pode desenvolver com o auxílio dessas ferramentas pedagógicas. Não existe uma formação específica, mas orientação, sugestão e incentivo para desenvolvê-las. Um fato importante a ser considerado é que, ao sair da escola, o egresso não possui experiência profissional desenvolvida e isto o prejudica no desenvolvimento não só das competências técnicas como, principalmente, das pessoais. A exclusão desses egressos por falta de competências pessoais no processo de avaliação para contratação os mantém cada vez mais afastados dos requisitos buscados pelos selecionadores.

-
- **Maior rigidez nos padrões de avaliação:** Os selecionadores de ambos os países pedem um melhor padrão de avaliação dos alunos durante as etapas do curso como forma de esses egressos, ao concluírem a formação, possuírem conceitos e conhecimentos firmes, habilidades e competências que os coloquem em situação de buscarem uma vaga no mercado de trabalho. Alegam que a forma utilizada pelas escolas no momento da avaliação do formando ou do aluno não é suficientemente rígida para certificar realmente bons alunos e bons profissionais.
  - **Setor técnico industrial não é atrativo e o perfil profissional do egresso é baixo:** Enfatizam os selecionadores chilenos que a carreira de técnico de nível médio, por não ser considerada carreira de destaque, não remunera seus profissionais com salários condizentes. Este fato aliado às deficiências acusadas no perfil profissional do egresso são elementos desmotivadores para aqueles que pretendem atuar no segmento. Diferentemente no Brasil, os selecionadores de mão de obra não fazem os mesmos comentários, isto é, não qualificam a profissão de técnico de nível médio como desmotivadora e consideram que os salários são determinados pelas variações do mercado e constantemente atualizados, e, sobretudo, afirmam que a busca por profissionais para atuarem nesse mercado é considerada alta.

Como visão geral e síntese deste capítulo, pode dizer-se que tanto os selecionadores brasileiros como os chilenos mostram-se alinhados com as mesmas referências em relação aos egressos e ao mercado de trabalho no momento de seleção e posterior contratação. Esses critérios e referências estabelecidos pelos selecionadores para o segmento de manutenção industrial de ambos os países sugerem que podem estar ligados aos requisitos estabelecidos pelas empresas transnacionais que operam nesses países e, no rastro dessas empresas, passam a serem referências para as empresas nacionais.

Como visto na evolução do capítulo, a maioria dos pontos de referência são convergentes, entretanto, aqueles que divergem relacionam-se com as especificidades de cada país em função da cultura e das características da oferta de mão de obra, como o fato da seleção de egressos com a formação concluída e respectiva certificação, ou então a absorção de mão de obra masculina e de determinada faixa etária.

Outro fato destacado está balizado pelas questões dos cargos e salários: para os selecionadores de ambos os países essas questões estão atreladas às necessidades e ofertas específicas das empresas contratantes. Porém, o cerne da questão fica por conta da experiência profissional das competências e habilidades que cada candidato à vaga

---

---

demonstra ter, e que ele traz da sua formação escolar ou de outras empresas em que tenha trabalhado.

Com relação às competências avaliadas na contratação, os selecionadores convergem nos pontos avaliados, entretanto, há divergência em relação ao idioma estrangeiro que os selecionadores chilenos dão menor importância do que seus colegas brasileiros. Tal fato sugere que talvez as exigências das empresas que operam no Brasil se relacionem com os países dos quais elas se originam ou ao relacionamento entre empregados e supervisores. Outra possibilidade relaciona-se a pouca ênfase dada ao ensino de idioma estrangeiro no ensino médio profissional do Chile.

Outro ponto convergente entre os requisitos para a contratação é a questão do treinamento e da periodicidade do treinamento, no qual os selecionadores indicam que não há um critério prévio e determinante definindo tais pontos.

Mais um ponto de concordância se relaciona com a afirmação dos selecionadores de que a formação recebida nas escolas não desenvolve a pró-atividade dos alunos para ações que estão mais ligadas às competências pessoais como tomada de decisões, enfrentamento de dificuldades diversas, lentidão para adaptar-se às mudanças e aversão à introdução de novas metodologias entre outras.

Conforme explicitado anteriormente, a maioria das sugestões e recomendações apresentadas para melhorias nos cursos técnicos é coincidente nos dois países. Exceção a duas sugestões: “introdução da modalidade dual”, recomendada pelos selecionadores chilenos que acreditam ser a modalidade que melhor prepara o egresso para o mercado de trabalho; e o desenvolvimento de “habilidades técnicas e pessoais”, embora citado pelos selecionadores dos dois países, os chilenos foram mais enfáticos do que os brasileiros em função da maior carga horária escolar no Chile para o desenvolvimento de tais habilidades.

Pode-se dizer que para os selecionadores de ambos os países, excluindo-se os tópicos aventados nesta síntese, os demais são similares.

CAPÍTULO 6 – A PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SOBRE A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR.

A percepção dos egressos brasileiros sobre a adequação da formação profissional recebida em relação às necessidades do mercado foi extraída da Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PATRÃO; FERES; 2009) referente à área industrial da região Sudeste do Brasil. É de se lembrar que foi realizado estudo de caso na Região Metropolitana de Santiago, aplicando instrumento de campo idêntico à pesquisa brasileira, tendo em vista que não existia pesquisa similar naquele país.

O período da primeira pesquisa considerou os egressos entre 2003 e 2007, e o estudo do Chile refere-se aos egressos do período 2007 e 2009, entrevistados nos meses de maio e junho de 2010. Os 39 egressos chilenos analisados foram indicados pelos gestores de escolas técnicas onde estudaram.

Os aspectos contemplados na análise abarcam empregabilidade; formação e continuidade dos estudos; e avaliação da formação recebida, além do perfil do entrevistado.

Empregabilidade

Tabela 1 – Atividades após a conclusão do curso técnico.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Trabalhando	27,00	58,62
Trabalhando e estudando	42,00	24,14
Só estudando	24,00	6,90
Não trabalhando e nem estudando	6,00	10,34
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 1 – ATIVIDADES APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO TÉCNICO. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Os egressos brasileiros depois do curso encontram-se predominantemente “estudando e trabalhando”; enquanto que os egressos chilenos inserem-se

prioritariamente apenas no mercado de trabalho. O conjunto das informações sugeriu menor mobilidade profissional no Chile do que no Brasil e maior aderência à formação escolhida/recebida, uma vez que a maioria dos egressos chilenos afirmou estar trabalhando na área em que se formou, percentual de apenas 41,0% no Brasil. A resposta “sim, estou trabalhando na área da minha formação” indica, além do mais, o fato de que a educação chilena exige dos egressos dos cursos técnicos da formação diferenciada a realização da etapa denominada “prática⁹”, após a conclusão do 4º ano do nível médio, como requisito para obtenção da certificação de especialista de nível médio. Por outro lado, a resposta “atividades de trabalho nada têm a ver com a área de formação” mostra percentuais significativos, 38,0% dos egressos brasileiros e 28,0% dos egressos chilenos. (Tabelas 1 e 2).

Tabela 2 – Área em que desempenha suas atividades após a conclusão do curso técnico.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Sim, minhas atividades são na área de minha formação.	41,00	60,00
Desempenho no trabalho algumas atividades da minha área de formação.	19,00	12,00
Não, minhas atividades de trabalho são em área diferente da minha formação.	38,00	28,00
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 2 – ÁREA EM QUE DESEMPENHA SUAS ATIVIDADES APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO TÉCNICO. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

A maioria dos entrevistados em ambos os países mostrou-se “muito satisfeito” ou “satisfeito” com o curso realizado, atuação no mercado de trabalho e remuneração recebida, todavia mais de um quarto dos egressos chilenos sentiam-se insatisfeitos, no Brasil os egressos manifestaram-se da mesma maneira. (Tabela 3). Essa informação pode estar ratificando as menores oportunidades do mercado de trabalho chileno, sugeridas no item anterior.

⁹ **PRÁTICA:** É um período equivalente a um estágio de quatro meses que os egressos dos cursos técnicos da formação diferenciada chilena são obrigados a cumprir após a conclusão do curso técnico. Esta prática é de caráter obrigatório para o egresso receber a certificação de especialista na área em que se formou.

Tabela 3 – Grau de satisfação com o curso realizado, atuação no mercado de trabalho e remuneração recebida.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Muito satisfeito	30,00	3,47
Satisfeito	59,00	65,45
Indiferente	7,00	3,47
Insatisfeito	4,00	27,61
Muito Insatisfeito	0,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 3 – GRAU DE SATISFAÇÃO COM O CURSO REALIZADO, ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO RECEBIDA. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

A maioria dos egressos de ambos os países exerce ocupação técnica e declarou-se “satisfeito” e “muito satisfeito” com a formação recebida, mas 27% dos egressos chilenos registrou a sua insatisfação com a escolha.

Os brasileiros confirmam o grau de satisfação por meio do registro de que o curso ofereceu capacitação acima ou compatível com as exigências do mercado. As respostas dos egressos brasileiros sugerem que as metas profissionais ocorreram a contento depois da conclusão do curso, ou que a progressão escolar para níveis superiores foi alcançada, ou ainda, que o curso propiciou as condições adequadas para mudanças do foco profissional inicial.

A frustração é maior entre os egressos chilenos que se dividiram em suas percepções, a maioria julgou o curso compatível à exigência do mercado, mas 38% o considerou abaixo do necessário. Mais uma resposta na direção da maior competição no mercado de trabalho chileno. (Tabelas de 4 a 6).

Tabela 4 – Atividades que exerce atualmente.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Atividade técnica	57,00	58,62
Atividade administrativa	19,00	3,45
Atividade gerencial	5,00	0,00
Atividade comercial	13,00	17,24
Não estou trabalhando	0,00	20,69
Outras	6,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 4 – ATIVIDADES QUE EXERCE ATUALMENTE. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Tabela 5 – Exigência da sua capacitação em relação ao curso técnico de sua formação.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Inferior à capacitação recebida no curso técnico em que me formei	16,00	3,45
Compatível à capacitação recebida no curso técnico em que me formei	58,00	44,83
Superior à capacitação recebida no curso técnico em que me formei	26,00	37,93
Não estou trabalhando	0,00	13,79
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 5 – EXIGÊNCIA DA SUA CAPACITAÇÃO EM RELAÇÃO AO CURSO TÉCNICO DE SUA FORMAÇÃO. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Tabela 6 - Grau de satisfação com a área profissional do curso técnico em que você se formou.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Muito satisfeito	22,00	13,79
Satisfeito	58,00	72,42
Indiferente	12,00	3,45
Insatisfeito	7,00	10,34
Muito Insatisfeito	1,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 6 – GRAU DE SATISFAÇÃO COM A ÁREA PROFISSIONAL DO CURSO TÉCNICO EM QUE VOCÊ SE FORMOU. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Formação e continuidade dos estudos

A maioria dos egressos no Brasil (64,00%) declarou que está cursando ou já cursou uma formação de nível superior, ao contrário dos egressos chilenos que, em sua grande maioria (70,37%), registrou que não cursou, nem se encontrava cursando. (Tabela 7).

Dentre os egressos que possuíam formação de nível superior, metade dos brasileiros escolheu estudar em uma área de conhecimento afins ao curso técnico, diferentemente dos egressos chilenos que, em sua totalidade, escolheram formação superior na mesma área.

Esse comportamento gera indícios de que no Brasil os cursos técnicos federais são escolhidos, muitas vezes, menos por constituírem uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, e mais por aumentarem probabilidade de sucesso no processo de seleção à universidade em virtude de apresentarem qualidade de ensino superior aos demais cursos de nível médio.

Como no Brasil a universidade pública é gratuita, ao contrário do Chile, os cursos técnicos das escolas públicas brasileiras abrem espaços para que os egressos cursem formação superior em áreas da saúde, sociais e humanas. A assimetria entre formação de nível médio e superior pode ser um indicador de alocação inadequada de recursos no interior do sistema educacional de nível médio ou um indicativo de que o ensino técnico abriu novas oportunidades de ascensão educacional e profissional. (Tabelas de 7 a 9).

Tabela 7 – Continuidade dos estudos para nível superior.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Sim	64,00	29,63
Não	36,00	70,37
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 7 – CONTINUIDADE DOS ESTUDOS PARA NÍVEL SUPERIOR. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Tabela 8 – Relação entre a área profissional do seu curso superior e a área profissional do seu curso técnico.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico concluído	52,00	100,00
Fracamente relacionada com a área profissional do curso técnico concluído	23,00	0,00
Não há nenhuma relação entre a área profissional atual e o curso técnico concluído	25,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 8 – RELAÇÃO ENTRE A ÁREA PROFISSIONAL DO SEU CURSO SUPERIOR E A ÁREA PROFISSIONAL DO SEU CURSO TÉCNICO. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Tabela 9 – Tipo de graduação que o curso superior oferece ou ofereceu.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Tecnologia (Tecnólogo)	24,00	37,50
Licenciatura (Formação de professores – Física, Matemática, Ciências etc.)	14,00	0,00
Bacharelado (Curso de Direito, Medicina, Engenharia etc.)	61,00	62,50
Não sabe	1,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 9 – TIPO DE GRADUAÇÃO QUE O SEU CURSO SUPERIOR OFERECE OU OFERECEU. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Percepção da formação recebida

Este tema busca investigar a percepção da adequação da formação educacional recebida, qualidade das escolas, infraestrutura e qualificação dos docentes. Quase a totalidade dos egressos considerou “ótima” e “boa” as condições gerais, a infraestrutura da instituição de ensino que frequentou, e a formação que recebeu tanto para os conhecimentos teóricos quanto práticos.

A qualificação dos docentes, entretanto, foi mais bem avaliada no Brasil do que no Chile, provavelmente devido à maior exigência dos discentes chilenos, pois, conforme os registros anteriores, estes últimos não costumam frequentar um curso de nível superior

depois dos três primeiros anos da conclusão de sua formação técnica de nível médio. O conjunto desses fatores considerados positivos resultou na declaração de que o curso superou ou atendeu as expectativas iniciais para a maioria dos egressos de ambos os países.

Os egressos chilenos, mais uma vez, mostraram maior nível de exigência, na medida em que cerca de um quinto dos entrevistados declarou que o desenvolvimento do curso se situou abaixo do esperado (Tabelas de 10 a 12).

Tabela 10 – Avaliação dos egressos quanto aos conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos e a qualificação dos docentes.

Opções de respostas	Instituição em geral		Infraestrutura da Instituição		Curso Técnico Concluído	
	BRASIL (%)	CHILE (%)	BRASIL (%)	CHILE (%)	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Ótima	50,00	7,41	35,00	10,34	32,00	30,40
Boa	44,00	59,26	49,00	65,52	57,00	55,20
Regular	6,00	29,63	14,00	20,69	9,00	12,20
Ruim	0,00	0,00	1,00	3,45	1,00	1,20
Péssima	0,00	3,70	1,00	0,00	1,00	1,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

TABELA 10 – AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO À INSTITUIÇÃO, À INFRAESTRUTURA, E AO CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Tabela 11 – Avaliação dos egressos quanto aos conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos e a qualificação dos docentes.

Opções de respostas	Conhecimentos Teóricos		Conhecimentos Práticos		Qualificação dos Docentes	
	BRASIL (%)	CHILE (%)	BRASIL (%)	CHILE (%)	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Ótima	30,00	17,24	21,00	6,90	47,00	17,24
Boa	58,00	48,28	48,00	68,96	45,00	41,38
Regular	12,00	31,03	25,00	17,24	8,00	37,93
Ruim	0,00	3,45	4,00	6,90	0,00	3,45
Péssima	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

TABELA 11 – AVALIAÇÃO QUANTO AOS CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DESENVOLVIDOS E A QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Tabela 12 – Avaliação em relação ao curso técnico concluído.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Superou as expectativas	20,00	7,14
Atendeu às expectativas	67,00	71,43
Não atendeu às expectativas	13,00	21,43
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 12 – AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AO CURSO TÉCNICO QUE VOCÊ CONCLUÍDO. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

Perfil do entrevistado

A maioria dos egressos brasileiros cursava ou havia se formado em um curso de nível superior, enquanto apenas uma minoria dos egressos chilenos frequentava a universidade e nenhum apresentava formação completa de nível superior (Tabela 13).

Tabela 13 – Nível de escolaridade atual.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Médio (técnico) completo	35,00	72,41
Superior incompleto	55,00	27,59
Superior completo	10,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 13 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATUAL. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

A remuneração dos egressos brasileiros variou entre menos de 1 até 5 salários mínimos, predominando a remuneração entre 1 e 3 salários mínimos; entre os chilenos, a concentração de rendimento ocorreu na faixa de até 2 salários mínimos. (Tabela 14). Em primeiro lugar deve-se ressaltar que o salário mínimo no Chile era cerca de 30% superior ao brasileiro; e, em segundo lugar, que a maioria dos entrevistados chilenos apresentou formação escolar de nível médio, diferentemente da maioria dos brasileiros que se situava no nível superior de escolaridade.

Tabela 14 – Faixas salariais em que a remuneração atual se situa.

Opções de respostas	BRASIL (%)	CHILE (%)
	Pesquisa Região Sudeste	Estudo de Caso
Até 1 vez o valor do S M	13,00	28,57
Entre 1 e 2 vezes o valor do S M	24,00	42,86
Entre 2 e 3 vezes o valor do S M	18,00	7,14
Entre 3 e 4 vezes o valor do S M	10,00	3,57
Entre 4 e 5 vezes o valor do S M	6,00	0,00
Mais de 5 vezes o valor do S M	10,00	28,57
Sem remuneração	19,00	17,66
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 14 – FAIXAS SALARIAIS EM QUE A REMUNERAÇÃO ATUAL SE SITUA. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

A averiguação do nível de escolaridade de pais e mães dos egressos indicou conforme Tabela 15, que a maioria deles se enquadrava em três níveis escolares, conforme disposto adiante.

Pais dos egressos brasileiros:

Ensino Fundamental: (1ª a 8ª séries) com presença significativa nas várias opções deste nível escolar. Predominância da formação de pais para 1ª a 4ª séries completo e de mães para 5ª à 8ª série incompleta.

Ensino Médio Completo: pais e mães com presenças significativas indicando que os genitores representam individualmente aproximadamente um terço das respostas.

Ensino Superior Completo: com valores significativos para ambos os genitores, mostrando maior presença de mães para este nível escolar.

Pais dos egressos chilenos:

Ensino Básico: (1ª a 8ª séries) com presença significativa de mães com o nível escolar incompleto e de pais com a formação completa para o nível abordado.

Ensino Médio Completo: baixo índice de mães e nenhum dos pais se enquadrava neste nível escolar, porém com presença significativa desses genitores com formação incompleta no nível escolar.

Ensino Superior Completo: mostra baixos índices para pais, indicando que não continuaram seus estudos para níveis escolares superiores e ainda menor presença de pai na formação completa. Nenhuma mãe continuou seus estudos até este nível.

Fato de destaque da Tabela 15 nenhum pai ou mãe chileno se enquadravam como analfabetos segundo seus filhos.

Tabela 15 – Escolaridade dos pais por País.

Opções de respostas	BRASIL (%)		CHILE (%)	
	Pesquisa Região Sudeste		Estudo de Caso	
	PAI	MÃE	PAI	MÃE
Analfabeto	2,00	2,00	0,00	0,00
Educação fundamental/básica incompleta (1ª à 4ª série)	6,00	5,00	14,29	20,69
Educação fundamental/básica completa (1ª à 4ª série)	15,00	13,00	17,86	3,45
Educação fundamental/básica incompleta (5ª à 8ª série)	14,00	14,00	10,71	24,15
Educação fundamental/básica completa (5ª à 8ª série)	13,00	13,00	10,71	10,34
Ensino Médio incompleto	4,00	5,00	35,71	31,03
Ensino Médio completo	31,00	29,00	0,00	10,34
Superior incompleto	3,00	3,00	7,15	0,00
Superior completo	12,00	16,00	3,57	0,00
TOTAL	100,00		100,00	

TABELA 15 – ESCOLARIDADE DOS PAIS POR PAÍS. FONTES: Brasil – Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Chile - Aplicação própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a coleta e análise dos dados para os temas da pesquisa – formação e mercado de trabalho e dos questionários aplicados aos egressos chilenos, sistematizar as informações e estabelecer pontos de convergências e divergências entre os resultados dos dois países, cabe nesta etapa do trabalho apresentar os principais destaques considerando o objetivo de pesquisa definido no capítulo 2.

Legislação da Formação técnica de nível médio

A estrutura dos níveis educacionais se mostra ligeiramente diferente entre os dois países, entretanto possui similaridade na especificação desses níveis, mas divergindo em algumas etapas de conformidade com a legislação educacional vigente em cada país.

Com relação à abrangência dos sistemas educacionais Brasil e Chile divergem significativamente, pois enquanto no Chile a obrigatoriedade da oferta de educação perpassa os três níveis (educação infantil, ensino básico de 1ª à 8ª série e ensino médio (propedêutico e profissional)), no Brasil, as etapas da formação básica (educação infantil, ensino fundamental de 1ª à 8ª séries¹⁰) são atualmente os níveis obrigatórios, entretanto há uma emenda constitucional¹¹ que prevê a obrigatoriedade do ensino médio, a partir de 2016, embora a emenda não faça referência o ensino profissional técnico.

Outro destaque diz respeito à gratuidade da educação nos dois países. O Brasil tem o ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, inclusive o profissional) gratuito nas escolas públicas (municipais, estaduais e federais), enquanto no Chile esses níveis educacionais não são gratuitos, exceto nas escolas de cooperação municipal sem financiamento compartilhado, que são minoria entre as unidades

---

¹⁰ A [Lei nº 11.274](#), de 6 de fevereiro de 2006, amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, até 2010.

¹¹ [Emenda Constitucional nº 59](#) de 11 de novembro de 2009 - Torna o ensino médio obrigatório na rede escolar brasileira. A referida emenda estabelece o prazo até 2016 para que esteja implantada no país a obrigatoriedade em todas a rede educacional.

¹¹ Durante visita às escolas no Chile entre o fim do mês de abril e início do mês de maio de 2010, o valor da contrapartida dos pais variava entre US \$ 5,00 e US \$ 30,00, o que representa em novembro de 2010 valores em torno de R\$ 8,70 até R\$ 32,00.

---

escolares daquele país. A contrapartida¹² exigida dos pais ou responsáveis pelos alunos chilenos para as demais unidades escolares é pequena, porém é cobrado de todos.

Nos dois países, o curso profissional técnico de nível médio também é oferecido pelas escolas particulares, porém o pagamento das mensalidades do curso é de total responsabilidade dos pais ou responsáveis pelos alunos.

As questões da idade limite e do desenvolvimento da educação caminham juntas nas etapas da formação e mostram diferenças nos dois países por força de suas legislações. No Brasil possivelmente por conta da defasagem entre idade e série escolar a legislação não define uma idade limite para as diversas etapas da formação básica. Isso possibilita aos alunos que não cursaram etapas de formação em época prevista para a idade possam fazê-las a qualquer momento e em qualquer nível educacional desde que atendam aos preceitos legais. Já no Chile, as idades limites possuem rigidez maior, seja pela regularidade idade/série quanto pela obrigatoriedade de haver o cumprimento das etapas de formação até o ensino médio.

No Chile o desenvolvimento das etapas educacionais ocorre na seguinte sequência: educação infantil (2 anos); educação básica (8 anos) e educação de nível médio (4 anos). No Brasil, as etapas educacionais compreendem o ensino infantil e fundamental (10 anos) e o ensino médio (3 anos) e é possível ao aluno se inserir no nível educacional pretendido, desde que suas condições atendam a legislação e permitam tal inserção, como é o caso de jovens e adultos com defasagem escolar.

Dentre os níveis educacionais do Brasil, o ensino médio é o que apresenta maior variação, pois o aluno pode optar por um dos quatro caminhos disponíveis, ou seja, cursar somente o ensino médio propedêutico de três anos. Se optar pela formação profissional ele pode cursar um ano no ensino médio propedêutico e mais dois anos no profissional, na forma integrada, ou cursar simultaneamente o ensino médio e o profissional na forma concomitante ou ainda cursar o ensino profissional em qualquer época após concluir o ensino médio propedêutico, na forma subsequente. Em todos esses caminhos há possibilidade de se inserir em qualquer série da formação educacional, desde que atenda os preceitos da legislação educacional.

No Chile, após a conclusão da educação básica, o aluno cursa o ensino médio que é constituído de duas etapas. A primeira, com dois anos de estudo na formação geral (propedêutica) e na sequência, mais dois anos na formação diferenciada em que ele escolhe uma das três opções, ou seja, humanista científica para seguir carreira nas áreas de Humanas ou Científica, arte para a carreira voltada à Arte em geral (teatro, música, dança) ou técnica profissional de acordo com os setores econômicos previstos na legislação.

As áreas de atuação do ensino médio profissional dos dois países mostram-se semelhantes por trazerem similaridade na especificação dos eixos tecnológicos no caso do Brasil ou de setores econômicos no caso do Chile. Embora divergentes na quantidade de eixos tecnológicos ou setores econômicos, nas opções disponível dos cursos oferecidos e nas cargas horárias desses cursos, os dois países mostram uma semelhança na definição e estrutura para os cursos técnicos que variam de acordo com a orientação econômica de cada um dos países.

As matrizes curriculares dos dois países divergem significativamente na medida em que o Chile adota a jornada integral de oito horas diárias para as atividades do ensino profissional, possibilita o desenvolvimento da formação dos alunos na modalidade dual, enquanto o Brasil adota a jornada de quatro horas diárias para as atividades do curso e não prevê nenhuma outra modalidade de formação para seus alunos. A diferença da carga horária 77,0% maior nas atividades escolares no Chile imputa aos alunos, maior tempo de dedicação às atividades teóricas e práticas das diversas disciplinas do curso técnico, o desenvolvimento de outras atividades complementares, inclusive o trabalho voltado ao desenvolvimento de competências e atividades esportivas. Tal fato interfere também no tempo de duração das disciplinas ministradas.

A autonomia dos projetos pedagógicos mostra que as escolas no Brasil têm liberdade maior na definição de seus projetos pedagógicos, enquanto no Chile há maior vinculação a matriz pedagógica definida pelo Ministério da Educação.

Em relação às competências a serem desenvolvidas, Brasil e Chile mostram-se semelhantes, embora o Chile as apresente com detalhamento maior em relação ao Brasil. Os temas a serem abordados durante a formação também mostram similaridade e novamente o Chile explicita melhor seu detalhamento. A infraestrutura necessária

---

para o desenvolvimento das atividades práticas se mostra similar em todos os aspectos analisados, embora essa infraestrutura seja melhor detalhada pelo Chile.

Nas outras ações educacionais o Brasil mostra avanços significativos em relação ao Chile ao definir e ofertar a modalidade educacional por meio tecnológicos de informação e comunicação criando o sistema de Escola Técnica Aberta – e-Tec para o desenvolvimento do ensino profissional técnico de nível médio através da educação à distância, e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. No Chile não foram identificadas ações equivalentes, embora possua como o Brasil, extenso área territorial.

Na questão da certificação, Brasil e Chile são coincidentes quando os dois países oferecem certificação aos concluintes dos cursos técnicos. Vale ressaltar que no Chile para que o egresso receba o certificado de técnico na especialidade cursada ele é obrigado a completar uma etapa pós-conclusão denominada “prática”, a qual pode oferecer ganhos significativos ao aluno no que se refere a experiência na área de formação.

Temas do Mercado de Trabalho

Os recrutadores de mão de obra dos dois países mostram-se em sintonia ao buscarem identificar os critérios e as referências utilizados na seleção dos candidatos à uma vaga no mercado de trabalho. Dessa forma, o perfil do candidato a vaga deve preencher exigências como experiência profissional, estabilidade nos empregos anteriores, educação formal, conhecimento do conteúdo do cargo e uso de equipamentos de segurança. Tais exigências e respectiva ordem de importância no momento da seleção são objeto de análise desses recrutadores e dependem dos critérios postos em prática pela empresa contratante.

A exigência da certificação da formação escolar mostra aspectos distintos entre Brasil e Chile, pois para os recrutadores brasileiros, a depender da empresa contratante, tal exigência pode ser dispensada desde que o candidato reúna as condições buscadas. Os chilenos atribuem maior valor à certificação talvez devido ao fato de o ensino médio ser obrigatório no país. Com relação às exigências de competências referentes ao conhecimento do conteúdo do cargo, manipulação de ferramentas e equipamentos

---

auxiliares, conhecimento de gestão, facilidade de relacionamento entre outras, os selecionadores de ambos os países mostram-se coincidentes nesses critérios, o que estabelece um perfil profissional muito aproximado nos dois países.

O quesito experiência prévia, considerado pelos selecionadores dos dois países, leva em conta a atuação em empregos anteriores, as atividades desenvolvidas e experiências acumuladas, além da destreza, habilidade e conhecimentos no uso de equipamentos, quanto às normas de segurança e higiene do trabalho. Novamente os recrutadores dos dois países mostram-se sintonizados nos critérios e referências buscadas.

Para os selecionadores dos dois países, a questão da formação complementar e seus desdobramentos, como critério de seleção ao candidato à vaga no mercado de trabalho, é focada na qualificação decorrente de treinamentos e cursos formais de especialização objetivando selecionar o candidato, baseado no aprimoramento técnico, melhor preparado e qualificado para o cargo. O desenvolvimento de atualizações profissionais através de cursos e treinamentos realizados por conta própria ou herdados de atividades desempenhadas em outras empresas e a disponibilidade de fazer atualizações profissionais na própria empresa é vista pelos selecionadores dos dois países como ações de aprendizado contínuo e, portanto, como destaque do candidato à vaga.

Os recrutadores foram unânimes em afirmar que não há periodicidade definida ou duração estipulada para os treinamentos que os candidatos devem cumprir, mas consideram como aspectos qualitativo e quantitativo sua realização, além das experiências desenvolvidas a partir de treinamentos realizados em outros campos profissionais.

Os selecionadores foram coincidentes ao apontarem um conjunto de recomendações voltadas à implementação e operacionalização dos cursos profissionais técnicos de nível médio desta área. O conjunto de recomendações descritas no capítulo 5 aponta para diversos aspectos que impactam na contratação dos egressos dos cursos técnicos pelo mercado de trabalho e são fatores delimitativos no momento da contratação.

Os temas do Mercado de Trabalho, de maneira geral, na percepção dos recrutadores de mão de obra, mostram-se coincidentes para os dois países indicando a busca de um perfil profissional semelhante e com as mesmas qualificações. Entretanto, ao se analisar mais detalhadamente esses temas são encontradas diferenças entre os selecionadores do

---

Brasil e Chile, relacionadas às especificidades econômicas e produtivas, conceitos culturais, sociais de cada país.

Resta formular um conjunto de ações/estratégias relevantes que visem a melhoria da formação técnica profissional dos dois países. Dentre essas, destacam-se:

- É preciso fomentar, com certa urgência, mudanças na legislação brasileira e chilena para que os envolvidos (alunos, professores, gestores, indústria e comércio e escola) nessa relação educação e trabalho participem e contribuam com o estabelecimento de critérios e proposições de mudanças curriculares, no sentido de reduzir o hiato que persiste entre a morosidade das ações educacionais e a rápida movimentação e modernização da economia. Isto significa tornar o currículo mais aberto para as demandas emergentes do mercado de trabalho e para as necessidades sociais e educacionais de cada país.
- Estudar e analisar a possibilidade da implantação da jornada escolar completa de oito horas nas escolas profissionais técnicas de nível médio no Brasil, como forma de melhor capacitar seu alunado e desenvolver competências profissionais objetivando o seu ingresso e permanência no mercado de trabalho.
- Estudar e analisar as características da modalidade de ensino “dual” do curso profissional técnico de nível médio e a viabilidade de implantação dessa modalidade de ensino no Brasil, possíveis nos cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, de modo a propiciar ao alunado melhoria da capacitação profissional e propiciar-lhes o desenvolvimento das competências inerentes ao caminhar profissional que somente a prática conjugada com a teoria pode oferecer.
- Analisar, estudar e estabelecer objetivos na legislação chilena para possibilitar aos alunos dos cursos profissionais utilizar dos meios digitais de comunicação para sua atualização profissional ou formação em serviço em cursos, etapas ou programas de estudos específicos através da rede mundial de computadores ou outros meio afins, dando-lhes condição de desenvolvimento e certificação legal.

-
- Estabelecer critérios para que ambos os países identifiquem a concepção de competências de modo a diferenciá-la da noção de qualificação profissional utilizada até o final dos anos 1990, que foi estabelecida para os postos de trabalho e classificações profissionais correspondentes e que algumas escolas continuam a apresentar como metas de competências a serem atingidas pelo curso proposto.
  - Fomentar a troca de experiências educacionais atuais entre os dois países com o objetivo de inserção de melhorias e do aproveitamento das experiências bem sucedidas de cada país tais como a modalidade “dual” do Chile ou a formação a distância no ensino técnico do Brasil de forma a melhorar o nível educacional nos dois países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, J. T. **Política Educacional Chilena: Da Democracia Cristã ao Governo Militar 1964 – 1990**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP – Faculdade de Educação: área de concentração Filosofia e História da Educação, Campinas, 1999.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Lisboa: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em <http://catalogonct.mec.gov.br/>. (Acesso em: 30/10/2009)
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. I.
- CHILE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Recursos Estatísticos – Formación Técnica**. Disponível em <http://www.formaciontecnica.cl/liceo-o-escuela/recursos/estadisticos.html> (Acesso em 20/11/2010)
- CHILE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Revista de Educación, N° 39**. Santiago: Mineduc, 1972.
- CUNHA, L. A. Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. São Paulo: **Caderno de Pesquisa**, nº 111, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300003. Acesso em: 23/12/2009.
- DOWBOR, L. **Tecnologias do Conhecimento: os desafios da educação**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001
- DRUCKER, P. F. **Sociedade Pós-Capitalista - 7ª Reimpressão da 1ª Edição**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- DUARTE, B. R. G. V. **Reestruturação Produtiva, Formação e Identidade: O Projeto Escola de Fábrica e a construção identitária de jovens trabalhadores**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2008.
- DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. Campinas: **Caderno de Educação & Sociedade**, v.19, nº 64, 1999.
- ENGUITA, M. F. **Educação e Transformação Social**. Mangualde: Pedago, 2007.
- FERRETTI, C. J. Formação profissional e reforma do Ensino Técnico no Brasil: Anos 90. Campinas: **Caderno Educação & Sociedade**, nº 59, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v18n59/18n59a01.pdf>. Acesso em: 23/12/2009.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Retomada dos Investimentos Pós-Crise**. São Paulo: Disponível em <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/Retomada%20dos%20Investimentos%20Pós- crise.pdf>. Acesso em: 30/10/2010
- GEUS, A. **A Empresa Viva: Como as organizações podem aprender a prosperar e se perpetuar - 2ª Edição**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento**: Educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. - 6ª Edição. São Paulo: Loyola, 1996.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C.J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: Um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida – 2009. Rio de Janeiro: 2009 – Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores_minimos/sinteseindicais2009/indic_sociais2009.pdf. (Acesso em: 21/11/2010).

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Brasileira: censo escolar 2008** – Brasília: 2009. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp> (Acesso em: 20/11/2010).

LEITE, E. M. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In. **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**, São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, L. C. **Educação ao longo da vida**: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró, São Paulo: Cortez, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: As abordagens do Processo. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2001.

NERI, M. C. **A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho**. São Paulo: Instituto Votorantim; Fundação Getúlio Vargas, 2010.

OCDE. ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Literacy Skills for the Word of Tomorrow**: Further results from PISA 2000. OECD. Paris, 2003

PAIVA, V. Inovação tecnológica e qualificação. Campinas: **Revista Educação & Sociedade**, v. 16, nº 50, 1995.

PATRÃO, C. N.; FERES, M. M.(coord.) **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Natal: IFRN, 2009.

PEREIRA R. Sobram vagas em 67% das empresas. O Estado de São Paulo. São Paulo: **Caderno Economia & Negócios, 24 de maio de 2010**, 2010.

POPE C., MAYS N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2008

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROPÉ, F.; e TANGUY, L. **Saberes e Competências**: O uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização do Pensamento Único**: A Consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In FERRETTI C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação**: Fundamentos Ontológicos e Históricos. Campinas: **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34, 2007.

SENGE, P. M. In: de GEUS, A. **A empresa Viva**: Como as organizações podem aprender a prosperar e se perpetuar - 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SINGAL, B. J. R. **Mercado de trabalho e empregabilidade na atual crise econômica**. São Paulo, 2009. Disponível em http://www.mackenzie.br/13911.html?&tx_ttnews%5Btt_news%5D=23&tx_ttnews%5BbackPid%5D=13896&cHash=5ed8fb894d. (Acesso em: 20/10/2009).

STANISCI, C.; ALVAREZ, L. Curso técnico a distância tem o mesmo impacto no salário que o presencial. **O Estado de São Paulo**, São Paulo: Caderno Vida, p. A-20, 27/05/2010.

VALENTE, J. A. **O Computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: Editora UNICAMP/NIED, 1999.

LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em <http://catalogonct.mec.gov.br/>. (Acesso em: 30/10/2009)

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 17/97 de 08 de dezembro de 1997**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1797.pdf. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 16/99 de 05 de outubro de 1999**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004 de 08 de dezembro de 2004**. Disponível em http://www.idep.ac.gov.br/docs/leg_fed/parecer39_04.pdf . (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 01/2005 de 03 de fevereiro de 2005**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf . (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 11/2008 de 12 de junho de 2008**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 04/99 de 8 de dezembro de 1999**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 870 de 16 de julho de 2008**. Disponível em <http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo1277.pdf> (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6.301 de 12 de dezembro de 2007**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009**. Disponível para em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005**. Disponível em, no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm. (Acesso em: 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.330 de 25 de julho de 2006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11330.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.700 de 13 de junho de 2008**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11700.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008**. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. (Acesso em 30/08/2010).

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.061 de 27 de outubro de 2009**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm. (Acesso em 30/08/2010).

CHILE. BIBLIOTECA DEL CONGRESSO NACIONAL DE CHILE. **Texto da Ley nº 19.876 de 07 de mayo de 2003**. Disponível para consulta no site: <http://www.bcn.cl/histley/lfs/hdl-19876/HL19876.pdf>. (Acesso em: 30/10/2010).

CHILE. BIBLIOTECA DEL CONGRESSO NACIONAL DE CHILE. **Ley General de Educación nº 20.370 de 17/08/2009**. Disponível em: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1006043&idVersion=2009-09-12>. (Acesso em 30/08/2010).

CHILE. BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. **Ley Organica Constitucional de Enseñanza (LOCE) nº 18.962 de 7 de março de 1990.** Disponível em <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30330&idVersion=1990-03-10>. (Acesso em 30/08/2010).

CHILE. CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN. **Acuerdo nº 001/2009 del Consejo Superior de Educación.** Disponível em <http://www.cned.cl/public/Secciones/ SeccionMundoEscolar /acuerdos/acuerdo cse 001-2009.pdf>. (Acesso em 30/08/2010).

CHILE. CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN. **Acuerdo nº 028/2009 del Consejo Superior de Educación.** Disponível para acesso em: 30/08/2010 no site: <http://www.cned.cl/public/Secciones/SeccionMundoEscolar/acuerdos/Acuerdo CSE 028-2009.pdf>

CHILE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de La Educación Média.** Santiago: MinEduc, 2005. Disponível em <http://www.curriculum-mineduc.cl/docs/Marco Curricular de Educacion Media Actualizacion 2005.pdf> . (Acesso em: 30/10/2010).

CHILE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de La Educación Básica e Média.** Santiago: MinEduc, 2009. Disponível em: <http://www.curriculum-mineduc.cl/docs/Marco Curricular Ed Basica y Media Actualizacion 2009.pdf> . (Acesso em: 30/10/2010).

CHILE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE CHILE. **Decreto Supremo de Educación nº 220.** Disponível em <http://600.mineduc.cl/docs/informacion/info guia/guia medi.pdf> (Acesso em: 30/08/2010).

CHILE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE CHILE. **Decreto Supremo de Educación nº 254** Disponível em <http://www.curriculum-mineduc.cl/ayuda/docs/ajuste-curricular-2/Decreto 254 E.Media.pdf>. (Acesso em: 30/08/2010).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC. **Educação Profissional e Tecnológica: Legislação Básica – Técnico de Nível Médio**. Brasília: MEC, 2008.

BRIDGES, W. **Um mundo sem empregos: os desafios da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Makron Books, 1995.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história Social da Mídia de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In BRUNO L. (Org.), **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas, 1996.

CASTRO, C. M. Avaliação de Políticas Públicas da Educação. Rio de Janeiro: **Caderno de Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, v. 16, n. 58, p. 113-124, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a08v1658.pdf>. Acesso em: 19/05/2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; PIRES, A. P.; MAYER, R.; LAPERRIÈRE, A.; GROULX, L.-H. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991: 1ª Edição, 1991.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003,

CIAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. **Mediações históricas de trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

DOWBOR, L. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. São Paulo: Vozes, 1998.

ESTEVES, M. M. **Tecnologia e mudança no currículo de uma escola técnica**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

FERRETTI, C. J. Modernização tecnológica, qualificação profissional e o sistema público de ensino. São Paulo: **São Paulo em Perspectiva nº 1 - vol. 7**, 1993.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral**

---

e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: CUT, 2005.

GODIM, S. M. G. Perfil Profissional e mercado de trabalho: Relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. Campinas: **Estudos de Psicologia vol. 7 nº 2**, 2002.

HENRIQUEZ, O. **La educación primaria em Chile**. Valparaíso: Imprenta e Lytografia Pacifico, 1945.

HOUAISS, A.; VILLAR M. S. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa**; São Paulo: Objetiva - versão 2.0a, 2007.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica: censo escolar 2006** – Brasília: Inep, 2007.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Índice de Alfabetismo Funcional**. Disponível em http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.03.00.00.00&ver=por (Acesso em 21/11/2010).

KAPLAN B.; DUCHON D. Combining qualitative and quantitative methods information systems research: a case study. **Management Information Systems Quarterly**, Volume 12, Issue 4, 1988. Disponível em <http://portal.acm.org/citation.cfm?id=58996&picked=prox&cfd=116258928&cftoken=47291718>. (Acesso em: 20/01/2010).

KOSHIMIZU, R. K.; PONTUAL, H. D. **Lula sanciona projeto de Cristovam que universaliza ensino médio gratuito**. Brasília: Portal de Notícias do Senado Federal, 29/10/2009. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=96895&codAplicativo=2&codEditoria=8>. (Acesso em: 20/11/2010).

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora UFMG; Artmed, 1999.

LETTIERI, A. A fábrica e a escola. In GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACHADO, L. R. S. **Educação básica, empregabilidade e competência**. Caxambu: 19ª Reunião Anual da Anped, 1996.

MACHADO, N. J. **Educação: projetos e valores**. São Paulo: Escrituras, 2002

MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional das dimensões conceituais e políticas. Campinas: **Caderno de Educação & Sociedade**, nº 64, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002. (Acesso em: 20/01/2010)

MARTINO, M. A. **A importância das Parcerias na Educação Profissional**. São Paulo: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

-
- MELO, S. D. G. **Reformas e Políticas para a Educação profissional a partir de 1990: Alguns aportes.** Belo Horizonte: 2008. - Disponível em <http://www.senept.cefetmg.br/>. (Acesso em: 13/02/09)
- MINAYO M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, 1993.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Human Development Index (HDI) - 2010 Rankings.** Disponível em <http://hdr.undp.org/en/statistics/>. (Acesso em 21/11/2010).
- PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PRADO, F. L. **Os novos cursos de graduação tecnológica: história, legislação, currículo, organização curricular e didática.** Curitiba: Gráfica Opet, 2006.
- RENAUD-COULON, A. **Universités d'entreprise: vers une mondialisation de l'intelligence.** Paris: Village Mondial, 2002.
- SALGADO, M. U. C. **Formação para a cidadania no ensino 2º grau.** Em Aberto. Brasília, 1985
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M.; COSTA, V. **Tempos de Capanema** - 2ª Edição. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; Editora Paz e Terra, 2000.
- SEVERINO, A. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2002.
- SOARES, A. M. D. Política Educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?. Seropédica: **Revista Universidade Rural, Sér. Ciências Humanas**, v. 26, n. 1-2, 2004.
- UNESCO. **Word Data on Education.** Washington: 6th Edition, 2006/2007.
- UNESCO. **Um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: UNESCO; Cortez; MEC, 1998.
- VALENTE, J. A. Aprendizagem continuada ao longo da vida: o exemplo da terceira idade. In KACHAR, V. (Org) **Longevidade: um novo desafio para a educação.** São Paulo: Cortez, 2001.
- VAZQUEZ, A. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968
- VILLALOBOS, N. C. **Historia de la Educación Obligatoria en Chile.** Santiago: Fundación Claude Bernard de Chile, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1 – TABELAS COMPLETAS

ANEXO 1 - TABELAS COMPLETAS 1 - RESUMO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS POR EIXOS TECNOLÓGICOS E ESPECIALIDADES OFERECIDAS¹³

Tabela 7 – Resumo do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos por eixos tecnológicos e especialidades oferecidas

Eixos Tecnológicos	Cursos oferecidos	Carga horária
01. Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Agente Comunitário de Saúde	1.200
	Técnico em Análises Clínicas	1.200
	Técnico em Biotecnologia	1.200
	Técnico em Citopatologia	1.200
	Técnico em Controle Ambiental	800
	Técnico em Enfermagem	1.200
	Técnico em Equipamentos Biomédicos	1.200
	Técnico em Estética	1.200
	Técnico em Farmácia	1.200
	Técnico em Gerência de Saúde	1.200
	Técnico em Hemoterapia	1.200
	Técnico em Higiene Dental	1.200
	Técnico em Imagem Pessoal	1.200
	Técnico em Imobilizações Ortopédicas	1.200
	Técnico em Massoterapia	1.200
	Técnico em Meio Ambiente	800
	Técnico em Meteorologia	1.000
	Técnico em Nutrição e Dietética	1.200
	Técnico em Óptica	1.200
	Técnico em Órteses e Próteses	1.200
	Técnico em Podologia	1.200
	Técnico em Prótese Dentária	1.200
	Técnico em Radiologia	1.200
	Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	1.200
	Técnico em Reciclagem	1.200
	Técnico em Registros e Informações em Saúde	1.200
	Técnico em Segurança do Trabalho	1.200
	Técnico em Vigilância em Saúde	1.200
02. Apoio Educacional	Técnico em Alimentação Escolar	1.200
	Técnico em Biblioteconomia	800
	Técnico em Infraestrutura escolar	1.200
	Técnico em Multimeios Didáticos	1.200
	Técnico em Orientação Comunitária	800
	Técnico em Secretaria Escolar	1.200
03. Controle e Processos Industriais	Técnico em Análises Químicas	1.200
	Técnico em Automação Indústria	1.200
	Técnico em Eletroeletrônica	1.200
	Técnico em Eletromecânica	1.200
	Técnico em Eletrônica	1.200
	Técnico em Eletrotécnica	1.200
	Técnico em Manutenção Automotiva	1.200
	Técnico em Máquinas Navais	1.200
	Técnico em Mecânica	1.200
	Técnico em Mecatrônica	1.200

¹³ CURSOS OFERECIDOS DISTRIBUÍDOS PELOS DOZE EIXOS TECNOLÓGICOS CONFORME PARECER CNE/CEB nº 11/2008 - **FONTE: Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação**

	Técnico em Metalurgia	1.200
	Técnico em Petroquímica	1.200
	Técnico em Química	1.200
	Técnico em Refrigeração e Climatização	1.200
	Técnico em Sistemas a Gás	1.200
04. Gestão e Negócios	Técnico em Administração	800
	Técnico em Comércio	800
	Técnico em Comércio Exterior	800
	Técnico em Contabilidade	800
	Técnico em Cooperativismo	800
	Técnico em Finanças	800
	Técnico em Logística	800
	Técnico em Marketing	800
	Técnico em Qualidade	800
	Técnico em Recursos Humanos	800
	Técnico em Secretariado	800
	Técnico em Seguros	800
	Técnico em Serviços de Condomínio	800
	Técnico em Serviços Imobiliários	800
	Técnico em Serviços Públicos	800
	Técnico em Vendas	800
05. Hospitalidade e Lazer	Técnico em Agenciamento de Viagem	800
	Técnico em Cozinha	800
	Técnico em Eventos	800
	Técnico em Guia de Turismo	800
	Técnico em Hospedagem	800
	Técnico em Lazer	800
	Técnico em Serviços de Restaurante e Bar	800
06. Informação e Comunicação	Técnico em Informática	1.000
	Técnico em Informática para Internet	1.000
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	1.000
	Técnico em Programação de Jogos Digitais	1.000
	Técnico em Redes de Computadores	1.000
	Técnico em Sistemas de Comutação	1.200
	Técnico em Sistemas de Transmissão	1.200
	Técnico em Telecomunicações	1.200
07. Infraestrutura	Técnico Aeroportuário	800
	Técnico em Agrimensura	1.000
	Técnico em Carpintaria	1.200
	Técnico em Desenho de Construção Civil	1.200
	Técnico em Edificações	1.200
	Técnico em Estradas	1.200
	Técnico em Geodésia e Cartografia	1.000
	Técnico em Geoprocessamento	1.000
	Técnico em Hidrologia	1.200
	Técnico em Manutenção de Aeronaves	1.200
	Técnico em Portos	800
	Técnico em Saneamento	1.200
	Técnico em Trânsito	800
	Técnico em Transporte Aquaviário	800
	Técnico em Transporte de Cargas	800
	Técnico em Transporte Dutoviário	800
	Técnico em Transporte Ferroviário	800
	Técnico em Transporte Rodoviário	800

08. Militar¹⁴	Técnico em Comunicações Aeronáuticas	1.200
	Técnico em Controle de Tráfego Aéreo	1.200
	Técnico em Desenho Militar	1.200
	Técnico em Eletricidade e Instrumentos Aeronáuticos	1.200
	Técnico em Equipamentos de Voo	1.200
	Técnico em Estrutura e Pintura de Aeronaves	1.200
	Técnico em Foto inteligência	1.200
	Técnico em Guarda e Segurança	1.200
	Técnico em Hidrografia	1.200
	Técnico em Informações Aeronáuticas	1.200
	Técnico em Manobras e Equipamentos de Convés	1.200
	Técnico em Material Bélico	1.200
	Técnico em Mergulho	1.200
	Técnico em Operação de Radar	1.200
	Técnico em Operação de Sonar	1.200
	Técnico em Operações de Engenharia Militar	1.200
	Técnico em Preparação Física e Desportiva Militar	1.200
	Técnico em Sensores de Aviação	1.200
	Técnico em Sinais Navais	1.200
	Técnico em Sinalização Náutica	1.200
	Técnico em Suprimento	1.200
09. Produção Alimentícia	Técnico em Alimentos	1.200
	Técnico em Agroindústria	1.200
	Técnico em Apicultura	1.200
	Técnico em Cervejaria	1.200
	Técnico em Confeitaria	800
	Técnico em Panificação	800
	Técnico em Processamento de Pescado	1.000
	Técnico em Viticultura e Enologia	1.200
10. Produção Cultural e Design	Técnico em Arte Circense	800
	Técnico em Arte Dramática	800
	Técnico em Artes Visuais	800
	Técnico em Artesanato	800
	Técnico em Canto	800
	Técnico em Composição e Arranjo	800
	Técnico em Comunicação Visual	800
	Técnico em Conservação e Restauro	800
	Técnico em Dança	800
	Técnico em Design de Calçados	800
	Técnico em Design de Embalagens	800
	Técnico em Design de Interiores	800
	Técnico em Design de Joias	800
	Técnico em Design de Móveis	800
	Técnico em Documentação Musical	800
	Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais	800
	Técnico em Instrumento Musical	800
	Técnico em Modelagem do Vestuário	800
	Técnico em Multimídia	800
	Técnico em Paisagismo	800
	Técnico em Processos Fotográficos	800
	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	800
	Técnico em Produção de Moda	800

¹⁴ A formação no Eixo Tecnológico – Militar será ministrada única e exclusivamente pelas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), vedada a possibilidade de os cursos deste eixo tecnológico serem ministrados por outras instituições de ensino.

	Técnico em Publicidade	800
	Técnico em Rádio e Televisão	800
	Técnico em Regência	800
11. Produção Industrial	Técnico em Açúcar e Alcool	1.200
	Técnico em Biocombustíveis	1.200
	Técnico em Calçados	1.200
	Técnico em Celulose e Papel	1.200
	Técnico em Cerâmica	1.200
	Técnico em Construção Naval	1.200
	Técnico em Curtimento	1.200
	Técnico em Fabricação Mecânica	1.200
	Técnico em Impressão Gráfica	1.200
	Técnico em Impressão Offset	1.200
	Técnico em Joalheria	1.200
	Técnico em Móveis	1.200
	Técnico em Petróleo e Gás	1.200
	Técnico em Plásticos	1.200
	Técnico em Pré-impressão Gráfica	1.200
	Técnico em Tecelagem	1.200
	Técnico em Vestuário	1.200
12. Recursos Naturais	Técnico em Agricultura	1.200
	Técnico em Agro Ecologia	1.200
	Técnico em Agronegócio	1.200
	Técnico em Agropecuária	1.200
	Técnico em Aqüicultura	1.000
	Técnico em Cafeicultura	1.200
	Técnico em Equipamentos Pesqueiros	1.000
	Técnico em Florestas	1.200
	Técnico em Fruticultura	1.200
	Técnico em Geologia	1.200
	Técnico em Mineração	1.200
	Técnico em Pesca	1.000
	Técnico em Recursos Minerais	1.200
	Técnico em Recursos Pesqueiros	1.000
	Técnico em Zootecnia	1.200

Especialidades por Setor Econômico – ano 2010 de acordo com o Decreto Supremo nº 220 DE 1998

Setor Econômico	Especialidades	Carga Horária Mínima
MADEREIRO	Florestal	3.192
	Processamento de Madeira	
	Produtos de Madeira	
	Celulose e Papel	
AGROPECUÁRIO	Agropecuária	3.192
ALIMENTAÇÃO	Elaboração industrial de alimentos	3.192
	Serviços de alimentação coletivos	
CONSTRUÇÃO	Edificação	3.192
	Acabamentos de construção	
	Montagem Industrial	
	Obras viárias e infraestrutura	
	Instalações sanitárias	
	Refrigeração e Climatização	
METALMECÂNICO	Mecânica Industrial	3.192
	Construções Metálicas	
	Mecânica automotriz	
	Estampo	
	Mecânica de manutenção de aeronaves	
ELETRICIDADE	Eletricidade	3.192
	Eletrônica	
	Telecomunicações	
MARÍTIMO	Navios mercantes e especiais	3.192
	Pesca	
	Aquicultura	
	Operação portuária	
MINERAÇÃO	Exploração de minas	3.192
	Metalurgia extrativa	
	Assistência em geologia	
GRÁFICO	Gráfica	3.192
	Desenho técnico ¹⁶	
CONFECÇÃO	Tecidos	
	Têxtil	
	Vestuário e confecção têxtil	
	Produtos de couro	
ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO	Administração	3.192
	Contabilidade	
	Secretariado	
	Vendas	
PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS	Assistência à infância	3.192
	Assistência a adultos maiores	
	Enfermagem ¹⁷	

¹⁵ FONTE: OBJETIVOS FUNDAMENTALES Y CONTENIDOS MÍNIMOS OBLIGATORIOS DE LA EDUCACIÓN MEDIA - ACTUALIZACIÓN 2005 – Publicada pelo Ministerio de Educación – Gobierno de Chile. Agosto/2005

¹⁶ Especialidade inserida no setor econômico Gráfico por meio do Decreto Supremo nº 593 de 20 de outubro de 2000.

¹⁷ Mudança da denominação de Assistência aos Enfermos para Assistência de Enfermagem por meio do Decreto Supremo nº 98 de 20 de março de 2002.

	Assistência social e recreativa	
QUÍMICA	Operação de planta química	3.192
	Laboratório químico	
TURISMO E HOTELARIA ¹⁸	Serviços de turismo	3.192
	Serviços hoteleiros	

---

¹⁸ Por meio do Decreto Supremo nº 593 de 20 de outubro de 2000, foi criado o setor Turismo e Hotelaria e a especialidade de Serviços Hoteleiros.

Especialidades por Setor Econômico – ano 2010 de acordo com o Decreto Supremo nº 254 de 2009

Setor Econômico	Especialidades	Carga Horária Mínima
ALIMENTAÇÃO	Elaboração industrial de alimentos	3.192
	Serviços de alimentação coletivos	
METALMECÂNICO	Mecânica Industrial	3.192
	Construções Metálicas	
	Mecânica automotriz	
	Estampo	
	Mecânica de manutenção de aeronaves	
ELETRICIDADE	Eletricidade	3.192
	Eletrônica	
	Telecomunicações	
GRÁFICO	Gráfica	3.192
	Desenho técnico	
CONFECÇÃO	Vestuário e confecção têxtil	3.192
ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO	Administração	3.192
	Contabilidade	
	Secretariado	
	Vendas	
PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS	Assistência à infância	3.192
	Assistência social e recreativa	
QUÍMICA	Operação de planta química	3.192
	Laboratório químico	

¹⁹ FONTE: Decreto Supremo de Educación nº 254 de 17/08/2009, disponível na publicação dos Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Educación Média - Actualización de 2009.

ANEXO 2 – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Vide Lei nº 12.061, de 2009

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

~~II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;~~

II - universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

²⁰ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

---

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.~~

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

~~VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.~~

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

~~VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.~~

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

-
- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
  - II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
  - III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
  - IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
  - V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
  - VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

- I - as instituições de ensino mantidas pela União;
- II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

- I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;
- II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;
- III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

(Regulamento)

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: (Regulamento)

- I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- ~~II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~
- ~~II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 11.183, de 2005)~~
- II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009)
- III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV - filantrópicas, na forma da lei.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - educação superior.

CAPÍTULO II
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

~~§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.~~

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

(Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010)

---

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12.12.2001)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o ~~caput~~ deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Seção III

Do Ensino Fundamental

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

~~Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:~~

~~I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou~~

~~II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.~~

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Seção IV Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV - serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

~~III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.~~ (Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008)

~~§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.~~ (Regulamento) (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

~~§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.~~ (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção IV-A Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Da Educação Profissional e Tecnológica

(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

~~Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Regulamento)~~

~~Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.~~

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento)

~~Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Regulamento)~~

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

~~Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)~~

~~Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Regulamento)~~

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

~~I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a

---

respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. [\(Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006\)](#)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. [\(Regulamento\)](#)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. [\(Regulamento\)](#)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. [\(Regulamento\)](#)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos Quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: [\(Regulamento\)](#)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. [\(Regulamento\)](#)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; [\(Regulamento\)](#)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

-
- III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
  - IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
  - V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
  - VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;
  - VII - firmar contratos, acordos e convênios;
  - VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
  - IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;
  - X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

- I - propor o seu Quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
- III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;
- IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
- V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
- VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. [\(Regulamento\)](#)

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

---

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

~~Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: (Regulamento)~~

~~I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;~~

~~II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.~~

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

---

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

---

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

- I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;
- II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;
- III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês

subseqüente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
- II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
- III - formação de Quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
- IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
- V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subseqüente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

---

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

- I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
- II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
- IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

- I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
- II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Art. 79-A. ~~(VETADO)~~ (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

~~Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.~~

~~Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. (Revogado pela nº 11.788, de 2008)~~

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

~~§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.~~

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

~~§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:~~

~~I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;~~

~~I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares; (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a quatorze anos, no caso das redes escolares públicas; e (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade; (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

a) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

b) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

c) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

---

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. ([Regulamento](#))

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das [Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#), e [5.540, de 28 de novembro de 1968](#), não alteradas pelas [Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995](#) e [9.192, de 21 de dezembro de 1995](#) e, ainda, as [Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971](#) e [7.044, de 18 de outubro de 1982](#), e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997.

Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004

Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,
DECRETA:

Art 1º A educação profissional tem por objetivos:

- I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art 2º A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

Art 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

- I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
- III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Art 4º A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

§ 1º As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.

§ 2º Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional.

Art 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Parágrafo único. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos.

Art 6º A formulação dos currículos plenos dos cursos do ensino técnico obedecerá ao seguinte:

- I - o Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, estabelecerá diretrizes curriculares nacionais, constantes de carga horária mínima do curso, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas, por área profissional;

²¹ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm

---

II - os órgãos normativos do respectivo sistema de ensino complementarão as diretrizes definidas no âmbito nacional e estabelecerão seus currículos básicos, onde constarão as disciplinas e cargas horárias mínimas obrigatórias, conteúdos básicos, habilidades e competências, por área profissional;

III - o currículo básico, referido no inciso anterior, não poderá ultrapassar setenta por cento da carga horária mínima obrigatória, ficando reservado um percentual mínimo de trinta por cento para que os estabelecimentos de ensino, independente de autorização prévia, elejam disciplinas, conteúdos, habilidades e competências específicas da sua organização curricular;

§ 1º Poderão ser implementados currículos experimentais, não contemplados nas diretrizes curriculares nacionais, desde que previamente aprovados pelo sistema de ensino competente.

§ 2º Após avaliação da experiência e aprovação dos resultados pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, os cursos poderão ser regulamentados e seus diplomas passarão a ter validade nacional.

Art 7º Para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico, deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores.

Parágrafo único. Para atualização permanente do perfil e das competências de que trata o *caput*, o Ministério da Educação e do Desporto criará mecanismos institucionalizados, com a participação de professores, empresários e trabalhadores.

Art 8º Os currículos do ensino técnico serão estruturados em disciplinas, que poderão ser agrupadas sob a forma de módulos.

§ 1º No caso de o currículo estar organizado em módulos, estes poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a certificado de qualificação profissional.

§ 2º Poderá haver aproveitamento de estudos de disciplinas ou módulos cursados em uma habilitação específica para obtenção de habilitação diversa.

§ 3º Nos currículos organizados em módulos, para obtenção de habilitação, estes poderão ser cursados em diferentes instituições credenciadas pelo os sistemas federal e estaduais, desde que o prazo entre a conclusão do primeiro e do último módulo não exceda cinco anos.

§ 4º O estabelecimento de ensino que conferiu o último certificado de qualificação profissional expedirá o diploma de técnico de nível médio, na habilitação profissional correspondente aos módulos cursados, desde que o interessado apresente o certificado de conclusão do ensino médio.

Art 9º As disciplinas do currículo do ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores selecionados, principalmente, em função de sua experiência profissional, que deverão ser preparados para o magistério, previamente ou em serviço, através de cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica.

Parágrafo único. Os programas especiais de formação pedagógica a que se refere o *caput* serão disciplinados em ato do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art 10. Os cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, e conferirão diploma de Tecnólogo.

Art 11. Os sistemas federal e estaduais de ensino implementarão, através de exames, certificação de competência, para fins de dispensa de disciplinas ou módulos em cursos de habilitação do ensino técnico.

Parágrafo único. O conjunto de certificados de competência equivalente a todas as disciplinas e módulos que integram uma habilitação profissional dará direito ao diploma correspondente de técnico de nível médio.

Art 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
INTERESSADO: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.
PARECER Nº: 17/97
CÂMARA OU COMISSÃO: CEB – APROVADO EM: 3/12/97

I-RELATÓRIO

A educação profissional, em nível nacional, com base nos princípios constitucionais, regula-se:

- a) pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), em especial o que dispõem os artigos 39 a 42 do Capítulo III do Título V;
- b) pelo Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB;
- c) pela Portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997, específica para a rede federal de educação tecnológica;
- d) por orientações emanadas deste Colegiado e dos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino.

Esta Câmara aprovou, em 7 de maio do corrente, o Parecer CEB nº 5/97, de autoria do Conselheiro Ulysses de Oliveira Panisset, contendo orientações preliminares para a aplicação da Lei nº 9.394/96. O Parecer foi homologado pelo Ministro da Educação e do Desporto em 16 de maio de 1997. Em relação à educação profissional esclarece que: “É relevante verificar que a educação profissional se faz presente na lei geral da educação nacional, em capítulo próprio, embora de forma bastante sucinta, o que indica tanto a sua importância no Quadro geral da educação brasileira quanto a necessidade de sua regulamentação específica. É o que vem de ocorrer com a publicação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que “regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”.

“O artigo 6º, inciso I, do decreto citado estabelece que” o Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, estabelecerá diretrizes curriculares nacionais”, a serem adotadas por área profissional”. Entretanto, até que tal medida tenha sido efetuada, permanece o que está definido e aprovado, ou seja, as habilitações profissionais implantadas com base no Parecer nº 45/72, devidamente reconhecidas, continuam a ter validade nacional, incluídas as já aprovadas ou as que venham a sê-lo pelo CNE”.

A questão curricular da educação profissional técnica remete-se, portanto, ao Decreto nº 2.208/97 e, por enquanto, ao Parecer nº 45/72, do extinto Conselho Federal de Educação, devendo-se aguardar o encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação, pelo Ministério da Educação e do Desporto, de proposta das novas diretrizes curriculares nacionais, para deliberação, conforme dispõe a alínea e, do § 1º, do artigo 9º, da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que alterou dispositivos da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e deu outras providências. Por ser de sua competência, o Conselho Nacional de Educação, com este parecer, estabelece diretrizes operacionais para a educação profissional, a serem observadas em nível nacional.

II - VOTO DO RELATOR,

Reiterando os termos do Parecer CEB nº 5/97, na parte referente à educação profissional, fica patente, na nova LDB, o reconhecimento do papel e da importância desta modalidade de ensino.

Pela primeira vez, consta em uma lei geral da educação brasileira um capítulo específico sobre educação profissional. Refletindo uma concepção moderna e ampla, preceitua que a educação profissional integre-se e articule-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Preconiza a oferta de educação profissional a jovens e adultos, trabalhadores em geral, tendo como referência a educação regular - ensinos fundamental, médio e superior - ou, de forma mais livre e circunstancialmente necessária, sem qualquer condicionamento em relação à escolaridade.

Sabemos que nos dias atuais, torna-se cada vez mais necessária uma sólida qualificação profissional, constantemente atualizada por meio de programas de requalificação e de educação continuada. Afinal, a vida profissional dos cidadãos está sujeita de alterações profundas e rápidas, em termos de qualificação, de emprego e de renda, sobretudo em decorrência das inovações tecnológicas e das mudanças na organização da produção. Fica

---

²² FONTE: Ministério da Educação do Brasil – Portal do MEC - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1797.pdf

---

claro, também, que esse novo ordenamento, combinado com as políticas governamentais, afirma e reorienta prioridades de forma a valorizar, sobremaneira, a educação básica. Essa deve ser, realmente, a principal meta educacional brasileira para a próxima década, para que o País possa manter e ampliar espaço na economia mundial e, mais importante do que esse objetivo instrumental, melhorar o padrão e a qualidade de vida da nossa população. A educação profissional, por seu turno, não substitui a educação básica e sim complementa-a. A valorização desta, entretanto, não significa a redução da importância daquela. Ao contrário, uma educação profissional de qualidade, respaldada em educação básica de qualidade, constitui a chave do êxito de sociedades desenvolvidas.

Neste sentido, tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 4º da LDB que garante a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, é fundamental considerar que a educação profissional de nível técnico atingirá a sua plena articulação com a etapa final da educação básica quando essa extensão se concretizar.

Em 17 de abril de 1997 o Governo Federal baixou o Decreto nº 2.208, regulamentando os dispositivos da LDB referentes à educação profissional, definindo seus objetivos e níveis, além de estabelecer orientações para a formulação dos currículos dos cursos técnicos. O Decreto especifica, no artigo 3º, três níveis de educação profissional: o básico, o técnico e o tecnológico. Tais níveis não devem ser confundidos com os dois níveis da educação nacional estabelecidos na LDB: o básico e o superior.

Os da educação profissional devem ser entendimentos como formas de viabilização dos objetivos previstos no artigo 1º do Decreto, ou seja, fundamentalmente a qualificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização profissional e tecnológica, a serem proporcionados, nos três níveis, aos jovens e adultos em geral. Essas formas não constituem uma progressão obrigatória, pois o acesso a qualquer uma delas independe da realização de outra. Em vista disso, toma-se relevante a formulação de políticas, metas e estratégias governamentais e institucionais que definam a oferta e as condições de acesso à educação profissional para todos.

Trata-se, na verdade, de atendimento a uma necessidade de caráter nacional, ao mesmo tempo econômica, política e social.

A educação profissional básica, destinada a qualificar e requalificar trabalhadores, independente de escolaridade prévia, não está sujeita a regulamentação curricular, sendo oferecida de forma livre em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, como preconiza a LDB. Nada impede que, eventualmente, seja estruturada de forma que possa ser aproveitada, como crédito ou outra forma de equivalência, na educação profissional técnica e tecnológica. Em qualquer caso, poderá propiciar certificação de competências ou de qualificação profissional. Cumpre lembrar que a aprendizagem profissional definida em legislação específica é forma de educação profissional básica ou técnica. Deixa de subsistir, entretanto, o caráter supletivo da aprendizagem e da qualificação conforme dispunha a Lei Federal nº 5.692/71. Na mesma linha de mudança, fica superada a função de suprimento englobando o aperfeiçoamento e a atualização profissional.

A escolaridade, exigida ou não como requisito de entrada, constitui simples referência para a educação profissional básica, em função do perfil de saída requerido para o desempenho de profissões no mercado. Além dos seus cursos regulares de educação profissional, conforme preconizam o artigo 42 da LDB e § 1º do artigo 4º do Decreto, as instituições especializadas oferecerão programas abertos à comunidade, cuja exigência para matrícula seja a capacidade de aproveitamento e não necessariamente o nível de escolaridade. Neste caso, sempre que necessário e viável, em consonância com a prioridade nacional de valorização do ensino fundamental, as instituições deverão proporcionar oportunidades e condições de regularização e complementação desse nível de ensino.

A articulação entre a educação profissional básica e a educação básica admite várias situações entre as quais:

a) exigência de ensino fundamental concluído no todo ou em parte para acesso à qualificação profissional;

b) dispensa do ensino fundamental para acesso e exigência de sua conclusão, no todo ou em parte, para certificação de qualificação profissional;

c) independência, para acesso e certificação, entre a educação profissional básica e a educação básica, com articulação entre as respectivas instituições educacionais, objetivando proporcionar aos alunos dos programas de qualificação profissional oportunidades e condições de regularização e complementação do ensino fundamental.

As competências adquiridas na educação profissional básica, tal como definidas no inciso I. do artigo 3º do Decreto, poderão ser aproveitadas nas modalidades técnicas ou tecnológicas (artigo 3º, incisos II e III), mediante avaliação a ser realizada pela instituição em que o interessado pretenda matricular-se. Trata-se, neste caso, de uma importante inovação prevista na legislação: a possibilidade de avaliação, reconhecimento, aproveitamento e certificação de competências e conhecimentos adquiridos na escola ou no trabalho.

De fato, a certificação de competências está prevista no *caput* do artigo 41 da LDB, em caráter geral, e no parágrafo único do artigo 11 do Decreto para a educação profissional técnica. Trata-se de um campo ainda inexplorado em nosso País e essa lacuna precisa ser urgentemente preenchida, tanto para um atendimento mais flexível e rápido das necessidades do mercado como para uma constante atualização de perfis profissionais e respectivas formas de avaliação de competências. Não é cabível, nos dias atuais, a postura de desconsideração pelas habilidades,

---

conhecimentos e competências adquiridas por qualquer pessoa por meio de estudos não formais ou no próprio trabalho. E preciso superar o preconceito e o flagrante desperdício de não valorizar a experiência profissional e o autodidatismo que não têm recebido, até hoje, a atenção que merecem.

Trata-se de um potencial humano que tem permanecido oculto e que precisa ser adequadamente identificado, avaliado, reconhecido, aproveitado, e certificado. A certificação de competências constitui mais um instrumento para a democratização da educação profissional, em todos os seus níveis. Abre possibilidades de qualificação inicial e seqüencial, bem como de requalificação e atualização de trabalhadores, empregados ou não. As constantes inovações tecnológicas e organizacionais no mundo do trabalho impõem efetivas e rápidas respostas no que se refere aos novos perfis profissionais. Tanto pela economia de tempo quanto de esforços, a certificação complementa e, em determinados casos, pode dispensar freqüência a cursos e programas de educação profissional. É importante ressaltar, contudo, que o reconhecimento de tais competências não deve significar mais uma cartorialização educacional. Por outro lado, é bom lembrar que uma formalização simples e ágil é necessária, até mesmo para reincorporar cidadãos que se encontram à margem de um processo sistemático de educação profissional.

Assim, é indispensável que os sistemas de ensino, federal e estadual, normalizem tal procedimento, definindo a forma de credenciamento das instituições habilitadas à certificação de competências, bem como as condições do seu aproveitamento nos níveis da educação profissional básica, técnica ou tecnológica.

A não inclusão dos sistemas de ensino municipais, como tais organizados, tem um razão que deve ser aqui explicitada. A tais sistemas é atribuída, como competência específica, para usar os termos do inciso V, do artigo 11 da Lei nº 9.394/96, “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental”. Assim, não estando entre as obrigações dos mesmos a educação profissional, aos sistemas federal e estadual deve ser cometida a responsabilidade de baixar as normas aplicáveis à certificação aqui considerada, observadas diretrizes do CNE. Os sistemas estaduais poderão, entretanto, quando entenderem conveniente, credenciar órgãos e instituições municipais para que promovam essa certificação.

A certificação, já adotada em outros países, é coerente com a política nacional de qualidade, produtividade e competitividade. Certificar profissionais, segundo padrões previamente estabelecidos pelos agentes econômicos e sociais, significa oferecer mais possibilidades de garantia de qualidade de produtos e de serviços. Nesse sentido, a certificação deve resultar de um amplo processo de discussão e negociação envolvendo todos os segmentos interessados da sociedade: trabalhadores, empresários, consumidores e educadores. É evidente que a certificação deve ser uma atividade extremamente criteriosa, com credenciamento de instituições e estabelecimentos de ensino competentes e idôneos e presença constante dos órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício profissional e pela defesa do consumidor. As disposições legais, portanto, representam apenas o começo de um longo caminho a percorrer no desenho e na implementação de um modelo brasileiro de certificação.

Uma das mais importantes mudanças introduzidas pelo Decreto nº 2.208/ 97 refere-se à educação profissional técnica, cuja organização curricular passa a ser própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este. Significa que será possível a matrícula e freqüência no ensino médio e concomitantemente, desde o seu início, no curso técnico, na mesma escola ou em estabelecimentos distintos. Em função das exigências de conhecimentos prévios, entretanto, determinados cursos técnicos poderão ser organizados de forma seqüencial para alunos com o ensino médio já concluído. Fica, ainda, a possibilidade de se adotar forma combinada, ou seja, concomitância e seqüencialidade, isto é, a exigência para ingresso em curso técnico de matrícula e freqüência na 2ª ou 3ª série do ensino médio, sempre em função dos perfis de entrada e de saída da habilitação.

A desvinculação entre o ensino médio e o ensino técnico possibilita uma flexibilização e significativa ampliação das oportunidades de educação profissional no nível do ensino médio. Por se tratar de uma alteração estrutural é necessário tecer algumas considerações a este respeito.

A desvinculação referida não significa que as instituições de educação profissional deverão oferecer o ensino única e exclusivamente prático. Qualquer curso profissionalizante sempre demandará a estruturação de currículos contemplando todas as dimensões do desenvolvimento humano: a cognitiva, a afetiva e a psicomotora, fundadas em princípios éticos, políticos e estéticos que contribuam para consolidação de conceitos e valores indispensáveis ao exercício da cidadania na democracia. Além disso, nunca será ocioso lembrar que educação profissional de qualidade pressupõe educação básica de qualidade. Nesse sentido, além de usualmente desenvolver conteúdos curriculares de aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos, a educação profissional, para preservar a qualidade requerida, forçosamente deverá complementar e suprir eventuais carências de educação geral de seus alunos.

A desvinculação entre o ensino médio e o ensino técnico traz vantagens tanto para o aluno quanto para as instituições de ensino. O aluno terá maior flexibilidade na definição do seu itinerário de educação profissional, não

---

ficando restrito a uma habilitação rigidamente vinculada ao ensino médio, passível de conclusão somente após o mínimo de três anos. Do lado das instituições de ensino, a desvinculação propicia melhores condições para a permanente revisão e atualização dos currículos. O chamado currículo integrado é extremamente difícil de ser modificado e por isso mesmo acaba se distanciando cada vez mais da realidade do mundo do trabalho.

A possibilidade de o aluno cursar, por exemplo, primeiro o ensino médio e depois o curso técnico, coaduna-se com a tendência internacional de formar técnicos com sólida base de formação geral. A opção do aluno, entretanto, pode estar associada a uma necessidade mais premente de inserção no mercado de trabalho e, para tanto, permanece a possibilidade de se cursar o ensino médio e o técnico de forma concomitante.

Ressalte-se que não há qualquer impedimento para que a mesma escola continue desenvolvendo concomitantemente o ensino médio e o técnico. E, dependendo da habilitação, os currículos e horários poderão continuar sendo organizados de tal forma que o aluno possa estudar e trabalhar, como ocorre em parte dos casos atualmente.

Assim, em decorrência do disposto no *caput* do artigo 5o do Decreto e, tendo em vista a necessidade social, a vocação institucional e a capacidade de atendimento, as instituições que vêm oferecendo cursos técnicos de nível médio passam a ter as seguintes possibilidades de organização:

- a) oferta do curso de ensino médio e, de forma concomitante ou sequencial a este, dos cursos técnicos. No ensino médio, a escola poderá oferecer componentes curriculares de caráter profissionalizante na parte diversificada, de acordo com o parágrafo único do artigo 5o do Decreto, até o limite de 25% do total da carga horária mínima desse nível de ensino, ou seja, 600 horas de um total de 2.400 horas. Os critérios para seleção de alunos e organização das turmas dos dois tipos de cursos são de inteira responsabilidade de cada instituição. A proposta pedagógica, traduzindo a política e a estratégia institucional, definirá a proporção de vagas oferecidas em cada curso;
- b) oferta somente de cursos técnicos. Cada aluno, observados os requisitos fixados para cada habilitação técnica, deverá ter concluído ou cursar concomitantemente o ensino médio, regular ou supletivo, em outra escola;
- c) oferta somente do ensino médio, com ou sem componentes curriculares profissionalizantes na parte diversificada do currículo. Havendo tais componentes, a escola poderá certificar a qualificação profissional, correspondente, quando for o caso, aos antigos auxiliares técnicos. A habilitação poderá ser completada em outro estabelecimento, mediante reconhecimento de crédito ou avaliação de competências.

A instituição ou a implantação de novas habilitações técnicas deve ser precedida da aprovação de proposta pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino e, para que tenham validade nacional, pelo Conselho Nacional de Educação.

Quanto aos currículos resultantes da desvinculação entre o ensino médio e o ensino técnico, até que sejam definidas novas diretrizes curriculares nacionais e currículos básicos, devem ser observados:

- a) no ensino médio, os mínimos totais e anuais de carga horária e de dias letivos previstos na nova LDB e para a organização curricular, a Resolução CFE nº 6/86 e regulamentações subsequentes naquilo que não estiver superado pelas disposições da Lei nº 9.394/96;
- b) nos cursos técnicos, o Parecer CFE nº 45/72 e regulamentações subsequentes, incluídas as referentes à instituição de habilitações profissionais.

Conforme dispõe o § 1o do artigo 6o do Decreto, currículos experimentais poderão ser implementados mediante aprovação dos respectivos sistemas de ensino.

Relevante inovação encontra-se no artigo 7º do Decreto. Trata-se de instituir, sistemática e permanentemente, mecanismo de identificação e atualização de perfis profissionais e respectivos currículos de formação. Esse mecanismo deverá ser definido e implementado com a indispensável participação de professores, empresários e trabalhadores, sob coordenação do Ministério da Educação e do Desporto com a colaboração do Conselho Nacional de Educação.

De acordo com o artigo 8o do Decreto, os currículos do ensino técnico serão estruturados em disciplinas que poderão ser agrupadas sob a forma de módulos. A modularização deverá proporcionar maior flexibilidade às instituições de educação profissional e, também, contribuir para a ampliação e agilização do atendimento às necessidades do mercado, dos trabalhadores e da sociedade. Os cursos, os programas e os currículos poderão ser estruturados e renovados segundo as emergentes e mutáveis demandas do mundo do trabalho. Cumpre lembrar que a modularização é uma estratégia praticada em vários países e estimulada pela Organização Internacional do Trabalho(OIT).

Os cursos técnicos poderão, então, ser organizados em módulos correspondentes a profissões no mercado de trabalho. Cada módulo possibilita uma terminalidade, com direito a certificado de qualificação profissional, devendo contemplar, preferencialmente de forma integrada em cada componente curricular, as seguintes dimensões:

- . competências teóricas e práticas específicas da profissão;
- . conhecimentos gerais relacionados à profissão;

. atitudes e habilidades comuns a uma área profissional e ao mundo do trabalho.

O conjunto de módulos de determinado curso corresponderá a uma habilitação profissional e dará direito a diploma de técnico, desde que comprovada a conclusão do estágio supervisionado, quando exigido, e a conclusão do ensino médio.

Eventualmente, poderá ser adotado módulo curricular básico, ou equivalente, sem terminalidade e certificação profissional, com o objetivo de proporcionar as condições para o adequado aproveitamento dos módulos subseqüentes de uma ou mais habilitações afins.

Deve-se assegurar, ainda, aos alunos que iniciaram seus cursos técnicos no regime da Lei no 5.692/71 e dos Pareceres que a regulamentam, inclusive aos que ingressaram no ano de 1997, o direito de os concluírem pelo regime vigente no seu ingresso ou de optarem pelo regime estabelecido pela Lei nº 9.394/96 e pelo Decreto nº 2.208/97. Os alunos retidos no regime anterior, em série não mantidos no período seguinte, a partir de 1998 devem ser transferidos para o novo regime, oferecidas todas as condições para as adaptações necessárias, inclusive, se for o caso, o aproveitamento de estudos em outra escola.

A habilitação profissional para o exercício do magistério, oferecida em nível médio na modalidade Normal, para a educação infantil e as quatro primeiras séries do ensino fundamental, prevista no artigo 62 da LDB, deverá ser regulamentada pelos respectivos sistemas de ensino, observadas as diretrizes nacionais pertinentes.

A educação profissional tecnológica, acessível aos egressos do ensino médio, integra-se à educação superior e regula-se pela legislação referente a esse nível de ensino.

Como integrante da educação escolar, em seu sentido amplo, aplicam-se à educação profissional os princípios preconizados no artigo 3o da LDB.

As disposições gerais contidas na Seção I do Capítulo II do Título V da LDB são aplicáveis à educação básica e facultativas à educação profissional, devendo, no entanto, nortear a organização de cursos e de currículos, bem como a elaboração de propostas pedagógicas.

As mudanças introduzidas pela nova legislação na educação profissional representam passos preparatórios para as mudanças reais, em sintonia com as novas demandas de uma economia aberta e de uma sociedade democrática. Estará nas mãos das instituições educacionais e respectivas comunidades a construção coletiva e permanente de propostas e práticas pedagógicas inovadoras que possam dar resposta aos novos desafios.

Brasília-DF, 3 de dezembro de 1997.

(a) Fábio Luiz Marinho Aida – Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica acompanha o Voto do Relator. – Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1997.

(aa) Carlos Roberto Jamil Cury - Presidente

Hermengarda Alves Ludke - Vice-Presidente

RESOLUÇÃO CEB N.º 4, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1999.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do artigo 9º da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 39 a 42 e no § 2º do artigo 36 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no Decreto Federal 2.208, de 17 de abril de 1997, e com fundamento no Parecer CNE/CEB 16/99, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 25 de novembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Parágrafo único. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, entende-se por diretriz o conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais do técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento dos cursos de nível técnico.

Art. 3º São princípios norteadores da educação profissional de nível técnico os enunciados no artigo 3.º da LDB, mais os seguintes:

- I - independência e articulação com o ensino médio;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III - desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV - flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI - atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII - autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

Art. 4º São critérios para a organização e o planejamento de cursos:

- I - atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade;
- II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional da escola ou da rede de ensino.

Art. 5º A educação profissional de nível técnico será organizada por áreas profissionais, constantes dos Quadros anexos, que incluem as respectivas caracterizações, competências profissionais gerais e cargas horárias mínimas de cada habilitação.

Parágrafo único. A organização referida neste artigo será atualizada pelo Conselho Nacional de Educação, por proposta do Ministério da Educação, que, para tanto, estabelecerá processo permanente, com a participação de educadores, empregadores e trabalhadores.

Art. 6º Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Parágrafo único. As competências requeridas pela educação profissional, considerada a natureza do trabalho, são as :

- I - competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio;
- II - competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área;
- III - competências profissionais específicas de cada qualificação ou habilitação.

Art. 7º Os perfis profissionais de conclusão de qualificação, de habilitação e de especialização profissional de nível técnico serão estabelecidos pela escola, consideradas as competências indicadas no artigo anterior.

§ 1º Para subsidiar as escolas na elaboração dos perfis profissionais de conclusão e na organização e planejamento dos cursos, o Ministério da Educação divulgará referenciais curriculares por área profissional.

§ 2º Poderão ser organizados cursos de especialização de nível técnico, vinculados a determinada qualificação ou habilitação profissional, para o atendimento de demandas específicas.

---

²³ FONTE: Ministério da Educação do Brasil – Portal do MEC - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf

---

§ 3º Demandas de atualização e de aperfeiçoamento de profissionais poderão ser atendidas por meio de cursos ou programas de livre oferta.

Art. 8º A organização curricular, consubstanciada no plano de curso, é prerrogativa e responsabilidade de cada escola.

§ 1º O perfil profissional de conclusão define a identidade do curso.

§ 2º Os cursos poderão ser estruturados em etapas ou módulos:

I - com terminalidade correspondente a qualificações profissionais de nível técnico identificadas no mercado de trabalho;

I - sem terminalidade, objetivando estudos subseqüentes.

§ 3º As escolas formularão, participativamente, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB, seus projetos pedagógicos e planos de curso, de acordo com estas diretrizes.

Art. 9º A prática constitui e organiza a educação profissional e inclui, quando necessário, o estágio supervisionado realizado em empresas e outras instituições.

§ 1º A prática profissional será incluída nas cargas horárias mínimas de cada habilitação.

§ 2º A carga horária destinada ao estágio supervisionado deverá ser acrescida ao mínimo estabelecido para o respectivo curso.

§ 3º A carga horária e o plano de realização do estágio supervisionado, necessário em função da natureza da qualificação ou habilitação profissional, deverão ser explicitados na organização curricular constante do plano de curso.

Art. 10. Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos pedagógicos, serão submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos sistemas de ensino, contendo:

I - justificativa e objetivos;

II - requisitos de acesso;

II- perfil profissional de conclusão;

IV- organização curricular;

V - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;

VI - critérios de avaliação;

VII - instalações e equipamentos;

VIII - pessoal docente e técnico;

IX - certificados e diplomas.

Art. 11. A escola poderá aproveitar conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, adquiridos:

I - no ensino médio;

II - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em outros cursos;

III - em cursos de educação profissional de nível básico, mediante avaliação do aluno;

IV - no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;

V - e reconhecidos em processos formais de certificação profissional.

Art. 12. Poderão ser implementados cursos e currículos experimentais em áreas profissionais não constantes dos Quadros anexos referidos no artigo 5º desta Resolução, ajustados ao disposto nestas diretrizes e previamente aprovados pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.

Art. 13. O Ministério da Educação organizará cadastro nacional de cursos de educação profissional de nível técnico para registro e divulgação em âmbito nacional.

Parágrafo único. Os planos de curso aprovados pelos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino serão por estes inseridos no cadastro nacional de cursos de educação profissional de nível técnico.

Art. 14. As escolas expedirão e registrarão, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico, para fins de validade nacional, sempre que seus planos de curso estejam inseridos no cadastro nacional de cursos de educação profissional de nível técnico referido no artigo anterior.

§ 1º A escola responsável pela última certificação de determinado itinerário de formação técnica expedirá o correspondente diploma, observado o requisito de conclusão do ensino médio.

§ 2º Os diplomas de técnico deverão explicitar o correspondente título de técnico na respectiva habilitação profissional, mencionando a área à qual a mesma se vincula.

§ 3º Os certificados de qualificação profissional e de especialização profissional deverão explicitar o título da ocupação certificada.

§ 4º Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas deverão explicitar, também, as competências definidas no perfil profissional de conclusão do curso.

Art. 15. O Ministério da Educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, promoverá processo nacional de avaliação da educação profissional de nível técnico, garantida a divulgação dos resultados.

Art. 16. O Ministério da Educação, conjuntamente com os demais órgãos federais das áreas pertinentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação, organizará um sistema nacional de certificação profissional baseado em competências.

§ 1º Do sistema referido neste artigo participarão representantes dos trabalhadores, dos empregadores e da comunidade educacional.

§ 2º O Conselho Nacional de Educação, por proposta do Ministério da Educação, fixará normas para o credenciamento de instituições para o fim específico de certificação profissional.

Art. 17. A preparação para o magistério na educação profissional de nível técnico se dará em serviço, em cursos de licenciatura ou em programas especiais.

Art. 18. A observância destas diretrizes será obrigatória a partir de 2001, sendo facultativa no período de transição, compreendido entre a publicação desta Resolução e o final do ano 2000.

§ 1º No período de transição, as escolas poderão oferecer aos seus alunos, com as adaptações necessárias, opção por cursos organizados nos termos desta Resolução.

§ 2º Fica ressalvado o direito de conclusão de cursos organizados com base no Parecer CFE

n.º 45, de 12 de janeiro de 1972, e regulamentações subseqüentes, aos alunos matriculados no período de transição.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Parecer CFE n.º 45/72 e as regulamentações subseqüentes, incluídas as referentes à instituição de habilitações profissionais pelos Conselhos de Educação.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET

Presidente da Câmara de Educação Básica

(*) CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CES 3/99. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de outubro de 1999. Seção 1, p. 52.

QUADROS ANEXOS À RESOLUÇÃO CNE/CEB 4/99

QUADROS DAS ÁREAS PROFISSIONAIS E CARGAS HORÁRIAS MÍNIMAS ÁREA PROFISSIONAL CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE CADA HABILITAÇÃO

1. Agropecuária	1.200
2. Artes	800
3. Comércio	800
4. Comunicação	800
5. Construção civil	1.200
6. Design	800
7. Geomática	1.000
8. Gestão	800
9. Imagem pessoal	800
10. Indústria	1.200
11. Informática	1.000
12. Lazer e desenvolvimento social	800
13. Meio ambiente	800
14. Mineração	1.200
15. Química	1.200
16. Recursos pesqueiros	1.000
17. Saúde	1.200
18. Telecomunicações	1.200
19. Transportes	800
20. Turismo e hospitalidade	800

1 ÁREA PROFISSIONAL: AGROPECUÁRIA

1.1 Caracterização da área

Compreende atividades de produção animal, vegetal, paisagística e agroindustrial, estruturadas e aplicadas de forma sistemática para atender as necessidades de organização e produção dos diversos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio, visando à qualidade e à sustentabilidade econômica, ambiental e social.

1.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas.

- Planejar, organizar e monitorar:

- a exploração e manejo do solo de acordo com suas características;
- as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;
- a propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação;
- a obtenção e o preparo da produção animal; o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
- os programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;
- a produção de mudas (viveiros) e sementes.

- Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas.

- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos.

- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.

- Conceber e executar projetos paisagísticos, identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados.

- Identificar famílias de organismos e microorganismos, diferenciando os benéficos ou maléficos.

- Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético.

- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal e agroindustrial.

- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária

- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos.

- Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos.

- Elaborar relatórios e projetos topográficos e de impacto ambiental.

- Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.

1.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.200 horas

2 ÁREA PROFISSIONAL: ARTES

2.1 Caracterização da área

Compreende atividades de criação, desenvolvimento, difusão e conservação de bens culturais, de idéias e de entretenimento. A produção artística caracteriza-se pela organização, formatação, criação de linguagens (sonora, cênica, plástica), bem como pela sua preservação, interpretação e utilização eficaz e estética. Os processos de produção na área estão voltados para a geração de produtos visuais, sonoros, audiovisuais, impressos, verbais e não verbais. Destinam-se a informar e a promover a cultura e o lazer pelo teatro, música, dança, escultura, pintura, arquitetura, circo, cinema e outros.

2.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Identificar e aplicar, articuladamente, os componentes básicos das linguagens sonora, cênica e plástica.

- Selecionar e manipular esteticamente diferentes fontes e materiais utilizados nas composições artísticas, bem como os diferentes resultados artísticos.

- Integrar estudos e pesquisas na elaboração e interpretação artística de idéias e emoções.

- Caracterizar, escolher e manipular os elementos materiais (sons, gestos, texturas) e os elementos ideais (base formal, cognitiva) presentes na obra de arte.

- Correlacionar linguagens artísticas a outros campos do conhecimento nos processos de criação e gestão de atividades artísticas.

- Desenvolver formas de preservação e difusão das diversas manifestações artísticas, em suas múltiplas linguagens e contextualizações.

-
- Incorporar à prática profissional o conhecimento das transformações e rupturas conceituais que historicamente se processaram na área.
  - Reinventar processos, formas, técnicas, materiais e valores estéticos na concepção, produção e interpretação artística, a partir de visão crítica da realidade.
  - Utilizar criticamente novas tecnologias, na concepção, produção e interpretação artística.
  - Utilizar adequadamente métodos, técnicas, recursos e equipamentos específicos à produção, interpretação, conservação e difusão artística.
  - Conceber, organizar e interpretar roteiros e instruções para a realização de projetos artísticos.
  - Analisar e aplicar práticas e teorias de produção das diversas culturas artísticas, suas interconexões e seus contextos socioculturais.
  - Analisar e aplicar combinações e reelaborações imaginativas, a partir da experiência sensível da vida cotidiana e do conhecimento sobre a natureza, a cultura, a história e seus contextos.
  - Identificar as características dos diversos gêneros de produção artística.
  - Pesquisar e avaliar as características e tendências da oferta e do consumo dos diferentes produtos artísticos.
  - Aplicar normas e leis pertinentes ou que regulamentem atividades da área, como as referentes a direitos autorais, patentes e saúde e segurança no trabalho.
  - Utilizar de forma ética e adequada, as possibilidades oferecidas por leis de incentivo fiscal à produção na área.

2.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

3 ÁREA PROFISSIONAL: COMÉRCIO

3.1 Caracterização da área

Compreende atividades de planejamento, de operação e de controle da comercialização (compra e venda) de bens e serviços. O planejamento inclui: estudos, projetos, operação e controle. A operação inclui: comunicação com o público, aquisição de bens ou serviços, armazenamento e distribuição física de mercadorias, venda, intermediação e atração de clientes, pós-venda em nível nacional e internacional. O controle consiste no acompanhamento das operações de venda, de armazenamento, de distribuição e de pós-venda.

3.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Identificar a organização e os processos próprios de uma empresa comercial ou dos setores responsáveis pela comercialização em organização não comercial.
  - Identificar e formular estratégias de planejamento de marketing, de armazenamento e distribuição física de produtos, de compra e venda, de pós-venda.
- Identificar e analisar, na composição da estratégia comercial global, os efeitos de diferentes fatores, tais como preço, praça ou ponto, produto ou serviço e estratégias de venda.
- Aplicar princípios e conceitos, tais como patrimônio, faturamento, lucro bruto e lucro líquido, custos e despesas, margem de contribuição e outros relacionados com produtividade e lucratividade.
  - Coletar, organizar e analisar dados relevantes para as atividades de comercialização, tais como concorrência, demanda, volumes de venda por loja ou por vendedor e outros relacionados com o desempenho empresarial.
  - Desenhar modelos de banco de dados sobre clientes, fornecedores, produtos, entre outros.
  - Identificar e interpretar a legislação que regula as atividades de comercialização, tais como as normas referentes aos direitos do consumidor, aos contratos comerciais, às normas de higiene e segurança, ao comércio exterior, às questões tributária e fiscais.
  - Controlar estoques utilizando técnicas e modelos adequados.
  - Utilizar técnicas de venda, de atração de clientes e de atendimento pessoal ou por meios eletrônicos.
  - Precificar bens e serviços utilizando técnicas e modelos próprios.
  - Aplicar conceitos de matemática financeira (juros, descontos, prestações) e calcular valores, utilizando-se de calculadoras financeiras ou de planilhas de cálculo.
  - Realizar transações comerciais nacionais e internacionais.

3.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

4 ÁREA PROFISSIONAL: COMUNICAÇÃO

4.1 Caracterização da área

Compreende atividades de produção, armazenamento e distribuição ou difusão, em multimeios ou multimídia, de informações, de idéias e de entretenimento, em trabalhos realizados em rádio, televisão, cinema, vídeo, fotografia, editoração e publicidade. A produção define-se pela organização e formatação de mensagens a partir da análise de suas características frente às do público a ser atingido, em diferentes propostas comunicativas, envolvendo a utilização eficaz e estética das linguagens sonora, imagética ou impressa, de forma isolada ou integrada.

4.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Caracterizar as linguagens das diferentes mídias e suas inter-relações.
- Criar e produzir em diferentes mídias, considerando as características, possibilidades e limites das tecnologias em uso.
- Elaborar projetos de comunicação utilizando repertório ou acervo iconográfico da cultura contemporânea.
- Pesquisar, analisar e interpretar idéias, fatos e expectativas para a produção em diferentes mídias.
- Selecionar a mídia adequada correlacionando características e tendências do mercado com fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos.
- Aplicar normas e leis pertinentes ou que regulamentem atividades da área, como as referentes a conduta ética e a direitos autorais, patentes e saúde e segurança no trabalho.
- Utilizar, de forma ética e adequada, as possibilidades oferecidas por leis de incentivo fiscal à produção na área.
- Produzir texto, imagem e som, utilizando recursos tecnológicos, equipamentos e ferramentas eletrônicas atualizadas.
- Comunicar-se com os profissionais das equipes de produção, utilizando vocabulário técnico específico.
- Negociar e documentar, nos formatos legais usuais, contratos típicos da produção, da distribuição e da comercialização de comunicação.
- Aplicar princípios, estratégias e ferramentas de gerenciamento técnico e administrativo em empreendimentos de comunicação.

4.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

5 ÁREA PROFISSIONAL: CONSTRUÇÃO CIVIL

5.1 Caracterização da área

Compreende atividades de planejamento, projeto, acompanhamento e orientação técnica à execução e à manutenção de obras civis, como edifícios, aeroportos, rodovias, ferrovias, portos, usinas, barragens e vias navegáveis. Abrange a utilização de técnicas e processos construtivos em escritórios, execução de obras e prestação de serviços.

5.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Aplicar normas, métodos, técnicas e procedimentos estabelecidos visando à qualidade e produtividade dos processos construtivos e de segurança dos trabalhadores.
- Analisar interfaces das plantas e especificações de um projeto, integrando-as de forma sistêmica, detectando inconsistências, superposições e incompatibilidades de execução.
- Propor alternativas de uso de materiais, de técnicas e de fluxos de circulação de materiais, pessoas e equipamentos, tanto em escritórios quanto em canteiros de obras, visando à melhoria contínua dos processos de construção.
- Elaborar projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações hidráulicas e elétricas, com respectivos detalhamentos, cálculos e desenho para edificações, nos termos e limites regulamentares.
- Supervisionar a execução de projetos, coordenando equipes de trabalho.
- Elaborar cronogramas e orçamentos, orientando, acompanhando e controlando as etapas da construção.
- Controlar a qualidade dos materiais, de acordo com as normas técnicas.
- Coordenar o manuseio, o preparo e o armazenamento dos materiais e equipamentos.
- Preparar processos para aprovação de projetos de edificações em órgãos públicos.
- Executar e auxiliar trabalhos de levantamentos topográficos, locações e demarcações de terrenos.
- Acompanhar a execução de sondagens e realizar suas medições.
- Realizar ensaios tecnológicos de laboratório e de campo.
- Elaborar representação gráfica de projetos.

5.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.200 horas

6 ÁREA PROFISSIONAL: DESIGN

6.1 Caracterização da área

Compreende o desenvolvimento de projetos de produtos, de serviços, de ambientes internos e externos, de maneira criativa e inovadora, otimizando os aspectos estético, formal e funcional, adequando-os aos conceitos de informação e comunicação vigentes, e ajustando-os aos apelos mercadológicos e às necessidades do usuário. O desenvolvimento de projetos implica na criação (pesquisa de linguagem, estilos, ergonomia, materiais, processos e meios de representação visual); no planejamento (identificação da viabilidade técnica, econômica e funcional, com definição de especificidades e características) e na execução (confeção de desenhos, leiautes, maquetes e protótipos, embalagens, gestão da produção e implantação do projeto).

6.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Selecionar e sistematizar dados e elementos concernentes ao projeto de design.
- Elaborar projetos de design com ênfase na inovação e na criação de novos processos.
- Adequar os projetos de design às necessidades do usuário e às demandas do mercado.
- Definir características estéticas, funcionais e estruturais do projeto de design.
- Situar o projeto no contexto histórico-cultural de evolução do design.
- Interpretar e aplicar legislação, orientações, normas e referências específicas.
- Identificar a viabilidade técnica e econômica do projeto.
- Implementar técnicas e normas de produção e relacionamento no trabalho.
- Selecionar materiais para execução e acabamento, de acordo com as especificações do projeto.
- Identificar as tecnologias envolvidas no projeto.
- Avaliar a qualidade dos produtos e serviços, levantando dados de satisfação dos clientes.
- Aplicar métodos e técnicas de preservação do meio ambiente no desenvolvimento de projetos.

6.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

7 ÁREA PROFISSIONAL: GEOMÁTICA

7.1 Caracterização da área

Compreende atividades de produção, aquisição, armazenagem, análise, disseminação e gerenciamento de informações espaciais relacionadas com o ambiente e com os recursos terrestres. Inclui atividades de levantamento e mapeamento, integrando elementos como topografia, cartografia, hidrografia, geodésia, fotogrametria, agrimensura com as novas tecnologias e os novos campos de aplicação, como o sensoriamento remoto, o mapeamento digital, os sistemas de informações geográficas e os sistemas de posicionamento por satélite. Com dados coletados por sensores orbitais e aerotransportados, por instrumentos acoplados em embarcações ou instalados no solo, uma vez processados e manipulados com equipamentos e programas da tecnologia da informação, geram-se produtos que podem constituir mapas dos mais diversos tipos ou bases de dados de cadastros multifinalitários.

7.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Aplicar a legislação e as normas técnicas vigentes.
- Identificar as superfícies e sistemas de referência, as projeções cartográficas e os sistemas de coordenadas.
- Planejar serviços de aquisição, tratamento, análise e conversão de dados georreferenciados, selecionando técnicas e ferramentas adequadas e utilizando softwares específicos.
- Organizar e supervisionar equipes de trabalho para levantamento e mapeamento.
- Executar levantamentos topográficos utilizando métodos e equipamentos adequados.
- Identificar os diferentes sistemas de sensores remotos, seus produtos, suas técnicas de tratamento e de análise de dados.
- Executar levantamentos utilizando sistemas de posicionamento por satélites, por meio de equipamentos e métodos adequados.
- Executar cadastro técnico multifinalitário identificando métodos e equipamentos para a coleta de dados.
- Identificar tipos, propriedades e funções de mapas.
- Elaborar mapas a partir de dados georreferenciados, utilizando métodos e equipamentos adequados.

-
- Utilizar softwares específicos para aquisição, tratamento e análise de dados georreferenciados.
  - Identificar os tipos, a estrutura de dados e as aplicações de um sistema de informações geográficas.

7.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.000 horas

8 ÁREA PROFISSIONAL: GESTÃO

8.1 Caracterização da área

Compreende atividades de administração e de suporte logístico à produção e à prestação de serviços em qualquer setor econômico e em todas as organizações, públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação. As atividades de gestão caracterizam-se pelo planejamento, operação, controle e avaliação dos processos que se referem aos recursos humanos, aos recursos materiais, ao patrimônio, à produção, aos sistemas de informações, aos tributos, às finanças e à contabilidade.

8.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Identificar e interpretar as diretrizes do planejamento estratégico, do planejamento tático e do plano diretor aplicáveis à gestão organizacional.
- Identificar as estruturas orçamentárias e societárias das organizações e relacioná-las com os processos de gestão específicos.
- Interpretar resultados de estudos de mercado, econômicos ou tecnológicos, utilizando-os no processo de gestão.
- Utilizar os instrumentos de planejamento, bem como executar, controlar e avaliar os procedimentos dos ciclos:
  - de pessoal;
  - de recursos materiais;
  - tributário;
  - financeiro;
  - contábil;
  - do patrimônio;
  - dos seguros;
  - da produção;
  - dos sistemas de informações.

8.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

9 ÁREA PROFISSIONAL: IMAGEM PESSOAL

9.1 Caracterização da área

Compreende a concepção, o planejamento, a execução e a gestão de serviços de embelezamento pessoal e de moda. No caso do embelezamento pessoal, inclui os serviços prestados por esteticistas, cabeleireiros, maquiadores, manicuros e pedicuros, em institutos ou em centros de beleza. No caso da moda, inclui a criação e execução de peças de vestuário e acessórios, a organização dos eventos da moda, a gestão e a comercialização de moda.

9.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Correlacionar forma e cor com os aspectos gerais da composição visual.
- Identificar e analisar aspectos estéticos, técnicos, econômicos, mercadológicos, psicológicos, históricos e sócio-culturais no desenvolvimento da atividade profissional.
- Identificar as características e necessidades do cliente.
- Identificar, analisar e aplicar as tendências da moda.
- Coordenar o desenvolvimento de protótipos de coleções.
- Empregar vocabulário técnico específico na comunicação com os diferentes profissionais da área e com os clientes.
- Utilizar os diversos tipos de equipamentos, de instrumentos de trabalho, de materiais e suas possibilidades plásticas.
- Aplicar princípios, estratégias e ferramentas de gestão no trabalho autônomo ou nas organizações empresariais
- Identificar características, possibilidades e limites na área de atuação profissional.
- Utilizar a tecnologia disponível na pesquisa de produtos e no desenvolvimento das atividades da área.
- Aplicar técnicas de primeiros socorros e métodos de higiene e segurança no trabalho.

9.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

10 ÁREA PROFISSIONAL: INDÚSTRIA

10.1 Caracterização da área

Compreende processos, contínuos ou discretos, de transformação de matérias primas na fabricação de bens de consumo ou de produção. Esses processos pressupõem uma infra-estrutura de energia e de redes de comunicação. Os processos contínuos são automatizados e transformam materiais, substâncias ou objetos ininterruptamente podendo conter operações biofísicoquímicas durante o processo. Os discretos, não contínuos, que geralmente requerem a intervenção direta do profissional caracterizam-se por operações físicas de controle das formas dos produtos. Com a crescente automação, os processos discretos tendem a assemelhar-se aos processos contínuos, de modo que o profissional interfira de forma indireta por meio de sistemas microprocessados. A presença humana, contudo, é indispensável para o controle, em ambos os processos, demandando um profissional apto para desenvolver atividades de planejamento, instalação, operação, manutenção, qualidade e produtividade. As atividades industriais de maior destaque, excluídas as da indústria química, são as de mecânica, eletroeletrônica, automotiva, gráfica, metalurgia, siderurgia, calçados, vestuário, madeira e mobiliário e artefatos de plástico, borracha, cerâmica e tecidos, automação de sistemas, refrigeração e ar condicionado.

10.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Coordenar e desenvolver equipes de trabalho que atuam na instalação, na produção e na manutenção, aplicando métodos e técnicas de gestão administrativa e de pessoas.
- Aplicar normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade no processo industrial.
- Aplicar normas técnicas e especificações de catálogos, manuais e tabelas em projetos, em processos de fabricação, na instalação de máquinas e de equipamentos e na manutenção industrial.
- Elaborar planilha de custos de fabricação e de manutenção de máquinas e equipamentos, considerando a relação custo e benefício.
- Aplicar métodos, processos e logística na produção, instalação e manutenção.
- Projetar produto, ferramentas, máquinas e equipamentos, utilizando técnicas de desenho e de representação gráfica com seus fundamentos matemáticos e geométricos.
- Elaborar projetos, leiautes, diagramas e esquemas, correlacionando-os com as normas técnicas e com os princípios científicos e tecnológicos.
- Aplicar técnicas de medição e ensaios visando a melhoria da qualidade de produtos e serviços da planta industrial.
- Avaliar as características e propriedades dos materiais, insumos e elementos de máquinas, correlacionando-as com seus fundamentos matemáticos, físicos e químicos para a aplicação nos processos de controle de qualidade.
- Desenvolver projetos de manutenção de instalações e de sistemas industriais, caracterizando e determinando aplicações de materiais, acessórios, dispositivos, instrumentos, equipamentos e máquinas.
- Projetar melhorias nos sistemas convencionais de produção, instalação e manutenção, propondo incorporação de novas tecnologias.
- Identificar os elementos de conversão, transformação, transporte e distribuição de energia, aplicando-os nos trabalhos de implantação e manutenção do processo produtivo.
- Coordenar atividades de utilização e conservação de energia, propondo a racionalização de uso e de fontes alternativas.

10.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.200 horas

11 ÁREA PROFISSIONAL: INFORMÁTICA

11.1 Caracterização da área

Compreende atividades de concepção, especificação, projeto, implementação, avaliação, suporte e manutenção de sistemas e de tecnologias de processamento e transmissão de dados e informações, incluindo hardware, software, aspectos organizacionais e humanos, visando a aplicações na produção de bens, serviços e conhecimentos.

11.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Identificar o funcionamento e relacionamento entre os componentes de computadores e seus periféricos.
- Instalar e configurar computadores, isolados ou em redes, periféricos e softwares.
- Identificar a origem de falhas no funcionamento de computadores, periféricos e softwares avaliando seus efeitos.

-
-
- Analisar e operar os serviços e funções de sistemas operacionais.
  - Selecionar programas de aplicação a partir da avaliação das necessidades do usuário.
  - Desenvolver algoritmos através de divisão modular e refinamentos sucessivos.
  - Selecionar e utilizar estruturas de dados na resolução de problemas computacionais.
  - Aplicar linguagens e ambientes de programação no desenvolvimento de software.
  - Identificar arquiteturas de redes.
  - Identificar meios físicos, dispositivos e padrões de comunicação, reconhecendo as implicações de sua aplicação no ambiente de rede.
  - Identificar os serviços de administração de sistemas operacionais de rede.
  - Identificar arquitetura de redes e tipos, serviços e funções de servidores.
  - Organizar a coleta e documentação de informações sobre o desenvolvimento de projetos.
  - Avaliar e especificar necessidades de treinamento e de suporte técnico aos usuários.
  - Executar ações de treinamento e de suporte técnico.

11.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.000 horas

12 ÁREA PROFISSIONAL: LAZER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

12.1 Caracterização da área

Compreende atividades visando ao aproveitamento do tempo livre e ao desenvolvimento pessoal, grupal e comunitário. As atividades de lazer incluem, entre outras, as de esportes, recreação, entretenimento, folclore, arte e cultura. As de desenvolvimento social incluem as atividades voltadas para a reintegração e inclusão social, para a participação em grupos e na comunidade, e para a melhoria da qualidade de vida nas coletividades. A gestão de programas desta área é planejada, promovida e executada de forma participativa e mobilizadora, com enfoque educativo e solidário.

Concretiza-se em torno de questões sociais estratégicas, como as de prática físico-desportiva, de fruição artístico-cultural, de recreação e entretenimento, de grupos de interesse, de saúde, de educação, de alimentação, de habitação, de qualidade da vida urbana, de educação ambiental, de infância e juventude, de terceira idade, de consumo e consumidor, de oferta de serviços públicos, de trabalho e profissionalização, de geração de emprego e renda, de formação de associações e de cooperativas, e de voluntariado.

12.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Identificar os indicadores sociais sobre as questões comunitárias que exigem atuação.
- Organizar programas e projetos de lazer e de ação social adequados ao atendimento das necessidades identificadas, e considerando os interesses, atitudes e expectativas da população alvo.
- Organizar ações que atendam aos objetivos da instituição, pública, privada ou do terceiro setor, e que visem ao lazer, ao bem-estar social, às práticas de desenvolvimento sustentável nos diferentes aspectos da vida coletiva, ao associativismo cooperativo, aos processos de formação de grupos de interesses coletivos, e à inclusão social de indivíduos e de grupos, seja no trabalho e no lazer, seja na vida familiar e na comunitária.
- Promover e difundir práticas e técnicas de desenvolvimento sustentável nas comunidades, coletividades e grupos, visando à melhoria da qualidade de vida e do relacionamento social e pessoal.
- Identificar instituições, grupos e pessoas que poderão cooperar com programas, projetos e ações, estabelecendo parcerias institucionais, de recursos financeiros e materiais e de colaboradores multiprofissionais, inclusive voluntários, mediando interesses e práticas operacionais.
- Identificar e utilizar, de forma ética e adequada, programas de incentivos e outras possibilidades de captação de recursos e patrocínios para a viabilização das atividades.
- Articular meios para a realização das atividades com prestadores de serviços e provedores de apoio e de infraestrutura.
- Organizar espaços físicos para as atividades, prevendo sua ambientação, uso e articulação funcional, e fluxo de trabalho e de pessoas.
- Operar a comercialização de produtos e serviços com direcionamento de ações de divulgação e de venda.
- Executar atividades de gerenciamento econômico, técnico e administrativo, articulando os setores internos e coordenando os recursos.
- Executar atividades de gerenciamento do pessoal envolvido nas atividades e serviços.
- Avaliar a qualidade das atividades e serviços realizados.
- Aplicar a legislação nacional, bem como os princípios e normas internacionais pertinentes.

12.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

13 ÁREA PROFISSIONAL: MEIO AMBIENTE

13.1 Caracterização da área

Compreende ações de preservação dos recursos naturais, com controle e avaliação dos fatores que causam impacto nos ciclos de matéria e energia, diminuindo os efeitos causados na natureza (solo, água e ar). Compreende, igualmente, atividades de prevenção da poluição por meio da educação ambiental não escolar, da tecnologia ambiental e da gestão ambiental.

13.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Identificar, caracterizar e correlacionar os sistemas e ecossistemas, os elementos que os compõem e suas respectivas funções.
- Identificar e caracterizar as grandezas envolvidas nos processos naturais de conservação, utilizando os métodos e sistemas de unidades de medida e ordens de grandeza.
- Identificar os parâmetros de qualidade ambiental dos recursos naturais (solo, água e ar).
- Classificar os recursos naturais (água e solo) segundo seus usos, correlacionando as características físicas e químicas com sua produtividade.
- Identificar as fontes e o processo de degradação natural de origem química, geológica e biológica e as grandezas envolvidas nesses processos, utilizando métodos de medição e análise.
- Identificar características básicas de atividades de exploração de recursos naturais renováveis e não-renováveis que intervêm no meio ambiente.
- Identificar e caracterizar situações de risco e aplicar métodos de eliminação ou de redução de impactos ambientais.
- Identificar e correlacionar o conjunto dos aspectos sociais, econômicos, culturais e éticos envolvidos nas questões ambientais.
- Avaliar as causas e efeitos dos impactos ambientais globais na saúde, no ambiente e na economia.
- Identificar os processos de intervenção antrópica sobre o meio ambiente e as características das atividades produtivas geradoras de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas.
- Avaliar os efeitos ambientais causados por resíduos sólidos, poluentes atmosféricos e efluentes líquidos, identificando as consequências sobre a saúde humana e sobre a economia.
- Aplicar a legislação ambiental local, nacional e internacional.
- Identificar os procedimentos de avaliação, estudo e relatório de impacto ambiental (AIA/EIA/RIMA).
- Utilizar sistemas informatizados de gestão ambiental.
- Auxiliar na implementação de sistemas de gestão ambiental em organizações, segundo as normas técnicas em vigor (NBR/ISO 14001).
- Interpretar resultados analíticos referentes aos padrões de qualidade do solo, ar, água e da poluição visual e sonora, propondo medidas mitigadoras.
- Aplicar princípios e utilizar tecnologias de prevenção e correção da poluição.
- Organizar e atuar em campanhas de mudanças, adaptações culturais e transformações de atitudes e condutas relativas ao meio ambiente.

13.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

14 ÁREA PROFISSIONAL: MINERAÇÃO

14.1 Caracterização da área

Compreende atividades de prospecção e avaliação técnica e econômica de depósitos minerais e minerais betuminosos, o planejamento das etapas de preparação de jazidas, a extração, o tratamento de minério, as operações auxiliares, o controle e mitigação dos impactos ambientais e a recuperação de áreas lavradas e degradadas.

14.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Executar amostragens geológicas.
- Executar levantamentos geofísicos e topográficos.
- Identificar e caracterizar minerais e rochas, folhelho pirobetuminoso e arenitos betuminosos (TAR SAND).

-
-
- Interpretar mapas geológicos, topográficos e produtos de sensores.
  - Controlar a execução de projetos de pesquisa mineral e de produtos aglutinados.
  - Organizar e tabular dados geológicos, utilizando recursos de informática.
  - Aplicar medidas de controle e proteção ambiental para os impactos gerados pela atividade de mineração, de acordo com a legislação específica.
  - Executar e supervisionar plano de lavra e operações unitárias de lavra.
  - Planejar, calcular e executar planos de fogo.
  - Controlar a produção de aglutinados e de minério, e a disposição de estéril.
  - Monitorar a estabilidade das escavações.
  - Monitorar e executar os serviços de drenagem de água.
  - Supervisionar o carregamento e transporte de minérios.
  - Operar os equipamentos de uma usina de tratamento de minérios, controlando as variáveis operacionais dos processos.
  - Calcular os balanços de massas e metalúrgicos da usina de tratamento de minérios.
  - Controlar a produção da usina de tratamento de minérios.
  - Executar ensaios de laboratório de caracterização tecnológica de minérios e de aglutinados.
  - Controlar a disposição de efluentes sólidos e líquidos.

14.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.200 horas

15 ÁREA PROFISSIONAL: QUÍMICA

15.1 Caracterização da área

Compreende processos físico-químicos nos quais as substâncias puras e os compostos são transformados em produtos. Engloba, também, atividades ligadas à biotecnologia, a laboratórios farmacêuticos, a centros de pesquisa, a laboratórios independentes de análise química e a comercialização de produtos químicos. Uma característica relevante da área é o alto grau de periculosidade e insalubridade envolvidos nos processos. Como consequência, a atuação na área requer conhecimento aprofundado do processo, incluindo operações de destilação, absorção, adsorção, extração, cristalização, fluidização etc. dos reatores químicos, dos sistemas de transporte de fluidos, dos sistemas de utilidades industriais, dos sistemas de troca térmica e de controle de processos. Inclui, também, manutenção de equipamentos ou instrumentos e realização de análises químicas em analisadores de processos dispostos em linha ou em laboratórios de controle de qualidade do processo.

As atividades de maior destaque são as de petroquímica, refino do petróleo, alimentos e bebidas, papel e celulose, cerâmica, fármacos, cosméticos, têxtil, pigmentos e tintas, vernizes, plásticos, PVC e borrachas, fibras, fertilizantes, cimento, reagentes, matéria prima para a indústria química de base, polímeros e compósitos. Destacam-se, também, as de tratamento de efluentes, processos eletroquímicos (galvanoplastia), análises para investigação, inclusive forenses, desenvolvimento de novos materiais para desenvolver novos produtos, para obtenção de matéria prima ou para obter produtos ambientalmente corretos.

15.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Operar, monitorar e controlar processos industriais químicos e sistemas de utilidades.
- Controlar a qualidade de matérias primas, reagentes, produtos intermediários e finais e utilidades.
- Otimizar o processo produtivo, utilizando as bases conceituais dos processos químicos.
- Manusear adequadamente matérias primas, reagentes e produtos.
- Realizar análises químicas em equipamentos de laboratório e em processos “on line”.
- Organizar e controlar a estocagem e a movimentação de matérias primas, reagentes e produtos.
- Planejar e executar a inspeção e a manutenção autônoma e preventiva rotineira em equipamentos, linhas, instrumentos e acessórios.
- Utilizar ferramentas da análise de riscos de processo, de acordo com os princípios de segurança.
- Aplicar princípios básicos de biotecnologia e de gestão de processos industriais e laboratoriais.
- Aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional da área.
- Aplicar técnicas de GMP (“Good Manufacturing Practices” – Boas Práticas de Fabricação) no processos industriais e laboratoriais de controle de qualidade.
- Controlar mecanismos de transmissão de calor, operação de equipamentos com trocas térmicas, destilação, absorção, extração e cristalização.
- Controlar sistemas reacionais e a operação de sistema sólido-fluido.

-
-
- Aplicar princípios de instrumentação e sistemas de controle e automação.
  - Controlar a operação de processos químicos e equipamentos tais como caldeira industrial, torre de resfriamento, troca iônica e refrigeração industrial.
  - Selecionar e utilizar técnicas de amostragem, preparo e manuseio de amostras.
  - Interpretar e executar análises instrumentais no processo.
  - Coordenar programas e procedimentos de segurança e de análise de riscos de processos industriais e laboratoriais, aplicando princípios de higiene industrial, controle ambiental e destinação final de produtos.
  - Coordenar e controlar a qualidade em laboratório e preparar análises, utilizando metodologias apropriadas.
  - Utilizar técnicas micro biológicas de cultivo de bactérias e leveduras.
  - Utilizar técnicas bioquímicas na purificação de substâncias em produção massiva.
  - Utilizar técnicas de manipulação asséptica de culturas de células animais e vegetais.

15.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.200 horas

16 ÁREA PROFISSIONAL: RECURSOS PESQUEIROS

16.1 Caracterização da área

Compreende atividades de extração e de cultivo de organismos que tenham como principal “habitat” a água, para seu aproveitamento integral na cadeia produtiva, com segurança de qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

16.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos recursos pesqueiros.
- Monitorar o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros.
- Planejar, orientar e acompanhar as operações de captura, de criação e de despesca.
- Aplicar a legislação e as normas ambientais, pesqueiras e sanitárias vigentes, além de outras inerentes à área.
- Acompanhar obras de construções e instalações de aquicultura.
- Montar, operar e manter petrechos, máquinas e equipamentos de captura e de aquicultura.
- Operar embarcações pesqueiras, observando as normas de segurança.
- Realizar procedimentos laboratoriais e de campo.
- Aplicar e desenvolver técnicas de beneficiamento de recursos pesqueiros, desde minimamente processado até industrializado, inclusive sub-produtos.
- Elaborar, acompanhar e executar projetos.
- Executar atividades de extensão e gestão na cadeia produtiva.

16.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.000 horas

17 ÁREA PROFISSIONAL: SAÚDE

17.1 Caracterização da área

Compreende as ações integradas de proteção e prevenção, educação, recuperação e reabilitação referentes às necessidades individuais e coletivas, visando a promoção da saúde, com base em modelo que ultrapasse a ênfase na assistência médico-hospitalar. A atenção e a assistência à saúde abrangem todas as dimensões do ser humano – biológica, psicológica, social, espiritual, ecológica - e são desenvolvidas por meio de atividades diversificadas, dentre as quais biondiagnóstico, enfermagem, estética, farmácia, nutrição, radiologia e diagnóstico por imagem em saúde, reabilitação, saúde bucal, saúde e segurança no trabalho, saúde visual e vigilância sanitária. As ações integradas de saúde são realizadas em estabelecimentos específicos de assistência à saúde, tais como postos, centros, hospitais, laboratórios e consultórios profissionais, e em outros ambientes como domicílios, escolas, creches, centros comunitários, empresas e demais locais de trabalho.

17.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença.
- Identificar a estrutura e organização do sistema de saúde vigente.
- Identificar funções e responsabilidades dos membros da equipe de trabalho.
- Planejar e organizar o trabalho na perspectiva do atendimento integral e de qualidade.

-
- Realizar trabalho em equipe, correlacionando conhecimentos de várias disciplinas ou ciências, tendo em vista o caráter interdisciplinar da área.
  - Aplicar normas de biossegurança.
  - Aplicar princípios e normas de higiene e saúde pessoal e ambiental.
  - Interpretar e aplicar legislação referente aos direitos do usuário.
  - Identificar e aplicar princípios e normas de conservação de recursos não renováveis e de preservação do meio ambiente.
  - Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho.
  - Avaliar riscos de iatrogenias, ao executar procedimentos técnicos.
  - Interpretar e aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde.
  - Identificar e avaliar rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos.
  - Operar equipamentos próprios do campo de atuação, zelando pela sua manutenção.
  - Registrar ocorrências e serviços prestados de acordo com exigências do campo de atuação.
  - Prestar informações ao cliente, ao paciente, ao sistema de saúde e a outros profissionais sobre os serviços que tenham sido prestados.
  - Orientar clientes ou pacientes a assumirem, com autonomia, a própria saúde.
  - Coletar e organizar dados relativos ao campo de atuação.
  - Utilizar recursos e ferramentas de informática específicos da área.
  - Realizar primeiros socorros em situações de emergência.

17.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.200 horas.

18 ÁREA PROFISSIONAL: TELECOMUNICAÇÕES

18.1 Caracterização da área

Compreende atividades referentes a projetos, produção, comercialização, implantação, operação e manutenção de sistemas de telecomunicações - comunicação de dados digitais e analógicos, comutação, transmissão, recepção, redes e protocolos, telefonia.

18.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Elaborar e executar, sob supervisão, projetos de pesquisa e de aplicação em telecomunicações e em telemática.
- Coordenar e assistir tecnicamente profissionais que atuam na fabricação, montagem, instalação e manutenção de equipamentos.
- Controlar a qualidade na fabricação e na montagem de equipamentos.
- Orientar o cliente na identificação das características e na escolha de equipamentos, sistemas e serviços adequados às suas necessidades.
- Especificar, para os setores de compra e de venda, os materiais, componentes, equipamentos e sistemas de telecomunicações adequados.
- Avaliar, especificar e suprir necessidades de treinamento e de suporte técnico.
- Operar e monitorar equipamentos e sistemas de telecomunicações.
- Planejar, em equipes multiprofissionais, a implantação de equipamentos, sistemas e serviços de telecomunicações.
- Detectar defeitos e reparar unidades elétricas, eletrônicas e mecânicas dos equipamentos de energia e de telecomunicações.
- Interpretar diagramas esquemáticos, leiautes de circuitos e desenhos técnicos, utilizando técnicas e equipamentos apropriados.
- Realizar testes, medições e ensaios em sistemas e subsistemas de telecomunicações.
- Elaborar relatórios técnicos referentes a testes, ensaios, experiências, inspeções e programações.
- Acessar sistemas informatizados.

18.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 1.200 horas.

19 ÁREA PROFISSIONAL: TRANSPORTES

19.1 Caracterização da área

Compreende atividades nos serviços de transporte de pessoas e bens e nos serviços relacionados com o trânsito. Os serviços de transporte de pessoas e bens são prestados por empresas públicas ou particulares, diretamente ou por concessão, e por autônomos realizados por qualquer tipos de veículos e meios transportadores, por terra, água, ar e dutos. Os serviços relacionados com o trânsito referem-se a movimentação de pessoas, e veículos, estacionamento nas vias públicas, monitoramento e intervenções no tráfego, fiscalização de veículos e educação não escolar para o trânsito.

19.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Identificar a função do transporte e o papel da circulação de bens e pessoas, no âmbito internacional, nacional, regional e municipal.
- Correlacionar o transporte, o trânsito, a ocupação do solo urbano, o tempo e o ambiente urbano, como integrantes de um mesmo sistema.
- Executar a logística do transporte e do tráfego, aplicando estratégias que compatibilizem recursos com demandas.
- Caracterizar as diversas modalidades de transportes: rodoviário, ferroviário, marítimo, hidroviário, portuário, aéreo e dutoviário, seus usos e prescrições, tanto para cargas quanto para passageiros, nacionais e internacionais.
- Identificar as características da malha viária.
- Identificar os diversos tipos de veículos transportadores e relacioná-los com as diversas modalidades de transporte, visando a sua adequação e integração.
- Coletar, organizar e analisar dados, aplicando modelos estatísticos e matemáticos, selecionando as variáveis e os indicadores relevantes - demanda, tempo, tarifas e fretes, custos de manutenção, velocidade e outros - para a elaboração de estudos e projetos de transportes.
- Aplicar a legislação referente ao trânsito de veículos, ao transporte de passageiros e à manipulação, armazenamento e transporte de cargas, identificando os organismos que as normatizam, no Brasil e no exterior.
- Organizar e controlar a comercialização de transportes - marketing, atendimento a clientes e parceiros, bilheteria, negociação de fretes e orientação de usuários.
- Organizar e controlar a operação de transportes - estações e terminais de cargas e de passageiros, equipamentos e centros de controle, instalações de sistemas, roteirização e monitoração de traslados.
- Organizar e controlar a manutenção de equipamentos e de sistemas de transporte e de tráfego.
- Organizar e controlar as operações de tráfego - monitoração de tráfego, intervenções no trânsito e nas vias públicas, fiscalização de veículos e do trânsito, educação para o trânsito.
- Elaborar a documentação necessária para operações de transportes segundo modalidade e tipo de veículo.

19.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

20 ÁREA PROFISSIONAL: TURISMO E HOSPITALIDADE

20.1 Caracterização da área

Compreende atividades, interrelacionadas ou não, referentes à oferta de produtos e à prestação de serviços turísticos e de hospitalidade. Os serviços turísticos incluem o agenciamento e operação, o guiamento, a promoção do turismo, e a organização e realização de eventos de diferentes tipos e portes. Os serviços de hospitalidade incluem os de hospedagem e os de alimentação. Os de hospedagem são prestados em hotéis e outros meios, como colônias de férias, albergues, condomínios residenciais e de lazer, instituições esportivas, escolares, militares, de saúde, acampamentos, navios, coletividades, abrigos para grupos especiais. Os serviços de alimentação são prestados em restaurantes, bares e outros meios, como empresas, escolas, clubes, parques, aviões, navios, trens, ou ainda em serviços de bufês, "caterings", entregas diretas, distribuição em pontos de venda. Estas atividades são desenvolvidas num processo que inclui o planejamento, a promoção e venda e o gerenciamento da execução.

20.2 Competências profissionais gerais do técnico da área

- Conceber, organizar e viabilizar produtos e serviços turísticos e de hospitalidade adequados aos interesses, hábitos, atitudes e expectativas da clientela.
- Organizar eventos, programas, roteiros, itinerários turísticos, atividades de lazer, articulando os meios para sua realização com prestadores de serviços e provedores de infraestrutura e apoio.
- Organizar espaços físicos de hospedagem e de alimentação, prevendo seus ambientes, uso e articulação funcional e fluxos de trabalho e de pessoas.
- Operacionalizar política comercial, realizando prospecção mercadológica, identificação e captação de clientes e adequação dos produtos e serviços.

-
- Operar a comercialização de produtos e serviços turísticos e de hospitalidade, com direcionamento de ações de venda para suas clientela.
  - Avaliar a qualidade dos produtos, serviços e atendimentos realizados.
  - Executar atividades de gerenciamento econômico, técnico e administrativo dos núcleos de trabalho, articulando os setores internos e coordenando os recursos.
  - Executar atividades de gerenciamento do pessoal envolvido na oferta dos produtos e na prestação dos serviços.
  - Executar atividades de gerenciamento dos recursos tecnológicos, supervisionando a utilização de máquinas, equipamentos e meios informatizados.
  - Realizar a manutenção do empreendimento, dos produtos e dos serviços adequando-os às variações da demanda.
  - Comunicar-se efetivamente com o cliente, expressando-se em idioma de comum entendimento.

20.3 Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

- Carga horária mínima de cada habilitação da área: 800 horas

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004.

Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,
DECRETA:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
- II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 2º Os cursos mencionados no **caput** articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

²⁴ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm

---

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deverá, observados o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 1996, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Art. 5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2º As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

Art. 7º Os cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento.

Parágrafo único. Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

Brasília, 23 de julho de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.

Vide Lei nº 9.394, de 1996

Texto compilado

Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o que dispõem os arts. 8º, § 1º, e 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

CAPÍTULO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

§ 1º A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

- I - avaliações de estudantes;
- II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
- IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

- I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
- II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
- IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

- a) técnicos, de nível médio; e
- b) tecnológicos, de nível superior;
- V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

- a) seqüenciais;
- b) de graduação;
- c) de especialização;
- d) de mestrado; e
- e) de doutorado.

Art. 3º A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2º Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Art. 4º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

- I - cumprimento das atividades programadas; e
- II - realização de exames presenciais.

²⁵ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm

---

§ 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Art. 5º Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Parágrafo único. A emissão e registro de diplomas de cursos e programas a distância deverão ser realizados conforme legislação educacional pertinente.

Art. 6º Os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, deverão ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e certificados emitidos tenham validade nacional.

Art. 7º Compete ao Ministério da Educação, mediante articulação entre seus órgãos, organizar, em regime de colaboração, nos termos dos [arts. 8º, 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 1996](#), a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos para, em atendimento ao disposto no art. 80 daquela Lei:

I - credenciamento e renovação de credenciamento de instituições para oferta de educação a distância; e

II - autorização, renovação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos ou programas a distância.

Parágrafo único. Os atos do Poder Público, citados nos incisos I e II, deverão ser pautados pelos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, definidos pelo Ministério da Educação, em colaboração com os sistemas de ensino.

Art. 8º Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, organizarão e manterão sistemas de informação abertos ao público com os dados de:

I - credenciamento e renovação de credenciamento institucional;

II - autorização e renovação de autorização de cursos ou programas a distância;

III - reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos ou programas a distância; e

IV - resultados dos processos de supervisão e de avaliação.

Parágrafo único. O Ministério da Educação deverá organizar e manter sistema de informação, aberto ao público, disponibilizando os dados nacionais referentes à educação a distância.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO DE INSTRUÇÕES PARA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 9º O ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas.

Parágrafo único. As instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência e de relevante produção em pesquisa, poderão solicitar credenciamento institucional, para a oferta de cursos ou programas a distância de:

I - especialização;

II - mestrado;

III - doutorado; e

IV - educação profissional tecnológica de pós-graduação.

Art. 10. Compete ao Ministério da Educação promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas a distância para educação superior.

§ 1º O ato de credenciamento referido no caput considerará como abrangência para atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização das atividades presenciais obrigatórias, a sede da instituição acrescida dos endereços dos pólos de apoio presencial, mediante avaliação in loco, aplicando-se os instrumentos de avaliação pertinentes e as disposições da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 2º As atividades presenciais obrigatórias, compreendendo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, conforme o art. 1º, § 1º, serão realizados na sede da instituição ou nos pólos de apoio presencial, devidamente credenciados. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 3º A instituição poderá requerer a ampliação da abrangência de atuação, por meio do aumento do número de pólos de apoio presencial, na forma de aditamento ao ato de credenciamento. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

---

§ 4º O pedido de aditamento será instruído com documentos que comprovem a existência de estrutura física e recursos humanos necessários e adequados ao funcionamento dos pólos, observados os referenciais de qualidade, comprovados em avaliação in loco. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 5º No caso do pedido de aditamento visando ao funcionamento de pólo de apoio presencial no exterior, o valor da taxa será complementado pela instituição com a diferença do custo de viagem e diárias dos avaliadores no exterior, conforme cálculo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 6º O pedido de ampliação da abrangência de atuação, nos termos deste artigo, somente poderá ser efetuado após o reconhecimento do primeiro curso a distância da instituição, exceto na hipótese de credenciamento para educação a distância limitado à oferta de pós-graduação lato sensu. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 7º As instituições de educação superior integrantes dos sistemas estaduais que pretenderem oferecer cursos superiores a distância devem ser previamente credenciadas pelo sistema federal, informando os pólos de apoio presencial que integrarão sua estrutura, com a demonstração de suficiência da estrutura física, tecnológica e de recursos humanos. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

Art. 11. Compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de:

- I - educação de jovens e adultos;
- II - educação especial; e
- III - educação profissional.

§ 1º Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento junto ao Ministério da Educação.

§ 2º O credenciamento institucional previsto no § 1º será realizado em regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos.

§ 3º Caberá ao órgão responsável pela educação a distância no Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação deste Decreto, coordenar os demais órgãos do Ministério e dos sistemas de ensino para editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 12. O pedido de credenciamento da instituição deverá ser formalizado junto ao órgão responsável, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira, conforme dispõe a legislação em vigor;

II - histórico de funcionamento da instituição de ensino, quando for o caso;

III - plano de desenvolvimento escolar, para as instituições de educação básica, que contemple a oferta, a distância, de cursos profissionais de nível médio e para jovens e adultos;

IV - plano de desenvolvimento institucional, para as instituições de educação superior, que contemple a oferta de cursos e programas a distância;

V - estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição isolada de educação superior;

VI - projeto pedagógico para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade a distância;

VII - garantia de corpo técnico e administrativo qualificado;

VIII - apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância;

IX - apresentar, quando for o caso, os termos de convênios e de acordos de cooperação celebrados entre instituições brasileiras e suas co-signatárias estrangeiras, para oferta de cursos ou programas a distância;

X - descrição detalhada dos serviços de suporte e infra-estrutura adequados à realização do projeto pedagógico, relativamente a:

a) instalações físicas e infra-estrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores;

b) laboratórios científicos, quando for o caso;

~~c) pólos de educação a distância, entendidos como unidades operativas, no País ou no exterior, que poderão ser organizados em conjunto com outras instituições, para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso;~~

c) pólo de apoio presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância; (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

---

d) bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação, com regime de funcionamento e atendimento adequados aos estudantes de educação a distância.

~~§ 1º A solicitação de credenciamento da instituição deve vir acompanhada de projeto pedagógico de pelo menos um curso ou programa a distância.~~

~~§ 2º No caso de instituições de ensino que estejam em funcionamento regular, poderá haver dispensa integral ou parcial dos requisitos citados no inciso I.~~

§ 1º O pedido de credenciamento da instituição para educação a distância deve vir acompanhado de pedido de autorização de pelo menos um curso na modalidade. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 2º O credenciamento para educação a distância que tenha por base curso de pós-graduação lato sensu ficará limitado a esse nível. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 3º A instituição credenciada exclusivamente para a oferta de pós-graduação lato sensu a distância poderá requerer a ampliação da abrangência acadêmica, na forma de aditamento ao ato de credenciamento. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

Art. 13. Para os fins de que trata este Decreto, os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade a distância deverão:

I - obedecer às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação para os respectivos níveis e modalidades educacionais;

II - prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais;

III - explicitar a concepção pedagógica dos cursos e programas a distância, com apresentação de:

a) os respectivos currículos;

b) o número de vagas proposto;

c) o sistema de avaliação do estudante, prevendo avaliações presenciais e avaliações a distância; e

d) descrição das atividades presenciais obrigatórias, tais como estágios curriculares, defesa presencial de trabalho de conclusão de curso e das atividades em laboratórios científicos, bem como o sistema de controle de frequência dos estudantes nessas atividades, quando for o caso.

~~Art. 14. O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância terá prazo de validade de até cinco anos, podendo ser renovado mediante novo processo de avaliação.~~

~~§ 1º A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora.~~

Art. 14. O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância terá prazo de validade condicionado ao ciclo avaliativo, observado o Decreto nº 5.773, de 2006, e normas expedidas pelo Ministério da Educação. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 1º A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada a transferência de cursos para outra instituição. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 2º Caso a implementação de cursos autorizados não ocorra no prazo definido no § 1º, os atos de credenciamento e autorização de cursos serão automaticamente tornados sem efeitos.

~~§ 3º As renovações de credenciamento de instituições deverão ser solicitadas no período definido pela legislação em vigor e serão concedidas por prazo limitado, não superior a cinco anos.~~

§ 3º Os pedidos de credenciamento e credenciamento para educação a distância observarão a disciplina processual aplicável aos processos regulatórios da educação superior, nos termos do Decreto nº 5.773, de 2006, e normas expedidas pelo Ministério da Educação. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 4º Os resultados do sistema de avaliação mencionado no art. 16 deverão ser considerados para os procedimentos de renovação de credenciamento.

~~Art. 15. O ato de credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas a distância definirá a abrangência de sua atuação no território nacional, a partir da capacidade institucional para oferta de cursos ou programas, considerando as normas dos respectivos sistemas de ensino.~~

~~§ 1º A solicitação de ampliação da área de abrangência da instituição credenciada para oferta de cursos superiores a distância deverá ser feita ao órgão responsável do Ministério da Educação.~~

~~§ 2º As manifestações emitidas sobre credenciamento e renovação de credenciamento de que trata este artigo são passíveis de recurso ao órgão normativo do respectivo sistema de ensino.~~

Art. 15. Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância de instituições integrantes do sistema federal devem tramitar perante os órgãos próprios do Ministério da Educação. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

---

§ 1º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância oferecidos por instituições integrantes dos sistemas estaduais devem tramitar perante os órgãos estaduais competentes, a quem caberá a respectiva supervisão. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 2º Os cursos das instituições integrantes dos sistemas estaduais cujas atividades presenciais obrigatórias forem realizados em pólos de apoio presencial fora do Estado sujeitam-se a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento pelas autoridades competentes do sistema federal. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 3º A oferta de curso reconhecido na modalidade presencial, ainda que análogo ao curso a distância proposto, não dispensa a instituição do requerimento específico de autorização, quando for o caso, e reconhecimento para cada um dos cursos, perante as autoridades competente. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

Art. 16. O sistema de avaliação da educação superior, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, aplica-se integralmente à educação superior a distância.

Art. 17. Identificadas deficiências, irregularidades ou descumprimento das condições originalmente estabelecidas, mediante ações de supervisão ou de avaliação de cursos ou instituições credenciadas para educação a distância, o órgão competente do respectivo sistema de ensino determinará, em ato próprio, observado o contraditório e ampla defesa:

- I - instalação de diligência, sindicância ou processo administrativo;
- II - suspensão do reconhecimento de cursos superiores ou da renovação de autorização de cursos da educação básica ou profissional;
- III - intervenção;
- IV - desativação de cursos; ou
- V - descredenciamento da instituição para educação a distância.

§ 1º A instituição ou curso que obtiver desempenho insatisfatório na avaliação de que trata a Lei nº 10.861, de 2004, ficará sujeita ao disposto nos incisos I a IV, conforme o caso.

§ 2º As determinações de que trata o **caput** são passíveis de recurso ao órgão normativo do respectivo sistema de ensino.

CAPÍTULO III
DA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 18. Os cursos e programas de educação a distância criados somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 19. A matrícula em cursos a distância para educação básica de jovens e adultos poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino.

CAPÍTULO IV
DA OFERTA DE CURSOS SUPERIORES, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 20. As instituições que detêm prerrogativa de autonomia universitária credenciadas para oferta de educação superior a distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, conforme disposto no inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 1º Os cursos ou programas criados conforme o **caput** somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

§ 2º Os atos mencionados no **caput** deverão ser comunicados à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 3º O número de vagas ou sua alteração será fixado pela instituição detentora de prerrogativas de autonomia universitária, a qual deverá observar capacidade institucional, tecnológica e operacional próprias para oferecer cursos ou programas a distância.

Art. 21. Instituições credenciadas que não detêm prerrogativa de autonomia universitária deverão solicitar, junto ao órgão competente do respectivo sistema de ensino, autorização para abertura de oferta de cursos e programas de educação superior a distância.

§ 1º Nos atos de autorização de cursos superiores a distância, será definido o número de vagas a serem ofertadas, mediante processo de avaliação externa a ser realizada pelo Ministério da Educação.

§ 2º Os cursos ou programas das instituições citadas no **caput** que venham a acompanhar a solicitação de credenciamento para a oferta de educação a distância, nos termos do § 1º do art. 12, também deverão ser submetidos ao processo de autorização tratado neste artigo.

Art. 22. Os processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos superiores a distância deverão ser solicitados conforme legislação educacional em vigor.

Parágrafo único. Nos atos citados no **caput**, deverão estar explicitados:

I - o prazo de reconhecimento; e

II - o número de vagas a serem ofertadas, em caso de instituição de ensino superior não detentora de autonomia universitária.

Art. 23. A criação e autorização de cursos de graduação a distância deverão ser submetidas, previamente, à manifestação do:

I - Conselho Nacional de Saúde, no caso dos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia; ou

II - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no caso dos cursos de Direito.

Parágrafo único. A manifestação dos conselhos citados nos incisos I e II, consideradas as especificidades da modalidade de educação a distância, terá procedimento análogo ao utilizado para os cursos ou programas presenciais nessas áreas, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO

V

DA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 24. A oferta de cursos de especialização a distância, por instituição devidamente credenciada, deverá cumprir, além do disposto neste Decreto, os demais dispositivos da legislação e normatização pertinentes à educação, em geral, quanto:

I - à titulação do corpo docente;

II - aos exames presenciais; e

III - à apresentação presencial de trabalho de conclusão de curso ou de monografia.

Parágrafo único. As instituições credenciadas que ofereçam cursos de especialização a distância deverão informar ao Ministério da Educação os dados referentes aos seus cursos, quando de sua criação.

Art. 25. Os cursos e programas de mestrado e doutorado a distância estarão sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor.

§ 1º Os atos de autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento citados no **caput** serão concedidos por prazo determinado conforme regulamentação.

~~§ 2º Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do que dispõe o **caput**, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de sua publicação.~~

§ 2º Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES editar as normas complementares a este Decreto, no âmbito da pós-graduação stricto sensu. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

CAPÍTULO

VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As instituições credenciadas para oferta de cursos e programas a distância poderão estabelecer vínculos para fazê-lo em bases territoriais múltiplas, mediante a formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares, desde que observadas as seguintes condições:

I - comprovação, por meio de ato do Ministério da Educação, após avaliação de comissão de especialistas, de que as instituições vinculadas podem realizar as atividades específicas que lhes forem atribuídas no projeto de educação a distância;

II - comprovação de que o trabalho em parceria está devidamente previsto e explicitado no:

a) plano de desenvolvimento institucional;

b) plano de desenvolvimento escolar; ou

c) projeto pedagógico, quando for o caso, das instituições parceiras;

III - celebração do respectivo termo de compromisso, acordo ou convênio; e

IV - indicação das responsabilidades pela oferta dos cursos ou programas a distância, no que diz respeito a:

a) implantação de pólos de educação a distância, quando for o caso;

b) seleção e capacitação dos professores e tutores;

c) matrícula, formação, acompanhamento e avaliação dos estudantes;

d) emissão e registro dos correspondentes diplomas ou certificados.

Art. 27. Os diplomas de cursos ou programas superiores de graduação e similares, a distância, emitidos por instituição estrangeira, inclusive os ofertados em convênios com instituições sediadas no Brasil, deverão ser submetidos para revalidação em universidade pública brasileira, conforme a legislação vigente.

§ 1º Para os fins de revalidação de diploma de curso ou programa de graduação, a universidade poderá exigir que o portador do diploma estrangeiro se submeta a complementação de estudos, provas ou exames destinados a suprir ou aferir conhecimentos, competências e habilidades na área de diplomação.

§ 2º Deverão ser respeitados os acordos internacionais de reciprocidade e equiparação de cursos.

Art. 28. Os diplomas de especialização, mestrado e doutorado realizados na modalidade a distância em instituições estrangeiras deverão ser submetidos para reconhecimento em universidade que possua curso ou programa reconhecido pela CAPES, em mesmo nível ou em nível superior e na mesma área ou equivalente, preferencialmente com a oferta correspondente em educação a distância.

Art. 29. A padronização de normas e procedimentos para credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos ou programas a distância será efetivada em regime de colaboração coordenado pelo Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 30. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, exclusivamente para:

I - a complementação de aprendizagem; ou

II - em situações emergenciais.

Parágrafo único. A oferta de educação básica nos termos do **caput** contemplará a situação de cidadãos que:

I - estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial;

II - sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento;

III - se encontram no exterior, por qualquer motivo;

IV - vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial;

V - compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira; ou

VI - estejam em situação de cárcere.

Art. 31. Os cursos a distância para a educação básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no ensino fundamental e um ano e meio no ensino médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino.

§ 1º Os exames citados no **caput** serão realizados pelo órgão executivo do respectivo sistema de ensino ou por instituições por ele credenciadas.

§ 2º Poderão ser credenciadas para realizar os exames de que trata este artigo instituições que tenham competência reconhecida em avaliação de aprendizagem e não estejam sob sindicância ou respondendo a processo administrativo ou judicial, nem tenham, no mesmo período, estudantes inscritos nos exames de certificação citados no **caput**.

Art. 32. Nos termos do que dispõe o art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996, é permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais para oferta da modalidade de educação a distância.

Parágrafo único. O credenciamento institucional e a autorização de cursos ou programas de que trata o **caput** serão concedidos por prazo determinado.

Art. 33. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância deverão fazer constar, em todos os seus documentos institucionais, bem como nos materiais de divulgação, referência aos correspondentes atos de credenciamento, autorização e reconhecimento de seus cursos e programas.

§ 1º Os documentos a que se refere o **caput** também deverão conter informações a respeito das condições de avaliação, de certificação de estudos e de parceria com outras instituições.

§ 2º Comprovadas, mediante processo administrativo, deficiências ou irregularidades, o Poder Executivo sustará a tramitação de pleitos de interesse da instituição no respectivo sistema de ensino, podendo ainda aplicar, em ato próprio, as sanções previstas no art. 17, bem como na legislação específica em vigor.

~~Art. 34. As instituições credenciadas para ministrar cursos e programas a distância, autorizados em datas anteriores à da publicação deste Decreto, terão até trezentos e sessenta dias corridos para se adequarem aos termos deste Decreto, a partir da data de sua publicação. (Revogado pelo Decreto nº 6.303, de 2007)~~

~~§ 1º As instituições de ensino superior credenciadas exclusivamente para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu deverão solicitar ao Ministério da Educação a revisão do ato de credenciamento, para adequação aos termos deste Decreto, estando submetidas aos procedimentos de supervisão do órgão responsável pela educação superior daquele Ministério. (Revogado pelo Decreto nº 6.303, de 2007)~~

~~§ 2º Ficam preservados os direitos dos estudantes de cursos ou programas a distância matriculados antes da data de publicação deste Decreto. (Revogado pelo Decreto nº 6.303, de 2007)~~

Art. 35. As instituições de ensino, cujos cursos e programas superiores tenham completado, na data de publicação deste Decreto, mais da metade do prazo concedido no ato de autorização, deverão solicitar, em no máximo cento e oitenta dias, o respectivo reconhecimento.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Ficam revogados o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998.

Brasília, 19 de dezembro de 2005; 184^º da Independência e 117^º da República.
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.

Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 35 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, no art. 6º, inciso III, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e no art. 54, inciso XV, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - educação profissional técnica de nível médio.

§ 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004; e

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4º, § 1º, incisos I e II, do Decreto nº 5.154, de 2004.

§ 3º O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S"), sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo.

§ 4º Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais.

§ 5º Para os fins deste Decreto, a rede de instituições federais de educação profissional compreende a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, sem prejuízo de outras instituições que venham a ser criadas.

Art. 2º As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.

§ 1º As instituições referidas no **caput** disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

§ 2º A ampliação da oferta de que trata o § 1º deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino.

Art. 3º Os cursos do PROEJA, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral; e

II - a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.

Art. 4º Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

²⁶ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm

---

I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;
II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e
III - a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos.

Art. 5º As instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas.

Parágrafo único. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Art. 6º O aluno que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

Parágrafo único. Todos os cursos e programas do PROEJA devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino.

Art. 7º As instituições ofertantes de cursos e programas do PROEJA poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação individual, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extra-escolares.

Art. 8º Os diplomas de cursos técnicos de nível médio desenvolvidos no âmbito do PROEJA terão validade nacional, conforme a legislação aplicável.

Art. 9º O acompanhamento e o controle social da implementação nacional do PROEJA será exercido por comitê nacional, com função consultiva.

Parágrafo único. A composição, as atribuições e o regimento do comitê de que trata o **caput** deste artigo serão definidos conjuntamente pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego.

Art. 10. O § 2º do art. 28 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação: “§ 2º A criação de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, deverá ser submetida, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde, previamente à autorização pelo Ministério da Educação.” (NR)

Art. 11. Fica revogado o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de julho de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.301, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, aliena “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nas Leis nºs 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil, com vistas ao desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no País.

Parágrafo único. São objetivos do e-Tec Brasil:

I - expandir e democratizar a oferta de cursos técnicos de nível médio, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas;

II - permitir a capacitação profissional inicial e continuada para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;

III - contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio pelos jovens e adultos;

IV - permitir às instituições públicas de ensino profissional o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de professores para a educação profissional técnica de nível médio;

V - promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos voltados para a produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional técnica de nível médio;

VI - promover, junto às instituições públicas de ensino, o desenvolvimento de projetos voltados para a produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional técnica de nível médio;

VII - criar rede nacional de educação profissional nas instituições públicas de ensino, para oferta de educação profissional a distância, em escolas das redes públicas municipais e estaduais; e

VIII - permitir o desenvolvimento de cursos de formação continuada e em serviço de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.

Art. 2º Os objetivos do e-Tec Brasil serão alcançadas com a colaboração entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cujas ações contemplarão:

I - cursos técnicos de nível médio, na modalidade de educação a distância, por instituições públicas que ministrem ensino técnico de nível médio, em articulação com estabelecimentos de apoio presencial; e

II - formação continuada e em serviço de professores da educação profissional de nível médio, na modalidade de educação a distância.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se estabelecimento de apoio presencial as escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal já instaladas, passíveis de serem adaptadas com o apoio dos governos municipais, estaduais e do Distrito Federal para servirem como espaço físico para a execução descentralizada de funções didático-administrativas de cursos a distância, inclusive o atendimento dos estudantes em atividades escolares presenciais previstas na legislação vigente.

§ 2º A adaptação de escola pública selecionada, para ser utilizada como estabelecimento de apoio presencial, deverá garantir a infra-estrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e projetos do e-Tec Brasil.

²⁷ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm

---

Art. 3º O Ministério da Educação poderá celebrar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios para o oferecimento de cursos de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação a distância, observado o disposto no art. 5º deste Decreto.

Parágrafo único. Os Estados, Distrito Federal e Municípios que firmarem os convênios previstos neste artigo serão responsáveis pelas despesas referentes à infra-estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais recursos necessários para a implantação dos cursos, na forma do convênio.

Art. 4º O Ministério da Educação poderá celebrar convênios com instituições públicas de ensino credenciadas para a oferta de educação a distância, podendo apoiar financeiramente a elaboração dos cursos, observado o disposto no art. 5º.

Art. 5º Compete ao Ministério da Educação, mediante edital de chamada pública, promover a articulação entre a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e os estabelecimentos de apoio presencial.

Parágrafo único. O edital disporá sobre os requisitos, as condições de participação e os critérios de seleção para o e-Tec Brasil.

Art. 6º As despesas do e-Tec Brasil correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas de educação profissional com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 7º O Ministério da Educação coordenará a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do e-Tec Brasil.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.114, DE 16 DE MAIO DE 2005.

Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

Mensagem de veto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 6º.** É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental." (NR)

"Art. 30. ....

.....

II – **(VETADO)**"

"**Art. 32º.** O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

....." (NR)

"Art. 87. ....

.....

§ 3º .....

I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino:

- a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares;
- b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a catorze anos, no caso das redes escolares públicas; e
- c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir do início do ano letivo subsequente.

Brasília, 16 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

²⁸ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.330, DE 25 DE JULHO DE 2006.

Dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87. ....

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem:

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

---

²⁹ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11330.htm

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006.

Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

....." (NR)

Art. 4º O § 2º e o inciso I do § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 87 .....

.....

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade.

§ 3º .....

I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

a) (Revogado)

b) (Revogado)

c) (Revogado)

....." (NR)

Art. 5º Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no art. 3º desta Lei e a abrangência da pré-escola de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de fevereiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Fernando Haddad

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

³⁰ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.700, DE 13 DE JUNHO DE 2008.

Acrescenta inciso X ao **caput** do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 4º .....

.....

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Brasília, 13 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

José Henrique Paim Fernandes

³¹ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11700.htm

PARECER CNE/CEB Nº 11/2008
Proposta de instituição do Catálogo Nacional de
Cursos Técnicos de Nível Médio

I – RELATÓRIO

Em 1º de novembro de 2007, o Senhor Ministro da Educação protocolou, no Conselho Nacional de Educação, o Ofício GM/MEC nº 203/2007, encaminhando, para apreciação da Câmara de Educação Básica, proposta de instituição de Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, nos seguintes termos:

A partir dos dados constantes do Cadastro Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT verificou-se uma quantidade excessiva de nomenclaturas, aproximadamente 2.700 denominações distintas para os 7.940 cursos técnicos de nível médio em oferta em 2005, de acordo com o Censo Escolar MEC/INEP. Tal cenário revela uma dispersão de títulos, além de dificuldade na orientação e informação aos usuários e à sociedade, bem como para a formulação de políticas, planejamento e avaliação dessa modalidade de educação profissional.

Além disso, observou-se, numa mesma área, uma multiplicação de títulos que não se justificam como cursos técnicos e sim como especializações ou qualificações intermediárias.

Entendemos que a presença do técnico de nível médio torna-se cada vez mais necessária e relevante no mundo do trabalho, sobretudo em função do crescente aumento das inovações tecnológicas e dos novos modos de organização da produção. Desse modo, o Catálogo objetiva, ainda, induzir a oferta de cursos técnicos de nível médio em áreas insuficientemente atendidas.

Para promover o processo nacional de avaliação da educação profissional técnica previsto no artigo 15 da Resolução CNE/CEB nº 4/99, entendemos ser essencial a implementação do proposto Catálogo, organizado em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica, como determina o Decreto nº 5.154/2004. Este Catálogo proporcionará um adequado mapeamento da oferta da educação profissional técnica de nível médio, desde a implantação das diretrizes curriculares nacionais, e possibilitará a correção de distorções, bem como fornecerá importantes subsídios para a formulação de políticas públicas respectivas.

A partir da nova classificação em Eixos Tecnológicos para educação profissional de nível superior, conforme o Parecer CNE/CEB nº 277/2006, entendemos ser necessária a adoção dessa organização também para os cursos técnicos de nível médio frente aos cenários científicos de construção de competências similares, baseadas na significativa expansão da especialização profissional, no surgimento de novos sistemas produtivos, novos métodos e novas concepções educacionais.

Propõe-se, assim, a organização da oferta da educação profissional técnica de nível médio em torno de doze eixos, com núcleo politécnico comum, o que torna o processo educativo mais sintonizado, quais sejam: Ambiente, saúde e segurança; Apoio escolar; Controle e processos industriais; Gestão e negócios; Hospitalidade e lazer; Informação e comunicação; Militar; Infra-estrutura; Produção alimentícia; Produção cultural e design; Produção industrial e Recursos naturais.

O Catálogo ora proposto foi estruturado a partir desses eixos tecnológicos, que reorganizam o Quadro de áreas profissionais em vigor, e compreende, no momento, 155 denominações de cursos técnicos de nível médio. Para cada curso há uma breve descrição contendo: atividades do perfil profissional; possibilidades de temas a serem abordados na formação; possibilidades de atuação; infra-estrutura recomendada; além da indicação da carga horária mínima, de acordo com a anteriormente estabelecida para as áreas profissionais, curso a curso.

As denominações apresentadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos que deverão ser adotadas nacionalmente para cada perfil de formação – quando de sua vigência – não impedirão, entretanto, o atendimento às peculiaridades regionais, possibilitando currículos com diferentes linhas formativas.

Quanto à adesão ao Catálogo vislumbramos, em princípio, três hipóteses:

1. Denominações e planos de curso encontram-se em conformidade, nesse caso, nenhuma providência será necessária por parte dos ofertantes ou órgãos supervisores de ensino.

---

³² FONTE: Ministério da Educação do Brasil – Portal do MEC - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf

---

2. Apenas as denominações dos cursos estão inadequadas, nesse caso, a instituição de ensino proporá a sua adequação para vigência a partir de 2009. Ao critério da instituição, mediante consulta documentada à comunidade escolar, essa alteração da denominação do curso poderá também ser adotada para as turmas em andamento.

3. Denominação e planos de cursos estão em desacordo com o Catálogo e até mesmo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e necessitam de

4. readequações. Nesse caso, a instituição de ensino deverá realizar todas as adequações necessárias e submetê-las à aprovação do respectivo Conselho de Educação, para vigência a partir de 2009.

Ao critério de cada Conselho, essa adequação poderá ser introduzida pela instituição de ensino, sem necessidade de aprovação prévia, inclusive para os cursos em andamento, mediante consulta documentada à comunidade escolar.

Eventuais distorções serão corrigidas pelo órgão próprio de supervisão. Normas específicas serão definidas pelos respectivos Conselhos Estaduais.

Informamos que a versão preliminar desse Catálogo foi elaborada, ao longo do ano de 2007, em importante esforço de articulação entre especialistas de todo o país, além de representantes dos sistemas de supervisão de ensino, juntamente com outros órgãos e autarquias da administração pública federal (...).

Finalmente, propomos institucionalização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos com atualização anual nos meses de agosto e setembro, a exemplo do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, além da substituição do Quadro de áreas profissionais anexo à Resolução CNE/CEB nº 4/99, pelo Quadro anexo, sem prejuízo da carga horária mínima anteriormente estabelecida para as áreas profissionais.

No aguardo de manifestações desse egrégio Conselho Nacional de Educação, especificamente da Câmara de Educação Básica, coloco a Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica deste Ministério à inteira disposição para informações complementares e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Em anexo ao Ofício GM/MEC nº 203/2007, o Senhor Ministro da Educação encaminhou a descrição de doze eixos tecnológicos, destinados a substituir os Quadros das áreas profissionais e respectivas caracterizações integrantes do Anexo da Resolução CNE/CEB nº 4/99.

São os seguintes os eixos tecnológicos definidos e suas respectivas descrições, já incorporando as sugestões apresentadas no período de audiência pública nacional, por instituições de ensino técnico de nível médio e profissionais especializados em Educação Profissional:

1. AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco e programas de Educação Ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais são características comuns deste eixo.

Ética, biossegurança, processos de trabalho em saúde, primeiros socorros, políticas públicas ambientais e de saúde, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade, caracterizam a organização curricular destes cursos.

2. APOIO EDUCACIONAL

Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio pedagógico e administrativo em escolas públicas, privadas e demais instituições.

Tradicionalmente, são funções que apóiam e complementam o desenvolvimento da ação educativa intra e extra-escolar.

Os serviços de apoio educacional são realizados em espaços como secretaria escolar, bibliotecas, manutenção de infra-estrutura, cantinas, recreios, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, almoxarifados, jardins, hortas, brinquedotecas e outros espaços requeridos pela educação formal e não formal.

A organização curricular destes cursos contempla estudos sobre concepção de educação, administração democrática do ensino, organização da educação nacional, bem como ética, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, raciocínio lógico, além da capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

3. CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS

Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos.

Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial, contudo alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços.

A proposição, implantação, intervenção direta ou indireta em processos, além do controle e avaliação das múltiplas variáveis encontradas no segmento produtivo, identificam esse eixo.

Traços marcantes desse eixo são a abordagem sistemática da gestão da qualidade e produtividade, das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico econômica, além de permanente atualização e investigação tecnológica, componentes fundamentais na formação de técnicos que atuam em equipes com raciocínio lógico, iniciativa, criatividade e sociabilidade.

4. GESTÃO E NEGÓCIOS

Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação.

Este eixo caracteriza-se pelas tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, estratégias de *marketing*, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética.

Destacam-se na organização curricular destes cursos estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, Educação Ambiental, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

5. HOSPITALIDADE E LAZER

Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação.

Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, à hospitalidade e ao lazer.

As atividades compreendidas neste eixo referem-se ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, integrada ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A pesquisa, disseminação e consolidação da cultura, ética, relações interpessoais, domínio de línguas estrangeiras, prospecção mercadológica, *marketing* e coordenação de equipes são elementos comuns deste eixo.

São traços marcantes da organização curricular destes cursos: ética, Educação Ambiental, normas técnicas e de segurança, historicidade, empreendedorismo, redação técnica, além da capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

6. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações.

Especificação de componentes ou equipamentos, suporte técnico, procedimentos de instalação e configuração, realização de testes e medições, utilização de protocolos e arquitetura de redes, identificação de meios físicos e padrões de comunicação e, sobretudo, a necessidade de constante atualização tecnológica, constituem, de forma comum, as características desse eixo.

O desenvolvimento de sistemas informatizados, desde a especificação de requisitos até os testes de implantação, bem como as tecnologias de comutação, transmissão, recepção de dados, podem constituir-se em especificidades desse eixo.

Ressalte-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, raciocínio lógico, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, Educação Ambiental, formando profissionais que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

7. INFRA-ESTRUTURA

Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Contempla ações de planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para infra-estrutura. Abrange obras civis, topografia, transporte de pessoas e bens, mobilizando, de forma articulada, saberes e tecnologias relacionadas ao controle de trânsito e tráfego, ensaios laboratoriais, cálculo e leitura de diagramas e mapas, normas técnicas e legislação.

Características comuns deste eixo são a abordagem sistemática da gestão da qualidade, ética, segurança, viabilidade técnico-econômica e sustentabilidade.

Saliente-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, Educação Ambiental, raciocínio lógico, formando técnicos que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

8. MILITAR

Compreende tecnologias, infra-estrutura e processos relacionados à formação do militar, como elemento integrante das Organizações Militares que contribuem para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas: “(...) defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Envolve o domínio de tecnologias de interesse das Forças Naval e Aérea. Contempla atividades específicas de apoio, preparo e emprego das Forças Armadas. Abrange operações, logística, manutenção, suprimento, armazenamento, informações, controle do espaço aéreo, controle aéreo de operações navais e terrestres necessários à condução das atividades militares.

A organização curricular dos cursos deste eixo caracteriza-se pelos saberes e tecnologias voltados à segurança e à defesa, contemplando, ainda, ética, civismo, raciocínio lógico, normas técnicas e de segurança e redação de documentos técnicos. O acesso aos cursos técnicos ministrados no âmbito das Forças Armadas requer o ingresso na carreira militar mediante concurso público.

9. PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA

Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrange ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos presentes nessa elaboração ou industrialização.

Inclui atividades de aquisição e otimização de máquinas e implementos, análise sensorial, controle de insumos e produtos, controle fitossanitário, distribuição e comercialização relacionadas ao desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas e produtos de origem vegetal e animal.

São essenciais à organização curricular destes cursos: ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

10. PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN

Compreende tecnologias relacionadas com representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas.

Abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, idéias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais.

Tais atividades exigem criatividade e inovação com critérios sócio-éticos, culturais e ambientais, otimizando os aspectos estético, formal, semântico e funcional, adequando-os aos conceitos de expressão, informação e comunicação, em sintonia com o mercado e as necessidades do usuário.

Na organização curricular dos cursos desse eixo, ética, raciocínio lógico, raciocínio estético, empreendedorismo, normas técnicas e Educação Ambiental são componentes fundamentais na formação de técnicos que atuam em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

11. PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento dessas tecnologias no ambiente industrial. Contempla programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas.

Característica deste eixo é a associação de competências da produção industrial relacionadas ao objeto da produção, na perspectiva de qualidade, produtividade, ética, meio ambiente e viabilidade técnico-econômica, além do permanente aprimoramento tecnológico.

Ética, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, raciocínio lógico, empreendedorismo, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade caracterizam a organização curricular destes cursos.

12. RECURSOS NATURAIS

Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos

---

naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Integram a organização curricular destes cursos: ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Posteriormente, no mesmo mês de novembro de 2007, o referido Catálogo foi colocado em regime de Consulta Pública Nacional, no Portal do MEC, por um período de noventa dias, prorrogado depois por mais trinta dias, até o dia 12 de março do corrente ano, recebendo um total de 504 sugestões e contribuições de 168 proponentes, entre instituições educacionais e educadores da área de Educação Profissional, sendo 239 propostas de inclusão e 265 propostas de alteração.

Todas essas proposições foram atentamente analisadas pela equipe técnica da SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, a qual contou com a inestimável colaboração de mais de uma centena de profissionais que atuam na área da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A argumentação do Senhor Ministro da Educação para submeter o referido Catálogo à participação pública é a seguinte:

Este Catálogo configura-se como importante mecanismo de organização e orientação da oferta nacional dos cursos técnicos de nível médio.

Cumpra também, subsidiariamente, uma função indutora ao destacar novas ofertas em nichos tecnológicos, culturais, ambientais e produtivos, propiciando uma formação técnica contextualizada com os arranjos sócio-produtivos locais gerando novo significado para formação, em nível médio, do jovem brasileiro.

Convencidos da importância estratégica da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável do País, temos trabalhado arduamente em sua reconfiguração e expansão qualificada.

A expansão da rede federal, o fomento à articulação entre educação científica e educação profissional, por meio do ensino médio integrado ou do PROEJA, encontram no Catálogo uma poderosa ferramenta de orientação e indução que lista 155 possibilidades de formação para o trabalho.

A equação que buscamos solucionar envolve o fortalecimento da identidade dos cursos técnicos, sua sintonia com as vocações e peculiaridades regionais e a necessidade de ampliação de sua visibilidade. A combinação desses fatores objetiva ampliar sua oferta e propiciar, aos estudantes, um guia de escolha profissional e, ao setor produtivo, maior clareza entre oferta educativa e sua relação com os postos de trabalho.

Disponibilizamos à sociedade brasileira um instrumento que relaciona, para cada curso técnico, importantes informações, tais como:

atividades principais desempenhadas pelo técnico, destaques em sua formação, possibilidades de locais de atuação, infra-estrutura recomendada e carga horária mínima, subsídios fundamentais para o exercício da cidadania no acompanhamento dos cursos.

Produto de construção coletiva o Catálogo demandou articulação de diferentes e importantes atores sociais e culmina, agora, com audiência pública nacional, facultando a todos a possibilidade de inclusões e alterações nesta versão preliminar.

Àqueles que, com generosidade, somaram esforços ao MEC nessa importante iniciativa e a todos que participarão com suas contribuições, nosso agradecimento.

Como resultado dessa consulta pública, após cuidadosa análise por parte da equipe técnica do MEC, a qual contou com a assessoria de mais de uma centena de educadores da área da Educação Profissional, de todas as regiões do País, chegou-se a uma versão final da primeira edição do Catálogo de Cursos Técnicos de Nível Médio, para ser implantada no corrente ano letivo.

A versão final dessa primeira edição do referido Catálogo foi consolidada em uma reunião técnica realizada na cidade de Florianópolis, SC, a qual contou com a participação da Equipe Técnica da SETEC/MEC e de 60 técnicos especialistas convidados para a ocasião. A seguir, ainda na cidade de Florianópolis, o documento final e a proposta de Parecer a ser apreciada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação foram apresentados e exaustivamente debatidos com representantes do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação.

Fundamentação técnica e apreciação

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram definidas pela Resolução CNE/CEB nº 4/99, com base no Parecer CNE/CEB nº 16/99. Com a edição do Decreto nº 5.154/2004, o

---

conjunto dessas Diretrizes Curriculares Nacionais foi atualizado pelo Parecer CNE/CEB nº 39/2004, que deu origem à Resolução CNE/CEB nº 1/2005.

Essas Diretrizes organizavam a oferta da Educação Profissional por áreas profissionais, isto é, segundo a lógica de organização dos setores produtivos. O Ministério da Educação está propondo, nesta oportunidade, uma nova orientação para organizar a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, similar à orientação já seguida na definição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, objeto do Parecer CNE/CES nº 277/2006. O MEC está propondo uma nova organização por Eixos Tecnológicos, isto é, segundo a lógica do conhecimento e da inovação tecnológica.

Sobre a matéria, a pesquisadora mineira, Professora Lucília Machado, num documento em fase final de elaboração, intitulado “Contextualização da Educação Tecnológica e definições sobre eixo tecnológico”, define eixo tecnológico como sendo a “linha central de estruturação de um curso, definida por uma matriz tecnológica, que dá a direção para o seu projeto pedagógico e que perpassa transversalmente a organização curricular do curso, dando-lhe identidade e sustentáculo”. Segundo a pesquisadora, o “eixo tecnológico curricular orienta a definição dos componentes essenciais e complementares do currículo, expressa a trajetória do itinerário formativo, direciona a ação educativa e estabelece as exigências pedagógicas”.

Em decorrência dessa orientação, segundo a lógica dos eixos tecnológicos, os anexos da Resolução CNE/CEB nº 4/99 deverão ser revogados, sendo substituídos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, a ser instituído por Portaria Ministerial até, no máximo, trinta dias contados da homologação do presente Parecer pelo Senhor Ministro da Educação. O Catálogo, a ser instituído por força da Portaria Ministerial, contemplará as seguintes disposições por eixo tecnológico: nomes das habilitações profissionais ou cursos técnicos de nível médio e respectivos descritores e carga horária, possibilidades de temas a serem abordados, possibilidades de atuação profissional e infra-estrutura recomendada.

O Catálogo de Cursos Técnicos de Nível Médio a ser instituído pelo MEC definirá a carga horária mínima para cada um dos cursos constantes do mesmo, seguindo a nova lógica adotada, dos eixos tecnológicos, ou seja, a lógica do conhecimento e da inovação tecnológica, acompanhando decisão similar à já adotada pelo Parecer CNE/CES nº 277/2006 em relação ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, no âmbito dos cursos de graduação. Segundo orientação do Decreto nº 5.154/2004, a articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, prevista neste Catálogo Nacional, e o Ensino Médio, como etapa da consolidação da Educação Básica, poderá ocorrer nas formas **integrada**, contando com matrícula única para cada aluno; **concomitante**, na qual a complementaridade entre a Educação Profissional e o Ensino Médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas; bem como na forma **subsequente**, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

As cargas horárias constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio devem ser calculadas tomando-se por base a hora de 60 minutos, conforme orientam os Pareceres CNE/CEB nºs 5/97, 12/97 e 8/2004. Compete às próprias instituições de ensino a definição das horas-aula ou do efetivo trabalho escolar, respeitada a carga horária mínima total.

Exemplo: um curso de 1.200 horas pode prever em sua organização curricular horas-aula de 50 minutos, de 1h30m, ou contemplar “formas diversas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (art. 23 da LDB). O cômputo total das horas de efetivo trabalho escolar, entretanto, deverá se orientar pelo mínimo de 1.200 horas.

Os mínimos de carga horária definidos para os cursos técnicos de nível médio não incluem a carga horária destinada ao estágio profissional supervisionado, o qual deve ser orientado pelo Parecer CNE/CEB nº 35/2003 e pela Resolução CNE/CEB nº 1/2004, bem como pela legislação e pelas normas complementares específicas que regulam a matéria.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos termos do Decreto nº 5.154/2004, quando estruturada e organizada em etapas com terminalidade, poderá incluir saídas intermediárias que possibilitem a obtenção de certificados de qualificação profissional para o trabalho, após sua conclusão com aproveitamento, bem como cursos de especialização profissional técnica, de acordo com os itinerários formativos intencionalmente planejados pela instituição de ensino que atua com a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

As Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CEB nº 4/99, com base no Parecer CNE/CEB nº 16/99, atualizadas pelo Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e pela Resolução CNE/CEB nº 1/2005, permanecem plenamente válidas, mesmo após a edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, exceto no que se refere à organização da oferta desses cursos, segundo a lógica das áreas profissionais, o que implica na revogação dos Anexos da Resolução CNE/CEB nº 4/99, bem como na alteração do artigo 5º da referida Resolução, de acordo com o Anexo Projeto de Resolução, nos termos do instituído Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Uma vez editado o primeiro Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, cabe ao CNE, por proposta do MEC, proceder às alterações que se fizerem necessárias, no âmbito de quaisquer dos eixos tecnológicos definidos e respectivos cursos, de modo a atender às exigências da evolução do conhecimento científico e tecnológico, bem como contemplar a diversidade da oferta dos cursos técnicos de nível médio.

É oportuno que o MEC mantenha como calendário, para receber sugestões de alteração, exclusão ou inclusão no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, o mesmo já adotado para os necessários ajustes no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, isto é, anualmente, nos meses de agosto e setembro.

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação recomenda ao Ministério da Educação a criação de uma Comissão Executiva Nacional para acompanhar e avaliar a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, a qual poderia contar com três representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; cinco do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, sendo um representante de cada região administrativa (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul); um do CONSED – Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, e cinco profissionais escolhidos pelo MEC, segundo critério de notório saber e comprovada experiência na área da Educação Profissional.

Quanto às providências a serem adotadas pelas instituições de Educação Profissional e Tecnológica e pelos respectivos sistemas de ensino, em decorrência da implantação do novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, estão sendo propostas as seguintes medidas:

1. No caso de denominações e planos de curso estarem em conformidade com o estatuído no Catálogo, não haverá necessidade de nenhuma providência a ser adotada pelas instituições de ensino ofertantes ou pelos respectivos órgãos supervisores de ensino, no âmbito do correspondente sistema.
2. Caso as denominações dos cursos não sejam as que constam do Catálogo, mas o plano de curso seja coerente com a descrição constante do mesmo, basta que a instituição de ensino, no prazo de 60 (sessenta) dias, faça a devida adequação e comunique aos órgãos competentes, no âmbito de cada sistema de ensino, para vigência a partir do ano letivo de 2009. Ao critério da instituição de ensino, com manifestação prévia dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino, mediante consulta documentada à respectiva comunidade escolar, essa alteração de denominação do curso poderá ser adotada, também, para as turmas em andamento.
3. Quando as denominações e respectivos planos de curso estiverem em desacordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, a instituição de ensino tem 90 (noventa) dias para proceder às alterações que se fizerem necessárias e os órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino têm outros 90 (noventa) dias para proceder à devida aprovação dos novos planos de curso, de acordo com as suas normatizações, regularizando, assim, a oferta dos cursos técnicos de nível médio, para que a instituição de ensino possa ofertar novas turmas, ainda no ano de 2009.
4. Caso a instituição de Educação Profissional e Tecnológica decida manter o seu curso técnico de nível médio em desacordo com o Catálogo, mas em caráter experimental, nos termos do artigo 81 da LDB, essa decisão será possível, apenas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, devendo os órgãos superiores responsáveis por essa autorização dar ciência da mesma à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, até que volte a ser operado normalmente o Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, instituído por força do artigo 13 da Resolução CNE/CEB nº 4/1999.
5. Após esse prazo de 3 (três) anos, ou o curso ofertado em regime experimental é incorporado na nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio ou a instituição de ensino estará impedida de efetivar matrículas de novos alunos no curso em questão, garantindo-se, contudo, os direitos adquiridos pelos alunos dos cursos em andamento.
6. Ao critério de cada sistema de ensino, as adequações procedidas pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica poderão ser implantadas no ano de 2009, mesmo antes da competente aprovação formal, mediante consulta documentada à comunidade escolar, devendo, neste caso, eventuais distorções serem corrigidas *a posteriori* pela respectiva instituição de ensino, segundo orientação dos órgãos próprios do respectivo sistema de ensino.
7. Obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas por esta Câmara de Educação Básica, os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho de Educação do Distrito Federal, no âmbito de suas competências, definirão normas complementares para os respectivos sistemas de ensino em relação à implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos deste Parecer, proponho à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a aprovação do proposto Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT, a ser instituído por Portaria do Ministério da Educação, nos termos do anexo Projeto de Resolução.

Brasília (DF), 12 de junho de 2008.

Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2008.

Conselheiro Cesar Callegari – Presidente

Conselheiro Mozart Neves Ramos – Vice-Presidente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 870, DE 16 DE JULHO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Capítulo III – Da Educação Profissional, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 4º, do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008, considerando a necessidade de estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos técnicos de nível médio;

considerando a necessidade de consolidação desses cursos pela afirmação de sua identidade e caracterização de sua alteridade em relação às demais ofertas educativas;

considerando a necessidade de fomento à qualidade por meio da apresentação de infra-estrutura recomendável com o escopo de atender as especificidades desses cursos, resolve:

Art. 1º Aprovar, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Parágrafo único. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio estará disponível no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

---

³³ FONTE: Ministério da Educação - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: <http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo1277.pdf>

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 37, 39, 41 e 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. .....

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.” (NR)

“Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.” (NR)

“Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

“Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.” (NR)

Art. 2º O **Capítulo II do Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, passa a vigorar acrescido da Seção IV-A, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, e dos seguintes arts. 36-A, 36-B, 36-C e 36-D: “Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

³⁴ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm

---

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho.”

Art. 3º O Capítulo III do Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a ser denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se os §§ 2º e 4º do art. 36 e o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Brasília, 16 de julho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.061, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009.

Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º .....

II - universalização do ensino médio gratuito;

.....” (NR)

Art. 2º O inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. .....

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação oficial.

Brasília, 27 de outubro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

³⁵ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 208. .....

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)

.....
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde." (NR)

Art. 2º O § 4º do art. 211 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 211. .....

.....
§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório." (NR)

Art. 3º O § 3º do art. 212 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 212. .....

.....
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação." (NR)

Art. 4º O **caput** do art. 214 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do inciso VI:

"Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

.....
VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto." (NR)

Art. 5º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 76. .....

.....
§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no **caput** deste artigo será de 12,5 % (doze inteiros e cinco décimos por cento) no exercício de 2009, 5% (cinco por cento) no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011." (NR)

Art. 6º O disposto no **inciso I do art. 208 da Constituição Federal** deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

³⁶ FONTE: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - Disponível para consulta em 30 de agosto de 2010, no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm

---

Art. 7º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.
Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado MICHEL TEMER
Presidente
Deputado MARCO MAIA
1º Vice-Presidente
Deputado ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO
2º Vice-Presidente
Deputado RAFAEL GUERRA
1º Secretário
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
2º Secretário
Deputado Odair Cunha
3º Secretário
Deputado NELSON MARQUEZELLI
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente
Senador MARCONI PERILLO
1º Vice-Presidente
Senadora SERYS SLHESSARENKO
2º Vice-Presidente
Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário
Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
2º Secretário
Senador MÃO SANTA
3º Secretário
Senador CÉSAR BORGES
no exercício da 4ª Secretaria

ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA

ANEXO 3 – LEGISLAÇÃO CHILENA 1 - LEY ORGANICA CONSTITUCIONAL DE ENSEÑANZA (LOCE) Nº 18.962 DE 7 DE MARÇO DE 1990³⁷.

LEY ORGANICA CONSTITUCIONAL DE ENSEÑANZA La Junta de Gobierno de la República de Chile ha dado su aprobación al siguiente

Proyecto de ley

TITULO PRELIMINAR

Normas Generales y Conceptos

Artículo 1º.- La presente Ley Orgánica Constitucional fija los requisitos mínimos que deberán cumplir los niveles de enseñanza básica y enseñanza media, y asimismo regula el deber del Estado de velar por su cumplimiento. Del mismo modo norma el proceso de reconocimiento oficial de los establecimientos educacionales de todo nivel.

Artículo 2º.- La educación es el proceso permanente que abarca las distintas etapas de la vida de las personas y que tiene como finalidad alcanzar su desarrollo moral, intelectual, artístico, espiritual y físico mediante la transmisión y el cultivo de valores, conocimientos y destrezas, enmarcados en nuestra identidad nacional, capacitándolas para convivir y participar en forma responsable y activa en la comunidad.

La educación es un derecho de todas las personas. Corresponde, preferentemente, a los padres de familia el derecho y el deber de educar a sus hijos; al Estado, el deber de otorgar especial protección al ejercicio de este derecho; y, en general, a la comunidad, el deber de contribuir al desarrollo y perfeccionamiento de la educación.

Es también deber del Estado fomentar el desarrollo de la educación en todos los niveles, estimular la investigación científica y tecnológica, la creación artística y la protección e incremento del patrimonio cultural de la Nación.

Artículo 3º.- El Estado tiene, asimismo, el deber de resguardar especialmente la libertad de enseñanza.

Es deber del Estado financiar un sistema gratuito destinado a asegurar el acceso de la población a la enseñanza básica.

Artículo 4º.- La educación se manifiesta a través de la enseñanza formal y de la enseñanza informal. La enseñanza formal es aquella que, estructurada científicamente, se entrega de manera sistemática. Está constituida por niveles que aseguran la unidad del proceso educativo y facilitan la continuidad del mismo a lo largo de la vida de las personas.

Se entiende por enseñanza informar a todo proceso vinculado con el desarrollo del hombre y la sociedad, facilitado por la interacción de unos con otros y sin la tuición del establecimiento educacional como agencia institucional educativa. Se obtiene en forma no estructurada y sistemática del núcleo familiar, de los medios de comunicación y, en general, del entorno en la cual está inserta.

Artículo 5º.- La enseñanza formal se denomina regular cuando sus niveles se imparten a educandos que cumplen los requisitos establecidos, de ingreso y de progreso en ella.

Artículo 6º.- La enseñanza que se imparta en los establecimientos o instituciones educacionales no tiene otras limitaciones que las impuestas por la moral, las buenas costumbres, el orden público y la seguridad nacional.

Los establecimientos o instituciones educacionales, cuya enseñanza sea reconocida oficialmente, no podrán orientarse a propagar tendencia político partidista alguna.

Artículo 7º.- La enseñanza básica es el nivel educacional que procura fundamentalmente el desarrollo de la personalidad del alumno y su capacitación para su vinculación e integración activa a su medio social, a través del aprendizaje de los contenidos mínimos obligatorios que se determinen en conformidad a la presente ley y que le permiten continuar el proceso educativo formal.

Artículo 8º.- La enseñanza media es el nivel educacional que atiende a la población escolar que haya finalizado el nivel de enseñanza básica y tiene por finalidad procurar que cada alumno, mediante el proceso educativo sistemático, logre el aprendizaje de los contenidos mínimos obligatorios que se determinen en conformidad a la

---

³⁷ FONTE: Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile – disponível para consulta em 30 de agosto de 2010 no site: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30330&idVersion=1990-03-10>

---

presente ley, perfeccionándose como persona y asumiendo responsablemente sus compromisos con la familia, la comunidad, la cultura y el desarrollo nacional.

Dicha enseñanza habilita, por otra parte, al alumno para continuar su proceso educativo formal a través de la educación superior o para incorporarse a la vida del trabajo.

Artículo 9°.- Sin perjuicio de lo establecido en los artículos anteriores se podrá, en virtud de la libertad de enseñanza, impartir cualquiera otra clase de enseñanza que no aspire al reconocimiento oficial.

TÍTULO I

Requisitos Mínimos de la Enseñanza Básica y Media y

Normas Objetivas para velar por su cumplimiento

Artículo 10.- La enseñanza básica tendrá como objetivos generales lograr que los educandos al egresar, sean capaces de :

- a) Comprender la realidad en su dimensión personal, social, natural y trascendente, y desarrollar sus potencialidades físicas, afectivas e intelectuales de acuerdo a su edad;
- b) Pensar en forma creativa, original, reflexiva, rigurosa y crítica, y tener espíritu de iniciativa individual, de acuerdo a sus posibilidades;
- c) Desempeñarse en su vida de manera responsable, mediante una adecuada formación espiritual, moral y cívica de acuerdo a los valores propios de nuestra cultura;
- d) Participar en la vida de la comunidad conciente de sus deberes y derechos, y prepararse para ser ciudadanos, y
- e) Proseguir estudios de nivel medio, de acuerdo con sus aptitudes y expectativas.

Artículo 11.- Para lograr los objetivos generales señalados en el artículo anterior, los alumnos de la enseñanza básica deberán alcanzar los siguientes requisitos mínimos de egreso:

- a) Saber leer y escribir; expresarse correctamente en el idioma castellano en forma oral y escrita, y ser capaz de apreciar otros modos de comunicación;
- b) Dominar las operaciones aritméticas fundamentales y conocer los principios de las matemáticas básicas y sus nociones complementarias esenciales;
- c) Desarrollar su sentido patrio y conocer la historia y geografía de Chile con la profundidad que corresponde a este nivel;
- d) Conocer y practicar sus deberes y derechos respecto de la comunidad, en forma concreta y aplicada a la realidad que el educando y su familia viven;
- e) Conocer las nociones elementales de las ciencias naturales y sociales; comprender y valorar la importancia del medio ambiente, y
- f) Tomar conciencia de la importancia de participar activamente en expresiones de la cultura relacionadas con el arte, la ciencia y la tecnología, y de obtener un desarrollo físico armónico.

Artículo 12.- La enseñanza media tendrá como objetivos generales lograr que los educandos al egresar, sean capaces de :

- a) Desarrollar sus capacidades intelectuales, afectivas y físicas basadas en valores espirituales, éticos y cívicos que le permitan dar una dirección responsable a su vida, tanto en el orden espiritual como material y que le faculten para participar permanentemente en su propia educación;
- b) Desarrollar su capacidad de pensar libre y reflexivamente y juzgar, decidir y emprender actividades por sí mismo;
- c) Comprender el mundo en que vive y lograr su integración en él;
- d) Conocer y apreciar nuestro legado histórico cultural y conocer la realidad nacional e internacional, y
- e) Proseguir estudios o desarrollar actividades de acuerdo con sus aptitudes y expectativas.

Artículo 13.- Para lograr los objetivos generales señalados en el artículo anterior, los alumnos de enseñanza media deberán alcanzar los siguientes requisitos mínimos de egreso:

- a) Adquirir y valorar el conocimiento de la filosofía, de las ciencias, de las letras, de las artes y de la tecnología, con la profundidad que corresponda a este nivel, desarrollando aptitudes para actuar constructivamente en el desarrollo del bienestar del hombre;
- b) Adquirir las habilidades necesarias para usar adecuadamente el lenguaje oral y escrito y apreciar la comunicación en las expresiones del lenguaje;
- c) Adquirir los conocimientos que le permitan apreciar las proyecciones de la ciencia y tecnología moderna;
- d) Conocer y apreciar el medio natural como un ambiente dinámico y esencial para el desarrollo de la vida humana;

---

e) Conocer y comprender el desarrollo histórico y los valores y tradiciones nacionales que le permitan participar activamente en los proyectos de desarrollo del país;

f) Desarrollar la creatividad y la habilidad para apreciar los valores expresivos de la comunicación estética en las diversas manifestaciones culturales;

g) Lograr un desarrollo físico armónico para desempeñarse adecuadamente en la vida, y

h) Adquirir la motivación y preparación necesaria que le faciliten su desarrollo personal.

Artículo 14.- El nivel de enseñanza básica regular tendrá una duración de ocho años y el nivel de enseñanza media regular tendrá una duración mínima de cuatro años.

Tratándose de la enseñanza de adultos y de la especial o diferencial, el Presidente de la República por decreto supremo expedido a través del Ministerio de Educación Pública, podrá autorizar modalidades de estudio de menor o mayor duración.

Artículo 15.- La edad mínima para el ingreso a la enseñanza básica regular será de seis años y la edad máxima para el ingreso a la enseñanza media regular será de dieciocho años. Con todo, tales límites de edad podrán ser distintos tratándose de enseñanza de adultos y de la especial o diferencial, las que se especificarán por decreto supremo expedido a través del Ministerio de Educación Pública.

Artículo 16.- Para ingresar a la enseñanza media se requiere haber aprobado la enseñanza básica o tener estudios equivalentes.

Por decreto supremo expedido a través del Ministerio de Educación Pública se reglamentará la forma como se validarán los estudios realizados al margen del sistema formal y convalidarán los estudios equivalentes a la enseñanza básica o media realizados en el extranjero y el otorgamiento de las certificaciones correspondientes.

Artículo 17.- Por decreto supremo expedido a través del Ministerio de Educación Pública deberá reglamentarse la duración mínima del año escolar y las normas en virtud de las cuales los organismos regionales respectivos determinarán, de acuerdo a las condiciones de cada región, las fechas o períodos de suspensión y de interrupción de las actividades escolares.

Artículo 18.- Corresponderá al Presidente de la República, por decreto supremo, dictado a través del Ministerio de Educación Pública, previo informe favorable del Consejo Superior de Educación a que se refiere el artículo 32, establecer los objetivos fundamentales para cada uno de los años de estudio de las enseñanzas básica y media, como asimismo de los contenidos mínimos obligatorios que facilitarán el logro de los objetivos formulados, los que deberán publicarse íntegramente en el Diario Oficial.

Los establecimientos educacionales tendrán libertad para fijar planes y programas de estudios que consideren adecuados para el cumplimiento de los referidos objetivos y contenidos mínimos obligatorios por año y los complementarios que cada uno de ellos fije.

Los establecimientos educacionales harán entrega a la autoridad regional de educación correspondiente, de los planes y programas que libremente elaboren, debiendo dicha autoridad certificar la fecha de entrega.

Los planes y programas se entenderán aceptados por el Ministerio de Educación Pública transcurridos noventa días, contados desde la fecha de su entrega, fecha a partir de la cual se incorporarán al registro de planes y programas que el Ministerio llevará al efecto.

No obstante, dicho Ministerio podrá objetar los respectivos planes y programas que se presenten para su aprobación, dentro del mismo plazo a que se refiere el inciso anterior, si éstos no se ajustan a los objetivos fundamentales y contenidos mínimos que se establezcan de acuerdo a esta ley. Esta objeción deberá notificarse por escrito en ese plazo mediante carta certificada dirigida al domicilio del respectivo establecimiento.

En todo caso, procederá el reclamo de los afectados por la decisión del Ministerio de Educación Pública, en única instancia, ante el Consejo Superior de Educación, en el plazo de quince días, contado desde la fecha de la notificación del rechazo, disponiendo dicho Consejo de igual plazo para pronunciarse sobre el reclamo.

El Ministerio de Educación Pública deberá elaborar planes y programas de estudios para los niveles de enseñanza básica y media, los cuales deberán ser aprobados previamente por el Consejo Superior de Educación. Dichos planes y programas serán obligatorios para los establecimientos que carezcan de ellos.

Artículo 19.- Corresponderá al Ministerio de Educación Pública diseñar los instrumentos que permitan el establecimiento de un sistema para la evaluación periódica, tanto en la enseñanza básica como de la media, del cumplimiento de los objetivos fundamentales y de los contenidos mínimos de esos niveles.

Previo aprobación del Consejo Superior de Educación dicho Ministerio procederá a establecer la aplicación periódica del sistema de evaluación a que se refiere el inciso anterior, debiendo en todo caso, efectuar pruebas de evaluación, a lo menos, al término de la educación básica y de la educación media. El Ministerio de Educación Pública deberá elaborar estadísticas de sus resultados, por región y por establecimientos educacionales, los que

---

deberán publicarse en alguno de los diarios de circulación nacional o regional y además fijarse en lugares visibles en cada establecimiento evaluado. En caso alguno la publicación incluirá la individualización de los alumnos.

Artículo 20.- La enseñanza media que se imparta en los establecimientos de educación de las Instituciones de la Defensa Nacional deberá cumplir con los objetivos generales y requisitos mínimos de egreso señalados en esta ley y con los específicos que determine la reglamentación institucional respectiva.

El Estado, por intermedio del Ministerio de Defensa Nacional, velará por el cumplimiento de los requisitos mínimos de egreso de la enseñanza media en dichos establecimientos.

TITULO II

Reconocimiento Oficial del Estado a Establecimientos que impartan Enseñanza de los Niveles Básico y Medio

Artículo 21.- El Ministerio de Educación Pública reconocerá oficialmente a los establecimientos educacionales que impartan enseñanza en los niveles básico y medio, cuando así lo soliciten y cumplan con los siguientes requisitos:

a) Tener un sostenedor, que podrá ser una persona natural o jurídica, que será responsable del funcionamiento del establecimiento educacional. Dicho sostenedor o representante legal, en su caso, deberá a lo menos, contar con licencia de educación media;

b) Ceñirse a planes y programas de estudio, sean propios del establecimiento o los generales elaborados por el Ministerio de Educación Pública, de acuerdo a lo señalado en el artículo 18 de esta ley;

c) Poseer el personal docente idóneo que sea necesario y el personal administrativo y auxiliar suficiente que les permita cumplir con las funciones que les corresponden, atendido el nivel y modalidad de la enseñanza que impartan y la cantidad de alumnos que atiendan.

Se entenderá por docente idóneo al que cuente con el título de profesor del respectivo nivel y especialidad cuando corresponda, o esté habilitado para ejercer la función docente según las normas legales vigentes;

d) Funcionar en un local que cumpla con las normas de general aplicación previamente establecidas, y e) Disponer de mobiliario, elementos de enseñanza y material didáctico mínimo adecuado al nivel y modalidad de la educación que pretenda impartir, conforme a normas de general aplicación, establecidas por ley.

Artículo 22.- El establecimiento educacional que opte al reconocimiento oficial deberá presentar al Secretario Regional Ministerial de Educación correspondiente, una solicitud acompañada de los antecedentes que acrediten el cumplimiento de los requisitos a que se refiere el artículo anterior.

Si dicha solicitud no se resolviera dentro de los noventa días posteriores a su entrega, se tendrá por aprobada.

Si la solicitud fuere rechazada, se podrá reclamar ante el Ministro de Educación Pública en un plazo de quince días contado desde la notificación del rechazo, el que resolverá dentro de los quince días siguientes.

Artículo 23.- El reconocimiento oficial se hará por resolución del Secretario Regional Ministerial de Educación que corresponda, en la que se indicará, a lo menos, el nombre y dirección del establecimiento, la identificación del sostenedor o del representante legal, en su caso, y el nivel de enseñanza que imparta.

Obtenido el reconocimiento oficial, un establecimiento educacional sólo requerirá nueva autorización de acuerdo con el procedimiento descrito en el artículo anterior, para crear un nivel o una modalidad educativa diferente.

Artículo 24.- En caso de pérdida de alguno de los requisitos exigidos para ser reconocidos oficialmente o de incumplimiento de lo dispuesto en el artículo 18, y oído previamente el sostenedor o representante legal, el establecimiento educacional podrá ser sancionado con amonestación, multa o revocación del reconocimiento oficial, mediante resolución de la correspondiente Secretaría Regional Ministerial de Educación.

La Secretaría Regional Ministerial de Educación correspondiente será el organismo competente para sustanciar el procedimiento respectivo y aplicar las sanciones que procedan. Para ello, deberá ponderar las pruebas que se presenten en los descargos.

La multa no podrá ser inferior a un cinco por ciento ni exceder del cincuenta por ciento de una unidad de subvención educacional por alumno. De esta sanción podrá reclamarse ante el Subsecretario de Educación Pública en un plazo de cinco días hábiles, contado desde la notificación de la resolución que ordena su aplicación.

De la sanción de revocación del reconocimiento oficial podrá apelarse ante el Ministro de Educación Pública en un plazo de quince días hábiles, contado desde la fecha de notificación de la resolución que ordena su aplicación.

El Ministro de Educación Pública o el Subsecretario, en su caso, tendrán un plazo de quince días hábiles para resolver.

Artículo 25.- Los establecimientos reconocidos oficialmente certificarán las calificaciones anuales de cada alumno y, cuando proceda, el término de los estudios de enseñanza básica y media. No obstante, la licencia de educación media será otorgada por el Ministerio de Educación Pública.

Artículo 26.- La licencia de educación media permitirá optar a la continuación de estudios de nivel superior, previo cumplimiento de los requisitos establecidos por ley o por las instituciones de educación superior.

Artículo 27.- El Ministerio de Educación Pública otorgará el título de técnico de nivel medio a los alumnos de los establecimientos de enseñanza media técnico profesional, cuya licencia será equivalente a la licencia de enseñanza media.

Artículo 28.- No obstante lo dispuesto en los artículos precedentes, los establecimientos de educación de las Instituciones de la Defensa Nacional, que impartan enseñanza media, se registrarán en cuanto a su creación, funcionamiento y planes de estudio por sus respectivos reglamentos orgánicos y de funcionamiento y se relacionarán con el Estado a través del Ministerio de Defensa Nacional.

TITULO III

Reconocimiento Oficial del Estado a las Instituciones de Educación Superior.

Párrafo 1°

Normas Generales

Artículo 29.- El Estado reconocerá oficialmente a las siguientes instituciones de educación superior:

- a) Universidades;
- b) Institutos profesionales;
- c) Centros de formación técnica, y
- d) Academias de Guerra y Politécnicas; Escuelas de Armas y Especialidades de las Fuerzas Armadas, la Escuela Técnica Aeronáutica de la Dirección General de Aeronáutica Civil, e Instituto Superior de Ciencias Policiales de Carabineros de Chile.

Artículo 30.- Las universidades, los institutos profesionales y los centros de formación técnica estatales sólo podrán crearse por ley. Las universidades que no tengan tal carácter, deberán crearse conforme a los procedimientos establecidos en esta ley, y serán siempre corporaciones de derecho privado, sin fines de lucro para el efecto de tener reconocimiento oficial.

Los institutos profesionales y centros de formación técnica de carácter privado podrán ser creados por cualquier persona natural o jurídica en conformidad a esta ley, debiendo organizarse siempre como personas jurídicas de derecho privado para el efecto de tener reconocimiento oficial. Estas entidades no podrán tener otro objeto que la creación, organización y mantención de un instituto profesional o un centro de formación técnica, según el caso; todo ello sin perjuicio de la realización de otras actividades que contribuyan a la consecución de su objeto.

Los establecimientos de educación superior a que se refiere la letra d) del artículo precedente, se registrarán en cuanto a su creación, funcionamiento y planes de estudios, por sus respectivos reglamentos orgánicos y de funcionamiento y se relacionarán con el Estado a través del Ministerio de Defensa Nacional.

Artículo 31.- Los establecimientos de educación superior reconocidos oficialmente otorgarán título técnicos de nivel superior, títulos profesionales y grados académicos, según corresponda.

Los centros de formación técnica sólo podrán otorgar el título de técnico de nivel superior.

Los institutos profesionales sólo podrán otorgar título profesionales de aquéllos que no requieran licenciatura, y títulos técnicos de nivel superior en las áreas en que otorgan los anteriores.

Las universidades podrán otorgar títulos profesionales y toda clase de grados académicos en especial, de licenciado, magister y doctor.

Corresponderá exclusivamente a las universidades otorgar títulos profesionales respecto de los cuales la ley requiere haber obtenido previamente el grado de licenciado en las carreras que impartan.

No obstante, el otorgamiento del título profesional de abogado corresponde a la Corte Suprema de Justicia en conformidad a la ley.

Para los efectos de lo dispuesto en este artículo se entiende que:

El título de técnico de nivel superior es el que se otorga a un egresado de un centro de formación técnica o de un instituto profesional que ha aprobado un programa de estudios de una duración mínima de mil seiscientos clases, que le confiere la capacidad y conocimientos necesarios para desempeñarse en una especialidad de apoyo al nivel profesional.

El título profesional es el que se otorga a un egresado de un instituto profesional o de una universidad que ha aprobado un programa de estudios cuyo nivel y contenido le confieren una formación general y científica necesaria para un adecuado desempeño profesional.

El grado de licenciado es el que se otorga al alumno de una universidad que ha aprobado un programa de estudios que comprenda todos los aspectos esenciales de un área del conocimiento o de una disciplina determinada.

El grado de magister es el que se otorga al alumno de una universidad que ha aprobado un programa de estudios de profundización en una o más de las disciplinas de que se trate. Para optar al grado de magister se requiere tener grado de licenciado o un título profesional cuyo nivel y contenido de estudios sean equivalentes a los necesarios para obtener el grado de licenciado.

El grado de doctor es el máximo que puede otorgar una universidad. Se confiere al alumno que ha obtenido un grado de licenciado o magister en la respectiva disciplina y que haya aprobado un programa superior de estudios y de investigación, y acredita que quien lo posee tiene capacidad y conocimientos necesarios para efectuar investigaciones originales. En todo caso, además de la aprobación de cursos u otras actividades similares, un programa de doctorado deberá contemplar necesariamente la elaboración, defensa y aprobación de una tesis, consistente en una investigación original, desarrollada en forma autónoma y que signifique una contribución a la disciplina de que se trate.

Párrafo 2°

Del Consejo Superior de Educación y del Sistema de Acreditación

Artículo 32.- Créase el Consejo Superior de Educación, organismo autónomo con personalidad jurídica y patrimonio propio que se relacionará con el Presidente de la República a través del Ministerio de Educación Pública.

Se excluye a este organismo de la aplicación de las normas del Título II de la ley N° 18.575.

Dicho Consejo tendrá los siguientes integrantes;

a) El Ministro de Educación Pública o el representante que éste designe. Presidirá el Consejo el Ministro de Educación Pública, en el caso que asista a las sesiones.

b) Un académico universitario designado por los rectores de las universidades estatales chilenas, en reunión convocada por el rector de la universidad más antigua;

c) Un académico, designado por las universidades privadas que gocen de autonomía académica, en reunión convocada por el rector de la universidad privada más antigua;

d) Un académico designado por los rectores de los institutos profesionales chilenos que gocen de autonomía académica, en reunión convocada por el rector del instituto más antiguo;

e) Dos representantes de las Academias del Instituto de Chile, elegidos por dicho organismo de entre sus miembros;

f) Un académico designado por la Excma. Corte Suprema de Justicia;

g) Un académico designado conjuntamente por el Consejo Superior de Ciencias y el Consejo Superior de Desarrollo Tecnológico. La designación de este representante se hará en forma alternada, en el orden indicado;

h) Un académico designado por los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas y el General Director de Carabineros de Chile;

i) El Secretario Ejecutivo, que tendrá sólo derecho a voz.

Los académicos deberán tener la jerarquía de profesores titulares o su equivalente.

El Consejo designará de entre los consejeros señalados en las letras b), c), d), e), f), g) y h) que sean académicos universitarios, un Vicepresidente que presidirá el Consejo en caso de ausencia del Ministro de Educación Pública. Permanecerá en esa calidad por un período de dos años o por el tiempo que le reste como consejero y no podrá ser reelegido.

Los miembros del Consejo durarán cuatro años en sus cargos, y podrán ser designados nuevamente por una sola vez.

Para sesionar el Consejo requerirá de la mayoría absoluta de sus miembros y sus acuerdos se adoptarán por mayoría absoluta de sus miembros presentes.

Los consejeros tendrán derecho a gozar de una dieta por sesión que asistan, que podrá ascender hasta 2 U.T.M., con un máximo de 25 U.T.M. por mes. Esta asignación será compatible con toda otra remuneración de carácter público.

Artículo 33.- El Secretario Ejecutivo será su ministro de fe y deberá cumplir los acuerdos del Consejo pudiendo, para estos efectos, celebrar los actos y contratos que sean necesarios.

Artículo 34.- El Consejo tendrá una Secretaría Técnica que realizará las tareas que este organismo le encomiende para el cumplimiento de sus atribuciones.

El Secretario Ejecutivo del Consejo dirigirá la Secretaría Técnica.

Artículo 35.- La Secretaría Técnica tendrá una planta de personal compuesta por un Secretario Ejecutivo, cuatro profesionales, dos administrativos y un auxiliar.

El personal se registrará por el derecho laboral común y sus remuneraciones serán equivalentes, respectivamente, a los grados de la Escala Unica de Sueldos de la Administración Pública que se indican: a las del Grado 3° Directivo Profesional, la del Secretario Ejecutivo; al Grado 4° Profesional, la de dos profesionales; al Grado 5° Profesional los otros dos profesionales; al Grado 14° no Profesional, los dos administrativos y al Grado 19° no Profesional, el auxiliar.

Corresponderá al Secretario Ejecutivo proveer el resto de los cargos de la planta del personal. El Secretario Ejecutivo estará facultado asimismo, para designar personal adicional a contrata asimilado a un grado de la planta o a honorarios, cuando las funciones del Consejo lo requieran.

Artículo 36.- El patrimonio del Consejo estará formado por:

- a) Los fondos que la Ley de Presupuestos u otras leyes especiales le otorguen;
- b) Los aranceles que perciba de acuerdo a esta ley;
- c) Los bienes que el Consejo adquiera a cualquier título y las rentas provenientes de éstos;
- d) Los ingresos que perciba por prestación de servicios, y
- e) Las donaciones o cualquier tipo de ingresos que reciba de personas naturales o jurídicas. Estas donaciones o ingresos, estarán exentos de toda contribución o impuesto de cualquier naturaleza y las donaciones quedarán exentas del trámite de insinuación.

Artículo 37.- Corresponderán al Consejo Superior de de Educación las siguientes atribuciones:

- a) Pronunciarse sobre los proyectos institucionales que presenten las distintas universidades e institutos profesionales para los efectos de su reconocimiento oficial;
- b) Verificar progresivamente el desarrollo de los proyectos institucionales de conformidad a las normas de acreditación establecidas en esta ley;
- c) Establecer sistema de examinación selectiva para las instituciones de educación sometidas a procesos de acreditación, salvo que el Consejo declare exentas determinadas carreras. Dicha exención no procederá respecto de aquellas carreras cuyos títulos profesionales requieren haber obtenido previamente a su otorgamiento el grado de licenciado.

Esta examinación tendrá por objeto evaluar el cumplimiento de los planes y programas de estudio y el rendimiento de los alumnos;

d) Recomendar al Ministro de Educación Pública la aplicación de sanciones a las entidades en proceso de acreditación;

e) Informar el Ministro de Educación Pública respecto de las materias establecidas en los artículos 18 y 19 de esta ley, en el plazo máximo de sesenta días contados desde la recepción de la solicitud por parte del Ministerio. Si el Consejo no se pronunciare dentro de dicho plazo, se entenderá cumplido el trámite respectivo;

f) Servir como órgano consultivo del Ministerio de Educación Pública en las materias relacionadas con la presente ley.

g) Designar al Secretario Ejecutivo, el que permanecerá en el cargo mientras cuente con la confianza del Consejo;

h) Designar comisiones ad-hoc en todos aquellos casos en que sea necesaria la asesoría de expertos en materias especiales o sobre aquellas en que por su trascendencia se encuentre involucrada la fe pública;

i) Recomendar la ejecución de acciones o servicios a personas o instituciones públicas o privadas, para el debido cumplimiento de sus funciones;

j) Dar cumplimiento a lo dispuesto en el inciso segundo del artículo 39;

k) Desarrollar toda otra actividad que diga relación con sus objetivos, y

l) Establecer su reglamento interno de funcionamiento.

Artículo 38.- Anualmente, se fijarán por acuerdo del Consejo Superior de Educación los montos de los aranceles que cobrará el Consejo por la acreditación, los que tendrán los siguientes valores mínimos y máximos:

	Mínimo	Máximo
- Análisis del proyecto de desarrollo institucional por el proyecto global; y, adicionalmente, por cada carrera.	30 U.T.M.	80 U.T.M.
- Verificación del avance del proyecto valor anual; y, adicionalmente, por alumno	15 U.T.M.	30 U.T.M.
	50 U.T.M.	100 U.T.M.
	5% U.T.M.	10% U.T.M.

---

y, por la examinación
de cada alumno

5% U.T.M. 10% U.T.M.

Los aranceles fijados en este artículo podrán pagarse hasta en diez mensualidades.
Dichos aranceles constituirán ingresos propios del Consejo Superior de Educación.

Artículo 39.- La acreditación comprende la aprobación del proyecto institucional y el proceso que permite evaluar el avance y concreción del proyecto educativo de la nueva entidad, a través de variables significativas de su desarrollo, tales como docentes, didácticas, técnico-pedagógicas, programas de estudios, físicos y de infraestructura, así como los recursos económicos y financieros necesarios para otorgar los grados académicos y los títulos profesionales de que se trate.

La acreditación se realizará por el Consejo Superior de Educación.

Las universidades e institutos profesionales que hayan obtenido su total autonomía podrán voluntariamente entregar al Consejo los antecedentes necesarios para los efectos de proporcionar una adecuada información a los usuarios del sistema.

Artículo 40.- Las nuevas entidades de enseñanza superior deberán presentar al Consejo Superior de Educación un proyecto de desarrollo institucional, conforme a lo señalado en el inciso primero del artículo anterior.

Este Consejo deberá pronunciarse sobre dicho proyecto en un plazo máximo de noventa días contado desde su recepción, aprobándolo o formulándole observaciones. Si no se pronunciare dentro de dicho plazo, se considerará aprobado el proyecto.

Si formulare observaciones, las entidades de enseñanza superior tendrán un plazo de sesenta días, contado desde la notificación de éstas, para conformar su proyecto a dichas observaciones. Si así no lo hicieren, el proyecto se tendrá por no presentado.

El Consejo Superior de Educación tendrá un plazo de sesenta días contado desde la fecha de la respuesta a las observaciones, para pronunciarse sobre ellas. Si no lo hiciere, se aplicará lo señalado en el inciso segundo de este artículo.

El Consejo Superior de Educación deberá certificar la aprobación o rechazo del proyecto, enviando copia al Ministerio de Educación Pública.

Artículo 41.- El Consejo Superior de Educación verificará el desarrollo del proyecto institucional aprobado. Dicho Consejo comprobará el cumplimiento del proyecto durante un período de seis años.

Para estos efectos, el Consejo, anualmente, deberá emitir un informe del estado de avance del proyecto, haciendo las observaciones fundadas que le merezca su desarrollo y fijando plazos para subsanarlas. Sin perjuicio de lo anterior, hará evaluaciones parciales y requerirá las informaciones pertinentes.

Además, el Consejo deberá someter a exámenes selectivos determinadas asignaturas o cursos de las carreras impartidas por los establecimientos sometidos a acreditación.

Se entenderá que la examinación es favorable cuando más del cincuenta por ciento de los alumnos examinados aprueban las correspondientes asignaturas.

En el caso que las observaciones no se subsanen oportunamente, el Consejo someterá, por el período que determine, la examinación total de la carrera o dispondrá la suspensión de ingreso de nuevos alumnos a todas o a algunas de sus carreras. Si las situaciones representadas se reiteran, podrá solicitar al Ministerio de Educación Pública la cancelación de la personalidad jurídica y la revocación del reconocimiento oficial.

Artículo 42.- Las universidades e institutos profesionales que, al cabo de seis años de acreditación hubieren desarrollado su proyecto satisfactoriamente a juicio del Consejo, alcanzarán su plena autonomía y podrán otorgar toda clase de títulos y grados académicos en forma independiente, lo que deberá certificarse por el Consejo.

En caso contrario, podrá ampliar el período de acreditación hasta por cinco años, pudiendo disponer la suspensión del ingreso de nuevos alumnos. Si transcurrido el nuevo plazo, la entidad de enseñanza superior no diere cumplimiento a los requerimientos del Consejo, éste deberá solicitar al Ministerio de Educación Pública la revocación del reconocimiento oficial y cancelación de la personalidad jurídica.

Artículo 43.- Durante el período de acreditación las universidades e institutos profesionales deberán seguir el mismo procedimiento inicial respecto de otros grados de licenciado o de títulos profesionales que deseen otorgar.

Párrafo 3°

Del reconocimiento oficial de las universidades

Artículo 44.- Las universidades que no sean creadas por ley, deberán constituirse por escritura pública o por instrumento privado reducido a escritura pública, la que debe contener el acta de constitución de la entidad y los estatutos por los cuales han de regirse.

Artículo 45.- Los estatutos de las universidades deberán contemplar en todo caso, lo siguiente:

- a) Individualización de sus organizadores;
- b) Indicación precisa del nombre y domicilio de la entidad;
- c) Fines que se propone;
- d) Medios económicos y financieros de que dispone para su realización. Esto último deberá acreditarse ante el Consejo Superior de Educación;
- e) Disposiciones que establezcan la estructura de la entidad, quiénes la integrarán, sus atribuciones y duración de los respectivos cargos. La forma de gobierno de la nueva entidad deberá excluir la participación con derecho a voto de los alumnos y de los funcionarios administrativos, tanto en los órganos encargados de la gestión y dirección de ella, como en la elección de las autoridades unipersonales o colegiadas;
- f) Los títulos profesionales y grados académicos de licenciado que otorgará inicialmente, y
- g) Disposiciones relativas a modificación de estatutos y a su disolución.

Artículo 46.- Las universidades gozarán de personalidad jurídica por el solo hecho de depositar en el Ministerio de Educación Pública una copia debidamente autorizada, del instrumento constitutivo a que se refiere el artículo 44, el cual deberá inscribirse con su número respectivo en un registro que dicha Secretaría de Estado llevará al efecto, acompañado de copia del proyecto correspondiente.

En dicho registro se anotará también la disolución y la cancelación de la personalidad jurídica de la universidad cuando procediere.

En archivo separado se mantendrá copia de los estatutos y sus modificaciones.

El registro a que se refiere este artículo se entenderá practicado desde el momento del depósito del instrumento constitutivo para cuyo efecto el Ministerio debe autorizar una copia en la cual se acreditará fecha del depósito y la inserción en la misma del respectivo número del registro.

Artículo 47.- El Ministerio de Educación Pública no podrá negar el registro de una universidad. Sin embargo dentro del plazo de noventa días contado desde la fecha del depósito, el Ministerio podrá objetar la constitución de la universidad si no se da cumplimiento a algún requisito exigido para su constitución o si los estatutos no se ajustaren a lo prescrito en la ley.

La universidad deberá subsanar los defectos de constitución o conformar sus estatutos a las observaciones formuladas por el Ministerio de Educación Pública dentro del plazo de sesenta días, contado desde la fecha en que le fueron notificadas las objeciones.

Vencido este plazo sin que la universidad haya procedido a subsanar satisfactoriamente los reparos, el Ministerio mediante resolución fundada, cancelará la personalidad jurídica a la universidad, ordenando sea eliminada del registro respectivo.

Artículo 48.- Procederá asimismo, la cancelación de la personalidad jurídica y la eliminación del registro correspondiente, si transcurrido el plazo de un año contado desde la fecha de obtención de la personalidad jurídica, la nueva universidad no ha dado cumplimiento, por hechos que le sean imputables, a los requisitos exigidos por esta ley para obtener su reconocimiento oficial.

Artículo 49.- Las modificaciones de los estatutos, aprobadas con el quórum y requisitos que éstos establezcan y reducidas a escritura pública, deberán registrarse en el Ministerio de Educación Pública dentro del plazo de treinta días contado desde la fecha de la escritura pública de modificación respectiva, aplicándose, además, en lo que sea pertinente, lo dispuesto en los artículos 44 y 47, de la presente ley orgánica.

Artículo 50.- Las nuevas universidades se entenderán reconocidas oficialmente una vez cumplidos los siguientes requisitos:

- a) Estar constituidas como persona jurídica de acuerdo con lo dispuesto en los artículos anteriores, lo que deberá certificarse por el Ministerio de Educación Pública;
- b) Contar con los recursos docentes, didácticos, económicos, financieros y físicos necesarios para ofrecer el o los grados académicos y el o los títulos profesionales que pretende otorgar, certificado por el Consejo Superior de Educación, y
- c) Contar con el certificado del Consejo Superior de Educación en que conste que dicho organismo ha aprobado el respectivo proyecto institucional y sus programas correspondientes y que llevará a efecto la verificación progresiva de su desarrollo institucional.

Artículo 51.- Una vez certificado el cumplimiento de los requisitos establecidos para la obtención del reconocimiento oficial, el Ministerio de Educación Pública dentro del plazo de treinta días contado desde la fecha de recepción de los antecedentes requeridos, deberá dictar el decreto de reconocimiento oficial.

Las universidades sólo podrán iniciar sus actividades docentes una vez obtenido el reconocimiento oficial.

Artículo 52.- Las nuevas universidades deberán iniciar sus actividades docentes ofreciendo a lo menos uno de los títulos que, en conformidad a esta ley, requieren haber obtenido previamente a su otorgamiento, el grado académico de licenciado en una disciplina determinada. Podrán además, por cada uno de los títulos referidos, ofrecer otras carreras, siempre que estén en el área del conocimiento de los anteriores y cuyo nivel, a lo menos, sea equivalente a un grado de licenciado.

En el caso que el título ofrecido, sea el de profesor, deberán las nuevas universidades otorgar a lo menos uno de educación básica y otro de educación media.

Los títulos profesionales que requieren haber obtenido el grado de licenciado a que se refiere el inciso primero son los siguientes:

- a) Título de Abogado: Licenciado en Ciencias Jurídicas;
- b) Título de Arquitecto: Licenciado en Arquitectura;
- c) Título de Bioquímico: Licenciado en Bioquímica;
- d) Título de Cirujano Dentista: Licenciado en Odontología;
- e) Título de Ingeniero Agrónomo: Licenciado en Agronomía;
- f) Título de Ingeniero Civil: Licenciado en Ciencias de la Ingeniería;
- g) Título de Ingeniero Comercial: Licenciado en Ciencias Económicas o Licenciado en Ciencias en La Administración de empresas;
- h) Título de Ingeniero Forestal: Licenciado en Ingeniería Forestal;
- i) Título de Médico Cirujano: Licenciado en Medicina;
- j) Título de Médico Veterinario: Licenciado en Medicina Veterinaria;
- k) Título de Psicólogo: Licenciado en Psicología;
- l) Título de Químico Farmacéutico: Licenciado en Farmacia;
- m) Título de Profesor de Educación Básica: Licenciado en Educación;
- n) Título de Profesor de Educación Media en las asignaturas científico-humanísticas: Licenciado en Educación, y
- ñ) Título de Profesor de Educación Diferencial: Licenciado en Educación.

Artículo 53.- Por decreto supremo fundado del Ministerio de Educación Pública, previo informe del Consejo Superior de Educación, y escuchada la entidad afectada, se cancelará la personalidad jurídica y revocará el reconocimiento oficial a una universidad, en los siguientes casos:

- a) Si ella no cumple con sus objetivos estatutarios;
- b) Si realizare actividades contrarias a la moral, al orden público, a las buenas costumbres y a la seguridad nacional;
- c) Si incurriere en infracciones graves a sus estatutos,
- d) Si dejare de otorgar títulos profesionales de aquéllos que requieren haber obtenido previamente el grado de licenciado.

En la fundamentación del decreto respectivo deberá dejarse constancia de la causal que originó la cancelación de la personalidad jurídica y la revocación del reconocimiento oficial.

Artículo 54.- La sanción de cancelación de la personalidad jurídica implica la revocación del reconocimiento oficial.

Artículo 55.- La universidad se disolverá en la forma establecida en sus estatutos, sin perjuicio de la decisión de la autoridad competente que ordene la cancelación de su personalidad jurídica.

Párrafo 4°

Del reconocimiento oficial de los institutos profesionales

Artículo 56.- Los institutos profesionales que no sean creados por ley deberán organizarse como personas jurídicas de derecho privado, de acuerdo a lo dispuesto en el artículo 30, inciso segundo de esta ley.

Los instrumentos constitutivos de las personas jurídicas organizadoras de institutos profesionales deberán contemplar en todo caso lo siguiente:

- a) Individualización de sus organizadores;
- b) Indicación precisa del nombre y domicilio de la entidad;
- c) Fines que se propone;

---

d) Medios económicos y financieros de que dispone para la realización de sus objetivos. Esto último deberá acreditarse ante el Consejo Superior de Educación;

e) Disposiciones que establezcan la estructura de la entidad, quiénes la integran, sus atribuciones y duración de los respectivos cargos. La forma de gobierno de la nueva entidad deberá excluir la participación con derecho a voto de los alumnos y de los funcionarios administrativos tanto en los órganos encargados de la gestión o dirección de ella, como en la elección de las autoridades unipersonales o colegiadas, y

f) Disposiciones relativas a la disolución de la entidad y a la modificación de la escritura social.

Artículo 57.- Los institutos profesionales para solicitar el reconocimiento oficial deberán entregar al Ministerio de Educación Pública una copia debidamente autorizada del instrumento constitutivo de la persona jurídica organizadora. El Ministerio inscribirá al instituto en un registro que llevará al efecto.

En dicho registro se anotará también las modificaciones al instrumento constitutivo, la disolución y la revocación del reconocimiento oficial del instituto profesional, cuando procediere.

En archivo separado se mantendrá copia de los instrumentos constitutivos y de sus estatutos.

El registro a que se refiere este artículo se entenderá practicado desde el momento de la entrega del instrumento constitutivo, para cuyo efecto el Ministerio debe autorizar una copia en la cual se acredita dicha fecha con el número del registro respectivo.

Artículo 58.- El Ministerio no podrá negar el registro de un instituto profesional. Sin embargo, dentro del plazo de noventa días, contado desde la fecha del registro, el Ministerio podrá objetar el instrumento constitutivo si no se ajustare a lo prescrito por la ley.

El instituto deberá conformar su instrumento constitutivo a las observaciones formuladas por el Ministerio de Educación Pública dentro del plazo de sesenta días contado desde la fecha en que le fueron notificadas las objeciones.

Vencido este plazo sin que el instituto haya procedido a subsanar satisfactoriamente los reparos, el Ministerio mediante resolución fundada, ordenará su eliminación del registro respectivo.

Artículo 59.- Procederá asimismo, la eliminación del registro, si transcurrido el plazo de un año desde la fecha de la inscripción, el nuevo instituto no ha dado cumplimiento, por hechos que le sean imputables, a los requisitos exigidos por esta ley para obtener el reconocimiento oficial.

Artículo 60.- Las modificaciones del instrumento constitutivo deberán entregarse al Ministerio de Educación Pública para su registro dentro del plazo de treinta días contado desde la fecha de la escritura pública de modificación respectiva, aplicándose en los demás lo que sea pertinente de los artículos 57 y 58 de la presente ley orgánica.

Artículo 61.- Los institutos profesionales se entenderán reconocidos oficialmente una vez que hubieren cumplido los siguientes requisitos;

a) Estar inscritos en el Registro de Institutos Profesionales según lo establece el artículo 57;

b) Contar con los recursos docentes, didácticos, económicos, financieros y físicos necesarios para cumplir sus funciones, debidamente certificado por el Consejo Superior de Educación, y

c) Contar con el certificado del Consejo Superior de Educación en que conste que dicho organismo ha aprobado el respectivo proyecto institucional y los correspondientes programas y que llevará a efecto la verificación progresiva de su desarrollo institucional.

Artículo 62.- El Ministerio de Educación Pública deberá, en un plazo de treinta días contado desde la recepción de los antecedentes requeridos, dictar el decreto de reconocimiento oficial o de rechazo. Si no lo hiciere, se entenderá que el instituto se encuentra reconocido oficialmente.

Los institutos profesionales sólo podrán iniciar sus actividades docentes una vez obtenido su reconocimiento oficial.

Artículo 63.- Por decreto supremo fundado del Ministerio de Educación Pública previo informe del Consejo Superior de Educación y escuchada la entidad afectada, se podrá revocar el reconocimiento oficial en los siguientes casos:

a) Si la institución no cumple sus fines;

b) Si realizare actividades contrarias a la moral, al orden público, a las buenas costumbres y a la seguridad nacional;

c) Si incurriere en infracciones graves a lo establecido en su escritura social o en su reglamento académico, y

d) Si dejare de otorgar títulos profesionales.

En la fundamentación del decreto respectivo deberá dejarse constancia de la causal que originó la revocación del reconocimiento oficial.

Los institutos profesionales se disolverán en la forma establecida en sus estatutos, sin perjuicio de lo establecido precedentemente.

Párrafo 5°

Del reconocimiento oficial de los Centros de Formación Técnica

Artículo 64.- Los centros de formación técnica que no sean creados por ley deberán organizarse como personas jurídicas de derecho privado, de acuerdo a lo dispuesto en el artículo 30 inciso segundo de esta ley.

Los instrumentos constitutivos de las personas jurídicas organizadoras de centros de formación técnica deberán contemplar en todo caso lo siguiente:

- a) Individualización de sus organizadores;
- b) Indicación precisa del nombre y domicilio de la entidad;
- c) Fines que se propone;
- d) Medios económicos y financieros de que dispone para la realización de sus objetivos. Esto último deberá acreditarse ante el Ministerio de Educación Pública;
- e) Disposiciones que establezcan la estructura de la entidad, quiénes la integran, sus atribuciones y duración de los respectivos cargos. La forma de gobierno de la nueva entidad deberá excluir la participación con derecho a voto de los alumnos y de los funcionarios administrativos tanto en los órganos encargados de la gestión o dirección de ella, como en la elección de las autoridades unipersonales o colegiadas, y
- f) Disposiciones relativas a la disolución de la entidad y a la modificación de la escritura social.

Artículo 65.- Los centros de formación técnica para poder solicitar el reconocimiento oficial deberán entregar al Ministerio de Educación Pública una copia del instrumento constitutivo debidamente autorizado y un proyecto de desarrollo institucional que incluya: los recursos docentes técnico-pedagógicos, didácticos, económicos, financieros y físicos necesarios para entregar los títulos de técnicos de nivel superior de que se trate.

El Ministerio de Educación Pública con el solo mérito de los antecedentes mencionados inscribirá al centro de formación técnica en un registro que llevará al efecto.

En dicho registro se anotarán también las modificaciones, la disolución y la revocación del reconocimiento oficial del centro de formación técnica, cuando correspondiere.

En archivo separado se mantendrá copia del instrumento constitutivo y de sus modificaciones y del proyecto institucional y sus reformas.

El registro a que se refiere este artículo, se entenderá practicado desde el momento de la entrega del instrumento constitutivo, para cuyo efecto, el Ministerio deberá autorizar una copia en la cual se acredita la fecha con el número del registro respectivo.

Artículo 66.- El Ministerio no podrá negar el registro de un centro de formación técnica. Sin embargo, dentro del plazo de noventa días contado desde la fecha del registro, el Ministerio podrá objetar el instrumento constitutivo si éste no se ajustare a lo prescrito por la ley, y como asimismo formular observaciones al proyecto institucional.

El centro de formación técnica deberá conformar su instrumento constitutivo y su proyecto institucional a las observaciones formuladas por el Ministerio dentro del plazo de noventa días, contado desde la fecha en que le fueron notificadas las objeciones.

Vencido este plazo sin que el centro haya procedido a subsanar satisfactoriamente los reparos, el Ministerio mediante resolución fundada, ordenará su eliminación del registro respectivo.

Artículo 67.- Una vez cumplidos todos los requisitos anteriores ante el Ministerio de Educación Pública, dentro del plazo de treinta días contado desde la fecha de recepción de los antecedentes requeridos, deberá dictar el decreto de reconocimiento oficial.

Transcurrido este plazo sin que se dictare el decreto correspondiente, se entenderá que el centro se encuentra reconocido oficialmente.

Artículo 68.- El centro de formación técnica sólo podrá iniciar sus actividades docentes una vez obtenido el reconocimiento oficial.

Artículo 69.- El Ministerio de Educación Pública verificará el desarrollo del proyecto institucional del centro de formación técnica, por un período de seis años.

Los centros de formación técnica que al cabo de seis años de acreditación ante el Ministerio hubieren desarrollado su proyecto satisfactoriamente, alcanzarán su plena autonomía y podrán otorgar toda clase de títulos de técnicos de nivel superior, en forma independiente.

En caso contrario el Ministerio podrá ampliar el período de acreditación hasta por cinco años, pudiendo disponer la suspensión de ingreso de alumnos a algunas o todas de sus carreras. Si transcurrido el nuevo plazo el centro no diere cumplimiento a un requerimiento del Ministerio, éste podrá revocar el reconocimiento oficial.

Durante el período de acreditación a que se refieren los incisos anteriores, la apertura de sedes, la creación de otras carreras, o las modificaciones a su instrumento constitutivo, a sus reglamentos general y académico, a sus carreras y programas y sus correspondientes títulos, seguirán el mismo procedimiento establecido para su iniciación de actividades.

Artículo 70.- Por decreto supremo fundado del Ministerio de Educación Pública, escuchada la entidad afectada, se podrá revocar el reconocimiento oficial en los siguientes casos:

- a) Si la institución no cumple sus fines;
- b) Si el Ministerio de Educación Pública así lo dispone de acuerdo al artículo anterior;
- c) Si realizare actividades contrarias a la moral, al orden público, a las buenas costumbres y a la seguridad nacional;
- d) Si incurriere en fracciones graves a lo establecido en su escritura social o en su reglamento académico, y
- e) Si dejare de otorgar títulos de técnico de nivel superior.

En la fundamentación del decreto respectivo deberá dejarse constancia de la causal que originó la revocación del reconocimiento oficial.

Los centros de formación técnica se disolverán en la forma establecida en sus estatutos, sin perjuicio de lo establecido precedentemente.

Párrafo 6°

Del reconocimiento oficial de los títulos y grados que otorgan los Establecimientos de Educación Superior de las Fuerzas Armadas y de Carabineros

Artículo 71.- Los establecimientos de educación superior de las Fuerzas Armadas, de la Dirección General de Aeronáutica Civil y de Carabineros desarrollan actividades docentes, de investigación y de extensión de nivel superior, cuyo objetivo fundamental es formar profesionales y técnicos, con los conocimientos necesarios para el cumplimiento de las funciones que les encomienda el artículo 90 de la Constitución Política de la República.

Artículo 72.- Las Academias de Guerra de las Fuerzas Armadas, las Academias Politécnicas Militar, Naval, la Escuela Técnica de la Dirección General de Aeronáutica Civil y el Instituto Superior de Ciencias Policiales de Carabineros de Chile podrán otorgar además de títulos profesionales, grados académicos de licenciado, magister y doctor en los ámbitos inherentes a sus respectivos quehaceres profesionales.

Estos títulos profesionales, y grados académicos, serán equivalentes, para todos los efectos legales, a los de similares características que otorguen las otras instituciones de educación reconocidas por el Estado, como universidades, institutos profesionales y centros de formación técnica.

Artículo 73.- Las Escuelas de Armas y Especialidades de las Fuerzas Armadas, la Escuela Técnica Aeronáutica de la Dirección General de Aeronáutica Civil y la Escuela de Carabineros podrán otorgar títulos técnicos de nivel superior según corresponda a la naturaleza de la enseñanza impartida y en el ámbito de su competencia.

Estos títulos técnicos de nivel superior de los establecimientos de educación superior, referidos en el inciso anterior, serán equivalentes a los de similar carácter conferidos por los demás establecimientos de educación superior y reconocidos como tales para todos los efectos legales.

Artículo 74.- Los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas y el General Director de Carabineros podrán reconocer y convalidar los estudios aprobados y los títulos y grados académicos obtenidos en instituciones o universidades extranjeras, previo informe favorable del organismo superior de educación del nivel institucional que corresponda.

TÍTULO IV

Normas Finales

Artículo 74 (75).- Los establecimientos educacionales de los niveles básico, común y especial, y media humanístico-científica y técnico profesional declarados cooperadores de la función educacional del Estado se considerarán de pleno derecho reconocidos oficialmente para los efectos de esta ley.

Artículo 75 (76).- Se entiende por autonomía el derecho de cada establecimiento de educación superior a regirse por sí mismo, de conformidad con lo establecido en sus estatutos en todo lo concerniente al cumplimiento de sus finalidades y comprende la autonomía académica, económica y administrativa.

La autonomía académica incluye la potestad de las entidades de educación superior para decidir por sí mismas la forma como se cumplan sus funciones de docencia, investigación y extensión y la fijación de sus planes y programas de estudio.

La autonomía económica permite a dichos establecimientos disponer de sus recursos para satisfacer los fines que le son propios de acuerdo con sus estatutos y las leyes.

La autonomía administrativa faculta a cada establecimiento de educación superior para organizar su funcionamiento de la manera que estime más adecuada de conformidad con sus estatutos y las leyes.

Artículo 76 (77).- La libertad académica incluye la facultad de abrir, organizar y mantener establecimientos educacionales, cumpliendo los requisitos establecidos por la ley, y la de buscar y enseñar la verdad conforme con los cánones de la razón y los métodos de la ciencia.

Artículo 77 (78).- La autonomía y la libertad académica no autoriza a las entidades de educación superior para amparar ni fomentar acciones o conductas incompatibles con el orden jurídico ni permite actividades orientadas a propagar, directa o indirectamente, tendencia política partidista alguna.

Estas prerrogativas, por su esencia misma, excluyen el adoctrinamiento ideológico político, entendiéndose por tal la enseñanza y difusión que excedan los comunes términos de la información objetiva y de la discusión razonada, en las que se señalan las ventajas y las objeciones más conocidas a sistemas, doctrinas o puntos de vista.

Artículo 78 (79).- Los recintos y lugares que ocupen las entidades de educación superior en la realización de sus funciones no podrán ser destinados ni utilizados para actos tendientes a propagar o ejecutar actividades perturbadoras para sus labores.

Corresponderá a las autoridades respectivas velar por el estricto cumplimiento de lo dispuesto en el inciso anterior y arbitrar las medidas necesarias para evitar la utilización de dichos recintos y lugares para actividades prohibidas en el inciso precedente.

Artículo 79 (80).- Los establecimientos de educación superior establecerán en sus respectivos estatutos los mecanismos que resguarden debidamente los principios a que se hace referencia en los artículos anteriores.

Artículo 80 (81).- Las universidades existentes al 31 de diciembre de 1980 y las universidades e institutos profesionales que se derivaron de ellas y las sucesoras de algunas de ellas, mantendrán su carácter de tales y conservarán su plena autonomía.

Artículo 81 (82).- Las universidades e institutos profesionales creados y organizados en virtud de las normas contenidas en los decretos con fuerza de ley N° 1 de 1980 y N° 5 de 1981, del Ministerio de Educación Pública, se considerarán de pleno derecho reconocidos oficialmente.

Las universidades e institutos profesionales que a la fecha de publicación de esta ley hubieren obtenido su autonomía de acuerdo a la legislación vigente la mantendrán de pleno derecho.

Artículo 82 (83).- Las universidades e institutos profesionales que a la fecha de publicación de esta ley se encuentren afectos al sistema de examinación podrán optar por el sistema de acreditación establecido en la presente ley o mantenerse en las condiciones de examinación actualmente vigentes.

En todo caso, si las entidades referidas en el inciso anterior optaren por la acreditación, sólo deberán cumplir las normas sobre verificación progresiva del desarrollo de su proyecto institucional ante el Consejo Superior de Educación.

Si dichas entidades tienen un período de actividades docentes igual o inferior a seis años, se les considerará, para los efectos de la verificación de su proyecto, el tiempo transcurrido desde que iniciaron sus actividades.

Artículo 83 (84).- Los centros de formación técnica creados y organizados en virtud de las normas contenidas en el decreto con fuerza de ley N° 24 de 1981, del Ministerio de Educación Pública, se considerarán de pleno derecho reconocidos oficialmente para los efectos de esta ley.

Los centros de formación técnica, que se hayan creado de acuerdo al decreto con fuerza de ley N° 24, de 1981, que tengan un período de actividades docentes igual o inferior a seis años se les considerará para efectos de la verificación de su proyecto por el Ministerio de Educación Pública, el tiempo transcurrido desde que iniciaron sus actividades.

Artículo 84 (85).- Las universidades estatales existentes al 31 de diciembre de 1981 y las instituciones de educación superior, derivadas de éstas o sus sucesoras, conservarán su naturaleza de entidades autónomas con personalidad jurídica y con patrimonio propio.

Estas entidades se regirán por las disposiciones del Título III de esta ley en lo que les fueran aplicables, por las leyes que hagan referencia a ellas, por sus respectivos estatutos y reglamentos en cuanto no sean contrarias a éstas y, supletoriamente, por las normas de derecho privado.

En materias académicas, económicas y administrativas estas universidades e institutos profesionales gozarán de plena autonomía.

Los estatutos, ordenanzas y reglamentos, decretos y resoluciones de las entidades a que se refiere este artículo referente a los académicos se entenderán modificados de pleno derecho, en todo lo que fueren contrarias a las disposiciones de esta ley y de la ley N° 18.575, y se considerarán estatutos de carácter especial para los efectos establecidos en el artículo 45, inciso segundo de la ley N° 18.575 y, 156 de la ley N° 18.834 sobre Estatuto Administrativo.

Las adecuaciones necesarias para el cumplimiento de lo dispuesto en el inciso primero, se efectuarán por la autoridad, previo acuerdo del organismo colegiado superior de la respectiva entidad.

Artículo 85 (86).- Las instituciones de enseñanza superior que reciban aporte fiscal deberán enviar, anualmente, al Ministerio de Educación Pública la memoria explicativa de sus actividades y su balance.

Las instituciones de educación superior de carácter privado que cuenten con aporte fiscal deberán rendir cuenta al Ministerio de Educación Pública sólo respecto de los fondos fiscales que hubieren recibido.

Artículo 86 (87).- Los objetivos y contenidos mínimos a que se refiere el inciso primero del artículo 18, se establecerán a partir del 1° de enero de 1991.

Artículos Transitorios

Artículo 1°.- Los institutos profesionales y los centros de formación técnica, creados en virtud de lo dispuesto en el decreto con fuerza de ley N° 5 y N° 24, de 1981 respectivamente, deberán ajustarse a lo prescrito en el artículo 30, inciso segundo de esta ley, en un plazo de dos años.

Artículo 2°.- Las universidades e institutos profesionales creados y organizados en virtud de las normas contenidas en los decretos con fuerza de ley N° 1 de 1980 y N° 5 de 1981, del Ministerio de Educación Pública que no opten por el sistema de acreditación establecido en la presente ley continuarán rigiéndose por las normas que le son actualmente aplicables y obtendrán su plena autonomía una vez cumplidas las exigencias allí establecidas y podrán otorgar independientemente toda clase de títulos profesionales y grados académicos.

El Ministerio de Educación Pública podrá encargar a una determinada entidad examinadora o a una comisión especial, la realización de las actividades de examinación cuando, por circunstancias ajenas a las entidades adscritas a este sistema, carecieren de ellas. Por otra parte, la entidad examinada podrá en esta misma situación, parcialmente, someterse al sistema de acreditación.

Artículo 3°.- Las entidades de Educación Superior que se creen dentro del plazo de dos años a contar de la fecha de publicación de esta ley, podrán optar por el sistema de examinación establecido en el decreto con fuerza de ley N° 1, de 1980 y N° 5 de 1981, del Ministerio de Educación Pública, en las mismas condiciones señaladas en el artículo precedente, o por el sistema de acreditación previsto en este cuerpo legal.

Transcurrido dicho plazo, sólo regirá el sistema de acreditación de que trata el párrafo 2° del Título III de esta ley.

Artículo 4°.- Los centros de formación técnica creados de acuerdo al decreto con fuerza de ley N° 24, de 1981, que a la fecha de dictación de esta ley tengan más de seis años de actividades docentes, tendrán derecho a solicitar al Ministerio de Educación Pública que se declare su autonomía de conformidad con el artículo 69 de esta ley.

Artículo 5°.- La primera designación de los integrantes del Consejo Superior de Educación deberá efectuarse dentro del plazo máximo de 30 días contado desde la fecha de publicación de esta ley en el Diario Oficial.

Si los nombramientos no se pudieren efectuar por falta de designación por parte del organismo respectivo, ésta deberá hacerse por el Presidente de la República dentro de los diez días siguientes al vencimiento del plazo señalado en el inciso anterior. Dichos representantes se mantendrán en sus cargos hasta que el organismo correspondiente formule la nominación pertinente.

Artículo 6°.- Corresponderá al Ministro de Educación Pública arbitrar las medidas conducentes a la puesta en marcha del Consejo Superior de Educación.

Artículo 7°.- Los institutos profesionales que estén impartiendo carreras de pedagogía que de acuerdo a esta ley requieran de licenciatura previa, para obtener el título profesional correspondiente, podrán seguir impartíendolas en las mismas condiciones, pero no podrán crear nuevas carreras de este tipo.

Artículo 8°.- Sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo 36 de esta ley, durante el año 1990 el Ministerio de Educación Pública concurrirá al financiamiento del Consejo Superior de Educación mediante transferencias de recursos desde la Secretaría y Administración General de dicho Ministerio.

JOSE T. MERINO CASTRO, Almirante, Comandante en Jefe de la Armada, Miembro de la Junta de Gobierno.

FERNANDO MATTHEI AUBEL, General del Aire, Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea, Miembro de la Junta de Gobierno.

RODOLFO STANGE OELCKERS, General Director, General Director de Carabineros, Miembro de la Junta de Gobierno.

JORGE LUCAR FIGUEROA, Teniente General, Vicecomandante en Jefe del Ejército, Miembro de la Junta de Gobierno.

Habiéndose dado cumplimiento a lo dispuesto en el N° 1, del Art. 82 de la Constitución Política de la República, y por cuanto he tenido a bien aprobar la precedente ley, la sanciono y la firmo en señal de promulgación. Llévase a efecto como Ley de la República.

Regístrese en la Contraloría General de la República, publíquese en el Diario Oficial e insértese en la Recopilación Oficial de dicha Contraloría.

Santiago, 7 de marzo de 1990.

AUGUSTO PINOCHET UGARTE, Capitán General, Presidente de la República.

René Salamé Martín, Ministro de Educación Pública.

Lo que transcribo a Ud. para su conocimiento.- Jorge Beytía Valenzuela, Capitán de Navío JT, Secretario de Legislación de la Junta de Gobierno.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL Proyecto de Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza

El Secretario del Tribunal Constitucional, quien suscribe, certifica que la Honorable Junta de Gobierno envió el proyecto de ley enunciado en el rubro a fin de que este Tribunal ejerciera el control de su constitucionalidad y que por sentencia de 27 de febrero de 1990 declaró:

1. Que las disposiciones del proyecto remitido son constitucionales, con excepción de las que se consignan en la declaración segunda.

2. Que las siguientes normas del proyecto son inconstitucionales y deben eliminarse del mismo: artículo 28, la frase que dice "reconocimiento oficial"; artículo 30, la oración de su inciso tercero que dice "reconocimiento oficial", y el artículo 74.

3. Que los artículos 14, inciso segundo; 15, la frase "Con todo, tales límites de edad podrán ser distintos tratándose de enseñanza de adultos y de la especial o diferencial, las que se especificarán por decreto supremo expedido a través del Ministerio de Educación Pública"; 16, inciso segundo; 17; 35, inciso segundo, y 8° transitorio, son normas de ley ordinaria y por lo tanto no corresponde a este Tribunal pronunciarse sobre ellas conforme a lo dicho en el considerando 4° de este fallo.

4. El Tribunal tampoco se pronunciará sobre las siguientes disposiciones del proyecto en atención a lo expresado en el considerando 5° de esta sentencia:

-Artículo 20, inciso primero, la frase "y con los específicos que determine la reglamentación institucional respectiva";

-Artículo 28, la frase "por sus respectivos reglamentos orgánicos y de funcionamiento";

-Artículo 30, inciso tercero, la frase "por sus respectivos reglamentos orgánicos y de funcionamiento";

-Artículo 85, inciso segundo, la frase "por las leyes que hagan referencia a ellas, por sus respectivos estatutos y reglamentos en cuanto no sean contrarias a éstas y, supletoriamente, por las normas de derecho privado", e inciso cuarto.- Rafael Larraín Cruz, Secretario.

MINISTERIO DE EDUCACION - LEY Nº 19.876

REFORMA CONSTITUCIONAL QUE ESTABLECE LA OBLIGATORIEDAD Y GRATUIDAD DE LA EDUCACION MEDIA

Fecha de Promulgación : 07.05.2003

Fecha de Publicación : 22.05.2003

Teniendo presente que el H. Congreso Nacional há dado su aprobación al siguiente Proyecto de Reforma Constitucional:

"Artículo único.- Sustitúyese el inciso quinto Del numeral 10º del artículo 19 de la Constitución Política de la República, por el siguiente:

"La educación básica y la educación media son obligatorias, debiendo el Estado financiar un sistema gratuito con tal objeto, destinado a asegurar el acceso a ellas de toda la población. En el caso de la educación media este sistema, en conformidad a la ley, se extenderá hasta cumplir los 21 años de edad.".

Y por cuanto he tenido a bien aprobarlo y sancionarlo; por tanto promúlguese, llévase a efecto como Ley de la República y ténganse por incorporadas sus disposiciones a la Constitución Política de La República, de conformidad con lo dispuesto en el inciso final del artículo 119 de este cuerpo constitucional.

Santiago, 7 de mayo de 2003.

RICARDO LAGOS ESCOBAR, Presidente de la República.

Sergio Bitar Chacra, Ministro de Educación.

Nicolás Eyzaguirre Guzmán, Ministro de Hacienda.

Lo que transcribo a Ud. para su conocimiento.-

Saluda atentamente a Ud.,

María Ariadna Hornkohl Venegas, Subsecretaria de Educación

---

³⁸ - FONTE: Biblioteca del Congresso Nacional de Chile, disponível para consulta no site: <http://www.bcn.cl/histley/lfs/hdl-19876/HL19876.pdf>

MINISTERIO DE EDUCACION
Decreto Supremo de Educación Nº220

ESTABLECE OBJETIVOS FUNDAMENTALES Y CONTENIDOS MINIMOS OBLIGATORIOS PARA ENSEÑANZA MEDIA Y FIJA NORMAS GENERALES PARA SU APLICACION

SANTIAGO, 18 de mayo de 1998

Considerando:

Que, la ley Nº 18.962 Orgánica Constitucional de Enseñanza, fijó los objetivos generales y los requisitos mínimos de egreso tanto de la enseñanza básica como de la enseñanza media;

Que, el artículo 18º de dicha ley señala que por decreto supremo emanado del Ministerio de Educación deben establecerse los objetivos Fundamentales de cada uno de los años de estudio de la enseñanza básica y de la enseñanza media, así como los Contenidos Mínimos Obligatorios que faciliten el logro de los citados Objetivos Fundamentales;

Que, mediante el decreto supremo de Educación Nº 40 de 1996, y sus modificaciones y complementaciones, esta Secretaría de Estado cumplió parte de sus responsabilidades jurídicas sobre la materia, al establecer los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Enseñanza Básica;

Que, en conocimiento de los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios, que por este acto se fijan, cada establecimiento educacional podrá decidir si prepara y propone al Ministerio de Educación sus propios planes y programas de estudios, o si aplica aquellos que este Ministerio debe elaborar según lo señalado por la ley.

En cualesquiera de estos casos, los nuevos planes y programas deberán ser los adecuados para cumplir los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos de la Enseñanza Media y los Complementarios que establezca el respectivo establecimiento.

Que, en el contexto de las exigencias que emanan del ejercicio de la libertad de enseñanza y para garantizar el cumplimiento del principio de igualdad de oportunidades, los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios para la Enseñanza Media, deben ser consistentes con la doble función que la ley Nº 18.962 asigna a este nivel educativo: habilitar al alumno tanto para continuar estudios en la Enseñanza Superior, como para su incorporación a la vida del trabajo;

Que, el sistema utilizado para el establecimiento de los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Enseñanza Media, esta dotado de la flexibilidad suficiente para permitir su aplicación mediante planes y programas que expresen los intereses de las respectivas comunidades escolares, y dispone de procedimientos que permitan adecuar su aplicación a las situaciones de excepción que puedan plantearse en el ámbito de la enseñanza media;

Que, junto con la fijación de los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios que establece el presente Decreto, es necesario fijar las normas complementarias de carácter general que permitan aplicarlos mediante los nuevos planes y programas de estudio que podrán formular los establecimientos educacionales y los que deberá elaborar el Ministerio de Educación; y, a la vez, determinar el procedimiento para la entrada en vigencia de ellos en los distintos cursos de la enseñanza media, y Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Educación Media.

VISTO:

Lo dispuesto en los artículos 18, 37, letra “e” y 86 de la ley Nº 18.962, Orgánica Constitucional de Enseñanza; 5º de la ley Nº 16.436, 65 de ley Nº 16.840 y la ley Nº 18.956; el informe favorable del Consejo Superior de Educación contenido en su Acuerdo Nº 046/98, y las facultades que me conceden los artículos 32 Nº 8 y 35 de la Constitución Política de la República de Chile,

DECRETO:

Artículo 1º: Establécense los siguientes Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios, para la Enseñanza Media, cuyo texto se contiene en el Anexo que se acompaña al presente decreto, que se entiende formar parte del mismo, y que se publicarán conjuntamente en el Diario Oficial.

Artículo 2º: Para los efectos de este decreto entiéndese por:

---

³⁹ FONTE: Ministério da Educação de Chile – Disponível para consulta em 30/08/2010, no site:
http://600.mineduc.cl/docs/informacion/info_guia/guia_medi.pdf

---

Plan de Estudio: El documento de carácter normativo que señala, para cada curso, los sectores, subsectores de aprendizaje o las asignaturas, con indicación de la carga horaria semanal.

Programa de Estudio: El documento de carácter normativo que expone los objetivos, la secuencia de contenidos de enseñanza y las actividades que deben aplicarse en conformidad al plan de estudio.

Formación General: Tipo de formación que provee la base común de aprendizajes que contribuye al crecimiento, desarrollo e identidad personales; al ejercicio pleno de la ciudadanía; al desempeño activo, reflexivo y crítico del ser humano a lo largo de la vida; y al desarrollo de capacidades para adoptar decisiones fundadas sobre continuación de estudios y proyecciones de carácter vocacional-laboral.

Formación Diferenciada: Tipo de formación que, sobre una previa base adquirida de capacidades y competencias de carácter general, apunta a satisfacer intereses, aptitudes y disposiciones vocacionales de los alumnos, armonizando sus decisiones con requerimientos de la cultura nacional y el desarrollo productivo y social del país.

Artículo 3º: El Ministerio de Educación presentará al Consejo Superior de Educación para su aprobación, dentro de las fechas y plazos que aquí se señalan, los planes y programas de estudio para la Enseñanza Media, que se elaborarán conforme a los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios que se establecen en El presente decreto: a más tardar el día 10 de agosto de 1998, los correspondientes al primer año de enseñanza media y, a más tardar el día 10 de agosto de cada uno de los años inmediatamente posteriores, los correspondientes a los respectivos cursos siguientes de enseñanza media.

No obstante, el Ministerio de Educación podrá presentar, de manera simultánea, sus propios planes y programas para más de un curso de enseñanza media.

Estos planes y programas de estudio serán de aplicación obligatoria en los establecimientos educacionales que no hayan elaborado planes y programas de estudio propios.

Artículo 4º: Los nuevos planes y programas de estudio que se elaboren de acuerdo a estos Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios, deberán aplicarse gradualmente, a partir del año 1999, según El calendario siguiente:

Año escolar 1999: 1er. año

Año escolar 2000: 2do. año

Año escolar 2001: 3er. año

Año escolar 2002: 4to. año

Aquellos planes y programas de estudio que elaboren los establecimientos educacionales relativos a algunos de los cursos indicados en este decreto, y que sean aprobados por el Ministerio de Educación durante la vigencia de un determinado año escolar, sólo entrarán en vigencia a partir del año escolar siguiente, respetándose, en todo caso, La gradualidad para su aplicación, que se señala en este artículo.

En cada uno de los años indicados en el inciso primero del presente artículo, los planes y programas de los cursos correspondientes deberán ser aplicados integralmente de acuerdo con las normas establecidas en el Anexo que se acompaña a este decreto. Se exceptúa de esta disposición el programa correspondiente al sector de Educación Tecnológica, pues la aplicación obligatoria de éste, en los cursos de primero y segundo año, se iniciará a partir del año 2.000.

Artículo 5º: Los establecimientos educacionales que elaboren propuestas de planes y programas de estudio, deberán presentarlos para su aprobación en la correspondiente Secretaría Regional Ministerial de Educación: a) si se trata de programas de primer año medio, para aplicar en 1999, éstos deberán ser presentados durante el mes de agosto de 1998; b) si se trata de programas para aplicar en los niveles siguientes, ellos deberán ser presentados, a más tardar, el día 30 de junio del año anterior de su respectiva fecha de aplicación.

Los señalados planes y programas, al igual que los que elabore el Ministerio de Educación, cualquiera que sea su estructura, deberán consignar expresamente los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios correspondientes.

Artículo 6º: Delégase en los Secretarios Regionales Ministeriales de Educación respectivos la facultad de firmar:

“Por orden del Presidente de la República” las resoluciones que aprueben o rechacen los planes y programas de estudio de enseñanza media que presenten los establecimientos educacionales de su jurisdicción, elaborados de acuerdo a los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios fijados en este decreto.

No obstante, si un sostenedor presenta para su aprobación planes y programas de estudio para que ellos puedan ser aplicados en establecimientos educacionales de la misma modalidad, que estén ubicados en distintas regiones del país, la resolución que los apruebe deberá ser dictada por el Jefe de la División de Educación General del Ministerio de Educación, bajo la fórmula “Por orden del Presidente de la República”. En estos casos la presentación

---

podrá efectuarse en cualquiera de las Secretarías Regionales Ministeriales de Educación donde esté ubicado alguno de los respectivos establecimientos.

Artículo 7º: En casos debidamente calificados de establecimientos que imparten Enseñanza Media de especial singularidad, la División de Educación General del Ministerio de Educación podrá autorizar mediante resoluciones dictadas “Por Orden del Presidente de la República” la aplicación de planes y programas de estudio con una organización temporal y secuencial de Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios diferente de la establecida en el presente decreto. A esta autorización de excepción podrán acceder sólo establecimientos que cumplan con los estándares de alta calidad y/o equidad establecidos por el Ministerio de Educación y que serán evaluados según los procedimientos objetivos previamente fijados por esta Secretaría de Estado. En todo caso, esta autorización de readecuación, deberá exigir el tratamiento completo de los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios dentro de la Enseñanza Media.

Artículo 8º: Al finalizar el primero o segundo año medio, los alumnos que hayan sido promovidos de curso, tendrán derecho a continuar sus estudios en establecimientos de una modalidad diferente, con independencia del tipo de plan y programa de estudio que hubieren cursado.

Artículo 9º: La Secretaría Regional Ministerial de Educación correspondiente deberá certificar la fecha de entrega de las propuestas de planes y programas de estudio que hagan los establecimientos educacionales, las cuales, una vez aprobadas, deberán anotarse en un Registro de Planes y Programas de Estudio que deberá llevar el nivel central del Ministerio de Educación al efecto.

Los planes y programas de estudio sobre los cuales no haya habido pronunciamiento dentro de los 90 días contados desde la fecha de entrega, se entenderán aceptados por el Ministerio de Educación.

El Ministerio de Educación tendrá 90 días para formular las observaciones que le merecen los planes y programas de estudio presentados por los establecimientos educacionales, cuando ellos no se ajusten a los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios, establecidos en el artículo primero, las que deberán practicarse por escrito y notificarse mediante carta certificada dirigida al domicilio del respectivo establecimiento.

En todos los casos en que se produzca la situación que se establece en el inciso anterior, los sostenedores afectados podrán reclamar de esta decisión, recurriendo en única instancia, en el plazo de 15 días contado desde la fecha de Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Educación Media la notificación del rechazo, ante el Consejo Superior de Educación, institución que deberá pronunciarse sobre El reclamo en un plazo similar, contado desde la recepción del recurso.

En aquellos casos en que el plan y los programas de estudio presentados por un determinado establecimiento no hayan sido aprobados debido a objeciones u observaciones formuladas por la Secretaría Regional Ministerial de Educación, por el Jefe de la División de Educación General del Ministerio de Educación, en los casos señalados en los artículos 6º y 7º del presente decreto, o por el Consejo Superior de Educación al conocer del recurso de reclamación, el establecimiento afectado podrá presentar una nueva proposición de plan y programas de estudio, La que deberá tramitarse de acuerdo al procedimiento anteriormente establecido en este artículo.

Artículo 10: Aquellos establecimientos educacionales que no hayan obtenido la aprobación de sus planes y programas de estudio por parte de la Secretaría Regional Ministerial respectiva o por el Jefe de la División de Educación General del Ministerio de Educación o, en su caso, por el Consejo Superior de Educación, deberán aplicar obligatoriamente los planes y programas de estudio oficiales elaborados por el Ministerio de Educación.

Artículo 11: Los establecimientos educacionales que apliquen los planes y programas de estudio oficiales elaborados por el Ministerio de Educación podrán solicitar, en cualquier momento, la aprobación de planes y programas propios, conforme a los procedimientos y gradualidad señalados en el presente decreto.

Artículo 12: Deróganse, a partir desde la vigencia del presente decreto, y de acuerdo con la gradualidad establecida en el artículo 4º, y sin perjuicio de lo establecido en el artículo transitorio siguiente, los decretos que aprueban planes y programas especiales de estudio a establecimientos educacionales municipales, particulares subvencionados y particulares pagados y, especialmente, los Decretos Supremos Exentos Nº 300 de 1981 y Nº 130 de 1988, ambos de este Ministerio, sus modificaciones y sus normas complementarias.

Artículo Transitorio: En caso de estar aprobado el programa de Educación Tecnológica, sea el del Ministerio de Educación o el elaborado por el establecimiento y mientras su aplicación no sea obligatoria, los establecimientos educacionales podrán optar por una de las tres alternativas siguientes:

1) iniciar su aplicación en el año escolar 1999;

-
- 2) destinar las horas establecidas para Educación Tecnológica del nuevo Plan de Estudios, a la aplicación del programa de Artes Manuales, en caso de estar aplicando éste según el procedimiento dispuesto en el decreto supremo exento N° 300 del Ministerio de Educación de 1981; y,
- 3) destinar el tiempo que el nuevo plan de estudio contemple para Educación Tecnológica, a trabajos relativos a otros sectores de aprendizaje de la malla curricular que se aprueba por el presente decreto.

Anótese, Tómesese Razón y Publíquese

EDUARDO FREI RUIZ-TAGLE

Presidente de la República

JOSE PABLO ARELLANO MARIN

Ministro de Educación

Lo que transcribo a usted para su conocimiento

Saluda atentamente a usted,

JAIME PEREZ DE ARCE ARAYA

Subsecretario de Educación

Distribución: Diario

TRANSCRIPCION RECTIFICADA

DIVISION JURÍDICA

MODIFICA DECRETO SUPREMO Nº 220, DE 1998, DEL MINISTERIO DE EDUCACIÓN QUE ESTABLECE LOS OBJETIVOS FUNDAMENTALES Y CONTENIDOS MÍNIMOS OBLIGATORIOS DE LA EDUCACIÓN MEDIA Y FIJA NORMAS GENERALES PARA SU APLICACIÓN.

294

SANTIAGO,

DECRETO Nº 0254 *26.06.2009

CONSIDERANDO:

Que, el Ministerio de Educación aprobó los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios para la Educación Media y fijó normas generales para su aplicación, a través del Decreto Supremo Nº 220, de 1998, del mismo Ministerio;

Que, después de varios años de aplicación, se ha considerado necesario modificar los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Formación General en los Subsectores de Lengua Castellana y Comunicación, Matemática, Historia y Ciencias Sociales, Biología, Química y Física, para adecuar el currículum nacional a las nuevas exigencias educacionales; e incluir un sector de Idioma Extranjero: Inglés;

Que, dadas las modificaciones en el mundo laboral, se ha considerado necesario actualizar los Objetivos Fundamentales Terminales de las especialidades de la Formación Diferenciada Técnico Profesional para adecuarlos a estas transformaciones;

Que, ante la necesidad de unificar y simplificar los conceptos y orientaciones curriculares de la Educación Media, se ha considerado necesario modificar la Introducción que define la organización general del currículum y los Objetivos Fundamentales Transversales;

TOMADO RAZON
CON FUNDAMENTO

11 AGO 2009

Contralor General
de la República

043318

⁴⁰ FONTE: Ministério de educação de Chile no site: http://www.curriculum-mineduc.cl/ayuda/docs/ajuste-curricular-2/Decreto_254_E.Medias.pdf – Disponível para consulta em 30/08/2010.

⁴¹ A versão mostrada do Decreto Supremo nº 254, foi a única encontrada nos sites pesquisados. Há uma continuidade com mais 210 páginas, detalhando o referido decreto. Por questão de volume de informações deixamos de apresentá-lo, porém encontra-se a partir da página 5 do site acima indicado.

Que, el Consejo Superior de Educación por Acuerdo N° 001, del 8 de enero de 2009, aprobó la solicitud del Ministerio de Educación para modificar los Objetivos Fundamentales Terminales de 21 especialidades de la Formación Diferenciada Técnico-Profesional de la educación regular;

Que, el Consejo Superior de Educación por Acuerdo N° 028, de 20 de mayo de 2009, aprobó la solicitud del Ministerio de Educación para modificar la Introducción, los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Educación Media en los subsectores mencionados, y

VISTO:

Lo dispuesto en la Ley N° 18.956 que reestructura el Ministerio de Educación; en los artículos 14, 15, 20, 41 y 90 del D.F.L. N° 1, de 2005, del Ministerio de Educación, que fijó el texto refundido, coordinado y sistematizado de la Ley N° 18.962, Orgánica Constitucional de Enseñanza; el Decreto Supremo N° 220, de 1998, del Ministerio de Educación y sus modificaciones; los Acuerdos N°s. 001 y 028, ambos de 2009, del Consejo Superior de Educación; y en los artículos 32 N° 6 y 35 del Decreto N° 100, de 2005, del Ministerio Secretaría General de la Presidencia, que fija el texto refundido coordinado y sistematizado de la Constitución Política de la República de Chile,

DECRETO:

ARTÍCULO 1°: Modifícase el Decreto Supremo N° 220, de 1998, del Ministerio de Educación, que establece los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Educación Media y fija normas generales para su aplicación, modificación que se acompaña en Anexo, que forma parte integrante del presente decreto y que se publicará conjuntamente con éste en el Diario Oficial, en la forma que se indica:

1. Reemplácese la Introducción y los Capítulos I, II y elimínese el Capítulo I pasando el IV a ser III y así sucesivamente.
2. Sustitúyanse los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Formación General del Sector de Historia y Ciencias Sociales, que pasa a denominarse Sector de Historia, Geografía y Ciencias Sociales; del Subsector de Lengua Castellana y Comunicación, que pasa a denominarse Sector de Lenguaje y Comunicación; del Sector de Matemática, y de los Subsectores Biología, Química y Física.
3. Incorpórense, Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de la Formación General para el Sector de Idioma Extranjero: Inglés. La enseñanza de otros idiomas se regirá por los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios del Subsector de Idioma Extranjero, que pasa a denominarse Sector de Idioma Extranjero.
4. Modifícase el Capítulo VI, que pasa a ser V, en el siguiente sentido:

- 3
MINISTERIO DE EDUCACIÓN
SUBSECRETARÍA
- a) Sustitúyase la parte introductoria, con sus subtítulos "Especialidades por familias ocupacionales", "Perfiles de salida como objetivos fundamentales terminales", y elimínase el Subtítulo "Objetivos Transversales de la Formación Diferenciada Técnico- Profesional".
- b) Reemplácense los Objetivos Fundamentales Terminales de la Formación Diferenciada Técnico-Profesional en las siguientes especialidades por las que se indican:

Sector Administración y Comercio:

- Administración.
- Contabilidad.
- Secretariado.
- Ventas.

Sector Alimentación:

- Elaboración industrial de alimentos.
- Servicios de alimentación colectiva.

Sector Confección:

- Vestuario y confección textil.

Sector Electricidad:

- Electricidad.
- Electrónica.
- Telecomunicaciones.

Sector Gráfico:

- Dibujo técnico.
- Gráfica.

Sector Metalmecánico:

- Construcciones metálicas.
- Matricería.
- Mecánica automotriz.
- Mecánica de mantenimiento de aeronaves.
- Mecánica industrial.

Sector Programas y Proyectos Sociales:

- Atención de Párvulos.
- Atención Social y Cultural.

Sector Química:

- Laboratorio químico.
- Operación de planta química.

ARTÍCULO 2°: Los nuevos planes y programas de estudio que se elaboren de acuerdo a los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios señalados en el artículo precedente, deberán aplicarse gradualmente a partir del año 2010, según el siguiente calendario:

-Año escolar 2010: 1er. año de Educación Media, Formación General.

-Año escolar 2011: 2do. año de Enseñanza Media, Formación General y 3er. año de Enseñanza Media, Formación Diferenciada Técnico-Profesional de las 21 especialidades ajustadas.

-Año escolar 2012: 3er. año de Enseñanza Media, Formación General y 4to. año de Enseñanza Media, Formación Diferenciada Técnico-Profesional de las 21 especialidades ajustadas.

-Año escolar 2013: 4to. año de Enseñanza Media de Formación General

ARTÍCULO TRANSITORIO: Los establecimientos educacionales que deseen elaborar planes y programas de estudio propios para el año 2010, tendrán plazo hasta el 30 de octubre del 2009 para presentarlos ante las Secretarías Regionales Ministeriales de Educación.

ANÓTESE, TÓMESE RAZÓN Y PUBLÍQUESE.

MICHELLE BACHELET JERIA
PRESIDENTA DE LA REPÚBLICA

MÓNICA JIMÉNEZ DE LA JARA
MINISTRA DE EDUCACIÓN

**CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN
ACUERDO Nº 001/2009**

En sesión ordinaria de 8 de enero de 2009, con arreglo a las disposiciones de la Ley Nº18.962⁴³, el Consejo Superior de Educación ha adoptado el siguiente acuerdo:

VISTOS:

Lo dispuesto en los artículos 20, 36, y 41 letra e) de la Ley 18.962, Orgánica Constitucional de Enseñanza; el Decreto Supremo de Educación Nº 220 de 18 de mayo de 1998 que establece Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios para la Enseñanza Media y fija normas generales para su aplicación, y sus posteriores modificaciones; la propuesta de Ajuste Curricular para 21 especialidades de la Formación Diferenciada Técnico Profesional de la Educación Regular, que comprende las especialidades de: Elaboración Industrial de Alimentos, Servicios de Alimentación Colectiva, Administración, Contabilidad, Secretariado, Ventas, Operación de Planta Química, Laboratorio Químico, Vestuario y Confección Textil, Atención de Párvulos, Atención Social y Cultural, Gráfica, Dibujo Técnico, Electricidad, Electrónica, Telecomunicaciones, Mecánica Industrial, Construcciones Metálicas, Mecánica Automotriz, Matricería, y Mecánica de Mantenimiento de Aeronaves y el capítulo introductorio de dicha formación, denominado Capítulo VI Objetivos Fundamentales Terminales para la Formación Diferenciada Técnico Profesional en la Educación Media, presentada por El Ministerio de Educación; los informes evacuados por los consultores expertos designados por el Consejo Superior de Educación para la evaluación de La mencionada propuesta, el informe de la Secretaría Técnica recaído sobre ellos, y

CONSIDERANDO:

1) Que al Consejo Superior de Educación le corresponde, en ejercicio de SUS atribuciones legales, informar al Ministerio de Educación respecto de su propuesta sobre objetivos fundamentales para cada uno de los años de estudio de la enseñanza básica y media, como, asimismo, de los contenidos mínimos obligatorios que faciliten el logro de los objetivos formulados.

2) Que, el 30 de junio de 2008, el Ministerio de Educación hizo llegar a este organismo un anteproyecto de ajuste curricular para 21 especialidades de La Formación Diferenciada Técnico Profesional de la educación regular y de revisión del capítulo introductorio de dicha formación, el cual fue evaluado por consultores expertos y analizado por este Consejo, en sesión de 11 de septiembre de 2008, en cumplimiento de lo dispuesto en el artículo 41 letra f) de la Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza. El análisis efectuado por El Consejo de tales antecedentes arrojó diversas observaciones, las que fueron transmitidas al Ministerio de Educación, para su consideración, a través del Oficio Nº 270/2008.

3) Que el Ministerio de Educación presentó, el 24 de noviembre de 2008, a consideración de este Consejo, una propuesta de Ajuste Curricular para 21 especialidades de la Formación Diferenciada Técnico Profesional de la Educación Regular, que comprende las especialidades de: Elaboración Industrial de Alimentos, Servicios de Alimentación Colectiva, Administración, Contabilidad, Secretariado, Ventas, Operación de Planta Química, Laboratorio Químico, Vestuario y Confección Textil, Atención de Párvulos, Atención Social y Cultural, Gráfica, Dibujo Técnico, Electricidad, Electrónica, Telecomunicaciones, Mecánica Industrial, Construcciones Metálicas, Mecánica Automotriz, Matricería, Mecánica de Mantenimiento de Aeronaves y El capítulo introductorio de esa formación, elaborada por dicha Secretaría de Estado. Tal propuesta fue evaluada, también, por consultores expertos, quienes emitieron informes sobre los distintos aspectos considerados en ella.

---

⁴² - **CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN** – Gobierno de Chile – Disponible para consulta em 30/08/2010 no site:

http://www.cned.cl/public/Secciones/SeccionMundoEscolar/acuerdos/acuerdo_cse_001-2009.pdf

⁴³ **D.F.L. Nº 1, DE 2005, DEL MINISTERIO DE EDUCACIÓN** - Fija texto refundido, coordinado y sistematizado, de la Ley 18.962, Orgánica Constitucional de Enseñanza.

---

4) Que, en sesión de esta fecha, el Consejo Superior de Educación analizó La propuesta presentada por el Ministerio de Educación, llegando al convencimiento que ella resulta adecuada para la formación en este nivel educacional.

5) Que, sin perjuicio de lo anterior, existen algunas observaciones menores que serán transmitidas oportunamente al Ministerio de Educación, con el objeto de contribuir al perfeccionamiento de la señalada propuesta.

6) Que el Consejo Superior de Educación tiene un plazo legal de 60 días para pronunciarse sobre la propuesta mencionada precedentemente.

EL CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN, EN EJERCICIO DE SUS FACULTADES LEGALES, ACUERDA POR LA UNANIMIDAD DE SUS MIEMBROS PRESENTES:

1) Informar favorablemente, de acuerdo con lo señalado en los considerandos precedentes, la propuesta de Ajuste Curricular para 21 especialidades de La Formación Diferenciada Técnico Profesional de la Educación Regular, que comprende las especialidades de: Elaboración Industrial de Alimentos, Servicios de Alimentación Colectiva, Administración, Contabilidad, Secretariado, Ventas, Operación de Planta Química, Laboratorio Químico, Vestuario y Confección Textil, Atención de Párvulos, Atención Social y Cultural, Gráfica, Dibujo Técnico, Electricidad, Electrónica, Telecomunicaciones, Mecánica Industrial, Construcciones Metálicas, Mecánica Automotriz, Matricería, Mecánica de Mantenimiento de Aeronaves y el capítulo introductorio de dicha formación, denominado Capítulo VI Objetivos Fundamentales Terminales para la Formación Diferenciada Técnico Profesional en la Educación Media, presentada por el Ministerio de Educación.

2) Facultar al Secretario Ejecutivo de este organismo para transmitir las observaciones derivadas del análisis de la propuesta presentada por El Ministerio de Educación.

Nicolás Velasco Fuentes
Vicepresidente
Consejo Superior de Educación

José Miguel Salazar Zegers
Secretario Ejecutivo
Consejo Superior de Educación

**CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN
ACUERDO Nº 028/2009**

En sesión extraordinaria de 20 de mayo de 2009, con arreglo a las disposiciones de la Ley 18.962⁴⁵, el Consejo Superior de Educación ha adoptado el siguiente acuerdo:

VISTOS:

Lo dispuesto en los artículos 20, 36, y 41 letra e) de la Ley 18.962, Orgánica Constitucional de Enseñanza; la propuesta presentada por el Ministerio de Educación para la modificación de los capítulos introductorios de los marcos curriculares de Educación Básica y Media, y la modificación de los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de cinco sectores curriculares, a saber, Lenguaje y Comunicación, Matemática, Historia y Ciencias Sociales, Ciencias Naturales e Inglés de ambos niveles; los informes evacuados por los consultores expertos designados por el Consejo Superior de Educación para la evaluación de las propuestas mencionadas, el informe de la Secretaría Técnica recaído sobre ellos, y

CONSIDERANDO:

- 1) Que al Consejo Superior de Educación corresponde, en ejercicio de sus atribuciones legales, aprobar los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de cada uno de los años de estudio de la enseñanza básica y media, propuestos por el Ministerio de Educación.
- 2) Que, el 30 de junio de 2008, el Ministerio de Educación hizo llegar a este organismo un anteproyecto de la modificación tanto de los capítulos introductorios de los marcos curriculares de Educación Básica y Media, como de los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de Educación Básica y Media de cinco sectores de aprendizaje, el cual fue evaluado por consultores expertos y analizado por este Consejo, en sesión de 3 de octubre de 2008, en cumplimiento de lo dispuesto en el artículo 41, letra f) de la Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza. El análisis efectuado por el Consejo de tales antecedentes arrojó diversas observaciones, las que fueron transmitidas al Ministerio de Educación, para su consideración, a través del Oficio Nº 270/2008.
- 3) Que, el 31 de marzo de 2009, el Ministerio de Educación presentó, a consideración de este Consejo, una propuesta oficial de la modificación tanto de los capítulos introductorios de los marcos curriculares de Educación Básica y Media, como de los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de Educación Básica y Media de cinco sectores de aprendizaje. Esta propuesta también fue evaluada por consultores expertos.
- 4) Que, en sesión de esta fecha, el Consejo Superior de Educación analizó la propuesta presentada por el Ministerio de Educación, llegando al convencimiento de que ella reúne los requerimientos y condiciones necesarios para su aprobación, ya que los ajustes realizados implican una mejora al currículum vigente, y se adecuan a los requerimientos de organización curricular establecidos en el Decreto Supremo Nº 220/1998 y en el Decreto Supremo Nº 232/2002; además de que es factible de ser implementada en los distintos establecimientos escolares del país.
- 5) Que, sin perjuicio de lo anterior, existen algunas observaciones que serán transmitidas oportunamente al Ministerio de Educación, con el objeto de contribuir al perfeccionamiento de la señalada propuesta.
- 6) Que el Consejo Superior de Educación tiene un plazo legal de 60 días para pronunciarse sobre la propuesta mencionada precedentemente.

---

⁴⁴ - **CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN** – Gobierno de Chile – Disponible para consulta em 30/08/2010 no site:

http://www.cned.cl/public/Secciones/SeccionMundoEscolar/acuerdos/Acuerdo_CSE_028-2009.pdf

⁴⁵ - **D.F.L. Nº 1, de 2005, del Ministerio de Educación** - Fija texto refundido, coordinado y sistematizado, de la Ley 18.962, Orgánica Constitucional de Enseñanza.

EL CONSEJO SUPERIOR DE EDUCACIÓN, EN EJERCICIO DE SUS FACULTADES LEGALES, POR LA UNANIMIDAD DE SUS MIEMBROS PRESENTES, ACUERDA:

- 1) Aprobar la propuesta de modificación de los capítulos introductorios de los marcos curriculares de Educación Básica y Media y de los Objetivos Fundamentales y Contenidos Mínimos Obligatorios de los siguientes sectores de aprendizaje: Lenguaje y Comunicación, Matemática, Historia y Ciencias Sociales, Ciencias Naturales e Inglés, presentada por el Ministerio de Educación el 31 de marzo de 2009.
- 2) Facultar al Secretario Ejecutivo de este organismo para transmitir las observaciones derivadas del análisis de la propuesta presentada por el Ministerio de Educación.

Nicolás Velasco Fuentes
Vicepresidente
Consejo Superior de Educación

José Miguel Salazar Zegers
Secretario Ejecutivo
Consejo Superior de Educación

LEY NÚM. 20.370

ESTABLECE LA LEY GENERAL DE EDUCACIÓN

Teniendo presente que el H. Congreso Nacional ha dado su aprobación al siguiente

Proyecto de ley:

TÍTULO PRELIMINAR

NORMAS GENERALES

Párrafo 1º

Principios y Fines de la Educación

Artículo 1º.- La presente ley regula los derechos y deberes de los integrantes de la comunidad educativa; fija los requisitos mínimos que deberán exigirse en cada uno de los niveles de educación parvularia, básica y media; regula el deber del Estado de velar por su cumplimiento, y establece los requisitos y el proceso para el reconocimiento oficial de los establecimientos e instituciones educacionales de todo nivel, con el objetivo de tener un sistema educativo caracterizado por la equidad y calidad de su servicio.

Artículo 2º.- La educación es el proceso de aprendizaje permanente que abarca las distintas etapas de la vida de las personas y que tiene como finalidad alcanzar su desarrollo espiritual, ético, moral, afectivo, intelectual, artístico y físico, mediante la transmisión y el cultivo de valores, conocimientos y destrezas. Se enmarca en el respeto y valoración de los derechos humanos y de las libertades fundamentales, de la diversidad multicultural y de la paz, y de nuestra identidad nacional, capacitando a las personas para conducir su vida en forma plena, para convivir y participar en forma responsable, tolerante, solidaria, democrática y activa en la comunidad, y para trabajar y contribuir al desarrollo del país.

La educación se manifiesta a través de la enseñanza formal o regular, de la enseñanza no formal y de la educación informal.

La enseñanza formal o regular es aquella que está estructurada y se entrega de manera sistemática y secuencial. Está constituida por niveles y modalidades que aseguran la unidad del proceso educativo y facilitan la continuidad del mismo a lo largo de la vida de las personas.

La enseñanza no formal es todo proceso formativo, realizado por medio de un programa sistemático, no necesariamente evaluado y que puede ser reconocido y verificado como un aprendizaje de valor, pudiendo finalmente conducir a una certificación.

La educación informal es todo proceso vinculado con el desarrollo de las personas en la sociedad, facilitado por la interacción de unos con otros y sin la tuición del establecimiento educacional como agencia institucional educativa. Se obtiene en forma no estructurada y sistemática del núcleo familiar, de los medios de comunicación, de la experiencia laboral y, en general, del entorno en el cual está inserta la persona.

Artículo 3º.- El sistema educativo chileno se construye sobre la base de los derechos garantizados en la Constitución, así como en los tratados internacionales ratificados por Chile y que se encuentren vigentes y, en especial, del derecho a la educación y la libertad de enseñanza. Se inspira, además, en los siguientes principios:

a) Universalidad y educación permanente. La educación debe estar al alcance de todas las personas a lo largo de toda la vida.

---

⁴⁶ FONTE: Biblioteca Del Congresso Nacional de Chile – disponível para consulta em 30 de agosto de 2010 no site: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1006043&idVersion=2009-09-12>

---

b) Calidad de la educación. La educación debe propender a asegurar que todos los alumnos y alumnas, independientemente de sus condiciones y circunstancias, alcancen los objetivos generales y los estándares de aprendizaje que se definan en la forma que establezca la ley.

c) Equidad del sistema educativo. El sistema propenderá a asegurar que todos los estudiantes tengan las mismas oportunidades de recibir una educación de calidad, con especial atención en aquellas personas o grupos que requieran apoyo especial.

d) Autonomía. El sistema se basa en el respeto y fomento de la autonomía de los establecimientos educativos. Consiste en la definición y desarrollo de sus proyectos educativos, en el marco de las leyes que los rijan.

e) Diversidad. El sistema debe promover y respetar la diversidad de procesos y proyectos educativos institucionales, así como la diversidad cultural, religiosa y social de las poblaciones que son atendidas por él.

f) Responsabilidad. Todos los actores del proceso educativo deben cumplir sus deberes y rendir cuenta pública cuando corresponda.

g) Participación. Los miembros de la comunidad educativa tienen derecho a ser informados y a participar en el proceso educativo en conformidad a la normativa vigente.

h) Flexibilidad. El sistema debe permitir la adecuación del proceso a la diversidad de realidades y proyectos educativos institucionales.

i) Transparencia. La información desagregada del conjunto del sistema educativo, incluyendo los ingresos y gastos y los resultados académicos debe estar a disposición de los ciudadanos, a nivel de establecimiento, comuna, provincia, región y país.

j) Integración. El sistema propiciará la incorporación de alumnos de diversas condiciones sociales, étnicas, religiosas, económicas y culturales.

k) Sustentabilidad. El sistema fomentará el respeto al medio ambiente y el uso racional de los recursos naturales, como expresión concreta de la solidaridad con las futuras generaciones.

l) Interculturalidad. El sistema debe reconocer y valorar al individuo en su especificidad cultural y de origen, considerando su lengua, cosmovisión e historia.

Párrafo 2º

Derechos y Deberes

Artículo 4º.- La educación es un derecho de todas las personas. Corresponde preferentemente a los padres el derecho y el deber de educar a sus hijos; al Estado, el deber de otorgar especial protección al ejercicio de este derecho y, en general, a la comunidad, el deber de contribuir al desarrollo y perfeccionamiento de la educación.

Es deber del Estado promover la educación parvularia en todos sus niveles y garantizar el acceso gratuito y el financiamiento fiscal para el primer y segundo nivel de transición, sin que éstos constituyan requisitos para el ingreso a la educación básica.

La educación básica y la educación media son obligatorias, debiendo el Estado financiar un sistema gratuito destinado a asegurar el acceso a ellas de toda la población, así como generar las condiciones para la permanencia en el mismo de conformidad a la ley.

El sistema de educación será de naturaleza mixta, incluyendo una de propiedad y administración del Estado o sus órganos, y otra particular, sea ésta subvencionada o pagada, asegurándole a los padres y apoderados la libertad de elegir el establecimiento educativo para sus hijos.

Sin perjuicio de sus demás deberes, es deber del Estado que el sistema integrado por los establecimientos educacionales de su propiedad provea una educación gratuita y de calidad, fundada en un proyecto educativo público, laico, esto es, respetuoso de toda expresión religiosa, y pluralista, que permita el acceso a él a toda la población y que promueva la inclusión social y la equidad.

Es deber del Estado promover políticas educacionales que reconozcan y fortalezcan las culturas originarias.

Es deber del Estado resguardar los derechos de los padres y alumnos, cualquiera sea la dependencia del establecimiento que elijan.

Corresponde, asimismo, al Estado propender a asegurar la calidad de la educación, estableciendo las condiciones necesarias para ello y verificando permanentemente su cumplimiento; realizar supervisión, facilitar apoyo pedagógico a los establecimientos y promover el desarrollo profesional docente.

Es deber del Estado mantener y proveer información desagregada sobre la calidad, cobertura y equidad del sistema y las instituciones educativas.

Es deber del Estado velar por la igualdad de oportunidades y la inclusión educativa, promoviendo especialmente que se reduzcan las desigualdades derivadas de circunstancias económicas, sociales, étnicas, de género o territoriales, entre otras.

Artículo 5º.- Corresponderá al Estado, asimismo, fomentar la probidad, el desarrollo de la educación en todos los niveles y modalidades y promover el estudio y conocimiento de los derechos esenciales que emanan de la naturaleza humana; fomentar una cultura de la paz y de la no discriminación arbitraria; estimular la investigación científica, tecnológica y la innovación, la creación artística, la práctica del deporte, la protección y conservación del patrimonio cultural y medio ambiental, y la diversidad cultural de la Nación.

Artículo 6º.- Es deber del Estado propender a asegurar una educación de calidad y procurar que ésta sea impartida a todos, tanto en el ámbito público como en el privado.

Corresponderá al Ministerio de Educación, al Consejo Nacional de Educación, a la Agencia de Calidad de la Educación y a la Superintendencia de Educación, en el ámbito de sus competencias, la administración del Sistema Nacional de Aseguramiento de la Calidad de la Educación, de conformidad a las normas establecidas en la ley.

Artículo 7º.- El Ministerio de Educación y la Agencia de Calidad de la Educación velarán, de conformidad a la ley, y en el ámbito de sus competencias, por la evaluación continua y periódica del sistema educativo, a fin de contribuir a mejorar la calidad de la educación.

Para ello, la Agencia de Calidad de la Educación evaluará los logros de aprendizaje de los alumnos y el desempeño de los establecimientos educacionales en base a estándares indicativos.

La evaluación de los alumnos deberá incluir indicadores que permitan efectuar una evaluación conforme a criterios objetivos y transparentes.

La evaluación de los profesionales de la educación se efectuará de conformidad a la ley.

Los resultados de las evaluaciones de aprendizaje serán informados a la comunidad educativa, resguardando la identidad de los alumnos y de los docentes, en su caso. Sin embargo, los resultados deberán ser entregados a los apoderados de los alumnos en aquellos casos en que las pruebas a nivel educacional tengan representatividad individual, sin que tales resultados puedan ser publicados ni usados con propósitos que puedan afectar negativamente a los alumnos, tales como selección, repitencia u otros similares.

Artículo 8º.- El Estado tiene el deber de resguardar la libertad de enseñanza.

Los padres tienen el derecho de escoger el establecimiento de enseñanza para sus hijos.

La libertad de enseñanza incluye el derecho de abrir, organizar y mantener establecimientos educacionales.

Artículo 9º.- La comunidad educativa es una agrupación de personas que inspiradas en un propósito común integran una institución educativa. Ese objetivo común es contribuir a la formación y el logro de aprendizajes de todos los alumnos que son miembros de ésta, propendiendo a asegurar su pleno desarrollo espiritual, ético, moral, afectivo, intelectual, artístico y físico. El propósito compartido de la comunidad se expresa en la adhesión al proyecto educativo del establecimiento y a sus reglas de convivencia establecidas en el reglamento interno. Este reglamento debe permitir el ejercicio efectivo de los derechos y deberes señalados en esta ley.

La comunidad educativa está integrada por alumnos, alumnas, padres, madres y apoderados, profesionales de la educación, asistentes de la educación, equipos docentes directivos y sostenedores educacionales.

Artículo 10.- Sin perjuicio de los derechos y deberes que establecen las leyes y reglamentos, los integrantes de la comunidad educativa gozarán de los siguientes derechos y estarán sujetos a los siguientes deberes:

a) Los alumnos y alumnas tienen derecho a recibir una educación que les ofrezca oportunidades para su formación y desarrollo integral; a recibir una atención adecuada y oportuna, en el caso de tener necesidades educativas especiales; a no ser discriminados arbitrariamente; a estudiar en un ambiente tolerante y de respeto

---

mutuo, a expresar su opinión y a que se respete su integridad física, y moral, no pudiendo ser objeto de tratos vejatorios o degradantes y de maltratos psicológicos. Tienen derecho, además, a que se respeten su libertad personal y de conciencia, sus convicciones religiosas e ideológicas y culturales, conforme al reglamento interno del establecimiento. De igual modo, tienen derecho a ser informados de las pautas evaluativas; a ser evaluados y promovidos de acuerdo a un sistema objetivo y transparente, de acuerdo al reglamento de cada establecimiento; a participar en la vida cultural, deportiva y recreativa del establecimiento, y a asociarse entre ellos.

Son deberes de los alumnos y alumnas brindar un trato digno, respetuoso y no discriminatorio a todos los integrantes de la comunidad educativa; asistir a clases; estudiar y esforzarse por alcanzar el máximo de desarrollo de sus capacidades; colaborar y cooperar en mejorar la convivencia escolar, cuidar la infraestructura educacional y respetar el proyecto educativo y el reglamento interno del establecimiento.

b) Los padres, madres y apoderados tienen derecho a ser informados por los directivos y docentes a cargo de la educación de sus hijos respecto de los rendimientos académicos y del proceso educativo de éstos, así como del funcionamiento del establecimiento, y a ser escuchados y a participar del proceso educativo en los ámbitos que les corresponda, aportando al desarrollo del proyecto educativo en conformidad a la normativa interna del establecimiento. El ejercicio de estos derechos se realizará, entre otras instancias, a través del Centro de Padres y Apoderados.

Por su parte, son deberes de los padres, madres y apoderados educar a sus hijos e informarse sobre el proyecto educativo y normas de funcionamiento del establecimiento que elijan para éstos; apoyar su proceso educativo; cumplir con los compromisos asumidos con el establecimiento educacional; respetar su normativa interna, y brindar un trato respetuoso a los integrantes de la comunidad educativa.

c) Los profesionales de la educación tienen derecho a trabajar en un ambiente tolerante y de respeto mutuo; del mismo modo, tienen derecho a que se respete su integridad física, psicológica y moral, no pudiendo ser objeto de tratos vejatorios, degradantes o maltratos psicológicos por parte de los demás integrantes de la comunidad educativa. Además, tienen derecho a proponer las iniciativas que estimaren útiles para el progreso del establecimiento, en los términos previstos por la normativa interna, procurando, además, disponer de los espacios adecuados para realizar en mejor forma su trabajo.

Por su parte, son deberes de los profesionales de la educación ejercer la función docente en forma idónea y responsable; orientar vocacionalmente a sus alumnos cuando corresponda; actualizar sus conocimientos y evaluarse periódicamente; investigar, exponer y enseñar los contenidos curriculares correspondientes a cada nivel educativo establecidos por las bases curriculares y los planes y programas de estudio; respetar tanto las normas del establecimiento en que se desempeñan como los derechos de los alumnos y alumnas, y tener un trato respetuoso y sin discriminación arbitraria con los estudiantes y demás miembros de la comunidad educativa.

d) Los asistentes de la educación tienen derecho a trabajar en un ambiente tolerante y de respeto mutuo y a que se respete su integridad física y moral, no pudiendo ser objeto de tratos vejatorios o degradantes; a recibir un trato respetuoso de parte de los demás integrantes de la comunidad escolar; a participar de las instancias colegiadas de ésta, y a proponer las iniciativas que estimaren útiles para el progreso del establecimiento, en los términos previstos por la normativa interna.

Son deberes de los asistentes de la educación ejercer su función en forma idónea y responsable; respetar las normas del establecimiento en que se desempeñan, y brindar un trato respetuoso a los demás miembros de la comunidad educativa.

e) Los equipos docentes directivos de los establecimientos educacionales tienen derecho a conducir la realización del proyecto educativo del establecimiento que dirigen.

Son deberes de los equipos docentes directivos liderar los establecimientos a su cargo, sobre la base de sus responsabilidades, y propender a elevar la calidad de éstos; desarrollarse profesionalmente; promover en los docentes el desarrollo profesional necesario para el cumplimiento de sus metas educativas, y cumplir y respetar todas las normas del establecimiento que conducen.

Para el mejor cumplimiento de estos objetivos los miembros de estos equipos de los establecimientos subvencionados o que reciben aportes del Estado deberán realizar supervisión pedagógica en el aula.

Los derechos y deberes anteriores se ejercerán en el marco de la ley y en virtud de las funciones y responsabilidades delegadas por el sostenedor, según corresponda.

f) Los sostenedores de establecimientos educacionales tendrán derecho a establecer y ejercer un proyecto educativo, con la participación de la comunidad educativa y de acuerdo a la autonomía que le garantice esta ley. También tendrán derecho a establecer planes y programas propios en conformidad a la ley, y a solicitar, cuando corresponda, financiamiento del Estado de conformidad a la legislación vigente.

Son deberes de los sostenedores cumplir con los requisitos para mantener el reconocimiento oficial del establecimiento educacional que representan; garantizar la continuidad del servicio educacional durante el año escolar; rendir cuenta pública de los resultados académicos de sus alumnos y cuando reciban financiamiento estatal, rendir cuenta pública del uso de los recursos y del estado financiero de sus establecimientos a la Superintendencia. Esa información será pública. Además, están obligados a entregar a los padres y apoderados la información que determine la ley y a someter a sus establecimientos a los procesos de aseguramiento de calidad en conformidad a la ley.

Artículo 11.- El embarazo y la maternidad en ningún caso constituirán impedimento para ingresar y permanecer en los establecimientos de educación de cualquier nivel, debiendo estos últimos otorgar las facilidades académicas y administrativas que permitan el cumplimiento de ambos objetivos.

En los establecimientos que reciben aporte estatal, el cambio del estado civil de los padres y apoderados, no será motivo de impedimento para la continuidad del alumno o alumna dentro del establecimiento.

Del mismo modo, durante la vigencia del respectivo año escolar o académico, no se podrá cancelar la matrícula, ni suspender o expulsar alumnos por causales que se deriven del no pago de obligaciones contraídas por los padres o del rendimiento de los alumnos.

El no pago de los compromisos contraídos por el alumno o por el padre o apoderado no podrá servir de fundamento para la aplicación de ningún tipo de sanción a los alumnos durante el año escolar y nunca podrá servir de fundamento para la retención de su documentación académica, sin perjuicio del ejercicio de otros derechos por parte del sostenedor o de la institución educacional, en particular, los referidos al cobro de arancel o matrícula, o ambos, que el padre o apoderado hubiere comprometido.

En los establecimientos subvencionados, el rendimiento escolar del alumno, entre el primer nivel de transición de la educación parvularia y hasta sexto año de educación general básica, no será obstáculo para la renovación de su matrícula.

Asimismo, en los establecimientos subvencionados, los alumnos tendrán derecho a repetir curso en un mismo establecimiento a lo menos en una oportunidad en la educación básica y en una oportunidad en la educación media, sin que por esa causal les sea cancelada o no renovada su matrícula.

En el caso que en la misma comuna o localidad no exista otro establecimiento de igual nivel o modalidad, lo señalado en el inciso anterior no podrá afectar de manera alguna el derecho a la educación.

Ni el Estado, ni los establecimientos educacionales podrán discriminar arbitrariamente en el trato que deben dar a los estudiantes y demás miembros de la comunidad educativa.

Artículo 12.- En los procesos de admisión de los establecimientos subvencionados o que reciban aportes regulares del Estado, que posean oferta educativa entre el primer nivel de transición y sexto año de la educación general básica, en ningún caso se podrá considerar en cada uno de estos cursos el rendimiento escolar pasado o potencial del postulante. Asimismo, en dichos procesos no será requisito la presentación de antecedentes socioeconómicos de la familia del postulante.

Artículo 13.- Sin perjuicio de lo señalado en el artículo anterior, los procesos de admisión de alumnos deberán ser objetivos y transparentes, asegurando el respeto a la dignidad de los alumnos, alumnas y sus familias, de conformidad con las garantías establecidas en la Constitución y en los tratados suscritos y ratificados por Chile.

Al momento de la convocatoria, el sostenedor del establecimiento deberá informar:

- a) Número de vacantes ofrecidas en cada nivel.
- b) Criterios generales de admisión.
- c) Plazo de postulación y fecha de publicación de los resultados.
- d) Requisitos de los postulantes, antecedentes y documentación a presentar.
- e) Tipos de pruebas a las que serán sometidos los postulantes.
- f) Monto y condiciones de cobro por participar en el proceso.
- g) Proyecto educativo del establecimiento.

Artículo 14.- Realizado un proceso de admisión, conforme a los artículos precedentes, el establecimiento publicará en un lugar visible y opcionalmente en un medio electrónico la lista de los admitidos. A quienes no

---

---

resulten admitidos o a sus apoderados, cuando lo soliciten, deberá entregárseles un informe con los resultados de sus pruebas, firmado por el encargado del proceso de admisión del establecimiento.

Artículo 15.- Los establecimientos educacionales promoverán la participación de todos los miembros de la comunidad educativa, en especial a través de la formación de centros de alumnos, centros de padres y apoderados, consejos de profesores y consejos escolares, con el objeto de contribuir al proceso de enseñanza del establecimiento.

En cada establecimiento subvencionado o que recibe aportes del Estado deberá existir un Consejo Escolar. Dicha instancia tendrá como objetivo estimular y canalizar la participación de la comunidad educativa en el proyecto educativo y en las demás áreas que estén dentro de la esfera de sus competencias.

Artículo 16.- Las infracciones a lo dispuesto en los artículos 11, 12, 13, 14 y 15 de esta ley serán sancionadas con multas de hasta 50 unidades tributarias mensuales, las que podrán duplicarse en caso de reincidencia.

Las sanciones que se impongan deberán fundarse en el procedimiento establecido en el artículo 50 de esta ley.

TÍTULO I

De los Niveles y Modalidades Educativas

Artículo 17.- La educación formal o regular está organizada en cuatro niveles: parvularia, básica, media y superior, y por modalidades educativas dirigidas a atender a poblaciones específicas.

Artículo 18.- La Educación Parvularia es el nivel educativo que atiende integralmente a niños desde su nacimiento hasta su ingreso a la educación básica, sin constituir antecedente obligatorio para ésta. Su propósito es favorecer de manera sistemática, oportuna y pertinente el desarrollo integral y aprendizajes relevantes y significativos en los párvulos, de acuerdo a las bases curriculares que se determinen en conformidad a esta ley, apoyando a la familia en su rol insustituible de primera educadora.

Artículo 19.- La Educación Básica es el nivel educacional que se orienta hacia la formación integral de los alumnos, en sus dimensiones física, afectiva, cognitiva, social, cultural, moral y espiritual, desarrollando sus capacidades de acuerdo a los conocimientos, habilidades y actitudes definidos en las bases curriculares que se determinen en conformidad a esta ley, y que les permiten continuar el proceso educativo formal.

Artículo 20.- La Educación Media es el nivel educacional que atiende a la población escolar que haya finalizado el nivel de educación básica y tiene por finalidad procurar que cada alumno expanda y profundice su formación general y desarrolle los conocimientos, habilidades y actitudes que le permitan ejercer una ciudadanía activa e integrarse a la sociedad, los cuales son definidos por las bases curriculares que se determinen en conformidad a esta ley. Este nivel educativo ofrece una formación general común y formaciones diferenciadas. Estas son la humanístico-científica, técnico-profesional y artística, u otras que se podrán determinar a través de las referidas bases curriculares.

La formación diferenciada humanista-científica está orientada a la profundización de áreas de la formación general de interés de los estudiantes. La formación diferenciada técnico profesional está orientada a la formación en especialidades definidas en términos de perfiles de egreso en diferentes sectores económicos de interés de los alumnos. La formación diferenciada artística está orientada a la formación especializada definida en términos de perfiles de egreso en las diferentes áreas artísticas de interés de los alumnos.

Dicha enseñanza habilita, por otra parte, al alumno para continuar su proceso educativo formal a través de la educación superior o incorporarse a la vida del trabajo.

Artículo 21.- La Educación Superior es aquella que tiene por objeto la preparación y formación del estudiante en un nivel avanzado en las ciencias, las artes, las humanidades y las tecnologías, y en el campo profesional y técnico.

El ingreso de estudiantes a la educación superior tiene como requisito mínimo la licencia de educación media.

La enseñanza de educación superior comprende diferentes niveles de programas formativos, a través de los cuales es posible obtener títulos de técnico de nivel superior, títulos profesionales, grados académicos o títulos universitarios o sus equivalentes.

Artículo 22.- Son modalidades educativas aquellas opciones organizativas y curriculares de la educación regular, dentro de uno o más niveles educativos, que procuran dar respuesta a requerimientos específicos de aprendizaje, personales o contextuales, con el propósito de garantizar la igualdad en el derecho a la educación.

Constituyen modalidades la educación especial o diferencial, la educación de adultos y las que se creen conforme a lo dispuesto en el artículo 35 de esta ley.

Tanto las bases curriculares como los criterios u orientaciones para construir adecuaciones curriculares deberán contar con la aprobación del Consejo Nacional de Educación, de acuerdo al procedimiento establecido en el artículo 53.

Artículo 23.- La Educación Especial o Diferencial es la modalidad del sistema educativo que desarrolla su acción de manera transversal en los distintos niveles, tanto en los establecimientos de educación regular como especial, proveyendo un conjunto de servicios, recursos humanos, técnicos, conocimientos especializados y ayudas para atender las necesidades educativas especiales que puedan presentar algunos alumnos de manera temporal o permanente a lo largo de su escolaridad, como consecuencia de un déficit o una dificultad específica de aprendizaje.

Se entenderá que un alumno presenta necesidades educativas especiales cuando precisa ayudas y recursos adicionales, ya sean humanos, materiales o pedagógicos, para conducir su proceso de desarrollo y aprendizaje, y contribuir al logro de los fines de la educación.

La modalidad de educación especial y los proyectos de integración escolar contarán con orientaciones para construir adecuaciones curriculares para las escuelas especiales y aquellas que deseen desarrollar proyectos de integración.

Se efectuarán adecuaciones curriculares para necesidades educacionales específicas, tales como las que se creen en el marco de la interculturalidad, de las escuelas cárceles y de las aulas hospitalarias, entre otras.

La Educación Intercultural Bilingüe se expresa en el sector curricular dirigido a los niños y niñas, jóvenes y adultos que reconocen la diversidad cultural y de origen y en la cual se enseñan y transmiten la lengua, cosmovisión e historia de su pueblo de origen, estableciendo un diálogo armónico en la sociedad.

Artículo 24.- La Educación de Adultos es la modalidad educativa dirigida a los jóvenes y adultos que deseen iniciar o completar estudios, de acuerdo a las bases curriculares específicas que se determinen en conformidad a esta ley. Esta modalidad tiene por propósito garantizar el cumplimiento de la obligatoriedad escolar prevista por la Constitución y brindar posibilidades de educación a lo largo de toda la vida.

La educación de adultos se estructura en los niveles de educación básica y media, y puede impartirse a través de un proceso presencial o a través de planes flexibles semi-presenciales de mayor o menor duración, regulados conforme lo dispuesto en el artículo 32.

TÍTULO II

Párrafo 1º

Requisitos mínimos de la educación parvularia, básica y media y normas objetivas para velar por su cumplimiento

Artículo 25.- El nivel de educación básica regular tendrá una duración de seis años y el nivel de educación media regular tendrá una duración de seis años, cuatro de los cuales, en el segundo caso, serán de formación general y los dos finales de formación diferenciada. La educación parvularia no tendrá una duración obligatoria.

Tratándose de las modalidades educativas, el Presidente de la República, por decreto supremo expedido a través del Ministerio de Educación, podrá autorizar estudios de menor o mayor duración, las que deberán contar con la aprobación del Consejo Nacional de Educación.

Artículo 26.- La educación parvularia no exige requisitos mínimos para acceder a ella, ni constituirá antecedente obligatorio para ingresar a la educación básica.

Para ingresar a la educación media se requiere haber aprobado la educación básica o tener estudios equivalentes.

Artículo 27.- La edad mínima para el ingreso a la educación básica regular será de seis años y la edad máxima para el ingreso a la educación media regular será de dieciséis años. Con todo, tales límites de edad podrán ser distintos tratándose de la educación especial o diferencial, o de adecuaciones de aceleración curricular, las que se especificarán por decreto supremo expedido a través del Ministerio de Educación.

Artículo 28.- Sin que constituya un antecedente obligatorio para la educación básica, la educación parvularia fomentará el desarrollo integral de los niños y niñas y promoverá los aprendizajes, conocimientos, habilidades y actitudes que les permitan:

- a) Valerse por sí mismos en el ámbito escolar y familiar, asumiendo conductas de autocuidado y de cuidado de los otros y del entorno.
- b) Apreciar sus capacidades y características personales.
- c) Desarrollar su capacidad motora y valorar el cuidado del propio cuerpo.
- d) Relacionarse con niños y adultos cercanos en forma armoniosa, estableciendo vínculos de confianza, afecto, colaboración y pertenencia.
- e) Desarrollar actitudes de respeto y aceptación de la diversidad social, étnica, cultural, religiosa y física.
- f) Comunicar vivencias, emociones, sentimientos, necesidades e ideas por medio del lenguaje verbal y corporal.
- g) Contar y usar los números para resolver problemas cotidianos simples.
- h) Reconocer que el lenguaje escrito ofrece oportunidades para comunicarse, informarse y recrearse.
- i) Explorar y conocer el medio natural y social, apreciando su riqueza y manteniendo una actitud de respeto y cuidado del entorno.
- j) Desarrollar su curiosidad, creatividad e interés por conocer.
- k) Desarrollar actitudes y hábitos que les faciliten seguir aprendiendo en los siguientes niveles educativos.
- l) Expresarse libre y creativamente a través de diferentes lenguajes artísticos.
- m) En el caso de establecimientos educacionales con alto porcentaje de alumnos indígenas se considerará, además, como objetivo general, que los alumnos y alumnas desarrollen los aprendizajes que les permiten comprender y expresar mensajes simples en lengua indígena reconociendo su historia y conocimientos de origen.

Artículo 29.- La educación básica tendrá como objetivos generales, sin que esto implique que cada objetivo sea necesariamente una asignatura, que los educandos desarrollen los conocimientos, habilidades y actitudes que les permitan:

- 1) En el ámbito personal y social:
  - a) Desarrollarse en los ámbitos moral, espiritual, intelectual, afectivo y físico de acuerdo a su edad.
  - b) Desarrollar una autoestima positiva y confianza en sí mismos.
  - c) Actuar de acuerdo con valores y normas de convivencia cívica, pacífica, conocer sus derechos y responsabilidades, y asumir compromisos consigo mismo y con los otros.
  - d) Reconocer y respetar la diversidad cultural, religiosa y étnica y las diferencias entre las personas, así como la igualdad de derechos entre hombres y mujeres, y desarrollar capacidades de empatía con los otros.
  - e) Trabajar individualmente y en equipo, con esfuerzo, perseverancia, responsabilidad y tolerancia a la frustración.
  - f) Practicar actividad física adecuada a sus intereses y aptitudes.

---

g) Adquirir hábitos de higiene y cuidado del propio cuerpo y salud.

2) En el ámbito del conocimiento y la cultura:

- a) Desarrollar la curiosidad, la iniciativa personal y la creatividad.
- b) Pensar en forma reflexiva, evaluando y utilizando información y conocimientos, de manera sistemática y metódica, para la formulación de proyectos y resolución de problemas.
- c) Comunicarse con eficacia en lengua castellana, lo que implica comprender diversos tipos de textos orales y escritos adecuados para la edad y expresarse correctamente en forma escrita y oral.
- d) Acceder a información y comunicarse usando las tecnologías de la información y la comunicación en forma reflexiva y eficaz.
- e) Comprender y expresar mensajes simples en uno o más idiomas extranjeros.
- f) Comprender y utilizar conceptos y procedimientos matemáticos básicos, relativos a números y formas geométricas, en la resolución de problemas cotidianos, y apreciar el aporte de la matemática para entender y actuar en el mundo.
- g) Conocer los hitos y procesos principales de la historia de Chile y su diversidad geográfica, humana y socio-cultural, así como su cultura e historia local, valorando la pertenencia a la nación chilena y la participación activa en la vida democrática.
- h) Conocer y valorar el entorno natural y sus recursos como contexto de desarrollo humano, y tener hábitos de cuidado del medio ambiente.
- i) Aplicar habilidades básicas y actitudes de investigación científica, para conocer y comprender algunos procesos y fenómenos fundamentales del mundo natural y de aplicaciones tecnológicas de uso corriente.
- j) Conocer y apreciar expresiones artísticas de acuerdo a la edad y expresarse a través de la música y las artes visuales.

En el caso de los establecimientos educacionales con alto porcentaje de alumnos indígenas, se considerará, además, como objetivo general, que los alumnos y alumnas desarrollen los aprendizajes que les permitan comprender diversos tipos de textos orales y escritos, y expresarse en forma oral en su lengua indígena.

Artículo 30.- La educación media tendrá como objetivos generales, sin que esto implique que cada objetivo sea necesariamente una asignatura, que los educandos desarrollen los conocimientos, habilidades y actitudes que les permitan:

1) En el ámbito personal y social:

- a) Alcanzar el desarrollo moral, espiritual, intelectual, afectivo y físico que los faculte para conducir su propia vida en forma autónoma, plena, libre y responsable.
- b) Desarrollar planes de vida y proyectos personales, con discernimiento sobre los propios derechos, necesidades e intereses, así como sobre las responsabilidades con los demás y, en especial, en el ámbito de la familia.
- c) Trabajar en equipo e interactuar en contextos socio-culturalmente heterogéneos, relacionándose positivamente con otros, cooperando y resolviendo adecuadamente los conflictos.
- d) Conocer y apreciar los fundamentos de la vida democrática y sus instituciones, los derechos humanos y valorar la participación ciudadana activa, solidaria y responsable, con conciencia de sus deberes y derechos, y respeto por la diversidad de ideas, formas de vida e intereses.
- e) Desarrollar capacidades de emprendimiento y hábitos, competencias y cualidades que les permitan aportar con su trabajo, iniciativa y creatividad al desarrollo de la sociedad.
- f) Tener hábitos de vida activa y saludable.

2) En el ámbito del conocimiento y la cultura:

- a) Conocer diversas formas de responder a las preguntas sobre el sentido de la existencia, la naturaleza de la realidad y del conocimiento humano.

-
-
- b) Pensar en forma libre y reflexiva, siendo capaces de evaluar críticamente la propia actividad y de conocer y organizar la experiencia.
  - c) Analizar procesos y fenómenos complejos, reconociendo su multidimensionalidad y multicausalidad.
  - d) Expresarse en lengua castellana en forma clara y eficaz, de modo oral y escrito; leer comprensiva y críticamente diversos textos de diferente nivel de complejidad, que representen lo mejor de la cultura, y tomar conciencia del poder del lenguaje para construir significados e interactuar con otros.
  - e) Usar tecnología de la información en forma reflexiva y eficaz, para obtenerla, procesarla y comunicarla.
  - f) Comprender el lenguaje oral y escrito de uno o más idiomas extranjeros, y expresarse en forma adecuada.
  - g) Comprender y aplicar conceptos, procedimientos y formas de razonamiento matemático para resolver problemas numéricos, geométricos, algebraicos y estadísticos, y para modelar situaciones y fenómenos reales, formular inferencias y tomar decisiones fundadas.
  - h) Comprender y aplicar conceptos, teorías y formas de razonamiento científico, y utilizar evidencias empíricas, en el análisis y comprensión de fenómenos relacionados con ciencia y tecnología.
  - i) Conocer la importancia de la problemática ambiental global y desarrollar actitudes favorables a la conservación del entorno natural.
  - j) Comprender y valorar la historia y la geografía de Chile, su institucionalidad democrática y los valores cívicos que la fundamentan.
  - k) Conocer los principales hitos y procesos de la historia de la humanidad y en especial aquellos aspectos de carácter político, culturales y religiosos de relevancia para la sociedad chilena y tener conciencia de ser parte de un mundo globalizado.
  - l) Tener un sentido estético informado y expresarlo utilizando recursos artísticos de acuerdo a sus intereses y aptitudes.

En el caso de los establecimientos educacionales con alto porcentaje de alumnos indígenas se considerará, además, como objetivo general, que los alumnos y alumnas desarrollen los aprendizajes que les permitan mantener su dominio de la lengua indígena y el conocimiento de la historia y la cultura de su pueblo.

En el caso de los establecimientos educacionales que ofrezcan la formación diferenciada técnico profesional y artística, se consideran, además, como objetivos generales, los aprendizajes requeridos por el perfil de egreso de las respectivas especialidades que impartan.

Artículo 31.- Corresponderá al Presidente de la República, mediante decreto supremo dictado a través del Ministerio de Educación, previa aprobación del Consejo Nacional de Educación, establecer las bases curriculares para la educación parvularia, básica y media. Éstas definirán, por ciclos o años, respectivamente, los objetivos de aprendizaje que permitan el logro de los objetivos generales para cada uno de los niveles establecidos en esta ley. Las bases curriculares aprobadas deberán publicarse íntegramente en el Diario Oficial.

El Consejo Nacional de Educación aprobará las bases curriculares de acuerdo al procedimiento del artículo 53, velando por que los objetivos de aprendizaje contemplados en éstas sean relevantes, actuales y coherentes con los objetivos generales establecidos en la ley. Asimismo, deberá constatar que los objetivos de aprendizaje que se le presentan sean adecuados a la edad de los estudiantes, estén debidamente secuenciados y sean abordables en el tiempo escolar disponible en cada nivel y modalidad, y se adecuen al tiempo de libre disposición señalado en el inciso final de este artículo.

El Consejo Nacional de Educación tendrá un plazo de 60 días para aprobar, rechazar o hacer observaciones a la propuesta del Ministerio de Educación. En caso de que formule observaciones, el Ministerio de Educación tendrá un plazo de 30 días para dar respuesta a éstas, tras lo cual el Consejo deberá aprobar o rechazar la propuesta en un plazo de 45 días.

El Ministerio de Educación deberá elaborar planes y programas de estudios para los niveles de educación básica y media, los cuales deberán, si cumplen con las bases curriculares, ser aprobados por el Consejo Nacional de Educación, de acuerdo al procedimiento establecido en el artículo 53. Dichos planes y programas serán obligatorios para los establecimientos que carezcan de ellos.

Sin embargo, los establecimientos educacionales tendrán libertad para desarrollar los planes y programas propios de estudio que consideren adecuados para el cumplimiento de los objetivos generales definidos en las bases curriculares y de los complementarios que cada uno de ellos fije.

Los establecimientos educacionales harán entrega, a la autoridad regional de educación correspondiente, de los planes y programas propios que libremente elaboren, debiendo dicha autoridad certificar la fecha de entrega.

Los planes y programas se entenderán aceptados por el Ministerio de Educación transcurridos sesenta días contados desde la fecha de su entrega, fecha a partir de la cual se incorporarán al registro de planes y programas que el Ministerio llevará al efecto.

No obstante, dicho Ministerio podrá objetar los respectivos planes y programas que se presenten para su aprobación, dentro del mismo plazo a que se refiere el inciso anterior, si éstos no incluyen los objetivos de aprendizaje explicitados en las bases curriculares que se establezcan de acuerdo a esta ley. Esta objeción deberá notificarse por escrito, siempre de manera fundada, en ese plazo mediante carta certificada dirigida al domicilio del respectivo establecimiento. La notificación contendrá la expresión de los objetivos de aprendizaje que no fueron incluidos en dichos planes y programas.

En todo caso, procederá el reclamo de los afectados por la decisión del Ministerio de Educación, en única instancia, ante el Consejo Nacional de Educación, en el plazo de 15 días contados desde la fecha de la notificación del rechazo, disponiendo dicho Consejo de 45 días para pronunciarse sobre el reclamo.

Para los establecimientos que operen en el régimen de jornada escolar completa, las bases curriculares para la educación parvularia, básica y media deberán asegurar una proporción equivalente al 30% de tiempo de trabajo escolar de libre disposición. En ese mismo régimen, los planes y programas de estudios para los niveles de educación básica y media que elabore el Ministerio de Educación deberán asegurar, a lo menos, una proporción equivalente al 15% de tiempo de trabajo escolar de libre disposición.

Artículo 32.- Corresponderá al Ministerio de Educación, previa aprobación del Consejo Nacional de Educación, de acuerdo al procedimiento dispuesto en el artículo 53, establecer las bases curriculares específicas para la modalidad de educación de adultos.

Los establecimientos educacionales tendrán libertad para desarrollar los planes y programas de estudios que consideren adecuados para el cumplimiento de los objetivos de aprendizaje definidos en las bases curriculares y de los complementarios que cada uno de ellos fije.

Los establecimientos educacionales harán entrega, a la autoridad regional de educación correspondiente, de los planes y programas que libremente elaboren, debiendo dicha autoridad certificar la fecha de entrega.

Los planes y programas se entenderán aceptados por el Ministerio de Educación transcurridos sesenta días contados desde la fecha de su entrega, fecha a partir de la cual se incorporarán al registro de planes y programas que el Ministerio llevará al efecto.

No obstante, dicho Ministerio podrá objetar, de manera fundada, los respectivos planes y programas que se presenten para su aprobación, dentro del mismo plazo a que se refiere el inciso anterior, si éstos no se ajustan a las bases curriculares de educación de adultos que se establezcan de acuerdo a esta ley. Esta objeción deberá notificarse por escrito en ese plazo mediante carta certificada dirigida al domicilio del respectivo establecimiento.

En todo caso, procederá el reclamo de los afectados por la decisión del Ministerio de Educación, en única instancia, ante el Consejo Nacional de Educación, en el plazo de 15 días contados desde la fecha de la notificación del rechazo, disponiendo dicho Consejo de igual plazo para pronunciarse sobre el reclamo.

El Ministerio de Educación deberá elaborar planes y programas de estudio para la educación de adultos, los cuales deberán ser aprobados previo informe favorable del Consejo Nacional de Educación, de acuerdo al procedimiento establecido en el artículo 53. Dichos planes y programas serán obligatorios para los establecimientos que carezcan de ellos.

Artículo 33.- El Ministerio de Educación creará un banco de planes y programas complementarios, que serán aprobados mediante decreto supremo del mismo, el que deberá contener al menos cinco alternativas para cada nivel educativo.

Estos planes y programas deberán cumplir con los objetivos de aprendizaje definidos en las bases curriculares y haber sido aplicados previamente en establecimientos educacionales que, en conformidad al grado de cumplimiento de los estándares nacionales de aprendizaje, se encuentren ubicados en la categoría de establecimientos de buen desempeño, de conformidad a lo establecido en la ley.

Los planes y programas de que trata este artículo podrán comprender un ciclo completo o un subciclo de la enseñanza escolar y referirse a la totalidad o a una parte de las áreas de estudio comprendidas en las bases curriculares.

Estos planes y programas deberán estar siempre disponibles en la página web del Ministerio de Educación.

Los establecimientos que empleen estos planes y programas deberán comunicarlo al Ministerio de Educación, a los padres y apoderados, y a los alumnos.

Artículo 34.- En el caso de la educación especial o diferencial, corresponderá al Ministerio de Educación, previa aprobación del Consejo Nacional de Educación conforme al procedimiento establecido en el artículo 53, definir criterios y orientaciones para diagnosticar a los alumnos que presenten necesidades educativas especiales, así como criterios y orientaciones de adecuación curricular que permitan a los establecimientos educacionales planificar propuestas educativas pertinentes y de calidad para estos alumnos, sea que estudien en escuelas especiales o en establecimientos de la educación regular bajo la modalidad de educación especial en programas de integración.

Artículo 35.- El Ministerio de Educación podrá proponer, de acuerdo al procedimiento establecido en el artículo 53, la creación de nuevas modalidades educativas al Consejo Nacional de Educación, que complementen la educación regular o profundicen áreas específicas de ella. En el caso de ser aprobadas, deberá formular las bases curriculares específicas para ellas, las que deberán ser también aprobadas por el Consejo Nacional de Educación conforme al procedimiento antes señalado.

El Ministerio de Educación también podrá proponer al Consejo Nacional de Educación, de acuerdo al procedimiento del artículo 53, adecuaciones a las bases curriculares de la educación regular para aquellas personas o poblaciones que por sus características o contextos lo requieran, buscando la mayor equivalencia posible con sus objetivos de aprendizaje, especialmente en lo que respecta a la educación artística e intercultural.

Artículo 36.- Por decreto supremo, expedido a través del Ministerio de Educación, deberá reglamentarse la duración mínima del año escolar y las normas en virtud de las cuales los organismos regionales respectivos determinarán, de acuerdo a las condiciones de cada región, las fechas o períodos de suspensión y de interrupción de las actividades escolares.

Artículo 37.- Le corresponderá a la Agencia de Calidad de la Educación diseñar e implementar el sistema nacional de evaluación de logros de aprendizaje. Esta medición verificará el grado de cumplimiento de los objetivos generales a través de la medición de estándares de aprendizaje referidos a las bases curriculares nacionales de educación básica y media. La Agencia deberá contar con instrumentos válidos y confiables para dichas evaluaciones, que se apliquen en forma periódica a lo menos en un curso, tanto en el nivel de educación básica como en el de educación media, e informar los resultados obtenidos. Estas mediciones deberán informar sobre la calidad y equidad en el logro de los aprendizajes a nivel nacional.

Las evaluaciones nacionales e internacionales se desarrollarán de acuerdo a un plan de, a lo menos, cinco años, elaborado por el Ministerio de Educación, aprobado previo informe favorable del Consejo Nacional de Educación, emitido conforme al procedimiento del artículo 53. Este plan deberá contemplar las áreas curriculares que son objeto de evaluación, los grados de educación básica y media que son medidos, la periodicidad de la evaluación y las principales desagregaciones y modos de informar resultados.

Las evaluaciones nacionales periódicas serán obligatorias y a ellas deberán someterse todos los establecimientos educacionales de enseñanza regular del país.

La Agencia de Calidad de la Educación deberá informar públicamente los resultados obtenidos a nivel nacional y por cada establecimiento educacional evaluado. En caso alguno la publicación incluirá la individualización de los alumnos. Sin perjuicio de lo anterior, los padres y apoderados deberán ser informados de los resultados obtenidos por sus hijos cuando las mediciones tengan representatividad individual, sin que tales resultados puedan ser publicados ni usados con propósitos que puedan afectar negativamente a los alumnos, en ámbitos tales como selección, repitencia u otros similares.

La Agencia de Calidad de la Educación coordinará la participación de Chile en mediciones internacionales de aprendizaje de los alumnos, debiendo informar públicamente sobre sus resultados.

Artículo 38.- Le corresponderá a la Agencia de Calidad de la Educación diseñar e implementar un sistema de evaluación del desempeño de los establecimientos y sostenedores educacionales. Esta evaluación estará basada en estándares indicativos de desempeño de los establecimientos, elaborados por el Ministerio de Educación y

---

---

aprobados por el Consejo Nacional de Educación, de conformidad al procedimiento del artículo 53. Éstos deberán ser precisos, objetivos y fáciles de comprender, y deberán tomar en consideración, entre otros, los resultados de aprendizaje de los alumnos, los resultados de las evaluaciones del desempeño de los docentes, cuando corresponda, y otros indicadores de calidad de procesos relevantes de los establecimientos que permitan realizar una evaluación integral según los objetivos generales establecidos en la ley. En ningún caso el incumplimiento de estos estándares indicativos de desempeño ni de las recomendaciones que se desprendan de estas evaluaciones dará origen a sanciones. No obstante, la Agencia de Calidad de la Educación informará de estas evaluaciones a la comunidad educativa.

La evaluación de desempeño de los establecimientos educacionales y de los sostenedores se orientará a fortalecer las capacidades institucionales y de autoevaluación de los establecimientos y sus planes de mejoramiento, y a asegurar la mejora continua de la calidad de la educación que ofrecen.

Este proceso de evaluación se inicia con la revisión de los resultados de la autoevaluación institucional, respetando el proyecto educativo institucional y considerando las condiciones de contexto de la institución.

Párrafo 2º

Calificación, validación y certificación de estudios y licencias de educación básica y media

Artículo 39.- Los establecimientos de los niveles de educación básica y media deberán evaluar periódicamente los logros y aprendizajes de los alumnos de acuerdo a un procedimiento de carácter objetivo y transparente, basado en normas mínimas nacionales sobre calificación y promoción. Dichas normas deberán propender a elevar la calidad de la educación y serán establecidas mediante decreto supremo expedido a través del Ministerio de Educación, el que deberá ser aprobado por el Consejo Nacional de Educación de acuerdo al procedimiento establecido en el artículo 53.

Asimismo, por decreto supremo del Ministerio de Educación se establecerán los criterios, orientaciones y el procedimiento para la certificación de aprendizajes, habilidades y aptitudes, y para la promoción de un curso a otro de los alumnos con necesidades educativas especiales que durante su proceso educativo requirieron de adaptaciones curriculares.

Artículo 40.- Los establecimientos reconocidos oficialmente certificarán las calificaciones anuales de cada alumno y, cuando proceda, el término de los estudios de educación básica y media. No obstante, la licencia de educación media será otorgada por el Ministerio de Educación.

En el caso de la educación técnico-profesional, el Ministerio de Educación, una vez cumplidos los requerimientos de titulación fijados en las bases curriculares, entregará títulos de técnico de nivel medio.

En el caso de la educación artística, el Ministerio de Educación otorgará un certificado que acredite la realización de estudios en la mención a la que el alumno optó.

Artículo 41.- Por decreto supremo, expedido a través del Ministerio de Educación, se reglamentará la forma como se validará el aprendizaje desarrollado al margen del sistema formal, por experiencia personal o el mundo laboral, conducente a niveles o títulos, y la forma como se convalidarán los estudios equivalentes a la educación básica o media realizados en el extranjero.

Asimismo, el Ministerio de Educación deberá otorgar las certificaciones de aprendizajes y competencias adquiridas en procesos no formales y flexibles, de acuerdo a un procedimiento establecido por decreto supremo.

Corresponderá, igualmente, al Ministerio de Educación fijar por decreto supremo un procedimiento para establecer las equivalencias y homologaciones de aprendizajes o estudios dentro de las distintas formaciones diferenciadas de la educación media regular, y entre la enseñanza regular básica y, o media y las modalidades.

Artículo 42.- La licencia de educación media permitirá optar a la continuación de estudios en la Educación Superior, previo cumplimiento de los requisitos establecidos por ley y por las instituciones de educación superior.

Artículo 43.- El Ministerio de Educación otorgará el título correspondiente a un oficio a los alumnos de la educación de adultos o de la educación especial que hayan aprobado los programas respectivos, definidos en el marco curricular específico, establecido de acuerdo con esta ley.

Artículo 44.- La educación media que se imparta en los establecimientos de educación de las instituciones de la Defensa Nacional deberá cumplir los objetivos generales señalados en esta ley para dicho nivel y los requisitos específicos mínimos de egreso que determine la reglamentación institucional correspondiente. Asimismo, sus planes y programas de estudio, en lo referido a la enseñanza media regular, se sujetarán a las normas establecidas en esta ley.

El Estado, por intermedio del Ministerio de Educación, velará por el cumplimiento de los objetivos generales de la enseñanza media regular y, a través del Ministerio de Defensa, por la observancia de los requisitos específicos mínimos de egreso que determine la reglamentación institucional respectiva.

TÍTULO III

Reconocimiento Oficial del Estado a Establecimientos Educativos que impartan enseñanza en los niveles de educación Parvularia, Básica y Media

Artículo 45.- El reconocimiento oficial del Estado es el acto administrativo en virtud del cual la autoridad confiere a un establecimiento educacional la facultad de certificar válida y autónomamente la aprobación de cada uno de los ciclos y niveles que conforman la educación regular, y de ejercer los demás derechos que le confiere la ley.

Sin perjuicio de lo establecido en este Título, se podrá impartir cualquiera otra clase de educación no reconocida por el Estado. Excepcionalmente, estos establecimientos educacionales podrán optar al reconocimiento oficial, cuando apliquen métodos pedagógicos o planes y programas de estudio que no contengan evaluaciones equivalentes a las de general aplicación en el sistema, y que hayan funcionado exitosamente por al menos 6 años sin que nunca hayan obtenido reconocimiento oficial previamente. Para la presentación de dicha solicitud al Ministerio se requerirá del acuerdo de la respectiva comunidad educativa, no siendo en este caso exigencia para el reconocimiento la presentación del reglamento de evaluación del establecimiento.

La solicitud precedente será sometida al procedimiento administrativo que se establezca en un reglamento que al efecto se dicte. Dicha normativa deberá considerar, además, un informe fundado del Consejo Nacional de Educación sobre la factibilidad de aprobar la excepción solicitada, en virtud de las normas que le rigen.

Una vez reconocidos, estos establecimientos educacionales deberán cumplir los objetivos generales establecidos en esta ley, así como los estándares nacionales de aprendizaje que se exigen al conjunto del sistema escolar. De esta manera, podrán certificar estudios conforme a sus propuestas educativas, debiendo en enseñanza media cumplir al menos las exigencias que permitan a sus alumnos acceder a la licencia de educación media.

Artículo 46.- El Ministerio de Educación reconocerá oficialmente a los establecimientos educacionales que impartan enseñanza en los niveles de educación parvularia, básica y media, cuando así lo soliciten y cumplan con los siguientes requisitos:

a) Tener un sostenedor. Serán sostenedores las personas jurídicas de derecho público, tales como municipalidades y otras entidades creadas por ley, y las personas jurídicas de derecho privado cuyo objeto social único sea la educación. El sostenedor será responsable del funcionamiento del establecimiento educacional.

Todos los sostenedores que reciban recursos estatales deberán rendir cuenta pública respecto del uso de los recursos y estarán sujetos a la fiscalización y auditoría de los mismos que realizará la Superintendencia de Educación.

El representante legal y el administrador de entidades sostenedoras de establecimientos educacionales deberán cumplir con los siguientes requisitos: estar en posesión de un título profesional o licenciatura de al menos 8 semestres, otorgado por una universidad o instituto profesional del Estado o reconocido por éste; no haber sido sancionado con las inhabilidades para ser sostenedor por haber cometido alguna de las infracciones graves señaladas en el artículo 50 del decreto con fuerza de ley Nº 2, de 1998, de Educación; no haber sido condenado por crimen o simple delito de aquellos a que se refiere el Título VII del Libro II del Código Penal, y, o la ley Nº20.000, que sanciona el tráfico ilícito de estupefacientes, y otros que establezca la ley.

Las sanciones de inhabilidad aplicadas por infracciones cometidas por la entidad sostenedora se entenderán aplicadas a su representante legal y administrador.

La calidad de sostenedor no podrá transferirse ni transmitirse en caso alguno y bajo ningún título. No obstante, podrán transferirse y transmitirse los bienes muebles o inmuebles que componen el establecimiento.

b) Contar con un proyecto educativo.

c) Ceñirse, en los programas de estudio que apliquen, a las bases curriculares elaboradas por el Ministerio de Educación de acuerdo a lo señalado en los artículos 31 y, o 32 de esta ley.

d) Tener y aplicar un reglamento que se ajuste a las normas mínimas nacionales sobre evaluación y promoción de los alumnos para cada uno de los niveles a que se refiere el artículo 39 de esta ley.

e) Comprometerse a cumplir los estándares nacionales de aprendizaje, de conformidad a los instrumentos que la ley establezca para tales efectos.

f) Contar con un reglamento interno que regule las relaciones entre el establecimiento y los distintos actores de la comunidad escolar, y que garantice el justo procedimiento en el caso en que se contemplen sanciones. Este reglamento no podrá contravenir la normativa vigente.

g) Tener el personal docente idóneo que sea necesario y el personal asistente de la educación suficiente que les permita cumplir con las funciones que les corresponden, atendido el nivel y modalidad de la enseñanza que impartan y la cantidad de alumnos que atiendan.

Tratándose de la educación parvularia y básica, se entenderá por docente idóneo al que cuente con el título de profesional de la educación del respectivo nivel y especialidad cuando corresponda, o esté habilitado para ejercer la función docente según las normas legales vigentes. En la educación media, se entenderá por docente idóneo al que cuente con el título de profesional de la educación del respectivo nivel y especialidad cuando corresponda, o esté habilitado para ejercer la función docente según las normas legales vigentes, o esté en posesión de un título profesional o licenciatura de al menos 8 semestres, de una universidad acreditada, en un área afín a la especialidad que imparta, para lo cual estará autorizado a ejercer la docencia por un período máximo de tres años renovables por otros dos, de manera continua o discontinua y a la sola petición del director del establecimiento. Después de los cinco años, para continuar ejerciendo la docencia deberá poseer el título profesional de la educación respectivo, o estar cursando estudios conducentes a dicho grado o acreditar competencias docentes de acuerdo a lo que establezca el reglamento. Este reglamento sólo podrá establecer los instrumentos de evaluación de conocimientos disciplinarios y prácticas pedagógicas como el medio idóneo para acreditar competencias docentes.

Los docentes habilitados conforme a la ley y el personal asistente de la educación deberán, además, poseer idoneidad moral, entendiéndose por tal no haber sido condenado por crimen o simple delito de aquellos a que se refiere el Título VII del Libro II del Código Penal, y, o la ley N° 20.000, que sanciona el tráfico ilícito de estupefacientes y la ley N° 20.066, que sanciona la violencia intrafamiliar.

h) Acreditar un capital mínimo pagado, en proporción a la matrícula proyectada para el siguiente, según la tabla que se establece a continuación:

Matrícula Proyectada (cantidad de alumnos)	Monto a Acreditar (unidades de fomento)
0-100	100
101-200	150
201-400	300
401-600	500
601 o más	700

i) Acreditar que el local en el cual funciona el establecimiento cumple con las normas de general aplicación, previamente establecidas.

En el evento de que el sostenedor no sea propietario del local donde funciona el establecimiento educacional, deberá acreditar un contrato, sea en calidad de arrendatario, comodatario o titular de otro derecho sobre el inmueble, de duración no inferior a 5 años e inscrito en el Conservador de Bienes Raíces respectivo. Esta acreditación deberá renovarse 6 meses antes de la finalización de los 5 años contemplados.

j) Disponer de mobiliario, equipamiento, elementos de enseñanza y material didáctico mínimo, adecuados al nivel y modalidad de educación que pretendan impartir. En el caso de la educación técnico profesional, el

---

equipamiento y maquinarias de enseñanza que se utilicen deberán estar debidamente adecuadas a los niveles de desarrollo del área productiva o de servicios de que se trate.

Los requisitos contemplados en las letras precedentes serán reglamentados mediante decreto supremo del Ministerio de Educación.

Artículo 47.- El establecimiento educacional que opte al reconocimiento oficial deberá presentar, ante el Secretario Regional Ministerial de Educación correspondiente, una solicitud acompañada de todos los antecedentes que acrediten el cumplimiento de los requisitos a que se refiere el artículo anterior.

Si dicha solicitud no se resolviera dentro de los noventa días posteriores a su entrega, se tendrá por aprobada.

Si la solicitud fuere rechazada, de manera fundada, se podrá reclamar ante el Ministro de Educación en un plazo de 15 días contado desde la notificación del rechazo, el que resolverá dentro de los quince días siguientes.

Artículo 48.- El reconocimiento oficial se hará por resolución del Secretario Regional Ministerial de Educación que corresponda, en la que se indicará, a lo menos, el nombre y dirección del establecimiento, la identificación del sostenedor o del representante legal, en su caso, y el nivel y modalidad de enseñanza que imparta.

Obtenido el reconocimiento oficial, un establecimiento educacional sólo requerirá nueva autorización, de acuerdo con los procedimientos descritos en los artículos 46, 47 y 48, para crear un nivel o una modalidad educativa diferente o una nueva especialidad en el caso de los establecimientos técnico-profesionales.

Artículo 49.- El Ministerio de Educación llevará un Registro Público de Sostenedores y un Registro Público de Establecimientos Educacionales con Reconocimiento Oficial, los que se encontrarán disponibles en la página web del Ministerio de Educación u otros medios electrónicos.

En el caso del Registro Público de Sostenedores, éste deberá incluir la constancia de su personalidad jurídica; la identificación de su representante legal; su domicilio; historial de infracciones, si las hubiere, y demás antecedentes que señale el reglamento. En el caso de percibir subvención y, o aportes estatales, deberá también informarse sobre la recepción y monto de dichos recursos.

En el caso del Registro Público de Establecimientos Educacionales con Reconocimiento Oficial del Estado, se incluirán los resultados de las evaluaciones de aprendizaje de los alumnos y de los profesionales de la Educación, cuando corresponda, y la categoría en la que se encuentre el establecimiento de acuerdo al sistema de aseguramiento de la calidad, en la forma que señale el reglamento.

Los establecimientos educacionales reconocidos oficialmente por el Estado deberán, además, exhibir, en un lugar visible, un cartel en que conste dicho reconocimiento. Las menciones que deberá contener este cartel serán reglamentadas por el Ministerio de Educación.

Cuando la Superintendencia de Educación decreta la revocación del reconocimiento oficial de un establecimiento, el Ministerio de Educación procederá a eliminar al establecimiento educacional afectado y, o al sostenedor, si procediere, de los registros correspondientes, practicando la respectiva subinscripción.

Artículo 50.- La Superintendencia de Educación será el organismo encargado de fiscalizar la mantención de los requisitos que dieron origen al reconocimiento oficial del Estado.

En caso de pérdida de alguno de los requisitos para ser reconocido oficialmente; de incumplimiento de lo dispuesto en los artículos 32 y, o 34 y en las normas señaladas en el artículo 16, o en el caso de obtención de resultados educativos reiteradamente deficientes respecto de los estándares nacionales, de conformidad a lo que la ley establezca para tales efectos, y oído previamente el sostenedor o representante legal, el establecimiento educacional podrá ser sancionado de conformidad a lo establecido en el inciso séptimo de este artículo.

La Dirección Regional de la Superintendencia de Educación correspondiente será el organismo competente para sustanciar el procedimiento respectivo y aplicar las sanciones que procedan. Para ello deberá ponderar las pruebas que se presenten en los descargos.

El procedimiento podrá iniciarse de oficio por la Dirección Regional de la Superintendencia de Educación correspondiente, o por denuncia del Ministerio de Educación, o a solicitud de otros organismos públicos relacionados o dependientes de éste.

Tratándose de denuncias derivadas del Ministerio de Educación y de informes negativos de la Agencia de Calidad de la Educación, la Superintendencia de Educación ordenará directamente la formulación de cargos y la instrucción del debido proceso.

La resolución que ordene instruir el proceso deberá notificarse personalmente o por carta certificada al sostenedor o a su representante legal, quien tendrá 10 días hábiles para presentar los descargos y medios de prueba que estime pertinentes.

El Director Regional de la Superintendencia de Educación correspondiente podrá, mediante resolución fundada, aplicar las siguientes sanciones en atención a la naturaleza, gravedad y reiteración de la infracción:

a) Amonestación.

b) Multa a beneficio fiscal en conformidad a las normas de la ley que establezca un sistema nacional de aseguramiento de la calidad de la educación parvularia, básica y media.

La multa no podrá ser inferior al 5% ni exceder el 50% de la subvención educacional mensual por alumno matriculado en el establecimiento educacional.

c) Suspensión temporal del reconocimiento oficial hasta por el plazo de 6 meses.

d) Pérdida del reconocimiento oficial.

De la resolución que dicte el Director Regional de la Superintendencia de Educación, podrá reclamarse ante el Superintendente de Educación dentro del plazo de 5 días contados desde la notificación de la resolución que se impugna.

En caso que la Superintendencia de Educación disponga la sanción de revocación o suspensión del reconocimiento oficial del Estado, deberá enviar al Ministerio de Educación los antecedentes que correspondan para su aplicación y posterior exclusión del registro correspondiente, según lo establecido en el artículo 49 de esta ley, sin perjuicio de los recursos judiciales que procedan.

Artículo 51.- Los establecimientos de educación de las instituciones de la Defensa Nacional que impartan educación media se registrarán, en cuanto a su reconocimiento oficial, por las normas de este título.

TÍTULO IV

Del Consejo Nacional de Educación

Artículo 52.- Créase el Consejo Nacional de Educación, en adelante "el Consejo", organismo autónomo, con personalidad jurídica y patrimonio propio, que se relacionará con el Presidente de la República a través del Ministerio de Educación.

Artículo 53.- Serán funciones del Consejo, en materia de educación regular parvularia, básica y media, y en las modalidades de educación de adultos y especial o diferencial:

a) Aprobar o formular observaciones fundadas a las bases curriculares para cada uno de los niveles de la educación regular parvularia, básica y media, y para las formaciones diferenciadas que existan o pudieren crearse en educación media, para las modalidades de educación de adultos y especial o diferencial, y para las modalidades que pudieren crearse.

b) Aprobar o formular observaciones a las adecuaciones curriculares para poblaciones específicas, incluidas, entre otras, los pueblos originarios y los talentos.

c) Aprobar los planes y programas para la educación básica y media, y para la educación de adultos, elaborados por el Ministerio de Educación. Dichos planes y programas serán obligatorios para aquellos establecimientos que no tengan propios.

d) Servir de única instancia en los procesos de reclamación de las decisiones del Ministerio de Educación de objetar los planes y programas que se le presenten para su aprobación.

e) Informar favorablemente o con observaciones el plan de evaluación de los objetivos de aprendizaje determinados en las bases curriculares de educación básica y media.

f) Informar favorablemente o con observaciones los estándares de calidad propuestos por el Ministerio de Educación.

---

g) Informar favorablemente o con observaciones las normas sobre calificación y promoción, dictadas por el Ministerio de Educación.

h) Asesorar al Ministro de Educación en las materias que éste le consulte.

i) Las demás que esta ley y leyes especiales establezcan.

En los casos de las letras a), b), c), e), f) y g), el Consejo deberá pronunciarse en el plazo máximo de 60 días contados desde la recepción de la solicitud respectiva. Si el Consejo no se pronunciare dentro del plazo indicado, se entenderá aprobada dicha solicitud.

Cuando el Consejo formule observaciones, el Ministerio de Educación deberá reingresar la solicitud, informando acerca de la forma en que fueron subsanadas, teniendo el Consejo un plazo máximo de 45 días, contado desde el reingreso de la solicitud, para aprobarla o rechazarla.

Artículo 54.- Serán funciones del Consejo, en materia de educación superior:

a) Administrar el sistema de licenciamiento de las nuevas instituciones de Educación Superior, en conformidad a las normas establecidas en la ley.

b) Pronunciarse sobre los proyectos institucionales presentados por las nuevas instituciones de Educación Superior para efectos de su reconocimiento oficial.

c) Verificar el desarrollo de los proyectos institucionales de las nuevas instituciones de Educación Superior que hayan sido aprobados.

d) Establecer sistemas de examinación selectiva para las asignaturas o cursos de las carreras impartidas por las instituciones de educación adscritas a procesos de licenciamiento. Esta examinación tendrá por objeto evaluar el cumplimiento de los planes y programas de estudio y el rendimiento de los alumnos.

e) Solicitar al Ministerio de Educación, de manera fundada, la revocación del reconocimiento oficial de las universidades, institutos profesionales y centros de formación técnica en proceso de licenciamiento.

f) Administrar el proceso de revocación del reconocimiento oficial de las instituciones adscritas al sistema de licenciamiento, velando especialmente por la continuidad de estudios de los alumnos matriculados. Asimismo, le corresponderá la administración de los procesos de titulación pendientes, el otorgamiento de las certificaciones académicas que correspondan, y el resguardo de los registros curriculares y los planes y programas de las carreras de la institución.

g) Apoyar al Ministerio de Educación en la administración de los procesos de cierre de las instituciones de Educación Superior autónomas, especialmente en lo que dice relación con los procesos de titulación de los estudiantes que se encuentran en esa etapa de sus estudios.

h) Servir de instancia de apelación respecto de las decisiones de la Comisión Nacional de acreditación, de conformidad a la ley Nº 20.129.

i) Informar al Ministerio de Educación sobre el cierre de las instituciones autónomas de Educación Superior, sus sedes o carreras, a pedido de éste, de acuerdo a las disposiciones de la ley Nº 20.129.

j) Las demás que establezca la ley.

Artículo 55.- El Consejo estará compuesto por 10 miembros, todos los cuales deberán ser académicos, docentes o profesionales destacados, que cuenten con una amplia trayectoria en docencia y gestión educacional, y con especialización en educación, ciencia, tecnología, gestión y administración, o en humanidades y ciencias sociales.

Artículo 56.- El Consejo estará integrado por:

a) Un académico o profesional de reconocida trayectoria, designado por el Presidente de la República, que cumplirá las funciones de Presidente del Consejo.

b) Dos profesionales de la educación que ejerzan labores docentes en el ámbito municipal y particular, respectivamente, designados por el Presidente de la República, previa consulta, en el caso de al menos uno de ellos, a la organización gremial más representativa de los profesionales de la Educación.

c) Cuatro académicos y, o profesionales de reconocido prestigio propuestos por el Presidente de la República para ser ratificados en el Senado por los dos tercios de los senadores en una sola votación, debiendo dos de ellos contar con un reconocido prestigio en el área de la educación parvularia, básica o media.

---

d) Dos académicos, designados, uno por el Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas y otro elegido por los rectores de las universidades privadas autónomas acreditadas en reunión citada para ese efecto por el Jefe de la División de Educación Superior del Ministerio de Educación.

e) Un académico designado por los Institutos Profesionales y los Centros de Formación Técnica acreditados, en reunión citada para ese efecto por el Jefe de la División de Educación Superior del Ministerio de Educación.

Los consejeros señalados en la letra b) serán designados de dos ternas que elaborará el Consejo de Alta Dirección Pública, debiendo una de ellas conformarse por docentes que ejerzan labores en la educación municipal y la otra por docentes que ejerzan labores en la educación particular.

Los consejeros propuestos por el Presidente de la República, de conformidad a lo dispuesto en la letra c), serán elegidos por éste de un total de cuatro ternas que elaborará el Consejo de Alta Dirección Pública.

Los miembros del Consejo durarán seis años en sus cargos y no podrán ser designados nuevamente para un nuevo período. El Consejo se renovará por mitades cada tres años, de acuerdo al mecanismo de alternancia que se defina en el reglamento de la ley.

Para sesionar, el Consejo requerirá de la mayoría absoluta de sus integrantes y sus acuerdos se adoptarán por mayoría absoluta de sus miembros presentes. En caso de empate, dirimirá el voto de su Presidente.

El reglamento a que se refiere el artículo 69 de la presente ley, establecerá el mecanismo de subrogación del Presidente del Consejo y los reemplazos de los consejeros, cuando proceda.

Los consejeros tendrán derecho a percibir una dieta equivalente a 15 unidades de fomento por cada sesión a la que asistan, con un máximo de 60 de dichas unidades por mes calendario. Esta dieta será compatible con otros ingresos que perciba el consejero.

Artículo 57.- Habrá un Secretario Ejecutivo del Consejo, designado por este organismo, que será su ministro de fe y deberá cumplir sus acuerdos, pudiendo, para tales efectos, celebrar los actos y contratos que sean necesarios.

El Secretario Ejecutivo actuará como tal en las sesiones del Consejo Directivo, con derecho a voz.

Artículo 58.- El Consejo tendrá una Secretaría Técnica que realizará las tareas que este organismo le encomiende para el cumplimiento de sus atribuciones.

El Secretario Ejecutivo del Consejo dirigirá la Secretaría Técnica.

Artículo 59.- La Secretaría Técnica tendrá una planta de personal compuesta por un Secretario Ejecutivo, cuatro profesionales, dos administrativos y un auxiliar.

El personal se regirá por el derecho laboral común y sus remuneraciones serán equivalentes, respectivamente, a los grados de la Escala Única de Sueldos de la Administración Pública que se indican: al Grado 3° Directivo Profesional, la del Secretario Ejecutivo; al Grado 4° Profesional, las de dos profesionales; al Grado 5° Profesional, las de los otros dos profesionales; al Grado 14° No Profesional, las de los dos administrativos, y al Grado 19° No Profesional, la del auxiliar.

Corresponderá al Secretario Ejecutivo proveer el resto de los cargos de la planta de personal. El Secretario Ejecutivo estará facultado, asimismo, para designar personal adicional a contrata, asimilado a un grado de la planta o a honorarios, cuando las funciones del Consejo lo requieran.

Artículo 60.- Es incompatible con la calidad de miembro del Consejo:

a) Ser representante legal, gerente, administrador o miembro de un directorio de la entidad sostenedora de algún establecimiento educacional que imparta enseñanza en los niveles de educación parvularia, básica o media.

b) Desempeñar cargos directivos superiores en una institución de educación superior. Para estos efectos, se considerarán cargos directivos superiores los de Rector y miembro de las juntas directivas o consultivas, cualquiera sea su denominación, de las instituciones de Educación Superior.

c) Ser miembro de la Comisión Nacional de Acreditación.

d) Ejercer el cargo de Senador, Diputado, Consejero Regional, Alcalde o Concejal.

Artículo 61.- Todo miembro del Consejo respecto del cual se configure algún tipo de inhabilidad o se produzca algún hecho, cualquiera sea su naturaleza, que le reste imparcialidad en sus decisiones o informes, deberá informarlo de inmediato al Secretario Ejecutivo, quien procederá a dejar constancia en actas de las inhabilidades o hechos que concurran. Deberá, asimismo, comunicarlo a los demás integrantes del Consejo, absteniéndose en el acto de conocer del asunto respecto del cual se configure la causal.

La inhabilidad específica a que se refiere el inciso anterior se configura respecto del consejero que, en el caso particular sometido a su conocimiento, se encuentre en alguna de las siguientes circunstancias:

a) Desarrollar actividades que impliquen algún vínculo patrimonial o laboral con el o los establecimientos educacionales o instituciones de educación superior correspondientes.

b) Mantener con el o los establecimientos educacionales o instituciones de educación superior correspondientes alguna de las relaciones descritas en los artículos 96, 97, 98, 99 y 100 de la ley Nº 18.045.

c) Desempeñarse como evaluador, a cualquier título, de la o las instituciones de educación superior correspondientes sujetas al régimen de acreditación contemplado en la ley Nº20.129.

d) Participar en la agencia acreditadora cuyo informe conozca el Consejo, ya sea en cuanto a su propiedad o intereses patrimoniales, o desarrollar labores remuneradas en ella.

e) Desempeñarse como docente o académico en el o los establecimientos educacionales o instituciones de educación superior correspondientes.

Los miembros del Consejo respecto de los cuales se haya verificado alguna de las circunstancias antes descritas sin que se hubieren inhabilitado en el caso específico sometido a su conocimiento, en conformidad a lo dispuesto en el inciso primero, serán suspendidos en sus cargos y no podrán cumplir funciones similares en el Consejo por un período de 5 años.

Las inhabilidades de este artículo e incompatibilidades del artículo anterior serán igualmente aplicables al Secretario Ejecutivo y a los miembros de la Secretaría Técnica.

A los consejeros les estará prohibida la prestación personal de servicios, incluidas asesorías y participación en directorios y, en general, la mantención de cualquier vínculo comercial o patrimonial con alguna de las instituciones respecto de las cuales el Consejo haya adoptado alguna decisión en la que el consejero respectivo haya concurrido con su voto dentro de los seis meses anteriores al cese de sus funciones en el Consejo.

La inhabilidad a que se refiere el inciso anterior se extenderá por seis meses contados desde el cese efectivo de funciones.

La infracción a lo establecido en los incisos precedentes será sancionada con una multa, a beneficio fiscal, de 300 Unidades Tributarias Mensuales, para la persona natural infractora, y de 1.000 Unidades Tributarias Mensuales para la institución de educación superior que hubiere efectuado la contratación a que hacen referencia los incisos precedentes.

El Ministerio de Educación y el Consejo Nacional de Educación tendrán la obligación de interponer la respectiva acción contra la persona que incurra en la prohibición establecida en el inciso quinto de este artículo.

De las infracciones a lo establecido en los incisos quinto y sexto de este artículo conocerán los juzgados de letras del domicilio del infractor y se tramitarán de acuerdo a las normas del juicio sumario del Título XI del Libro Tercero del Código de Procedimiento Civil.

Artículo 62.- El patrimonio del Consejo estará formado por:

a) Los fondos que la Ley de Presupuestos u otras leyes especiales le asignen;

b) Los aranceles que perciba de acuerdo a esta ley.

c) Los bienes que el Consejo adquiera a cualquier título y las rentas provenientes de éstos.

d) Los ingresos que perciba por la prestación de servicios.

e) Las donaciones o cualquier tipo de ingresos que reciba de personas naturales o jurídicas. Estas donaciones o ingresos estarán exentos de toda contribución o impuesto de cualquier naturaleza y las donaciones quedarán exentas del trámite de insinuación.

Artículo 63.- Anualmente se fijarán, por acuerdo del Consejo, los montos de los aranceles que éste cobrará por los

---

procesos de licenciamiento y acreditación. Con todo, dichos aranceles no podrán sobrepasar los siguientes montos máximos:

LICENCIAMIENTO

1 Proyecto Institucional Nuevo 100 UTM

2 Carrera nueva 40 UTM

3 Verificación Anual 150 UTM

Más un cobro adicional de

0,1 UTM por alumno matriculado en la institución.

4 Examinación 7 UTM por Carrera examinada,

con un tope máximo de 42 UTM por institución.

Más un cobro adicional de 0,1 UTM por alumno matriculado en las carreras examinadas.

ACREDITACIÓN

Apelaciones Institucional 15% monto arancel acreditación

Carreras Pregrado 15% monto arancel acreditación

Carreras Postgrado 15% monto arancel acreditación

Agencias 15% monto arancel acreditación

Los aranceles fijados en este artículo podrán pagarse hasta en diez mensualidades.

Dichos aranceles constituirán ingresos propios del Consejo Nacional de Educación.

Artículo 64.- El licenciamiento comprende la aprobación del proyecto institucional y el proceso que permite evaluar el avance y concreción del proyecto educativo de la nueva entidad, a través de variables significativas de su desarrollo, tales como docentes, didácticas, técnico-pedagógicas, programas de estudios, físicos y de infraestructura, así como los recursos económicos y financieros necesarios para otorgar los grados académicos y los títulos de que se trate.

Las universidades, institutos profesionales y centros de formación técnica que hayan obtenido su total autonomía podrán voluntariamente entregar al Consejo los antecedentes necesarios para los efectos de proporcionar una adecuada información a los usuarios del sistema.

Artículo 65.- Las nuevas entidades de educación superior deberán presentar al Consejo un proyecto de desarrollo institucional, conforme a lo señalado en el inciso primero del artículo anterior.

El Consejo deberá pronunciarse sobre dicho proyecto en un plazo máximo de 90 días contado desde su recepción, aprobándolo o formulándole observaciones fundadas. Si no se pronunciare dentro de dicho plazo, se considerará aprobado el proyecto.

Si formulare observaciones, las entidades de educación superior tendrán un plazo de 60 días, contado desde la notificación de éstas, para conformar su proyecto a dichas observaciones. Si así no lo hicieren, el proyecto se tendrá por no presentado.

El Consejo tendrá un plazo de 60 días, contado desde la fecha de la respuesta a las observaciones, para pronunciarse sobre ellas. Si no lo hiciere, se aplicará lo señalado en el inciso segundo de este artículo.

El Consejo deberá certificar la aprobación o rechazo del proyecto debidamente fundado, enviando copia al Ministerio de Educación.

Artículo 66.- El Consejo verificará el desarrollo del proyecto institucional aprobado. Dicho Consejo comprobará el cumplimiento del proyecto durante un periodo de seis años.

El Consejo, anualmente, deberá emitir un informe sobre el estado de avance del proyecto, haciendo las observaciones fundadas que le merezca su desarrollo y fijando plazos para subsanarlas. Sin perjuicio de lo anterior, hará evaluaciones parciales y requerirá las informaciones pertinentes.

En caso que las observaciones formuladas no se subsanen oportunamente, el Consejo dispondrá, por el periodo que determine, la suspensión del ingreso de nuevos alumnos a todas o a algunas de las carreras que la institución imparta. Si las observaciones reiteradas se refieren a situaciones que afecten el desempeño de una o más carreras o sedes de la institución, el Consejo podrá solicitar al Ministerio de Educación la revocación del reconocimiento oficial de tales sedes o carreras.

Cuando el incumplimiento reiterado de las observaciones formuladas por el Consejo afectare el desempeño general de la institución, el Consejo podrá solicitar fundadamente al Ministerio de Educación la revocación del reconocimiento oficial de la respectiva universidad, instituto profesional o centro de formación técnica.

Artículo 67.- Las universidades, institutos profesionales y centros de formación técnica que al cabo de seis años de licenciamiento hubieren desarrollado su proyecto satisfactoriamente a juicio del Consejo, alcanzarán su plena autonomía y podrán otorgar toda clase de títulos y grados académicos en forma independiente, lo que deberá ser certificado por éste.

En caso contrario, podrá ampliar el período de verificación hasta por cinco años. Si transcurrido el nuevo plazo la entidad de educación superior no diere cumplimiento a los requerimientos del Consejo, éste deberá solicitar fundadamente al Ministerio de Educación la revocación del reconocimiento oficial.

Artículo 68.- Durante el período de licenciamiento, las universidades, institutos profesionales y centros de formación técnica deberán seguir el mismo procedimiento inicial respecto de otros grados de licenciado, de títulos profesionales o de títulos técnicos de nivel superior que deseen otorgar.

Artículo 69.- El Consejo se regirá por un reglamento que fijará los tipos y periodicidad de las sesiones, las modalidades de funcionamiento interno, los quórum de sesión y de acuerdo, y las causales de pérdida del cargo.

TÍTULO FINAL

Artículo 70.- Sin perjuicio de lo señalado en el artículo siguiente, derógase el decreto con fuerza de ley Nº 1, de 2005, del Ministerio de Educación, que fija el texto refundido, coordinado y sistematizado de la ley Nº 18.962, Orgánica Constitucional de Enseñanza, con excepción de lo dispuesto en el Título III, salvo su párrafo 2º, y en el Título IV.

Artículo 71.- Facúltase al Presidente de la República para que, a través de un decreto con fuerza de ley, refunda, coordine y sistematice esta ley con las normas no derogadas del decreto con fuerza de ley Nº 1, de 2005, a que se refiere el artículo anterior, dentro de un plazo de 90 días contado desde su publicación.

Artículo 72.- Derógase el artículo 3º del decreto con fuerza de ley Nº 2, de 1998, del Ministerio de Educación, sobre subvención del Estado a establecimientos educacionales.

Disposiciones Transitorias

Artículo 1º.- Los sostenedores de establecimientos educacionales que impartan enseñanza en los niveles de educación parvularia, básica y media, y que cuenten con reconocimiento oficial a la fecha de publicación de esta ley, deberán acreditar ante el Ministerio de Educación el inicio de trámites para ajustarse a lo prescrito en la letra a) del artículo 46 de esta ley en el plazo de un año contado desde la fecha referida, debiendo concluir este proceso de adecuación en el plazo máximo de dos años desde la publicación de esta ley. Durante este período, la calidad de sostenedor no podrá transferirse a ningún título ni transmitirse, salvo que la transferencia sea necesaria para la constitución de la persona jurídica sucesora de la persona natural.

Sin perjuicio de lo establecido en el inciso precedente, las municipalidades y corporaciones municipales quedarán sujetas a lo prescrito en la Ley Orgánica de Municipalidades.

Artículo 2º.- Los sostenedores de establecimientos educacionales que impartan enseñanza en los niveles de educación básica y media, y que cuenten con reconocimiento oficial a la fecha de publicación de esta ley, deberán dar cumplimiento a lo prescrito en la letra e) del artículo 46 de esta ley en el plazo de 6 meses contado desde la fecha de entrada en vigencia de dichos estándares.

Artículo 3º.- Los sostenedores de establecimientos educacionales que impartan enseñanza en los niveles de educación básica y media, y que cuenten con reconocimiento oficial a la fecha de publicación de esta ley, deberán dar cumplimiento a lo establecido en las letras b), d), f) y g) del artículo 46 en el plazo de 6 meses contado desde la entrada en vigencia de esta ley. En el mismo plazo, los establecimientos educacionales que impartan enseñanza en el nivel parvulario, y que cuenten con reconocimiento oficial a la fecha de publicación de esta ley, deberán dar cumplimiento a lo dispuesto en la letra b) del artículo 46 de la presente ley.

Artículo 4º.- Los sostenedores de establecimientos educacionales, para los efectos de dar cumplimiento a lo prescrito en la letra h) del artículo 46 de esta ley, deberán acreditar la solvencia requerida en ella y, o constituir, cuando sea necesario, las garantías reales o personales exigidas, en el plazo de un año contado desde la fecha de su publicación.

Artículo 5º.- Los establecimientos educacionales de las instituciones de la Defensa Nacional que a la fecha de publicación de esta ley impartan educación media, deberán ajustarse a lo prescrito en los artículos 44 y 46 en el plazo de cuatro años contado desde la fecha referida.

Artículo 6º.- Los decretos supremos Nº 40, de 1996; Nº220, de 1998, y Nº 239, de 2004, todos del Ministerio de Educación, que establecen los objetivos fundamentales y contenidos mínimos obligatorios para la educación básica, media y de adultos, respectivamente, y fijan normas generales para su aplicación, continuarán vigentes para dichos niveles de la educación regular y para la modalidad de adultos en tanto no se establezcan las nuevas bases curriculares de conformidad al Título II de esta ley.

Artículo 7º.- Con el objeto de permitir la renovación parcial de los integrantes del Consejo Nacional de Educación, serán designados por un período de tres años los consejeros que a continuación se indican:

- a) El Presidente de dicho Consejo.
- b) Uno de los profesionales de la Educación que se indican en la letra b) del artículo 56.
- c) El académico que se señala en la letra e) del artículo 56.

Asimismo, dos de los representantes nombrados por el Presidente de la República, previa ratificación del Senado, a que alude la letra c) del artículo 56, ejercerán por un período de 3 años.

En el acto de designación o nombramiento, en su caso, deberá constar la circunstancia de ejercerse el cargo por este período especial de tres años.

Sin perjuicio de lo establecido en el inciso cuarto del artículo 56 de la presente ley, los consejeros que hubieren sido designados por un período de tres años en virtud de lo dispuesto en el presente artículo, cumplido dicho período podrán, excepcionalmente, ser nuevamente designados por un período de seis años.

El Consejo Nacional de Educación de que trata el Título IV será el sucesor legal del Consejo Superior de Educación establecido en el párrafo 2º del Título III del decreto con fuerza de ley Nº 1, de 2005, del Ministerio de Educación, que fija el texto refundido, coordinado y sistematizado de la ley Nº18.962, Orgánica Constitucional de Enseñanza, y el personal que labora en este último pasará a desempeñarse, sin solución de continuidad, y en la misma calidad en el primero, salvo las excepciones establecidas en esta ley.

Mientras no se efectúen los nombramientos de todos los integrantes del Consejo Nacional de Educación, continuarán en sus cargos los actuales integrantes del Consejo Superior de Educación.

Artículo 8º.- La estructura curricular establecida en el artículo 25 comenzará a regir a partir del año escolar que se inicie ocho años después de la entrada en vigencia de esta ley.

A contar de dicho año escolar, los cursos de séptimo y octavo año de la enseñanza básica y primero, segundo, tercero y cuarto año de la enseñanza media pasarán a denominarse primero, segundo, tercero, cuarto, quinto y sexto año de la educación media, respectivamente.

En consecuencia, los alumnos que en el año escolar a que se refiere el inciso primero sean promovidos de sexto, séptimo y octavo año de la enseñanza básica y primero, segundo y tercer año de la enseñanza media, lo serán a primero, segundo, tercero, cuarto, quinto y sexto año de la educación media, respectivamente.

Por su parte, los alumnos que en el año escolar anterior a la entrada en vigencia de la nueva estructura curricular cursen y sean promovidos de cuarto año de la enseñanza media, egresarán de ésta y recibirán la licencia de educación media.

Artículo 9º.- Tratándose de establecimientos educacionales que impartan exclusivamente enseñanza parvularia, el Ministerio de Educación podrá encomendar a otros organismos públicos relacionados o dependientes del mismo, la certificación del cumplimiento de los requisitos señalados en el artículo 46 de esta ley.

Artículo 10.- En tanto no entren en vigencia las normas que crean la Superintendencia de Educación y la Agencia de Calidad de la Educación, las facultades que la presente ley les otorga serán ejercidas por el Ministerio de Educación.

Habiéndose cumplido con lo establecido en el Nº 1º del Artículo 93 de la Constitución Política de la República y por cuanto he tenido a bien aprobarlo y sancionarlo; por tanto promúlguese y llévase a efecto como Ley de la República.

Santiago, 17 de agosto de 2009.

MICHELLE BACHELET JERIA, Presidenta de la República.

Mónica Jiménez de la Jara, Ministra de Educación.

Francisco Vidal Salinas, Ministro de Defensa Nacional.

Andrés Velasco Brañes, Ministro de Hacienda.

Paula Quintana Meléndez, Ministra de Planificación.

Lo que transcribo a Ud. para su conocimiento.- Saluda atentamente a Ud., Cristián Martínez Ahumada, Subsecretario de Educación.

Tribunal Constitucional

Proyecto de ley que establece la Ley General de Educación
(Boletín Nº4970-04)

El Secretario del Tribunal Constitucional, quien suscribe, certifica que la Honorable Cámara de Diputados envió el proyecto de ley enunciado en el rubro, aprobado por el Congreso Nacional, a fin de que este Tribunal ejerciera el control de constitucionalidad respecto de las siguientes disposiciones permanentes: artículos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, inciso primero, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, incisos primero y tercero, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68 y 70. Se someten al mismo examen referido sus artículos transitorios 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º y 10. Y que por sentencia de 28 de julio de 2009 en los autos Rol Nº1.363-09-CPR.

Se Declara:

1. Que este Tribunal no se pronuncia sobre las siguientes disposiciones del proyecto de ley remitido a control, por no contener normas propias de Ley Orgánica Constitucional: artículos 11, incisos segundo y siguientes, 12 y 16.

2. Que son constitucionales las siguientes disposiciones del proyecto de ley remitido: artículos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, inciso primero, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, inciso primero, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33,

---

34, 35, 37, a excepción de la oración final de su inciso tercero que se declarará inconstitucional, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46 -con las precisiones que se indican en los considerandos decimosegundo a vigesimoquinto, respecto de la letra a)-, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56 -sin perjuicio del entendimiento que el Tribunal le atribuye a su inciso sexto-, 57, 58, 59, incisos primero y tercero, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68 y 70 permanentes y 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º y 10 transitorios.

Que el artículo 10 del proyecto en examen es igualmente constitucional en el entendido de que el reglamento interno del establecimiento al que se alude reiteradamente en su texto no puede condicionar, limitar ni restringir el ejercicio del derecho asegurado en el Nº 11 del artículo 19 de la Ley Fundamental.

Que el artículo 55 del mismo proyecto de ley es constitucional en el entendido de que la enunciación de las especialidades que se exigen para ser miembro del Consejo Nacional de Educación es de carácter disyuntivo y no copulativo.

Que, a su turno, se declara constitucional el inciso sexto del artículo 56 del proyecto de ley examinado, en el entendido de que al regular el reemplazo de los consejeros, el reglamento a que alude deberá contemplar los mismos requisitos que se exigen para el ingreso a dicho cargo y su designación por los mismos órganos al regular el reemplazo de los consejeros.

3. Que es inconstitucional la oración "sin perjuicio de las excepciones que establezca el reglamento" contenida en el inciso tercero del artículo 37 del proyecto de ley remitido y, en consecuencia, debe eliminarse de su texto.

Santiago, 28 de julio de 2009.- Rafael Larraín Cruz, Secretario.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário dos selecionadores de mão de obra - Brasil

QUESTIONÁRIO DOS SELECIONADORES DE MÃO DE OBRA - BRASIL

1. Você é um(a) analista de contratação profissional de técnicos de nível médio. Escolha nas opções adiante aquela que melhor representa seu tempo de trabalho nesta área.

Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 5 e 6 anos	Mais de 6 anos

2. Para você o que são Competências Profissionais? Cite pelo menos 5 competências exigidas pelo mercado de trabalho, para o profissional técnico de nível médio da área de Manutenção Industrial

O que são Competências Profissionais:

Cite 5 competências exigidas pelo mercado de trabalho no setor de Manutenção industrial
1
2
3
4
5

3. Atualmente qual é o perfil profissional exigido para a contratação de técnicos de nível médio para o setor de Manutenção Industrial que o mercado de trabalho exige?

4. Quais são as lacunas educacionais que você detecta (detectou ou está detectando) na formação dos candidatos ao primeiro emprego na função de técnico de nível médio para o setor de Manutenção Industrial? Cite até 5 dessas lacunas.

-
-
5. Quais são as lacunas educacionais que você detecta (detectou ou está detectando) nos candidatos à recolocação na função de técnico de nível médio para o setor de Manutenção Industrial? Cite até 5 dessas lacunas.

6. Que tipo de formação complementar ou atualizada, para o técnico de nível médio do setor de Manutenção Industrial, o mercado de trabalho exige nos dias atuais?

7. Qual é a periodicidade de treinamentos que o mercado de trabalho exige ou recomenda para o técnico de nível médio do setor de Manutenção Industrial?

8. Quais os tipos de treinamentos que o mercado de trabalho está exigindo do técnico de nível médio do setor de Manutenção Industrial?

9. No aspecto da formação profissional que o técnico de nível médio do setor de Manutenção Industrial deve ter, quais são os principais conteúdos exigidos pelo mercado de trabalho?

10. Em quais conceitos ou princípios está baseada a sua percepção sobre a qualidade da mão de obra de um candidato à vaga de técnico de nível médio para o setor de Manutenção Industrial?

11. Cite pelo menos 5 recomendações que você sugere aos responsáveis pela educação técnica de nível médio do seu país, voltados para a área de Manutenção Industrial, que possa produzir melhorias na formação dos egressos desse nível escolar, em função das exigências que o mercado de trabalho hoje impõe.

12. Cite pelo menos 3 recomendações que você sugere aos diretores e/ou coordenadores dos cursos técnicos de nível médio do seu país, voltados para a área de Manutenção Industrial, que possa produzir melhorias na formação dos egressos desse nível escolar, em função das exigências que o mercado de trabalho hoje impõe.

Apêndice 2 – Questionário dos selecionadores de mão de obra - Chile

CUESTIONARIO DE LOS CONTRATANTES DE MANO DE OBRA - CHILE

1. Usted es un(a) analista de contratación profesional de técnicos de nivel medio. Elija entre las siguientes opciones aquella que mejor representa su tiempo de trabajo en esta área.

Menos de 1 año	Entre 1 y 2 años	Entre 2 y 3 años	Entre 3 y 4 años	Entre 5 y 6 años	Más de 6 años

2. En su opinión, ¿qué son las Competencias Profesionales? Cite por lo menos 5 competencias exigidas por el mercado de trabajo para el profesional técnico de nivel medio del área de Mantenimiento Industrial

¿Qué son Competencias Profesionales?:

Cite 5 competencias exigidas por el mercado de trabajo en el sector de Mantenimiento Industrial
1
2
3
4
5

3. Actualmente, ¿cuál es el perfil profesional exigido por el mercado de trabajo para la contratación de técnicos de nivel medio para el sector de Mantenimiento Industrial?

4. ¿Cuáles son las brechas en la educación que usted detecta (detectó o está detectando) en la formación de los candidatos al primer empleo en la función de técnico de nivel medio para el sector de Mantenimiento Industrial? Cite hasta 5 brechas.

-
-
5. ¿Cuáles son las brechas en la educación que usted detecta (detectó o está detectando) en los candidatos a la recolocación en la función de técnico de nivel medio para el sector de Mantenimiento Industrial? Cite hasta 5 brechas.

6. ¿Qué tipo de formación complementaria o actualizada, para el técnico de nivel medio del sector de Mantenimiento Industrial, el mercado de trabajo exige en los días de hoy?

7. ¿Cuál es la periodicidad de entrenamientos que el mercado de trabajo exige o recomienda para el técnico de nivel medio del sector de Mantenimiento Industrial?

8. ¿Cuáles son los tipos de entrenamiento que el mercado de trabajo está exigiendo del técnico de nivel medio del sector de Mantenimiento Industrial?

9. En el aspecto de la formación profesional que el técnico de nivel medio del sector de Mantenimiento Industrial debe tener, ¿cuáles son los principales contenidos exigidos por el mercado de trabajo?

10. ¿En cuáles conceptos o principios se basa su percepción sobre la calidad de la mano de obra de un candidato a la vacante de técnico de nivel medio para el sector de Mantenimiento Industrial?

11. Cite por lo menos 5 recomendaciones que usted les sugiere a los responsables de la educación técnica de nivel medio de su país, dedicados al área de Mantenimiento Industrial, que puedan producir mejoras en la formación de los egresados de ese nivel escolar, en función de las exigencias que el mercado de trabajo impone actualmente.

12. Cite por lo menos 3 recomendaciones que usted les sugiere a los directores y/o coordinadores de los cursos técnicos de nivel medio de su país, dedicados al área de Mantenimiento Industrial, que puedan producir mejoras en la formación de los egresados de ese nivel escolar, en función de las exigencias que el mercado de trabajo impone actualmente.

Apêndice 3 – Questionário dos egressos brasileiros

Este questionário não foi aplicado aos egressos no Brasil conforme o modelo mostrado. É a composição final do questionário desenvolvido a partir da Pesquisa Nacional dos Egressos dos Cursos Técnicos para ser aplicado junto aos egressos chilenos. Esta versão é somente para poder ser traduzida para o espanhol.

QUESTIONÁRIO DOS EGRESSOS – DATA DE APLICAÇÃO ____/____/2010

1 – Assinale com um X no quadro que você se enquadra:

a- Qual é a sua Idade atual?

16	17	18	19	20	21	22	23	24	Acima de 24 anos

b- Há quantos anos você concluiu o curso técnico?

Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	Acima de 5 anos

c- Indique em que faixa de idade você ingressou no curso técnico.

Entre 13 e 14 anos	Entre 14 e 15 anos	Entre 15 e 16 anos	Entre 16 e 17 anos	Entre 17 e 18 anos	Acima de 18 anos

2 – Qual é o seu

nível de escolaridade atual?

a-	Médio (técnico) completo
b-	Superior incompleto no curso de: _____
c-	Superior completo no curso de: _____

3 – O que o levou a escolher o curso de manutenção industrial para o seu curso de nível médio?

---

4 – Qual é a sua situação profissional após a conclusão do seu curso técnico

a-	Trabalhando (<i>Responda na sequência a questão nº 6</i>)
b-	Trabalhando e estudando (<i>Responda na sequência a questão nº 5</i>)
c-	Só estudando (<i>Responda na sequência a questão nº 5</i>)
d-	Não trabalho e nem estudo (<i>Responda na sequência a questão nº 8</i>)

5 – O que você está estudando atualmente? _____

---

6 – Após a conclusão do seu curso técnico você está trabalhando na área em que se formou?

a-	Sim, minhas atividades são na área de minha formação.
b-	Desempenho no trabalho algumas atividades da minha área de formação.
c-	Não, minhas atividades de trabalho são em área diferente da minha formação.

7 – Considerando que o valor de 165.000 Pesos/Chile é o valor do salário mínimo chileno, em qual faixa salarial a sua remuneração se situa? Indique a sua remuneração atual \$ _____

a-	Até 1 vez o valor do Salário Mínimo	menor ou igual a 165.000 Pesos/CI
b-	Entre 1 e 2 vezes o valor do Salário Mínimo	de 165.001 Pesos/CI até 330.000 Pesos/CI
c-	Entre 2 e 3 vezes o valor do Salário Mínimo	de 330.001 Pesos/CI até 495.000 Pesos/CI
d-	Entre 3 e 4 vezes o valor do Salário Mínimo	de 495.001 Pesos/CI até 660.000 Pesos/CI
e-	Entre 4 e 5 vezes o valor do Salário Mínimo	de 660.001 Pesos/CI até 825.000 Pesos/CI
f-	Mais de 5 vezes o valor do Salário Mínimo	Acima de 825.001 Pesos/CI
g-	Sem remuneração	

8 – Qual é o seu grau de satisfação com o curso que você fez em relação à atuação no mercado de trabalho e a remuneração recebida.

a-	Muito satisfeito
b-	Satisfeito
c-	Indiferente
d-	Insatisfeito
e-	Muito Insatisfeito

9 – Independente da sua atuação atual no mercado de trabalho, qual era a sua preferência de atuação quando você se formou no curso técnico?

a-	Área Técnica
b-	Área Social
c-	Área da Saúde
d-	Outras áreas

10 – Considerando a resposta do item anterior, qual era o seu grau de desejo em atuar na área de sua formação?

a-	Muito alto
b-	Alto
c-	Médio
d-	Baixo
e-	Muito baixo

11 – Qual é o seu grau de satisfação com o aprendizado durante o curso técnico em que você se formou?

a-	Muito alto
b-	Alto
c-	Médio
d-	Baixo
e-	Muito baixo

12 – Qual é o seu grau de satisfação com a área profissional do curso técnico em que você se formou?

a-	Muito satisfeito
b-	Satisfeito
c-	Indiferente
d-	Insatisfeito

e-	Muito Insatisfeito

13 – Após o término de seu curso técnico você trabalhou ou está trabalhando em qual das condições adiante?

a-	Como empregado sem registro de trabalho formal
b-	Como proprietário de empresa ou negócio
c-	Como estagiário
d-	Como contratado temporário
e-	Como autônomo ou prestador de serviço
f-	Como empregado ou funcionário do serviço público
g-	Como empregado com registro de trabalho formal

14 – Considerando o seu emprego atual, qual é a carga horária semanal de seu trabalho?

a-	Até 20 horas semanais
b-	Entre 21 e 30 horas semanais
c-	Entre 31 e 39 horas semanais
d-	Entre 40 e 44 horas semanais
e-	Acima de 44 horas semanais
f-	Não estou trabalhando

15 – Qual é o tipo de atividade que você exerce no seu trabalho atual?

a-	Atividade técnica
b-	Atividade administrativa
c-	Atividade gerencial
d-	Atividade comercial
e-	Não estou trabalhando
f-	Outras

16 – A relação entre o seu trabalho atual e a sua formação técnica se encaixa em alguma das resposta abaixo?

a-	Está fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico concluído
b-	É fracamente relacionada com a área profissional do curso técnico concluído
c-	Não há relação entre a área profissional atual e o curso técnico concluído
d-	Não estou trabalhando

17 – A exigência de sua capacitação profissional em relação ao curso técnico de sua formação é:

a-	Inferior à capacitação recebida no curso técnico em que me formei
b-	Compatível com a capacitação recebida no curso técnico em que me formei
c-	Superior à capacitação recebida no curso técnico em que me formei
d-	Não estou trabalhando

18 – Qual é a sua avaliação em relação à instituição que estudou o curso técnico no aspecto geral?

a-	Ótima
b-	Boa
c-	Regular
d-	Ruim
e-	Péssima

---

19 – Qual é a sua avaliação em relação à Infraestrutura da instituição que estudou no curso técnico?

a-	Ótima
b-	Boa
c-	Regular
d-	Ruim
e-	Péssima

20 - Qual é a sua avaliação em relação ao curso técnico que você concluiu?

a-	Ótima
b-	Boa
c-	Regular
d-	Ruim
e-	Péssima

21 - Qual é a sua avaliação em relação aos conhecimentos teóricos de sua área de formação obtidos através do curso técnico que você concluiu?

a-	Ótima
b-	Boa
c-	Regular
d-	Ruim
e-	Péssima

22 – Qual é a sua avaliação em relação aos conhecimentos práticos de sua área de formação obtidos através do curso técnico que você concluiu?

a-	Ótima
b-	Boa
c-	Regular
d-	Ruim
e-	Péssima

23 – Qual é a sua avaliação em relação à qualificação dos seus professores no curso técnico que você concluiu?

a-	Ótima
b-	Boa
c-	Regular
d-	Ruim
e-	Péssima

24 – Qual é a sua avaliação em relação ao curso técnico que você concluiu?

a-	Superou as expectativas
b-	Atendeu as expectativas
c-	Não atendeu as expectativas

25 – Após o curso técnico concluído, você está cursando ou já cursou algum curso de nível superior?

a-	Sim (<i>Responda na sequência as questões 26; 27 e 28</i>)
b-	Não (<i>Responda na sequência a questão 28</i>)

26 – Qual é a relação entre a área profissional do seu curso superior e a área profissional do seu curso técnico?

a-	Fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico concluído
b-	Fracamente relacionada com a área profissional do curso técnico concluído
c-	Não há nenhuma relação entre a área profissional atual e o curso técnico concluído

27 – Qual é o tipo de graduação que o seu curso superior oferece ou ofereceu a você?

a-	Tecnologia (Tecnólogo)
b-	Licenciatura (Formação de professores – Física, Matemática, Ciências etc.)
c-	Bacharelado (Curso de Direito, Medicina, Engenharia etc.)
d-	Não sabe

28 – Qual é o nível de escolaridade de seus pais?

PAI		MÃE	
a-	Analfabeto	l-	Analfabeto
b-	Educação básica incompleta (1ª à 4ª série)	m-	Educação básica incompleta (1ª à 4ª série)
c-	Educação básica completa (1ª à 4ª série)	n-	Educação básica completa (1ª à 4ª série)
d-	Educação Básica incompleta (5ª à 8ª série)	o-	Educação Básica incompleta (5ª à 8ª série)
e-	Educação Básica completa (5ª à 8ª série)	p -	Educação Básica completa (5ª à 8ª série)
f-	Ensino Médio incompleto	q -	Ensino Médio incompleto
g-	Ensino Médio completo	r -	Ensino Médio completo
h-	Superior incompleto	s -	Superior incompleto
i-	Superior completo	t -	Superior completo
j-	Pós-graduação incompleta	u -	Pós-graduação incompleta
k-	Pós-graduação completa	v-	Pós-graduação completa

Apêndice 4 – Questionário aplicados aos egressos chilenos

CUESTIONARIO DE LOS EGRESADOS – FECHA DE APLICACIÓN ____/____/ 2010

1 – Marque con una “X” la opción en la que usted se encaja:

d- ¿Cuál es su edad actual?

16	17	18	19	20	21	22	23	24	Más de 24 años

e- ¿Hace cuántos años usted concluyó el curso técnico?

Menos de 1 año	Entre 1 y 2 años	Entre 2 y 3 años	Entre 3 y 4 años	Entre 4 y 5 años	Más de 5 años

f- Indique con qué rango de edad usted ingresó al curso técnico.

Entre 13 y 14 años	Entre 14 y 15 años	Entre 15 y 16 años	Entre 16 y 17 años	Entre 17 y 18 años	Más de 18 años

2 – ¿Cuál es su nivel de escolaridad actual?

d-	Medio (técnico) completo
e-	Superior incompleto en el curso de: _____
f-	Superior completo en el curso de: _____

3 – ¿Qué fue lo que le hizo escoger el curso de mantenimiento industrial para su curso de nivel medio?

---

4 – ¿Cuál es su situación profesional después de la conclusión de su curso técnico?

a-	Trabajando (<i>Responda a continuación la pregunta nº 6</i>)
b-	Trabajando y estudiando (<i>Responda a continuación la pregunta nº 5</i>)
c-	Sólo estudiando (<i>Responda a continuación la pregunta nº 5</i>)
d-	No trabajo ni estudio (<i>Responda a continuación la pregunta nº 8</i>)

5 – ¿Qué está estudiando actualmente? _____

---

6 – ¿Después de la conclusión de su curso técnico usted está trabajando en el área en que se graduó?

a-	Sí, mis actividades son en el área de mi formación.
b-	Desempeño en el trabajo algunas actividades de mi área de formación.
c-	No, mis actividades de trabajo son en un área diferente de mi formación.

7 – Considerando que el valor de 165.000 Pesos/Chile es el valor del Salario Mínimo chileno, ¿en cuál rango salarial se encuentra su remuneración? Indique su remuneración actual

a-	Hasta 1 vez el valor del Salario Mínimo	menor o igual a 165.000 Pesos/CI
b-	Entre 1 y 2 veces el valor del Salario Mínimo	de 165.001 Pesos/CI hasta 330.000 Pesos/CI
c-	Entre 2 y 3 veces el valor del Salario Mínimo	de 330.001 Pesos/CI hasta 495.000 Pesos/CI
d-	Entre 3 y 4 veces el valor del Salario Mínimo	de 495.001 Pesos/CI hasta 660.000 Pesos/CI
e-	Entre 4 y 5 veces el valor del Salario Mínimo	de 660.001 Pesos/CI hasta 825.000 Pesos/CI
f-	Más de 5 veces el valor del Salario Mínimo	Superior a 825.001 Pesos/CI

g-		Sin remuneración	

8 – ¿Cuál es su grado de satisfacción con el curso que usted tomó respecto a la actuación en el mercado de trabajo y la remuneración recibida?

a-		Muy satisfecho
b-		Satisfecho
c-		Indiferente
d-		Insatisfecho
e-		Muy insatisfecho

9 – Independiente de su actuación actual en el mercado de trabajo, ¿cuál era su preferencia de actuación cuando usted se graduó en el curso técnico?

a-		Área Técnica
b-		Área Social
c-		Área de la Salud
d-		Otras áreas

10 – Considerando la respuesta del ítem anterior, ¿cuál era su grado de deseo en actuar en el área de su formación?

a-		Muy alto
b-		Alto
c-		Mediano
d-		Bajo
e-		Muy bajo

11 – ¿Cuál es su grado de satisfacción con el aprendizaje durante el curso técnico en que usted se graduó?

a-		Muy alto
b-		Alto
c-		Mediano
d-		Bajo
e-		Muy bajo

12 – ¿Cuál es su grado de satisfacción con el área profesional del curso técnico en que usted se graduó?

a-		Muy satisfecho
b-		Satisfecho
c-		Indiferente
d-		Insatisfecho
e-		Muy insatisfecho

13 – ¿Después del término de su curso técnico usted trabajó o está trabajando en cuál de las siguientes condiciones?

a-	Como empleado sin libreta de trabajo formal
b-	Como propietario de empresa o negocio
c-	Como pasante
d-	Como contratado temporal
e-	Como trabajador independiente o prestador de servicios
f-	Como empleado o funcionario del servicio público
g-	Como empleado con libreta de trabajo formal

14 – Considerando su empleo actual, ¿cuál es la carga horaria semanal de su trabajo?

a-	Hasta 20 horas semanales
b-	Entre 21 y 30 horas semanales
c-	Entre 31 y 39 horas semanales
d-	Entre 40 y 44 horas semanales
e-	Más de 44 horas semanales
f-	No estoy trabajando

15 – ¿Cuál es el tipo de actividad que usted ejerce en su trabajo actual?

a-	Actividad técnica
b-	Actividad administrativa
c-	Actividad de gerencia
d-	Actividad comercial
e-	No estoy trabajando
f-	Otras

16 – ¿La relación entre su trabajo actual y su formación técnica se encaja en alguna de las siguientes respuestas?

a-	Está estrechamente relacionada al área profesional del curso técnico concluido
b-	Está muy poco relacionada al área profesional del curso técnico concluido
c-	No hay ninguna relación entre el área profesional actual y el curso técnico concluido
d-	No estoy trabajando

17 – La exigencia de su capacitación profesional a respecto del curso técnico de su formación es:

a-	Inferior a la capacitación recibida en el curso técnico en que me gradué
b-	Compatible con la capacitación recibida en el curso técnico en que me gradué
c-	Superior a la capacitación recibida en el curso técnico en que me gradué
d-	No estoy trabajando

18 – En un aspecto general, ¿cuál es su evaluación a respecto de la institución donde estudió el curso técnico?

a-	Excelente
b-	Buena
c-	Regular
d-	Mala
e-	Pésima

---

19 – ¿Cuál es su evaluación a respecto de la Infraestructura de la institución donde estudió el curso técnico?

a-	Excelente
b-	Buena
c-	Regular
d-	Mala
e-	Pésima

20 - ¿Cuál es su evaluación a respecto del curso técnico que usted concluyó?

a-	Excelente
b-	Buena
c-	Regular
d-	Mala
e-	Pésima

21 - ¿Cuál es su evaluación a respecto de los conocimientos teóricos de su área de formación obtenidos por medio del curso técnico que usted concluyó?

a-	Excelente
b-	Buena
c-	Regular
d-	Mala
e-	Pésima

22 – ¿Cuál es su evaluación a respecto de los conocimientos prácticos de su área de formación obtenidos por medio del curso técnico que usted concluyó?

a-	Excelente
b-	Buena
c-	Regular
d-	Mala
e-	Pésima

23 – ¿Cuál es su evaluación a respecto de la calificación de sus profesores en el curso técnico que usted concluyó?

a-	Excelente
b-	Buena
c-	Regular
d-	Mala
e-	Pésima

24 – ¿Cuál es su evaluación a respecto del curso técnico que usted concluyó?

a-	Superó mis expectativas
b-	Logró satisfacer mis expectativas
c-	No logró satisfacer mis expectativas

25 – Después de haber concluido el curso técnico, ¿usted está tomando o ya tomó algún curso de nivel superior?

a-	Sí (<i>Responda a continuación las preguntas 26, 27 y 28</i>)
b-	No (<i>Responda a continuación la pregunta 28</i>)

26 – ¿Cuál es la relación entre el área profesional de su curso superior y el área profesional de su curso técnico?

a-	Estrechamente relacionada con el área profesional del curso técnico concluido
b-	Muy poco relacionada con el área profesional del curso técnico concluido
c-	No existe ninguna relación entre el área profesional actual y el curso técnico concluido

27 – ¿Cuál es el tipo de graduación que su curso superior le ofrece o le ofreció?

a-	Tecnología (Tecnólogo)
b-	Curso de Formación de Profesorado (Para las asignaturas de Física, Matemáticas, Ciencias etc.)
c-	Licenciatura (Licenciatura en Derecho, Medicina, Ingeniería etc.)
d-	No sabe

28 – ¿Cuál es el nivel de escolaridad de sus padres?

PADRE			MADRE		
a-		Analfabeto	l-		Analfabeta
b-		Educación básica incompleta (1° a 4° grado)	m-		Educación básica incompleta (1° a 4° grado)
c-		Educación básica completa (1° a 4° grado)	n-		Educación básica completa (1° a 4° grado)
d-		Educación básica incompleta (5° a 8° grado)	o-		Educación básica incompleta (5° a 8° grado)
e-		Educación básica completa (5° a 8° grado)	p -		Educación básica completa (5° a 8° grado)
f-		Educación media incompleta	q -		Educación media incompleta
g-		Educación media completa	r -		Educación media completa
h-		Superior incompleto	s -		Superior incompleto
i-		Superior completo	t -		Superior completo
j-		Postgrado incompleto	u -		Postgrado incompleto
k-		Postgrado completo	v-		Postgrado completo